

Observatório Militar da Praia Vermelha

Coletânea de Artigos - 2022



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército





COLETÂNEA DE ARTIGOS - 2022

OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA
COLETÂNEA DE ARTIGOS - 2022

Organizadores

Coronel Anselmo de Oliveira Rodrigues

Coronel Anselmo Rangel dos Anjos

Esta coletânea é constituída de artigos confeccionados por colaboradores do OMPV sobre assuntos relacionados à segurança e defesa.

ECEME

2023

COORDENAÇÃO GERAL

General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior

Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ORGANIZADORES

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues

Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha

Coronel QEMA Veterano Anselmo Rangel dos Anjos

Adjunto do Observatório Militar da Praia Vermelha

REVISORES DE LINGUAGEM

Tenente Coronel Alessandra Maciel Raimundo

Professora de Inglês da ECEME

Major Helena Rodrigues Rocha Martins de Oliveira

Professora de Espanhol da ECEME

Major Mônica da Silva Boia

Professora de Espanhol da ECEME

Major Aurinete Zanelato de Souza Pereira

Professora de Espanhol da ECEME

Capitão Silvia Monnerat Maurício Xavier

Professora de Inglês da ECEME

1º Tenente Bruna Renova Varela Leite

Professora de Espanhol da ECEME

2º Tenente Esther dos Santos Rodrigues

Professora de Inglês da ECEME

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues

Responsável pela diagramação

Gabriel dos Santos Andrade de Oliveira

Responsável pelo design gráfico da capa

O120 Observatório Militar da Praia Vermelha: Coletânea de artigos - 2022
Organizadores: Coronel Anselmo de Oliveira Rodrigues e Coronel Anselmo Rangel dos Anjos
Rio de Janeiro: ECEME, 2023.

316 p. Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-64844-14-8

1. Guerra. 2. Rússia. 3. Ucrânia. 4. Geopolítica. 5. Operações Militares. 6. Doutrina Militar. 7. Conflitos Bélicos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Observatório Militar da Praia Vermelha</i>	
CIBERNÉTICA	11
Ciberofensas e a crise da Ucrânia	12
<i>Marcelo A. O. Malagutti</i>	
A guerra cibernética e o ataque sofrido pela JBS S.A.	18
<i>Luísa Guimarães Vaz</i>	
As forças cibernéticas e o conceito operativo do Exército	25
<i>Augusto Espina Pazos</i>	
CONFLITOS BÉLICOS	31
A previsibilidade de agressão nos conflitos armados: uma análise da guerra russo-ucraniana	32
<i>Thiago Britto de Albuquerque</i> <i>Leandro Leite de Almeida</i>	
DOCTRINA E OPERAÇÕES MILITARES	38
O emprego de fogos pela Rússia no conflito Russo-Ucraniano	39
<i>Cezar Augusto Rodrigues Lima Junior</i>	
A Doutrina Militar Terrestre no apoio às catástrofes naturais	43
<i>Flávio Roberto Bezerra Morgado</i>	
A logística russa no contexto do conflito com a Ucrânia: alguns apontamentos	48
<i>Jonathas da Costa Jardim</i>	
A Atividade de Inteligência Nacional e o amparo constitucional	58
<i>William Pereira Laport</i>	
A reformulação da função logística transporte no CMA em proveito da implementação do 12º Grupamento Logístico	64
<i>André Tavares da Silva</i> <i>Marcos Aurélio de Lima Oliveira</i> <i>Roberto Guilherme Schons Corrêa</i>	
A Logística do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental: Como vencer os desafios?	71
<i>Felipe Rímolo Cosendey</i>	

Operação <i>Barkhane</i>: operação de estabilização do <i>Sahel</i> <i>Hélio Viana Santos Sobrinho</i>	78
O emprego da Artilharia de Campanha em ambiente de selva <i>Vítor Mendonça Soares</i> <i>Cezar Augusto Rodrigues Lima Junior</i>	85
A atuação do Exército Brasileiro durante a pandemia do covid-19 <i>Christiano Marins Anselmo Pinheiro</i> <i>Higor Cezar Villaça Menezes Patusco</i> <i>Luiz Fernando Bastos Valverde</i>	94
DQBRN	100
Origens da Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear no EB <i>Luiz Rodrigues dos Santos Junior</i>	101
GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA	107
A crise da Ucrânia e uma visão sobre a geopolítica contemporânea da Rússia <i>Hermes Menna Barreto Laranja Gonçalves</i>	108
As relações entre o Brasil e a Índia: muito além da AstraZeneca <i>Jonathas da Costa Jardim</i>	117
As <i>Big Techs</i> e o conflito Rússia vs Ucrânia: o domínio informacional <i>Marlos de Mendonça Corrêa</i>	125
Três cenários para um mundo por vir <i>Oscar Medeiros Filho</i>	131
Geopolítica e guerra na Ucrânia: algumas considerações <i>Hélio Caetano Farias</i>	133
A crise na Ucrânia sob uma perspectiva econômica <i>Diego da Silva Agostini</i>	143
A liderança de Zelensky no conflito da Ucrânia <i>Rogério de Amorim Gonçalves</i>	148
Investir em Inteligência vale a pena? <i>Esley Rodrigues</i>	153
Uma Nova Guerra Fria? <i>Rômulo da Fonseca Botelho Atella</i> <i>Fábio Renan Azevedo de Souza</i> <i>Roger Dias da Silva</i>	157
A comunicação estratégica russa e os exercícios <i>Zapad</i> <i>Marco Túlio Delgobbo Freitas</i>	163

O papel da República Democrática do Congo na geopolítica do Brasil <i>Délcio de Deus Gulart</i>	167
Os impactos da Guerra Russo-Ucraniana na geopolítica Ásia-Pacífico <i>José Maria Sydow de Barros</i> <i>Vinícius Lemos da Silva</i>	173
As lições do conflito russo-ucraniano para a Base Industrial de Defesa Brasileira <i>Leandro Leite de Almeida</i>	179
Incertezas geopolíticas em 2022 e a teoria de Pierre Lellouche <i>Bruno Lion Gomes Heck</i>	185
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Evolução da Defesa e Segurança Internacional <i>Gustavo Reolon</i> <i>Joel de Oliveira Arruda</i>	191
A Base Industrial de Defesa e sua relação com a indústria espacial e o ciberespaço <i>Ana Beatriz Slomski Oliveira</i> <i>Kethlyn Gabi Winter</i>	198
A aquisição e produção de um avião supersônico <i>Rodrigo Tavares Ferreira</i>	207
A importância estratégica dos Tiros de Guerra <i>Marco André Menezes dos Santos</i> <i>Maykon Dutra Barbosa</i>	215
A 1ª Brigada de Infantaria de Selva e a soberania nacional <i>Humberto André Prazeres Guaita</i> <i>João do Carmo Costa Júnior</i> <i>Bruno Angrizani Gonzaga</i>	222
A Geopolítica da Turquia de <i>Erdoğan</i>: entre o Ocidente e o Oriente <i>Lohanna Rodrigues Reis</i>	230
Da Tática a Prática: a Teoria do Poder Aéreo na Segunda Guerra Mundial <i>Rodrigo Tavares Ferreira</i>	239
Pensar Defesa para além da política: o papel da Economia de Defesa na consolidação da Base Industrial de Defesa <i>Amanda Neves Leal Marini</i>	246
A importância do Exército Brasileiro para a Geopolítica da Amazônia <i>Pedro Santoro Costa da Silva</i>	252
O Brasil e a Energia Nuclear <i>Aline Cruz Soares</i> <i>André Luiz Freire da Cruz Silva</i> <i>Cláudio Eustáquio Duarte Segundo</i> <i>João Roberto Russo</i>	257

MISSÕES DE PAZ	263
O retorno do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU: perspectivas sobre as operações de paz e a agenda “Mulheres, Paz e Segurança”	264
<i>Mariana Zamboni Carluccio</i>	
Logística de Defesa e Capacidade Expedicionária da Marinha do Brasil	269
<i>Esley Rodrigues de Jesus Teixeira</i>	
O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: referência internacional na capacitação de recursos humanos	274
<i>Carlos Alberto Moutinho Vaz</i>	
A função CIMIC desempenhada por Observadores militares na UNMISS	282
<i>Raphael Cavalieri Nardi de Souza</i>	
A participação das Forças Armadas do Brasil no Sistema de Pronto Resposta de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS)	287
<i>Rodrigo Motinha Lanzelloti</i>	
<i>Odilon Ferreira Alves Junior</i>	
<i>Luis Augusto Lopes Junior</i>	
Missões de Paz: uma concepção de manutenção da paz como política do Estado brasileiro	295
<i>Janilson Pessoa Cabral</i>	
SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL	301
Direito Internacional dos Conflitos Armados: a (in)aplicabilidade nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem	302
<i>Leandro Tafúri Mattoso</i>	
<i>Leandro Leite de Almeida</i>	
<i>Moabe da Costa Luna</i>	
TERRORISMO	310
Terrorismo, una amenaza a las democracias	311
<i>Marco Granja Sánchez</i>	

APRESENTAÇÃO

*Observatório Militar da Praia Vermelha**

A equipe do Observatório Militar da Praia Vermelha tem a grande satisfação de apresentar a Coletânea de Artigos do Observatório Militar da Praia Vermelha - 2022. Fruto de um trabalho realizado ao longo de quase 8 meses no ano de 2023, esta coletânea apresenta os artigos que foram publicados no site do OMPV em seu quinto ano de efetivo funcionamento - 2022.

No ano de 2022, os olhos do Observatório Militar da Praia Vermelha se voltaram para o conflito que envolve a Rússia e a Ucrânia. Com a participação de instrutores, professores do Instituto Meira Mattos, mestrandos, doutorandos e demais colaboradores, o Observatório Militar da Praia Vermelha pôde analisar o referido conflito em múltiplas perspectivas e conseguiu entregar para a sociedade um material rico em conhecimento, composto por um portfólio que possui produtos como entrevistas, artigos, relatórios, eventos, seminários, palestras e debates, os quais se encontram no site do OMPV.

Entretanto, as contribuições geradas pelo Observatório Militar da Praia Vermelha em 2022 não se resumiram apenas ao conflito russo-ucraniano. Possuindo com uma equipe multidisciplinar, o Observatório Militar da Praia Vermelha analisou outros temas relacionados à segurança e defesa que ocorreram em 2022 e que chamaram a atenção da sociedade, tais como a Amazônia, as missões de paz, a doutrina militar, a base industrial de defesa, dentre tantos outros.

Dessa forma, passo a apresentar a Coletânea de Artigos do Observatório Militar da Praia Vermelha - 2022, a qual possui um total de 46 artigos, que foram assinados por 67 distintos autores e que está organizada por áreas temáticas. Em cada área temática, os artigos foram inseridos de acordo com a ordem cronológica de sua publicação no site do OMPV.

A área temática cibernética apresenta três artigos relacionados ao tema que foram publicados em 2022. A área temática conflitos bélicos, por sua vez, está composta por apenas um artigo que foi publicado em 2022. A área temática doutrina e operações militares apresenta 9 artigos que foram publicados em 2022, representando dessa forma, o DNA da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. A área temática DQBRN

* Equipe do Observatório Militar da Praia Vermelha.

possui apenas 1 artigo publicado em 2022 e a área temática geopolítica e estratégia, por sua vez, representa o esforço de maior representatividade feito pelo OMPV e apresenta 24 artigos publicados em 2022.

A área temática missões de paz apresenta 6 artigos que foram publicados em 2022. A área temática segurança pública e crime organizado internacional e a área temática terrorismo também apresentam, respectivamente, apenas 1 artigo publicado em 2022.

Além de conter pesquisas e estudos relacionados à segurança e defesa de elevada qualidade, essa coletânea também é uma bela oportunidade para que os leitores e a sociedade em geral possam entender o trabalho efetuado pelos integrantes do Observatório Militar da Praia Vermelha em 2022 e, dessa forma, possam compreender os assuntos relacionados à Defesa Nacional, que tanto instiga militares e civis mundo afora. Afinal, a Defesa não é exclusiva dos militares, ela é um tema que requer a contribuição de todos os integrantes da sociedade!!!

CIBERNÉTICA



CIBEROFENSAS E A CRISE DA UCRÂNIA*

Marcelo A. O. Malagutti¹

Em 14 de dezembro de 2022, manchetes de jornais ocidentais apontaram que a Ucrânia fora duramente atingida por ataques cibernéticos maciços (HARDING, 2022).

Dias depois, as manchetes davam conta de que a atribuição dos ataques, ainda que estivesse incompleta, apontava que o perpetrador seria a Rússia (AL JAZEERA, 2022; THE GUARDIAN, 2022).

Desde 2014, manchetes como essa são repetidas quase anualmente naquele país. Para podermos nos aprofundar na análise das semelhanças e idiosincrasias do caso recente, no entanto, precisaremos fazer uma breve retrospectiva histórica da crise, das ocorrências de ciberincidentes correlatos e de seus desdobramentos.

Em 2014, o então Presidente pró-Rússia da Ucrânia, Viktor Yanukovich, desistiu de negociações com a União Europeia (EU) em troca de compensações oferecidas pela Rússia. Na sequência, violentas manifestações populares estimuladas pelo ocidente fizeram com que o Congresso o depusesse e o substituísse por um simpatizante da EU. A Rússia não aceitou a substituição de seu aliado por um aliado de seus oponentes e, mesmo sem sustentação no Direito Internacional, retaliou. Primeiro, anexando a Crimeia parte do território Ucrainiano onde se localiza Sebastopol, o principal porto russo em águas quentes com acesso ao Mediterrâneo. Depois, enviando soldados sem identificação para fomentar a insurreição das províncias de Donetsk e Luhansk na região de Donbas de maioria étnica russa, que proclamou sua independência em 2014 e, desde então, luta contra as forças armadas da Ucrânia. Desde o início da crise, ficou patente a ingerência dos EUA, da EU e da Rússia nos assuntos da Ucrânia, mesmo sem amparo legal (ROCHA PAIVA, 2015).

Conflagrada a crise, a Ucrânia passou a ser assolada periodicamente por ciberincidentes, resumidos na Tabela 1.

* Artigo originalmente publicado no dia 07 de fevereiro de 2022 no site do OMPV.

¹ Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME) e King's College London, Pesquisador do Programa Pró-Defesa IV. Mestre em Estudos de Guerra pelo King's College London. Diplomado no Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG). Bacharel em Ciência da Computação e Tecnólogo em Processamento de Dados pela Universidade de Brasília (UNB).

Tabela 1 - Ciberincidentes na Ucrânia desde 2015

Ano	Mês	Incidente
2015	Dezembro	Uma variante do malware Black Energy é usada em ataques coordenados de hackers russos é identificada na regional de distribuição de energia Prykarpattya Oblenergo, no oeste da Ucrânia. Aproximadamente 225.000 ucranianos foram afetados, mas o serviço foi restabelecido após 3-6 horas.
2016	Dezembro	O malware Industroyer (ou CrashOverride) foi usado por hackers russos para atacar a empresa nacional de energia da Ucrânia, Ukrenergo, desligando a energia do norte de Kiev por mais de uma hora.
2017	Junho	O ransomware NotPetya, tendo como alvo primário a Ucrânia, se alastra pelo mundo com graves impactos no sistema de saúde do Reino Unido (NHS) e provocando prejuízos de centenas de milhões de dólares em gigantes multinacionais como a dinamarquesa Maersk e a americana Fedex.
2018	Junho	A polícia ucraniana afirma que hackers russos têm visado sistematicamente bancos, empresas de energia e outras organizações ucranianas para estabelecer backdoors em preparação para um ataque em larga escala contra o país.
2018	Julho	Oficiais de inteligência ucranianos afirmam ter frustrado um ataque russo ao equipamento de rede de uma planta de cloro no centro da Ucrânia. O vírus usado no ataque é o mesmo malware responsável pela infecção de 500.000 roteadores em todo o mundo em uma campanha que o FBI vinculou a hackers russos patrocinados pelo Estado.
2018	Setembro	Hackers russos atacam as caixas de entrada de e-mail de líderes religiosos ligados à Ucrânia em meio a esforços para desassociar a Igreja Ortodoxa da Ucrânia de sua associação com a Rússia.
2018	Outubro	O Serviço de Segurança da Ucrânia anuncia que um grupo russo realizara uma tentativa de hackear os sistemas de informação e telecomunicações de grupos do governo ucraniano
2018	Novembro	O CERT da Ucrânia identifica um malware nos sistemas informáticos das agências estatais do país provavelmente implantado como precursor de um futuro ataque cibernético em larga escala.
2018	Dezembro	O Serviço de Segurança da Ucrânia bloqueia uma tentativa dos serviços especiais russos de interromper os sistemas de informação da autoridade judicial da Ucrânia
2018	Dezembro	Pesquisadores de segurança descobrem uma campanha cibernética realizada por um grupo ligado à Rússia, visando as agências governamentais da Ucrânia, bem como vários membros da OTAN.
2019	Abril	Organizações militares e governamentais ucranianas são alvo de uma campanha de hackers da República Popular de Luhansk, grupo apoiado pela Rússia que declarou independência da Ucrânia em 2014.
2020	Agosto	Autoridades ucranianas anunciam que um grupo de hackers russo começou a realizar uma campanha de phishing em preparação para operações no dia da independência da Ucrânia.
2021	Fevereiro	Autoridades ucranianas relatam que um ataque de negação de serviço distribuído de vários dias contra o site do Serviço de Segurança da Ucrânia faria parte das operações de guerra híbrida da Rússia no país.
2021	Março	O Serviço de Segurança do Estado da Ucrânia anunciou que impediu um ataque em larga escala de hackers russos do FSB, o Serviço de Inteligência do Estado Russo, que tentavam obter acesso a dados confidenciais do governo.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de (STIENNON, 2022).

Ciberofensas e a crise da Ucrânia

Diante de tal histórico, o que diferencia a onda atual de ataques de suas anteriores?

Primeiro, a similaridade com a situação da Guerra da Geórgia, em 2008, quando a Rússia interveio a favor da província separatista da Ossétia do Sul e da Abecásia, de maioria étnica russa, com uma salva de ciberataques que eliminaram a capacidade de comando e controle do governo e das forças armadas georginas como ataque precursor da invasão militar que derrotou as forças georgianas.

No caso da Ucrânia, os russos apoiam separatistas étnicos russos da província de Donbas, na região da fronteira, desde 2014. Adicionalmente, desde dezembro de 2021, observa-se a concentração de meios militares russos na fronteira com a Ucrânia, que já poderiam estar próximos a 130.000 homens. Em 10 de janeiro de 2022, foram iniciadas negociações entre os EUA, a EU e a Rússia na tentativa de conter a escalada da crise e, no dia 13, foram concluídos 3 dias de negociações infrutíferas. Então, uma notícia, já no dia seguinte, de uma salva de ciberataques incapacitantes de sítios governamentais, incluindo Relações Exteriores e Defesa, poderia indicar um ataque precursor e o início de uma guerra aberta. Em nenhum dos 13 ciberincidentes relatados na Tabela 1, essa característica era perceptível.

Segundo, o fato de que os ataques foram de dois tipos distintos, realizados de forma conjunta. De uma parte, havia um aparente ataque de ransomware, mas que era diferente em sua natureza. Uma análise do malware denominado WhisperGate, feita pela Microsoft, apontou que, embora projetado para se parecer com ransomware, congelando todas as funções e dados do computador e exigindo o pagamento de dez mil dólares em bitcoins em troca do retorno ao funcionamento normal, ele não dispõe de infraestrutura para receber o resgate, o que teria levado os investigadores a concluir que o objetivo seria o de infligir o máximo de dano ao não arrecadar dinheiro (NAKASHIMA; STERN, 2022; SANGER, 2022).

Já a empresa de cibersegurança CrowdStrike apontou que o malware, após criptografar a tabela mestre de arquivos do computador infectado, não forçava a reinicialização do sistema, como foi observado em intrusões anteriores, como o NotPetya. Isso sugere que o atacante “tomou outras medidas para iniciá-lo (por exemplo, por meio de um implante diferente) ou decidiu permitir que os usuários executassem a reinicialização por conta própria”, e que a reinicialização postergada pode permitir que outros componentes da invasão do WhisperGate sejam executados (CROWDSTRIKE INTELLIGENCE TEAM, 2022). A empresa Cisco Talos, que auxiliou as autoridades ucranianas em suas investigações sobre os recentes incidentes, acredita que os invasores

“provavelmente tiveram acesso à rede da vítima meses antes do ataque, uma característica típica de operações sofisticadas de ameaças persistentes avançadas (APT)” (KOVACS, 2022).

De outra parte, havia o ataque de pichação (*defacement*) de cerca de 70 sítios do governo ucraniano, com mensagens em ucraniano, russo e polonês, indicando que dados do povo ucraniano haviam sido roubados e destruídos. Dentre esses sítios, estavam alguns dos órgãos do primeiro escalão do governo ucraniano, como os ministérios de Relações Exteriores, Defesa, Energia e Educação e Ciência, bem como o Serviço de Emergência do Estado e o Ministério da Transformação Digital, cujo portal de governança eletrônica dá ao público acesso digital a dezenas de serviços governamentais (ZETTER, 2022).

A análise forense indicou que as pichações foram feitas de forma manual, e não automatizada, e que análises de nuances do texto em polonês apontaram que o texto não fora escrito por falantes nativos da língua, mas provavelmente traduzidos por meio do Google Translate. Talvez uma tentativa rudimentar de plantar uma “bandeira falsa” no intuito de desviar a atenção dos investigadores na direção de hackers poloneses.

Além disso, cerca de 50 dos 70 sítios afetados eram mantidos por uma companhia ucraniana denominada Kitsoft, levando os investigadores a determinarem que a Kitsoft havia sido comprometida, permitindo aos hackers o acesso ao painel de administração da empresa e o uso de suas credenciais para desfigurar os sites de seus clientes (ZETTER, 2022). Outrossim, a análise forense indica que os ataques foram de baixa complexidade técnica, uma característica incomum para os recentes incidentes atribuídos à Rússia.

O terceiro fator de interesse vem da Bielorrússia, cujo governo pró-Russo estaria permitindo a movimentação e o acúmulo de meios russos em seu território, também na fronteira com a Ucrânia, fazendo com que os ucranianos tenham de se ocupar de duas potenciais frentes de defesa. Ocorre que um grupo de hackers que se autodenomina Cyber-Partisans (algo como ciberresistência) pró-democracia declarou, no dia 24, por meio de postagens no Twitter e no Telegram, ter se “infiltrado na rede ferroviária Bielorrussa em um esforço para interromper o movimento de tropas russas no país, à medida que crescem as tensões sobre uma potencial invasão da Ucrânia”. Essa interrupção teria sido feita por meio de um ransomware que teria criptografado servidores da companhia ferroviária, mas em vez de pedir dinheiro, o resgate exigido seria a libertação de 50 prisioneiros políticos que precisam de cuidados médicos e a proibição de que militares russos entrem na Bielorrússia (PIETSCH, 2022). Por conseguinte, armas

similares agora estariam sendo usadas por simpatizantes da Ucrânia contra apoiadores dos russos, um dado novo no contexto.

Por fim, ainda que não relacionado diretamente à atual onda de ciberataques, cumpre observar um fato novo relativo ao NotPetya. A gigante multinacional farmacêutica Merck obteve uma vitória jurídica no valor de 1,4 bilhão de dólares na ação contra suas seguradoras, que se recusavam a pagar o prêmio relativo aos prejuízos causados pelo ransomware, alegando que a cobertura não era válida em casos de guerra. A Corte Superior de Justiça do Estado de Nova Jersey entendeu que a cláusula de exclusão de atos de guerra não é aplicável, o que deve provocar a necessidade de uma melhor definição de cláusulas de exclusão de atos cibernéticos em contratos de seguro no futuro. A questão de saber se um ataque cibernético conta como um ato de guerra é uma parte de um “acerto de contas” mais amplo da indústria de seguros, de acordo com Josephine Wolff, professora-associada de política de segurança cibernética da Tufts University (VITTORIO, 2022).

Tudo somado, a salva cibernética sofrida pela Ucrânia, no período em análise, parece ter sido mais um evento num histórico crescente de incursões russas (ou de simpatizantes russos) para debilitar sua resistência e testar novas técnicas e táticas, sem se mostrar parte de uma ofensiva militar generalizada. Sempre é bom lembrar do ensinamento de Flavius Renatus Vegetius: *si vis pacem, para bellum* (quem deseja a paz, prepara-se para a guerra). O “laboratório de ciberincidentes” em que a Rússia parece ter transformado a Ucrânia tem dado ao mundo a oportunidade de estudar e aprender muito, como no caso do NotPetya. Aqueles que aproveitam essa oportunidade e investem nesse aprendizado desenvolvem e aprimoram suas instituições, preparando-as para essa nova ferramenta de coerção interestatal que são os ciberataques.

Referências:

AL JAZEERA. **Ukraine says evidence suggests Russia behind cyberattack.** Al Jazeera, 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/1/16/ukraine-claim-s-russia-behind-cyberattack-in-hybrid-war>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

CROWDSTRIKE INTELLIGENCE TEAM. **Technical Analysis of the WhisperGate Malicious Bootloader.** CrowdStrike Blog, 2022. Disponível em: <https://www.crowdstrike.com/blog/technical-analysis-of-whispergate-malware/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

THE GUARDIAN. **Ukraine says evidence points to Russia being behind cyber-attack.** The Guardian, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/j>

an/16/ukraine-says-evidence-points-to-russia-being-behind-cyber-attack. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

HARDING, Luke. **Ukraine hit by “massive” cyber-attack on government websites.** The Guardian, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jan/14/ukraine-massive-cyber-attack-government-websites-suspected-russian-hackers>. Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

KOVACS, Eduard. **Ukraine Attack: Hackers Had Access for Months Before Causing Damage.** Security Week, 2022. Disponível em: <https://www.securityweek.com/ukraine-attack-hackers-had-access-months-causing-damage>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

NAKASHIMA, Ellen; STERN, David. **Data of several Ukrainian government agencies is wiped in cyberattack.** The Washington Post, 2022. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/national-security/ukraine-russia-cyberattacks/2022/01/18/79590750-78a1-11ec-bf97-6eac6f77fba2_story.html. Acesso em: 24 de janeiro de 2022

PIETSCH, Bryan. **Hacking group claims control of Belarusian railroads in move to ‘ disrupt ’ Russian troops heading near.** The Washington Post, 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/01/25/belarus-railway-hackactivist-russia-ukraine-cyberattack/>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **A Crise na Ucrânia: Reflexos para a defesa do Brasil.** A Defesa Nacional, nº 826, p. 6-24, 2015.

SANGER, David. **Microsoft Warns of Destructive Cyberattack on Ukrainian Computer Networks.** The New York Times, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/01/16/us/politics/microsoft-ukraine-cyberattack.html>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

STIENNON, Richard. **A List of Cyber Attacks Against Ukraine.** LinkedIn, 2022. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/list-cyber-attacks-against-ukraine-richard-stiennon>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

VITTORIO, Andrea. **Merck’s \$1.4 Billion Insurance Win Splits Cyber From ‘Act of War’.** Bloomberg, 2022. Disponível em: <https://news.bloomberglaw.com/privacy-and-datasecurity/mercks-1-4-billion-insurance-win-splits-cyber-from-act-of-war>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

ZETTER, Kim. **What we Know and Don’t Know about the Cyberattacks Against Ukraine.** Zero Day, 2022. Disponível em: <https://zetter.substack.com/p/what-we-know-and-dont-know-about>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

A GUERRA CIBERNÉTICA E O ATAQUE SOFRIDO PELA JBS S.A.*

Luísa Guimarães Vaz¹

Introdução

Segundo Manuel Domingos (2005), há uma relação direta entre a barbárie e a civilização. Considerando que a guerra nada mais é do que a barbárie ou a violência em seu estado bruto, constatou-se os maiores avanços tecnológicos e procedimentais, nos locais onde houve guerras. Manuel Domingos (2005) tece detalhes adicionais e aponta que uma das funções da guerra é servir de laboratório, pois se não fosse a guerra, não haveria as tecnologias que existem atualmente.

A consequência desses avanços fez com que as tecnologias alcançassem o ciberespaço. Atualmente, percebe-se que há indícios de guerra de 5ª Geração (SANTOS et al, 2019). Nesse sentido, este trabalho propõe uma análise das notícias de mídia sobre o caso do ataque cibernético sofrido pela JBS S.A., no dia 31 de maio de 2021. Para tanto, será utilizada a clipagem como elemento de busca, empregando o conceito de segurança aplicado ao ciberespaço, como lente para a análise do fato.

Ciberespaço e a Guerra Cibernética

O conceito de ciberespaço está em constante evolução. Trata-se de um espaço completamente artificial, possuidor de fronteiras “maleáveis”. De acordo com Segal (2016), ciberespaço é um espaço que trouxe novas vulnerabilidades ao sistema internacional, pois é um ambiente que possibilita burlar as leis de várias formas, e por se tratar de um espaço não físico com múltiplos atores envolvidos, também é um ambiente com grande dificuldade de regulamentação. Segal (2016), ainda, afirma que a questão *ciber* desafia a própria soberania do Estado e ameaça à Segurança e à Defesa.

Diante disso, para fins de análise, o presente trabalho utilizará o conceito proposto por Kuehl (2009), o qual afirma que o ciberespaço é mais do que computadores e informações digitais. Para o autor, o ciberespaço é um domínio global dentro do ambiente de informação, cujo caráter distinto e único é moldado pelo uso da eletrônica e do espectro

* Artigo originalmente publicado em 14 de março de 2022 no site do OMPV.

¹ Mestranda em Ciências Militares na ECEME

eletromagnético para criar, armazenar, modificar, trocar e explorar informações por meio de redes interdependentes e interconectadas, utilizando tecnologias de informação e de comunicação.

Isto posto, Santos et al (2019) apontam que, atualmente, já se discute o escopo de guerra de 5ª geração, que, dentre todas as características que possui, tomam destaque as seguintes: o emprego massivo da *cyber war*, existência de elementos de natureza assimétrica, emprego de guerra informacional e traços de guerra híbrida. Dessa forma, é evidente a dificuldade de se elaborar uma teoria que englobe o ciberespaço.

Decorrente dessas incertezas, surgem diversas indagações: Vai atribuí-la a quem? O que constitui um ato de guerra no ciberespaço? E de não guerra? A guerra é necessariamente um ato de violência e que envolve mortes? Mesmo diante de tantas perguntas, pode-se inferir que essas demandas impactam as questões relacionadas à segurança e à defesa cibernética, principalmente por não serem abarcadas por questões ligadas à guerra clássica de Clausewitz.

A par dessas considerações, verifica-se que há uma série de dificuldades para a sociedade compreender essa temática atualmente: 1) na tipificação (da identificação do sujeito e da autoria); 2) no estabelecimento do cenário da competência do direito (quem vai julgar); 3) na definição do alcance do direito; e 4) na determinação se os ataques cibernéticos devem ser considerados atos de guerra, crimes, espionagem ou sabotagem (STONE, 2013).

“...a guerra cibernética é possível no sentido de que os ataques cibernéticos podem constituir atos de guerra. Esse ponto só se torna evidente, entretanto, se tivermos clareza sobre o que está englobado pelos termos de “força” e “violência” e sobre sua relação com a questão da letalidade. Atos de guerra envolvem a aplicação de força para produzir efeitos violentos. Esses efeitos violentos não precisam ser letais...” (STONE, 2013 - Tradução própria).

Para Stone (2013), o fato de não possuir uma estrutura conceitual substancialmente acordada para localizar os ataques cibernéticos é culpa do campo dos Estudos Estratégicos. Diante desse cenário e da dificuldade em regulamentar as ações no ambiente *ciber*, há a necessidade de pensar a guerra e seu estado de exceção, destinando especial atenção para as particularidades nesse e desse domínio.

Mesmo havendo essas dificuldades, é evidente que os ciberataques são ameaças à Segurança e à Defesa do Estado. Em razão disso, pode-se aplicar a teoria de securitização, visto que não há uma teoria específica para o ciberespaço.

A guerra cibernética e o ataque sofrido pela JBS S.A.

“...os recursos inerentes à essas redes têm um grande potencial para afetar o status quo político e estratégico, sendo caracterizado pela inexistência de fronteiras definidas entre o virtual e o real, particularmente em termos de causas e consequências. A arquitetura física e os protocolos de software que moldam o ciberespaço facilita o anonimato. (...) essas características criam um ambiente permissivo para que agentes anônimos - individualmente ou em nome de governos - violem sistemas e redes confidenciais. Essas ações podem ser interpretadas como desafios à soberania do Estado e para a segurança de dados individuais e do setor privado” (BETZ; STEVENS, 2011 apud LOBATO; KENKEL, 2015 - Tradução própria).

Sendo assim, pode-se definir cibersegurança como:

“...é tanto sobre a insegurança criada por e através deste novo lugar/espaco e sobre as práticas ou processos para torná-lo (mais) seguro. Refere-se a um conjunto de atividades e medidas, tanto técnicas quanto não técnicas, destinadas a proteger o ambiente bioelétrico e os dados que ele contém e transporta de todas as ameaças possíveis” (CAVELTY, 2012 apud LOBATO; KENKEL, 2015 - Tradução própria).

Segundo Lobato e Kenkel (2015), o Manual de Tallin sobre o Direito Internacional aplicável à guerra cibernética (OTAN, 2013) aborda questões como a extensão do Direito Humanitário à realidade virtual, ressaltando aspectos como a frequência e as consequências dos ataques cibernéticos, da mesma forma que aponta a existência de uma preocupação crescente com o alcance econômico, político e social obtido pelos ataques cibernéticos.

Estudo de Mídia: Ataque à JBS S.A.

A JBS S.A., alvo de ataques cibernéticos no dia 31 de maio de 2021, é uma empresa multinacional de origem brasileira, sendo reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos. Segundo o site da própria empresa, a sede está localizada na cidade de São Paulo e está presente em 15 países.

Uma reportagem realizada pelo *El País*, em 02 de junho de 2021, relatou que a Casa Branca acusou a Rússia pelo ataque cibernético ao frigorífico da JBS, o qual ocasionou a paralisação de sua produção. Neste ataque, os *hackers* exigiram um resgate para desbloquear os servidores de várias unidades. Segundo o referido jornal, esse resgate é conhecido como *ransomware* (“programa para resgates”), que nada mais é do que um *modus operandi* praticado pela delinquência cibernética, no qual consiste em aproveitar as falhas de segurança de um sistema informático para bloqueá-lo, ficando em condições

vantajosas para exigir uma quantia em dinheiro para reiniciá-lo (EL PAÍS, 2021). O jornal teceu detalhes adicionais sobre a matéria e acrescentou o seguinte:

“...a porta-voz da Casa Branca informou que o Governo do presidente Joe Biden ofereceu assistência à JBS, que o Departamento de Agricultura dos EUA está em contato com a direção da empresa e que o FBI está investigando o incidente em parceria com a Agência de Segurança Cibernética e de Infraestruturas (CISA, na sigla em inglês)” (EL PAÍS, 2021).

A BBC por sua vez, numa reportagem datada de 02 de junho de 2021, publicou que, dependendo do tempo da paralisação, esse tipo de ataque pode levar à escassez de carne ou aumentar os preços das carnes para os consumidores. Segundo a reportagem, assim que o ataque cibernético foi detectado, a empresa suspendeu todos os sistemas de tecnologia da informação que foram afetados e informou que os seus servidores de *backup* não foram hackeados (BBC, 2021a).

Uma reportagem publicada em 02 de junho de 2021 pela revista Exame informou que a China poderia ser a mais afetada pela paralisação da JBS após o ataque, pois o país é o maior comprador mundial de carne bovina e responde por quase um terço da receita de exportação da empresa (EXAME, 2021a). Uma outra reportagem da revista Exame, publicada em 03 de junho de 2021, afirmou que a Casa Branca alertou às empresas para reforçarem a segurança cibernética (EXAME, 2021b).

Com relação ao grupo russo, apontado como responsável do ataque pelo FBI, uma reportagem feita pela BBC em 03 de junho de 2021, afirmou que o *REvil* (também conhecido como *Sodinokibi*) é um dos grupos cibercriminosos mais lucrativos do mundo e que o FBI está trabalhando para levar o grupo à justiça pelo ataque realizado. Ainda sobre o *REvil*, essa reportagem expôs que:

“...é uma rede criminosa de hackers de *ransomware* que ganhou destaque em 2019. Acredita-se que a maioria de seus membros residam na Rússia ou em países que antes faziam parte da União Soviética. (...) Se os ataques forem bem-sucedidos para o grupo, os desenvolvedores pegam uma porcentagem da receita obtida e fornecem a outra parte aos afiliados. O grupo ameaça publicar documentos roubados em sites (o que é conhecido como "*Happy Blog*") se as vítimas não cumprirem suas exigências” (BBC, 2021b).

Numa reportagem publicada pela revista Exame em 04 de junho de 2021, foi anunciada a retomada integral das operações da empresa JBS, após o ataque sofrido em 31 de maio de 2021. De acordo com essa reportagem, a empresa conseguiu limitar as perdas sofridas para menos de um dia de produção e conseguiu colocar, novamente, todas as suas instalações 100% operacionais (EXAME, 2021c).

Segundo a reportagem do G1 publicada em 09 de junho de 2021, a JBS pagou 11 milhões de dólares pelo resgate, afirmando que o pagamento foi feito para reduzir problemas relacionados à invasão e evitar vazamento de dados. Acrescentou, também, que a maioria de seus frigoríficos estavam em plena operação no momento do pagamento.

Por fim, vale destacar que:

“...os ataques cibernéticos, em geral, não são conhecidos publicamente, pois tanto o atacante quanto a vítima, têm motivos para não divulgar detalhes da ação. No caso da vítima, a publicidade do ataque e as suas consequências podem, por exemplo, afetar as medidas de mitigação e forense, além de comprometer a reputação da instituição. No caso do atacante, a publicidade o impediria de reutilizar artefatos e repetir táticas, técnicas e procedimentos (TTPs) bem-sucedidos” (BRANDÃO; IZYCKI, 2019).

Considerações Finais

Tendo como base as questões conceituais e teóricas apresentadas nas seções anteriores, pode-se inferir que mesmo o ataque sendo realizado em um “ambiente invisível”, ele afetou o mundo físico, real. O ataque cibernético à empresa paralisou sua produção, situação que possibilitou os *hackers* exigirem um resgate para desbloquear os servidores das unidades atingidas. Não obstante, a gravidade do ataque fez com que o governo norte-americano oferecesse assistência, colocando o FBI para investigar o ataque e a Agência de Segurança Cibernética e Infraestruturas para prestar apoio técnico.

Portanto, pode-se concluir que, tanto o ataque sofrido pela JBS S.A., quanto diversos casos ocorridos no mundo, são uma ameaça à Segurança e à Defesa dos países, pois possuem potencial para provocar a paralisação de sistemas, que podem afetar o mundo físico. Além disso, o ataque em questão descortina as dificuldades relacionadas à competência do direito, haja vista o desafio em apontar o autor e definir o enquadramento legal. Evidencia-se, então, cada vez mais, a necessidade de uma tipificação e de uma teoria para o ciberespaço, a fim de “responder” às indagações levantadas no presente trabalho.

Referências:

BBC. O que se sabe sobre ataque cibernético a JBS investigado pelo FBI. BBC, 2021a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57327955>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

BBC. **Ataque de hackers à JBS: o que se sabe sobre grupo russo apontado como responsável pelo FBI.** BBC, 2021b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57344706>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

BRANDÃO, José Eduardo Malta de Sá; IZYCKI, Eduardo Arthur. **Poder ofensivo no espaço cibernético.** In: ANDRADE, Israel de Oliveira Andrade; LANGE, Valério Luiz; MEDEIROS FILHO, Oscar; LIMA Raphael Camargo. Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro, Cap. 10, p. 241-274, 2019. Brasília: IPEA, 2019.

DOMINGOS NETO, M. **Os Militares e a Civilização.** Tensões Mundiais, Vol. 1, nº 1, p. 37-70, 2005.

EL PAÍS. **Casa Branca acusa Rússia após ataque cibernético que paralisou produção do frigorífico JBS,** El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-02/casa-branca-acusa-russia-apos-ataque-cibernetico-que-paralisou-producao-do-frigorifico-jbs.html>. Acesso em: 22 de junho de 2021..

EXAME. **China pode ser a mais afetada por parada da JBS após ataque cibernético,** Exame, 2021a. Disponível em: <https://exame.com/exame-agro/china-pode-ser-a-mais-afetada-por-parada-da-jbs-apos-ataque-cibernetico/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

EXAME. **Casa Branca alerta empresas para reforçarem segurança cibernética,** Exame, 2021b. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/casa-branca-alerta-empresas-para-reforcarem-seguranca-cibernetica/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

EXAME. **JBS anuncia retomada integral de operações após ataque cibernético,** Exame, 2021c. Disponível em: <https://exame.com/negocios/jbs-anuncia-retomada-integral-de-operacoes-apos-ataque-cibernetico/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

G1. **JBS diz que pagou US\$ 11 milhões em resgate a ataque hacker em operações nos EUA.** G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/09/jbs-diz-que-pagou-11-milhoes-em-resposta-a-ataque-hacker-em-operacoes-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

JBS. **Quem somos.** JBS, 2021. Disponível em: <https://jbs.com.br/sobre/jbs/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

KENKEL, K. M.; LOBATO, L. C. **Discourses of cyberspace securitization in Brazil and in the United States.** Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 58, nº 2, p. 23-43, 2015.

KUEHL, D. **From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem.** In: KRAMER, F. D.; STARR, S. S.; WENTZ, L. K. Cyberpower and National Security. Cap. 2, p. 24-42, 2019. Washington: National Defense University, 2009.

SANTOS, Daniel Mendes Aguiar; MALTEZ, Marcelo Monteiro; GOMES, Túlio Endres da Silva; FREITAS, Gerson de Moura; SANDERS, Andrew. **A arte da guerra no século XXI: avançando à Multi-Domain Battle.** Coleção Meira Mattos, Vol 13, nº 46, p. 83-105, 2019.

A guerra cibernética e o ataque sofrido pela JBS S.A.

SEGAL, A. **The Hacked World Order**. Nova Iorque: Public Affairs, 2016.

STONE, J. **Cyber War Will Take Place!** Journal of Strategic Studies, Vol 36, nº 1, p. 101-108, 2013.

AS FORÇAS CIBERNÉTICAS E O CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO*

Augusto Espina Pazos¹

1. Introdução

A criação e o desenvolvimento das forças cibernéticas tornaram-se uma necessidade e uma realidade para os Exércitos do mundo inteiro, principalmente devido ao avanço vertiginoso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a irrupção do ciberespaço como uma nova dimensão, onde ocorrem os conflitos modernos e que se agrega os tradicionais (terrestre, marítima, aérea e espacial).

Diante dessa realidade, pretende-se demonstrar como as forças cibernéticas estão intimamente ligadas ao conceito operativo do Exército Brasileiro e como se constituem como sendo um elemento fundamental para o cumprimento das missões da Força Terrestre no amplo espectro de conflitos.

2. Desenvolvimento

Antes de se aprofundar nos aspectos relacionados a uma *força cibernética*, é imperativo apresentar o conceito de *capacidade militar*, que pode ser definido da seguinte maneira:

“... conceito aplicado no nível estratégico que representa a aptidão de uma Força Armada para executar as operações que lhe cabem como instrumento da expressão militar do poder nacional. É obtida mediante a combinação de soluções organizacionais que integram as áreas de doutrina, organização, adestramento, material, liderança, educação, pessoal e infraestrutura...” (BRASIL, 2015, p. 55).

No mesmo delineamento, a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil estabelece três setores estratégicos que devem ser desenvolvidas as capacidades militares: nuclear, espacial e cibernético. Cabe ressaltar que na perspectiva de Defesa adotada pelo Brasil, o desenvolvimento das capacidades militares não estão restritos a esfera militar. Pelo contrário, transbordam e influenciam a esfera civil, proporcionando o emprego dual e o desenvolvimento da indústria brasileira (BRASIL, 2012).

* Artigo originalmente publicado no dia 5 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército do Chile e Oficial instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Dessa forma, entende-se que as forças cibernéticas correspondem a solução organizacional para o desenvolvimento da capacidade militar cibernética. Ademais, são nestas organizações que convergem e integram os demais fatores constitutivos de uma capacidade militar: pessoal, infraestrutura, adestramento e material. Ao mesmo tempo, incorpora-se um novo elemento que deve ser analisado e que corresponde ao conceito de *emprego dual*.

O termo emprego dual vem sendo amplamente utilizado na temática relacionada à Defesa, mas não possui um significado claro e específico, pois não se encontra definido em nenhum texto ou manual das Forças Armadas Brasileiras. Ao analisar o Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil, publicado em 2020, verifica-se que o conceito de emprego dual é derivado da massificação das “tecnologias duais”, que são as tecnologias descobertas que inicialmente são destinadas para a esfera militar, mas que pode ser aproveitada para a esfera civil (BRASIL, 2020).

O Exército Brasileiro, por meio do Comando de Operações Terrestres, amplia o entendimento sobre o emprego dual e acrescenta que as capacidades militares operativas de proteção, ataque ou exploração cibernética, também podem ser utilizadas em operações ofensivas, operações defensivas e em toda a área das operações de cooperação e coordenação com agências civis e militares (BRASIL, 2017).

Consequentemente, é possível inferir que *uma capacidade militar pode ter um emprego dual, na medida em que a sua utilização pode ocorrer, indistintamente no campo militar, como no civil*. Assim, a capacidade militar cibernética, que teve sua origem baseada nas TICs, foi incorporando aspectos da doutrina militar ao longo de sua trajetória e atualmente é definida na Estratégia Nacional de Defesa como sendo um dos três setores estratégicos para as Forças Armadas Brasileiras. Ou seja, a capacidade militar cibernética tem como característica o emprego dual, podendo ser utilizada na esfera civil, como na militar.

Partindo para o entendimento sobre as operações de amplo espectro, verifica-se que a Concepção Estratégica do Exército Brasileiro, publicada em 2019, estabeleceu que as *operações no amplo espectro* podem ser definidas como sendo:

“...a combinação de atitudes - ofensiva, defensiva, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais - empregada nas operações militares, sucessiva ou simultaneamente, como parte de uma Força Terrestre ou conjunta. As ações executadas - letais e não-letais - devem obedecer ao critério de proporcionalidade com relação aos efeitos desejados e estarem sincronizadas entre si e com os objetivos estabelecidos para cada operação...” (BRASIL, 2015, p. 196).

A definição exposta, abrange qualquer tipo de operação militar, seja de guerra ou de não-guerra, de uma força terrestre ou conjunta, ou seja, uma operação de amplo espectro é o termo de uso geral que, não faz diferença num determinado tipo de operação e será usado para se referir a uma operação militar no seu sentido mais amplo e sem especificações.

Nas Forças Armadas Brasileiras, especificamente na Força Terrestre, são contextualizados três tipos de operações básicas: operações ofensivas, operações defensivas e operações de cooperação e coordenação com agências. Nesse sentido, é evidente que as operações ofensivas e defensivas são operações eminentemente de guerra, de modo que as operações de cooperação e coordenação com agências, geralmente, correspondem as operações de não-guerra e, como o próprio nome indica, extrapolam o campo eminentemente militar e abrangem a esfera civil.

De acordo com a Doutrina Militar do Brasil, há sete tipos de operações de cooperação e coordenação com agências: 1) Garantia dos poderes constitucionais; 2) Garantia da lei e da ordem; 3) Atribuições subsidiárias; 4) Prevenção e combate ao terrorismo; 5) Sob a égide de organismos internacionais; 6) em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e 7) Outras operações em situação de não guerra (BRASIL, 2019).

Assim, as múltiplas capacidades militares que a Força Terrestre possui, na medida em que podem executar as diferentes operações básicas, conferem a essa Força como um todo, a capacidade geral de executar operações no amplo espectro. O exposto, não significa que a mesma capacidade militar possa, necessariamente, executar operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências indistintamente, mas, ao contrário, a soma de todas as capacidades militares disponíveis confere à Força Terrestre a capacidade de executar operações no amplo espectro de conflitos.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é que, mesmo que uma capacidade militar esteja em condições de realizar ações ou cumprir tarefas em todos os tipos de operações básicas, isso não implica que a execução dessas tarefas no desenvolvimento de operações para as quais não seja sua vocação prioritária, tenha um custo elevado. Isso deve ser analisado, tanto do ponto de vista da perda de treinamento para sua tarefa principal, quanto no desgaste do material e a sua perda de vida útil.

Essa assertiva pode ser evidenciada numa tropa de infantaria blindada, cuja vocação principal é realizar operações ofensivas e algumas tarefas defensivas específicas, mas que também pode executar operações para garantir a lei e a ordem. Esse reordenamento de

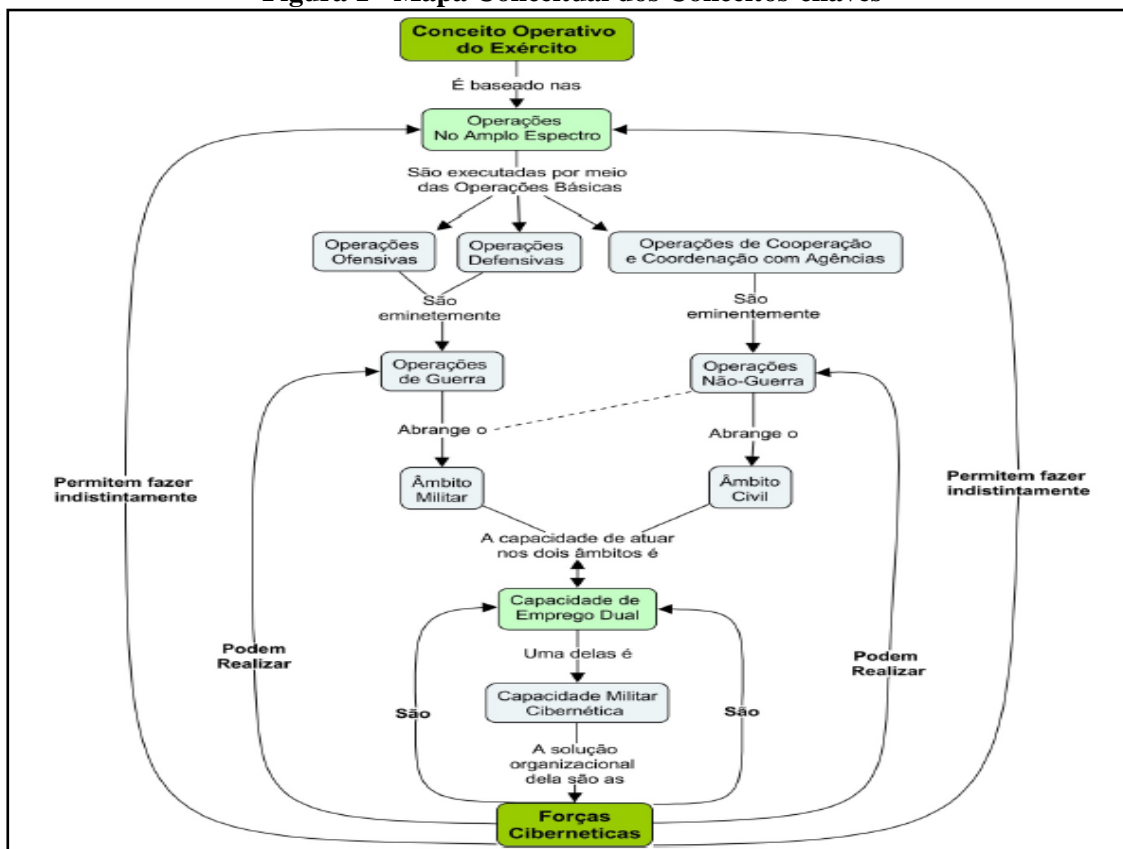
As forças cibernéticas e o conceito operativo do Exército

esforços, por exemplo, implica necessariamente na redução do tempo disponível para o preparo da referida tropa para a sua atividade finalística e, conseqüentemente, no desgaste de seu material em ações para as quais não são as mais adequadas para uma tropa de infantaria blindada.

No tocante às forças cibernéticas, nota-se que elas operam principalmente na quinta dimensão do *ciberespaço* (que se soma às dimensões tradicionais: terrestre, marítima, aérea e espacial). Independente da tarefa ou da missão a ser executada pelas forças cibernéticas, não restam dúvidas de que elas enfrentarão ameaças reais e potenciais, que não diferem substancialmente se estiverem na execução de operações de guerra ou de não-guerra. Portanto, pode-se inferir que, a utilização das forças cibernéticas, independentemente do tipo de operação que executem ou da área em que se enquadrem, são reforçadas e potenciadas no que diz respeito no preparo e emprego, toda vez que atuam em ambientes reais e de simulação.

A seguir, será apresentada uma representação gráfica de como os principais conceitos discutidos neste artigo estão integrados e relacionados com o Conceito Operativo do Exército Brasileiro e com as Forças Cibernéticas.

Figura 1 - Mapa Conceitual dos Conceitos-chaves



Fonte: O AUTOR, 2022.

Diante do exposto, pode-se concluir parcialmente que as forças cibernéticas, sendo uma das capacidades militares constitutivas da Força Terrestre, dadas as suas características particulares, colaboram direta e decisivamente na execução das operações no amplo espectro dos conflitos, conferindo à Força Terrestre uma elevada flexibilidade e a capacidade de executar ações em múltiplos domínios e dimensões. Dessa forma, é possível afirmar que as forças cibernéticas estão no coração do conceito operativo do Exército Brasileiro.

5. Considerações Finais

O conceito operativo de emprego do Exército Brasileiro é baseado nas operações no amplo espectro dos conflitos. A fim de atender a esse conceito, a Força Terrestre possui múltiplas capacidades militares que, como um todo, devem ser capazes de executar os diversos tipos de operações básicas.

Evidentemente, a vocação principal de qualquer tipo de capacidade militar é dada pela execução de operações militares de guerra, para as quais concentram seus maiores esforços de treinamento. Porém, dadas as necessidades do Estado e a constante evolução das ameaças, as capacidades militares devem ser capazes de realizar operações militares não-guerra, agrupadas majoritariamente, sob o critério doutrinário de operações de cooperação e coordenação com agências.

No entanto, a flexibilidade e versatilidade que as capacidades militares proporcionam à Força Terrestre no momento de estar em condições adequadas de preparação e emprego para a execução das referidas operações, tem um custo que não pode ser ignorado e que vai em detrimento do preparo para sua função principal, sem considerar o desgaste prematuro dos equipamentos e dos sistemas de armas.

Nessa perspectiva, a partir da evidência de uma série de argumentos teóricos, com base em aspectos doutrinários, é possível identificar as características de emprego dual e de multifuncionalidade das forças cibernéticas, as quais facilitam a execução das operações no amplo espectro. Da mesma forma, e não apenas teoricamente, a execução de operações reais na última década pelo Exército Brasileiro, que envolveram o emprego das forças cibernéticas, demonstraram a crescente importância dessa temática, principalmente em situações de não-guerra.

Todavia, o caráter dual dos equipamentos cibernéticos e o ambiente no qual as forças cibernéticas atuam (*ciberespaço*), proporciona a capacidade militar cibernética realizar operações de guerra e de não-guerra indistintamente, com o grande diferencial de

que, tal emprego não implica perda ou desgaste dessa capacidade, mas, ao contrário, potencializa sua capacidade de preparação e emprego. Portanto, pode-se concluir que as forças cibernéticas estão no coração do conceito operativo do Exército Brasileiro, proporcionando significativas qualidades de flexibilidade e versatilidade à força terrestre.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Concepção Estratégica do Exército**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2009.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre - EB20-MF-10.102**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Manual de Campanha Guerra Cibernética - EB70-MC-10.232**. Brasília: COTER, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Formas Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

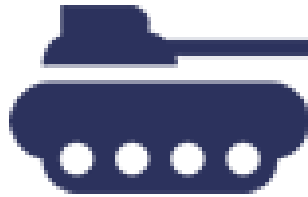
BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa Cibernética - MD31-M-08**. Brasília: Ministério da Defesa, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa - MD51-M-04**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

CONFLITOS BÉLICOS



A PREVISIBILIDADE DE AGRESSÃO NOS CONFLITOS ARMADOS: UMA ANÁLISE DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA*

*Thiago Britto de Albuquerque¹
Leandro Leite de Almeida²*

1. Introdução

A previsibilidade de ameaças externas é uma preocupação constante dos serviços de inteligência ao redor do mundo. O alerta oportuno pode impactar de forma significativa o resultado do conflito, pois permite em tempo hábil a concentração estratégica das forças militares e a obtenção de uma vantagem decisiva sobre o oponente. Os analistas de inteligência se dedicam a prever tempestivamente as intenções de uma ameaça antes que se tornem em ações num ambiente cada vez mais incerto, complexo, difuso e ambíguo.

No final da década de 1970, temendo um novo conflito mundial durante a Guerra Fria, o governo britânico encomendou um estudo metodológico que, por meio de um método eficaz, se propunha avisar as autoridades políticas e militares face a um ataque externo que pudesse causar danos aos objetivos vitais da Grã-Bretanha. À época, coube ao analista de inteligência *Doug Nicoll*, do *Joint Intelligence Committee (JIC)*, órgão de inteligência consultivo do Ministro da Defesa britânico, realizar esse trabalho (GOODMAN, 2007).

O Relatório *Nicoll*, como ficou conhecido, foi elaborado em 1982 e demonstrou a análise detalhada de sete ataques externos: as invasões soviéticas na Tchecoslováquia (1982), no Vietnã (1979), no Irã (1979) e na Polônia (1980); o ataque da Coalização Árabe em Israel (1972); o ataque da China ao Vietnã (1979); e a invasão do Iraque ao Irã (1980). A partir dessas agressões, foram levantadas cinco tendências comuns preexistentes a um ataque: 1) existência de um objetivo político-militar; 2) vontade e intenção política; 3) capacidade militar para conquistar esse objetivo; 4) estabelecimento de um processo decisório; e 5) preparação, mobilização e deslocamento de tropas (GOODMAN, 2007).

Desde então, os países mundo afora passaram antever possíveis cenários em suas áreas de influência e de interesse. Para tanto, por meio de suas Forças Armadas e órgãos consultivos, tais países têm realizado estudos prospectivos com vistas a mitigar ou até

* Artigo originalmente publicado em 11 de outubro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e Mestrando em Ciências Militares na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro e Mestrando em Ciências Militares na ECEME.

neutralizar possíveis ameaças ou danos que podem ocorrer. Em vista dessa realidade e considerando a relevância da guerra russo-ucraniana, este artigo tem por objetivo analisar a previsibilidade de agressão nos conflitos armados, tomando como base as cinco tendências levantadas no relatório *Nicoll*, selecionando a guerra russo-ucraniana como estudo de caso.

2. A existência de um Objetivo Político-Militar

O emprego pleno das expressões do poder de um país, com preponderância militar, justifica-se pela designação de um objetivo. Nos casos estudados, os relatórios do *JIC* revelaram que os potenciais agressores justificaram o emprego das capacidades militares pela imposição de um objetivo nítido para legitimar as ações e obter apoio antes do conflito. Como exemplo, há o caso da ex-União Soviética que, devido à desaprovação da opinião pública mundial e a falta de legitimidade de suas ações, adiou os planos de invadir a Tchecoslováquia entre março e agosto de 1968, até encontrar um objetivo que garantisse o apoio interno para a invasão.

Nos dias atuais, percebe-se que a Ucrânia representa para os russos mais do que uma disputa por independência das regiões separatistas. *Crimeia, Donbas, Luhansk e Donetsk* são áreas ligadas historicamente à nacionalidade e à cultura de Moscou. Por esse fato, o governo russo adota uma postura oficial de proteger os direitos e os interesses de nacionais no exterior, amparada na Estratégia de Segurança Nacional e na Política Externa do país. Além disso, o território ucraniano representa um objetivo fundamental para a geopolítica russa, pois mantém os europeus ocidentais e as influências norte-americanas longe de suas fronteiras.

Localizado literalmente entre o Ocidente e o Oriente, o território ucraniano possui extensas planícies e é carente de obstáculos naturais de vulto, aspectos que o tornam de fácil locomoção e transposição. Não custa lembrar que foram através desses terrenos pouco acidentados que as tropas alemãs invadiram a Rússia na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Manter a Ucrânia sob a sua esfera de influência é um objetivo militar permanente para os russos, pois os assegura uma profundidade estratégica em relação à Europa, no caso de uma nova ofensiva contra o seu território. Ademais, é através destas províncias que Moscou mantém acesso terrestre à *Crimeia* e a sua principal base naval de *Sebastopol*. O controle dessa região permite aos russos o acesso às águas quentes do Mar Negro e do Mar de *Azov*, únicas navegáveis durante todas as estações do ano e fundamentais para o comércio exterior russo.

Assim, pode-se inferir, parcialmente, que Moscou estabeleceu um objetivo político em relação à Ucrânia e iniciou a conquista deste a partir da anexação da Crimeia, em 2014.

3. Vontade e Intenção Política

Conforme consta no Relatório de *Nicoll*, a vontade e a intenção política podem ser descritas e representadas pelos atos de um líder ou presidente do país. Em agosto de 1973, os chefes do Egito e da Síria aprovaram e intensificaram os planos para invasão de Israel. *Anwar al-Sadat*, presidente do Egito na época, determinou a redução do tempo de preparação do ataque a fim de atacar os israelenses antes de qualquer possibilidade de uma mobilização plena. Essa decisão unilateral política causou a falta de sincronização do ataque da Liga Árabe. A guerra, em sua essência, é um ato político (CLAUSEWITZ, 1983). A vontade e a intenção do presidente egípcio, além de iniciar o conflito, foi determinante para os resultados da guerra.

No conflito russo-ucraniano, está claro que *Vladimir Putin* representa a liderança máxima no governo russo. Desde 1999 no poder, *Putin* tem se revezado no cargo de Presidente e Primeiro-Ministro. Para *Vladimir Putin*, a maior tragédia geopolítica do século XXI foi o colapso soviético. Em 2008, quando a Ucrânia manifestou a intenção de aprofundar os laços de integração com a União Europeia e com a OTAN, o líder russo se pronunciou dizendo que, caso isso acontecesse, a Rússia lutaria para anexar o leste do território ucraniano.

Pelo exposto, pode-se inferir parcialmente que a vontade e a intenção de *Vladimir Putin* em manter a Ucrânia sob a esfera de influência russa está sendo determinante para o projeto de poder russo. A Rússia tem buscado reconstruir um projeto de segurança nacional, viável aos seus interesses no continente europeu, sendo a Ucrânia uma peça fundamental para isso (BRZEZINSKI, 1997; KARAGANOV, 2022).

4. Capacidade Militar

A capacidade militar, conforme definido no relatório *Nicoll*, reflete a necessidade de uma capacidade militar para conquistar objetivos definidos. A geração de capacidades envolve o desenvolvimento de um conjunto de aptidões de uma força militar e se caracteriza pelo aprimoramento da doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (BRASIL, 2015).

Os países agressores procuram aprimorar a capacidade operativa de suas tropas, como ocorreu no ataque soviético à Tchecoslováquia e ao Afeganistão, em que foram dedicados cerca de 4 a 5 meses de estudos, discussões e treinamento preparando as forças. As forças chinesas levaram mais de 3 meses se preparando para a invasão do Vietnã, que foi precedida por intensos estudos sobre as forças dos vietnamitas. Para a Guerra de *Yom Kippur*, a Liga Árabe se preparou por 9 meses para estar pronta.

Nesse ínterim, a Federação Russa aumentou os investimentos em defesa, promovendo o desenvolvimento de tecnologias sensíveis, como a cibernética, e a modernização dos equipamentos militares, a exemplo de mísseis balísticos. Os exercícios militares se tornaram cada vez mais frequentes, com o intuito de aperfeiçoar o adestramento da tropa, como visto em 2013, quando os russos simularam um ataque nuclear contra a Suécia. A presença militar russa na fronteira ucraniana foi sendo sistematicamente expandida, principalmente no Mar Negro, com a incorporação de novos submarinos e fragatas, equipados com mísseis de cruzeiro de longo alcance.

Dessa maneira, verifica-se, de forma parcial, que a Rússia aumentou suas capacidades militares a fim de atingir os objetivos políticos-militares a que se destina, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e do domínio de capacidades que poderão obter um efeito decisivo no campo de batalha.

5. Estabelecimento de um Processo Decisório

O processo decisório se inicia antes da agressão. *Doug Nicoll* aduziu que essa fase pode ser observada pela autorização de planos e ordens para a execução do ataque pelas autoridades máximas de um país. A intervenção soviética na Tchecoslováquia em 1968, e no Afeganistão em 1979, foram autorizadas pessoalmente pelo presidente *Brezhnev*, o qual se envolveu de forma crítica em todas as fases do processo decisório. Além disso, o próprio *Brezhnev*, possivelmente, tomou a decisão para autorizar a mobilização de reservistas em 1968. Esses fatos demonstram o estabelecimento de um processo decisório que envolve, desde a concepção e a determinação dos planos no nível político, até as ordens de desencadear o ataque.

Os planos que conduzem a um ataque, geralmente, são de caráter sigiloso. Pode-se ter como indício do processo decisório russo a divulgação da proposta de acordo com a OTAN, cujo objetivo era “garantir a segurança da Federação Russa e dos Estados-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte”, em 17 de dezembro de 2021. A intenção de Moscou era basicamente reaver a situação do Ato de Relações Mútuas,

Cooperação e Segurança, assinado em 1997, entre a OTAN e a Rússia. Além disso, ainda no decorrer desse processo, houve a grande diminuição de diplomatas russos em *Kiev*, capital da Ucrânia, o que pode ratificar, mais uma vez, a execução de um plano e a escalada da crise.

Nesse diapasão, infere-se que a Federação Russa estabeleceu um processo decisório, observando a reação da comunidade internacional em adotar ou não as suas exigências e que evoluiu de forma gradual, de uma situação de crise para uma situação de conflito.

6. Preparação, Mobilização e Adestramento

O comitê de inteligência afirmou que é possível observar essa fase a partir da concentração de tropas em regiões estratégicas. Cobrir 27 divisões soviéticas nas fronteiras com a Tchecoslováquia em 1968, era algo praticamente impossível. A ex-União Soviética anunciou, então, a ocorrência de um exercício logístico, denominado *Neman*, seguido de outra atividade militar operacional. A concentração estratégica permite ao atacante obter superioridade inicial e a iniciativa no combate, o que podem ser determinantes para o resultado decisivo do conflito armado.

A Federação Russa realizou, em 14 de janeiro de 2021, uma série de manobras junto à Bielorrússia, na fronteira norte da Ucrânia. Ainda, ocorreu um grande exercício naval, envolvendo cerca de 140 navios, 60 aviões e 10.000 militares, nos Mares Mediterrâneo, Norte e de *Okhotsk*. Em março e abril de 2021, houve outro grande exercício militar no Distrito Militar do Sul, ao término do qual, não foram desmobilizados os meios. Após esse exercício, houve uma nova concentração de tropas nos Distritos Militares do Centro e Oeste, o que configurou a maior mobilização de forças militares desde a anexação da *Crimeia*. Ao todo, mais de 100 mil soldados e um conjunto de aparatos militares, como carros de combates e veículos blindados, estavam presentes na fronteira com a Ucrânia, além da concentração de tropas da Marinha no Mar Negro.

Essa tática de concentração de tropas dissimuladas por meio da execução de exercícios militares já havia sido alertada no Relatório de *Nicoll*, o qual reportou como óbvio que exercícios repetidos reiteradamente visam aos governos obter posições de vantagem estratégica para o emprego do poder militar sem alertar ao oponente, como percebido na invasão turca ao Chipre, em 1974.

Assim, verifica-se que a Rússia utilizou a referida técnica, mobilizando um grande efetivo militar junto à fronteira com a Ucrânia, concentrando o maior efetivo militar naquela região desde o final de Guerra Fria.

7. Conclusão

Por fim, pode-se observar que, em que pese as nações estarem inseridas em um mundo cada vez mais complexo, com ameaças de atores estatais e não estatais, o Relatório de *Nicoll* ainda se apresenta como uma ferramenta oportuna para alertar as autoridades políticas e militares quanto à iminência de um ataque externo, conforme constatado ao longo do texto por ocasião da guerra russo-ucraniana.

Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35_G01 - Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB70-D-10.002 - Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

BROWN, David. **Ukraine conflict: Where are Russia's troops?** BBC News, 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-60158694>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

BRZEZINSKI, Z. K. **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

FARIAS, Hélio Caetano. **Geopolítica e Guerra na Ucrânia: algumas considerações**. Observatório Militar da Praia Vermelha, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

GOODMAN, S. Michael. **The Dog That Didn't Bark: The Joint Intelligence Committee and Warning Aggression**. Cold War History, Vol. 7, nº 4, p. 529-551, 2007.

KARAGANOV, Sergei. **It Is Not About Ukraine**. Russia in Global Affairs, 07 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/it-is-not-about-ukraine/>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

MOITA, Sandro Teixeira. **Análise de Situação - Crise na Ucrânia**. Observatório Militar da Praia Vermelha, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

DOCTRINA E OPERAÇÕES MILITARES



O EMPREGO DE FOGOS PELA RÚSSIA NO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO*

Augusto Rodrigues Lima Junior¹

1. Introdução

Em 2014, os russos surpreenderam o mundo com o uso de guerra eletrônica, cibernética e de drones para o levantamento e confirmação de alvos destinados a realização de ataques de artilharia na região do *Donbass*. Naquela ocasião, obuses e foguetes destruíram a capacidade de combater de dois Batalhões ucranianos num episódio bastante conhecido e que já consta em alguns manuais doutrinários, como o *FM 3-0 Operations*, do Exército dos Estados Unidos da América (UNITED STATES OF AMERICA, 2017). Presume-se que esse ataque tenha partido de um novo tipo de formação militar, qual seja: Força-Tarefa semiautônoma, também conhecida como BTG (*Battalion Tactical Group*), ou simplesmente Grupo Tático de Batalhão.

Em síntese, tal estrutura agrega mais poder de fogo a um Batalhão do que o prescrito na doutrina ocidental em vigor. Pode, inclusive, dispor ao seu Comandante, a capacidade de saturação por foguetes. O que os ocidentais entendem por apoio de fogo adequado, para os russos parece ser muito mais. O Comandante do BTG não só tem poder fogo, mas também possui meios de busca e a liberdade de decisão necessária para causar danos significativos ao inimigo. A capacidade de reconhecimento e ataque no nível Unidade é o que torna o BTG tão poderoso e surpreendente, quase numa “pequena Brigada”.

A velocidade como se deu a invasão russa no território ucraniano, associada ao cerco do Exército russo a importantes cidades ucranianas como *Kiev, Kharkiv, Odessa e Mariupol*, indicam que os russos estejam utilizando, de maneira bem-sucedida, o BTG contra os ucranianos. Dito isto, este artigo tem como finalidade apresentar a maneira pela qual a Rússia está empregando os meios de apoio de fogo nesse conflito contra a Ucrânia.

2. Revisitando a história

Ao revisar a história militar, verifica-se que durante a 2ª Guerra Mundial, o Exército alemão surpreendeu o mundo com várias inovações no campo de batalha.

* Artigo originalmente publicado em 23 de junho de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

Inovações que não ficaram restritas ao segmento tecnológico, pelo contrário, de forma hábil e inteligente, os alemães utilizaram novos equipamentos militares sob o contexto de uma doutrina militar até então inédita (GUDERIAN, 2009). Emprego de armas combinadas, controle das comunicações entre o Comandante e os carros, uso da artilharia e apoio aéreo para avançar sobre o inimigo, são apenas alguns exemplos. Da mesma forma como os alemães na 2ª Guerra Mundial, os russos estão tendo sucesso atualmente, pois mesclam o emprego de novos equipamentos militares com a utilização de uma doutrina militar até então desconhecida, fato que surpreendeu os ucranianos.

A maneira como os alemães empregaram os blindados na 2ª Guerra Mundial surpreendeu a todos porque eles souberam identificar e potencializar as inovações da época em prol de uma importante mudança na doutrina (MACKSEY, 2008). De maneira semelhante, os russos estão fazendo atualmente. No entanto, a inovação não está nos blindados, mas sim na artilharia. Desta vez, “encurtando as distâncias”, ao promover um *link* direto dos meios de busca (drones), com os meios de apoio de fogo e colocando tudo isso nas mãos de um Comandante de Batalhão que possui capacidades altamente móveis.

3. Inovações doutrinárias

Em que pese o emprego de fogos de contrabateria em alvos identificados pela inteligência e de que a utilização de drones na busca de alvos não sejam fatos inovadores, a maneira pela qual isso ocorre nesse conflito é inédita. A velocidade com que os ucranianos foram surpreendidos com o primeiro som das aeronaves remotamente pilotadas e, posteriormente, foram atacados em 2014, demonstra a eficiência dessa mudança, hoje consolidada, e o que deve ser interpretado pelos ocidentais como uma quebra de paradigmas no planejamento e na coordenação de fogos.

O que se pode observar nessa contenda é que os russos permanecem dando grande importância aos fogos, principalmente no uso de seus obuseiros, como o 2S19 de 152,4 mm, e lançadores de foguetes como o 9A52-4 Tornado. Ou mesmo no ataque à *Ohtyrka* em 1º de março de 2022, onde setenta soldados ucranianos foram mortos num ataque de um único míssil balístico *Iskander* (BEAUMNOT, 2022).

Costuma-se dizer que os russos, muitas vezes, manobram pelo fogo, tudo para minar ao máximo o poder de combate do inimigo. Quando passaram a atacar os alvos em poucos minutos e com a grande letalidade de suas munições termobáricas usando a descentralização para aumentar a eficiência dos fogos, os russos deram um salto à frente. Isso se deve especificamente ao uso combinado do sistemas de drones e artilharia, ou

estabeleceram um *link* eficiente entre os três subsistemas: 1) busca de alvos; 2) direção e coordenação; e 3) linha de fogo (BAKER, 2022).

Parece que os meios de artilharia, como ocorrido em outrora na defesa em profundidade em *Kursk*, volta a ser vista como emprego massivo numa guerra convencional (CROSS, 2008). Tudo isso, em tempos em que o ocidente por décadas se agarrou a doutrinas de contra insurgência e relegou aos fogos um papel secundário, quiçá terciário, deixando parte do seu poder de combate quase que desvanecer ou sucatear.

Além do uso de drones, os russos também utilizam seus meios de guerra eletrônica, radares de contrabateria e, até mesmo, a cibernética para a localização da artilharia e de outros meios ucranianos (FOX, 2022). Tal capacidade torna a sobrevivência das tropas ucranianas extremamente difícil, mesmo com as lições colhidas em 2014 e 2015.

Embora seja interessante ver certas mudanças e quebras de paradigmas no emprego de tropas em combate, a guerra continua sendo guerra e os russos usam sua artilharia autopropulsada da mesma maneira há quase oitenta anos, com os seus 2S19 acompanhando as colunas de blindados no eixo estratégico Norte-Sul, fornecendo o famigerado “apoio cerrado e contínuo”. A verdadeira inovação, a meu ver, está na velocidade da integração entre fogos e inteligência.

4. Considerações finais

Do exposto, pode-se verificar que um dos grandes trunfos militares dos russos nesse conflito é a capacidade de destruir grande parte do poder de combate do inimigo, empregando fogos de artilharia altamente eficazes e letais num espaço de tempo muito pequeno entre o levantamento dos alvos e a execução das missões de tiro. Isso se deve a uma excepcional capacidade de sincronização entre os subsistemas da artilharia, onde a busca de alvos tem adquirido papel cada vez mais relevante, ao mesmo tempo que detém o poder de “martelar” os meios inimigos (CRANNY-EVANS, 2022).

Por fim, apesar da natureza da guerra, de seus efeitos colaterais sobre os civis, da justiça ou não, e do porquê de as nações optarem por escalar a crise para o pior dos cenários, pode-se tirar alguns ensinamentos dela para que a sociedade esteja mais bem preparada para um cenário semelhante no futuro. Dito isto, é importante destacar que a busca de alvos é fundamental e deve ser trabalhada em sinergia com os meios de apoio de fogo. Além disso, a descentralização dos meios de apoio de fogo, associada à liberdade para empregá-los nos escalões mais baixos, tem se mostrado uma boa solução para alcançar os objetivos fornecidos pelo escalão superior de forma mais rápida. Armas com

alta precisão e elevada letalidade são fundamentais para minar o poder de combate do inimigo e sua vontade de lutar.

Referências:

BAKER, Ryan. **The russian invasion has some logistical problems. That doesn't mean it's doomed.** The Washington Post, 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2022/02/28/russia-ukraine-logistics-invasion/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

BEAUMONT, Peter. **More than 70 ukrainian soldiers killed in Russian attack on a base near kharkiv.** The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/mar/01/fears-of-bloody-fight-for-kyiv-as-huge-russian-armt-convoy-gathers-on-outskirts>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

CRANNY-EVANS, Sam. **The role of artillery in a war between Russia and Ukraine.** Rusi, 2022. Disponível em: <https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/role-artillery-war-between-russia-and-ukraine>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

CROSS, Robin. **Citadel - A batalha de kursk.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.

FOX, Amos. **The Russian-ukrainian war: understanding the dust clouds on the battlefield.** MWI, 2017. Disponível em: <https://mwi.usma.edu/russian-ukrainian-war-understanding-dust-clouds-battlefield/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

GUDERIAN, Heinz. **Achtung panzer.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

MACKSEY, Kenneth. **Guderian. General panzer.** Barcelona: Tempus, 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Army. **FM 3-0: Operations.** Pg 1-3, 2017.

A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE NO APOIO ÀS CATÁSTROFES NATURAIS*

Flávio Roberto Bezerra Morgado¹

1. Introdução

O início do ano de 2022 foi marcado por intensas chuvas na região sudeste do Brasil, que ocasionaram catástrofes naturais, principalmente nas cidades de Petrópolis e Angra dos Reis. Estes tipos de ocorrências já aconteceram em outras ocasiões e em anos anteriores, sendo uma constante no país, ao se analisar a quantidade de vezes e a periodicidade destas tragédias.

Figura 1 - Tragédia em Petrópolis



Fonte: <https://www.oliberal.com/ultimas-noticias/paraense-tem-livramento-ao-cancelar-a-viagem-para-petropolis-rj-e-escapar-de-temporal-1.497426>

Nessas ocasiões, percebe-se que o Exército Brasileiro normalmente vem sendo acionado para apoiar os governos estaduais e municipais, a fim de minimizar os efeitos colaterais advindos dessas catástrofes. A instituição, por sua vez, procura empregar seus meios orgânicos (pessoal e material) durante os trabalhos de recuperação das áreas atingidas. *Mas, por qual motivo o Exército Brasileiro possui uma doutrina para atuar*

* Artigo originalmente publicado em 22 de julho de 2022 no site do OMPV.

¹ Coronel veterano do Exército Brasileiro e instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

nesse tipo de tragédia? Com vistas a responder esta pergunta, o presente artigo busca apresentar alguns pontos de natureza doutrinária que justificam essa questão.

2. Desenvolvimento

A doutrina, em seu significado mais amplo, é o conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, disposto de forma integrada e harmônica, fundamentados principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações. A doutrina militar, por sua vez, compreende o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas (FA). Engloba a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares (como organizar, como equipar, como combater) (BRASIL, 2019). A doutrina militar terrestre, por seu turno, estabelece que os elementos da Força Terrestre devem executar as operações básicas (ofensivas, defensivas, de cooperação e de coordenação com agências) para cumprirem as missões recebidas dos escalões superiores (BRASIL, 2017).

O conceito operativo do Exército é aquele que interpreta a forma de atuação dos elementos da Força Terrestre para obter e manter resultados decisivos nas operações desencadeadas no amplo espectro dos conflitos, mediante a combinação de operações ofensivas, defensivas ou de cooperação e coordenação com agências, de forma simultânea ou sucessiva, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de guerra e de não guerra.

As operações de cooperação e de coordenação com agências são executadas em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Além disso, também são estabelecidas as operações complementares, que se destinam a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre. Os elementos da Força Terrestre as executam inseridas no contexto das operações básicas.

Figura 2 - Ação de Controle de Danos



Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/exercito-deflagra-operacao-para-socorrer-vitimas-das-chuvas-em-petropolis/>

Ainda nesse contexto, observa-se um rol de ações comuns às operações, podendo ser realizadas por tropas de qualquer natureza, desde que estas tenham as capacidades necessárias. Relacionam-se às funções de combate, às atividades e tarefas a serem conduzidas pelos elementos da Força Terrestre e apresentam um grau de intensidade variável, de acordo com a operação militar planejada e conduzida.

Dentro das ações comuns às operações terrestres, as ações de segurança da área de retaguarda são executadas na área de retaguarda de um determinado escalão, para evitar a interferência do oponente ou para mitigar seus efeitos, além de controlar os efeitos de uma ameaça relacionada a catástrofes (naturais ou provocadas pelo homem). Tais ações têm por finalidade preservar o poder de combate.

A segurança da área de retaguarda compreende dois tipos de ação: a defesa de área de retaguarda e o controle de danos. O controle de danos é o conjunto de medidas preventivas e corretivas que visam a minimizar os efeitos das ações do oponente ou das catástrofes na nossa área de retaguarda. Essas medidas têm a finalidade de assegurar a continuidade das demais funções de combate.

As Organizações Militares do Exército Brasileiro empregadas em decorrência de desastres naturais, em apoio aos órgãos estaduais e municipais, como nos casos de Petrópolis e Angra dos Reis, no início de 2022, estão executando uma ação de controle de danos, num contexto de uma operação de cooperação e de coordenação com agências.

Figura 3 - Exército Brasileiro em ação na cidade de Petrópolis em fevereiro de 2022



Fonte: <https://twitter.com/exercitooficial/status/1497708157396832256/photo/1>

Por ser uma atividade prevista em sua doutrina, o Exército Brasileiro possui pessoal (como organizar), material (como equipar) e condutas/processos (como combater) na ação de controle de danos, possuindo condições de enfrentar estes tipos de desastres naturais.

3. Considerações Finais

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e sua missão é de contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social (BRASIL, 2014). A existência de uma doutrina que permite à Força Terrestre empregar suas Organizações Militares em uma situação de catástrofe natural, demonstra o elevado grau de profissionalismo, a visão prospectiva e o nível de prontidão existentes no Exército Brasileiro, sempre orientado por seus valores e suas tradições, alicerçados na hierarquia e na disciplina.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha Manual EB20-MF-10.101 - Exército Brasileiro**. Brasília: Exército Brasileiro, 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha Manual EB70-MC-10.223 - Operações**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

A LOGÍSTICA RUSSA NO CONTEXTO DO CONFLITO COM A UCRÂNIA: ALGUNS APONTAMENTOS*

Jonathas da Costa Jardim¹

1. Introdução

O conflito russo-ucraniano, iniciado em 24 de fevereiro de 2022, vem chamando a atenção do mundo, sobretudo por conta do esforço logístico empregado. Rússia e Ucrânia são países vizinhos e que possuem contendas territoriais ativas. Em 2014, sob pretexto de proteger os nacionais russos que viviam na Crimeia, a Rússia anexou para si a Crimeia, que até então fazia parte do território ucraniano. Em 2022, o estopim do conflito foi a aproximação da Ucrânia com a União Europeia e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que desagradou fortemente o governo russo.

O desenrolar da guerra tem mostrado diversos ensinamentos para a doutrina militar, da mesma forma que vem revelando a necessidade de que conceitos sejam revistos e outros confirmados, entre eles, os que se relacionam com a logística, estrutura chave responsável em prever e prover os recursos e os serviços, para atender as necessidades das tropas e mantê-las em condições de combater. No caso do Brasil, verifica-se que o manual do Exército Brasileiro “Logística nas Operações”, concebe que o apoio logístico à uma tropa deve ser realizado em quatro fases: **Geração, Desdobramento de Meios, Sustentação e a Reversão** das Forças em combate (BRASIL, 2018).

Figura 1 - Capacidades básicas da logística



Fonte: BRASIL, 2018.

* Artigo originalmente publicado em 12 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Possui o Curso de Comando e Estado-Maior na Índia.

Diante dessas considerações e com vistas a aprofundar o debate sobre um tema tão importante para as operações militares, este artigo pretende apresentar, de forma cronológica, a maneira pela qual a Rússia realizou o apoio logístico para as suas tropas durante o conflito entre russos e ucranianos.

2. O Apoio Logístico Russo segundo as Capacidades Básicas da Logística

Na primeira fase do apoio logístico (geração do poder de combate), a Rússia apoiou-se fortemente na infraestrutura existente em seu território e na sua pujança como fabricante e como exportador de produtos de defesa. Segundo o *Demographic Year book System*” (2021), a Rússia é o país que possui a maior área territorial do planeta, sendo também o 2º maior exportador de produtos de defesa no globo (SIPRI, 2022).

Tal condição permitiu que os níveis de dotação das Organizações Militares russas estivessem completos no início do conflito, garantindo a tão desejada prontidão logística. Segundo o manual do Exército Brasileiro “Logística Militar Terrestre”, prontidão logística pode ser definida como:

“Prontidão Logística - É a capacidade de pronta-resposta das Organizações Militares Logísticas para fazer face às demandas de apoio à F Ter em tempo de paz e em operações, fundamentada na doutrina, adestramento, organização, gestão das informações, efetividade do ciclo logístico e capacitação continuada do capital humano” (BRASIL, 2019).

Na primeira fase, além de ter gerado os meios necessários para o cumprimento de sua missão, a Rússia realizou um deslocamento estratégico com seus meios militares, transportando pessoal e material para três áreas de concentração estratégica, previamente planejadas pelas autoridades militares russas. Para tanto, apoiando-se no excelente modal ferroviário existente em seu território, as Forças Armadas russas empregaram 10 (dez) Brigadas ferroviárias especializadas em segurança, construção e reparo de ferrovias, além de várias empresas estatais para realizarem o transporte de suas tropas e meios, conforme demonstrado a seguir (VERSHININ, 2022):

Figura 2 - Deslocamento Estratégico de tropas russas

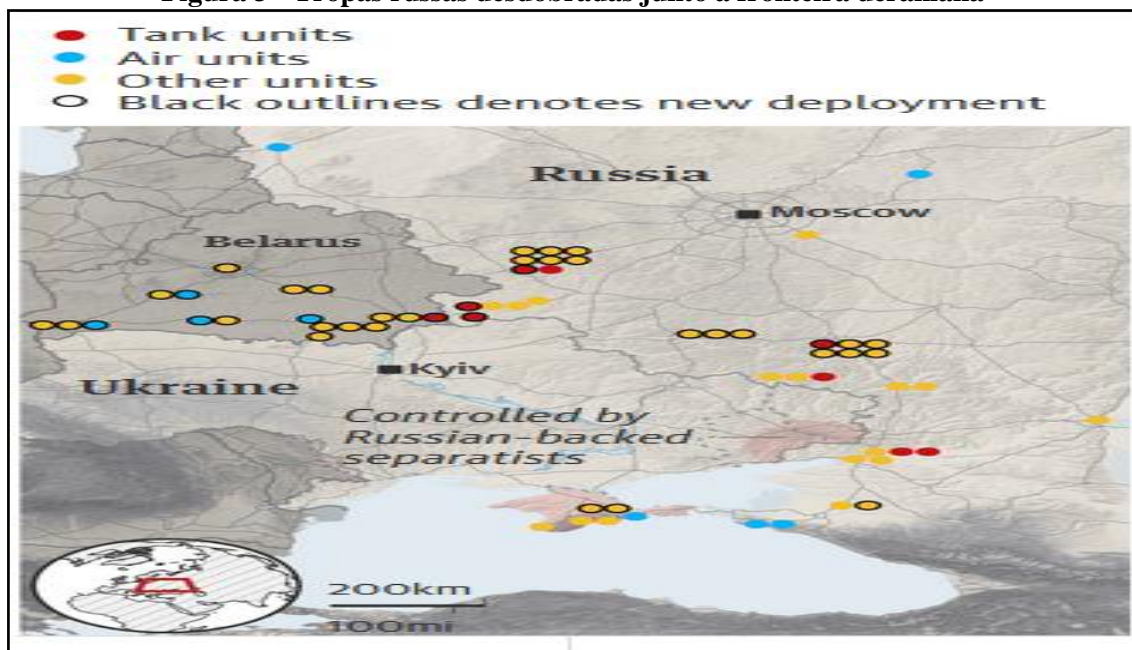


Fonte: ROCHAN CONSULTING, 2022.

O deslocamento estratégico foi executado em 4 (quatro) eixos prioritários de transporte (EPT): (*Bielorrússia-Kiev; Kharkiv; Donbas e Crimeia-Kherson*). Esses itinerários permitiram que os meios e o pessoal de cerca de 30 *Battalion Task Group* (BTG) chegassem até as áreas de concentração estratégica. Isso representa um efetivo aproximado de 30 mil militares (WALKER, 2022). Com uma quantidade expressiva de meios empregados, a fase do deslocamento estratégico foi facilitada porque os russos alegaram que a mobilização desse contingente estava voltada para a realização de um grande exercício militar junto com o país aliado da Bielorrússia.

“Da fronteira com a Bielorrússia, são apenas cerca de 210 quilômetros por uma estrada até Kiev, capital da Ucrânia, e os exercícios conjuntos adicionam uma nova frente a um possível ataque russo à Ucrânia. Há também uma ameaça ao sul, onde a Rússia anexou a Península da Crimeia em 2014, e ao leste, onde Moscou dirigiu uma insurgência contra a autoridade de Kiev e concentrou tropas perto da fronteira Rússia-Ucrânia” (WALKER, 2022).

Figura 3 - Tropas russas desdobradas junto à fronteira ucraniana



Fonte: WALKER, 2022.

Com relação as áreas de concentração estratégica (ACE), percebe-se que elas foram desdobradas em 3 (três) locais distintos: *Belgorod (Rússia)*, *Bokov Airfield (Bielorrússia)* e *Crimeia*. Em *Belgorod*, cidade que dista cerca de 80 Km da cidade de *Kharkiv*, na Ucrânia, foi desdobrado um Hospital de Campanha. Na cidade de *Bokov Airfield*, que dista aproximadamente 50 Km de *Kiev*; foi desdobrado outro Hospital de Campanha. E na Crimeia, foi desdobrada uma ACE responsável por oferecer sustentação logística para as tropas russas localizadas na porção sudoeste do território russo.

Figura 4 - Tropas e unidades de apoio logístico, estacionadas próximo a *Yelsk*, Bielorrússia



Fonte: BALMFORTH; TSVETKOVA; KERRY, 2022.

Pela proximidade das ACE com a fronteira russa, acredita-se que tais locais foram também utilizados para o desdobramento dos meios logísticos no nível operacional e parte do nível tático, permitindo que as tropas russas atingissem o estado de preparação de sua força militar, com capacidade de pronta-resposta a atos hostis de origem externa. Segundo a doutrina militar brasileira, pode-se dizer que, com essas ações, a Rússia passou a ter prontidão operativa, concluindo também a fase do desdobramento das tropas russas (BRASIL, 2007).

Na fase de sustentação das tropas em campanha, a Rússia optou pela utilização de outro modal de transporte para a realização do apoio logístico de suas tropas. Em que pese a Rússia ter utilizado de forma ampla o modal ferroviário na concentração estratégica, não se constata a utilização desse modal no território ucraniano, mesmo a Ucrânia possuindo grande disponibilidade de linhas ferroviárias com a mesma “bitola” (1.520 mm - 4 pés 11²⁷ / 32 pol) das linhas ferroviárias russas (STRINGFIXER, 2022). Em decorrência disso, as ações de sustentação, de forma diversa das ações de geração e de desdobramento, têm sido desencadeadas nas rodovias ucranianas, por meio de viaturas de transporte não especializadas.

Segundo dados médios de planejamento, a fim de atender o consumo utilizado nos diversos escalões, o consumo de combustível no modal rodoviário aumenta em cerca de 20% quando comparado o consumo de combustível no modal ferroviário (BRASIL, 2017). Com esse dado em mente, pode-se inferir que a opção pelo modal rodoviário fez com que, já no segundo dia de conflito, as forças russas sofressem com a falta de combustível nos escalões brigada e inferiores.

“O Kremlin usou trens – centenas deles com muitos milhares de vagões, no total – para montar armas, veículos e suprimentos na fronteira Rússia-Ucrânia para um exército de cerca de 100.000 soldados [...] A Rússia é vasta e suas estradas são ruins em comparação com as estradas dos países ocidentais. [...] Isso ajuda a explicar por que o país e seu exército se apoiam tanto no transporte ferroviário para a logística [...] manejados por brigadas de tropas ferroviárias exclusivas do exército, são “mais do que suficientes para transportar o equipamento de todas as unidades da força terrestre russa” (AXE, 2022).

À medida que as tropas russas avançavam, os eixos de suprimento também se estendiam, fato que causou problemas de suprimento nas tropas em 1º escalão. Um aspecto ainda mais agravante para a logística russa é a forte resistência que vem sendo implementada pelas forças ucranianas, postura que vem dificultando sobremaneira o apoio logístico russo durante o conflito. Reforçando essa assertiva, Schmitt e Barnes

(2022) apontam que Ucrânia tem sido bem-sucedida em suas investidas contra os comboios de suprimento russos.

A par dessas considerações, cumpre ressaltar que, como a Rússia se encontra em território oponente, ela também possui uma dificuldade adicional para realizar o apoio logístico para suas tropas, uma vez que o país não possui estoques preposicionados em território ucraniano. Além disso, como até agora não há registros oficiais de que a Rússia esteja utilizando empresas privadas para complementar o apoio logístico de suas tropas, pode-se inferir que os suprimentos russos são oriundos exclusivamente de suas Forças Armadas (CIMINI, 2018).

Em vista disso, conclui-se que a mobilização russa não foi adequada e não foi dimensionada para as necessidades do combate, particularmente quanto a quantidade estimada de viaturas para movimentar a cauda logística utilizando o modal rodoviário (AXE, 2022). Segundo o Tenente-coronel do Exército dos EUA *Alex Vershinin* (2022), é nesse ponto que a logística do exército russo é mais fraca: *“O exército russo não tem caminhões suficientes para atender às suas necessidades logísticas a mais de 90 milhas, além dos depósitos de suprimentos”*.

Como se não bastasse, as condições climáticas se tornaram em mais um problema para a logística russa. Com temperaturas mais altas do que o habitual, a Rússia teve que se deparar com a incidência de chuvas acima da média na região do conflito, fato que tornou o solo mais permeável, dificultando ou até impedindo o trânsito de viaturas. Tal fato também tem prejudicado o avanço russo, na medida em que diversas viaturas, entre elas algumas de grande valor estratégico e financeiro, como as do sistema antiaéreo *Pantsir-S1*, que custam em torno de US\$ 12 milhões (FANDON, 2015) têm ficado paradas em meio aos atoleiros nos eixos de deslocamento. Tal realidade não foi vislumbrada inicialmente pela Rússia, haja vista que a quantidade de viaturas de transporte especializado tipo reboque empregadas pela Rússia não é capaz de atender às demandas existentes. Esse óbice denota falha na fase de planejamento e na preparação para a operação, pois tudo indica que as condições meteorológicas não foram analisadas corretamente no processo decisório.

Outro ponto observado na fase de sustentação foi a acentuada exposição dos comboios logísticos russos, postura que os fizeram tornar alvo de ações descentralizadas das forças de segurança ucranianas, que destruíram expressiva quantidade de meios de suporte logístico. Com as perdas de suprimentos e equipamentos, a Rússia teve que

reforçar parte dos deslocamentos logísticos com meios de proteção, inclusive antiaéreos, como o sistema TOR (SA-15 "Gauntlet").

Figura 5 - Comboio de suprimento escoltado por sistema antiaéreo russo TOR



Fonte: HOJE NO MUNDO MILITAR, 2022.

A inclusão de novas variáveis no campo de batalha, como a grande mobilidade de tropas, o aumento da amplitude do campo de batalha e a necessidade de o suporte logístico estar cada vez mais à frente em quantidade, local e momento adequados, resultaram numa necessidade maior para proteger as forças logísticas.

Diante do exposto, entende-se que o apoio logístico na fase da geração do poder de combate e do desdobramento das forças russas ocorreram de forma significativamente tranquila, pois se apoiaram na grande disponibilidade do modal ferroviário existente nos territórios russo e bielorrusso, e na elevada *expertise* que os russos possuem em levar os meios julgados necessários até as áreas de concentração estratégicas. Na fase da sustentação, por sua vez, o apoio logístico se apresenta como sendo um grande “gargalo” para as operações russas. A escolha pelo modal rodoviário, em detrimento ao modal ferroviário, mostrou-se numa linha de ação equivocada, haja vista que a opção por esse modal resultou em novas demandas e que não estavam inicialmente previstas, como o consumo adicional de combustível e os efeitos colaterais advindos das chuvas torrenciais que assolaram a região do conflito.

3. Conclusão

A recente guerra russo-ucraniana tem suscitado debates e tem gerado diversos ensinamentos para a doutrina militar. A logística, função de combate fundamental numa

campanha militar, vem mostrando a necessidade de se tornar cada vez mais flexível e adaptativa. Ao analisar o conflito russo-ucraniano, observa-se que a estrutura logística russa não está sendo capaz de proporcionar o apoio logístico adequado para as tropas russas que atuam em território ucraniano.

De uma maneira geral, a geração do poder de combate russo e o desdobramento das forças militares russas foram laureadas com a eficiente mobilidade de seus meios, proporcionada pela utilização ampla do modal ferroviário, em um país que, por sua extensão, dispõe de ferrovias e tropas especializadas para realizar o deslocamento em ferrovias. Depois do desdobramento e a partir da sustentação, as investidas ucranianas sobre os comboios e as estruturas logísticas russas causaram um considerável número de baixas e revelaram a necessidade de repensar a segurança das tropas que proporcionam o apoio logístico russo. Com isso, ficou claro que é imperioso destinar atenção especial no planejamento referente à segurança e à defesa das tropas logísticas.

A grande mobilidade tática, a necessidade da realização de movimentos com velocidade, a dispersão e os aglutinamentos frequentes forçam a logística a aproximar-se das zonas de ação mais à frente no Teatro de Operações. Isso significa que os elementos logísticos são obrigados a dispor de criatividade e flexibilidade para propor medidas alternativas às intempéries do combate. Isso tudo sem descuidar da responsabilidade pela sua autoproteção. Para tanto, o planejador deve se valer, cada vez mais, da proteção blindada e da defesa antiaérea para proteger suas instalações, seus comboios logísticos e o desdobramento de estruturas próximas dos elementos em primeiro escalão.

Por fim, é lícito afirmar que a logística possui inúmeros desafios na geração, desdobramento, sustentação e reversão das Forças empregadas. A atual guerra entre Rússia e Ucrânia tem proporcionado, diariamente, ensinamentos que contribuem para a evolução da arte da guerra, da mesma forma que vem oferecendo oportunidades para a modernização dos meios militares.

Referências:

AXE, David. **The Russian Army Doesn't Have Enough Trucks to Defeat Ukraine Fast.** Forbes, 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/davidaxe/2022/03/18/as-predicted-the-russian-army-is-running-out-of-trucks-for-its-war-in-ukraine/?sh=29d0741e577c>. Acesso em: 5 de Março de 2022.

BALMFORTH, Tom; TSVETKOVA, Maria; KERRY, Frances. **Satellite images show troop deployment to Belarus border with Ukraine ahead of Russian drills.** Reuters, 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/satellite-images-show-troop-deplo>

yment-belarus-border-with-ukraine-ahead-russian-2022-02-06/. Acesso em: 5 de Março de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas - MD- 35-G-01**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Dados Médios de Planejamento - Manual EB60-ME-11.401 – DAMEPLAN**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Logística nas Operações - EB70-MC-10.216**. Brasília: Exército Brasileiro, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Logística Militar Terrestre - EB70-MC-10.238**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

CIMINI, Tea. **The Invisible Army: Explaining Private Military and Security Companies**. E-International Relations, 2018, p. 1-14. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/08/02/the-invisible-army-explaining-private-military-and-security-companies/>. Acesso em: 10 de Março de 2022.

FANDOM. **Pantsir-S1**. Disponível em: <https://military-history.fandom.com/wiki/Pantsir-S1>. Acesso em: 05 de Março de 2022.

HOJE NO MUNDO MILITAR. **Comboio de suprimento escoltado por sistema antiaéreo russo TOR, 2022**. Disponível em: https://gettr.com/user/hoje_no. Acesso em: 05 de Março de 2022.

ROCHAN CONSULTING. **Deslocamento Estratégico de tropas russas**. Disponível em: <https://rochan-consulting.com/>. Acesso em: 05 de Março de 2022.

SCHMITT, Eric; BARNES, Julian E. **Some Russian troops are surrendering or sabotaging vehicles rather than fighting, a Pentagon official says**. New York times, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/03/01/world/europe/russia-troops-pentagon.html>. Acesso em: 05 de Março de 2022.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. **International arms transfers**. SIPRI, 2022. Disponível em: <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/international-arms-transfers>. Acesso em: 06 de Março de 2021.

STRINGFIXER. **Ferrovias da Ucrânia - 2022**. Disponível em: <https://stringfixer.com/pt/Ukrzaliznytsia>. Acesso em: 05 de Março de 2022.

VERSHININ, Alex. **Feeding the Bear: A Closer Look at Russian Army Logistics and the Fait Accompli. National security for insiders**. Texas National Security Review, 2021. Disponível em: <https://warontherocks.com/2021/11/feeding-the-bear-a-closer-look-at-russian-army-logistics/>. Acesso em 05 de Março de 2022.

WALKER, Shaun. **Belarus military drills to begin as Russia ratchets up Ukraine tensions**. The Guardian, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022>

2/feb/09/russia-belarus-start-army-drills-threatening-step-ukraine. Acesso em: 05 de Março de 2022.

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NACIONAL E O AMPARO CONSTITUCIONAL*

William Pereira Laport¹

“Se *Darwin* nos permitisse uma certa ‘liberdade científica’, diríamos que a seleção natural extrapola a sobrevivência do mais forte e passa pela sobrevivência do que tem mais conhecimento” (HAMADA; MOREIRA, 2020).

1. Introdução

Ao longo do mês de julho do corrente ano, um dos assuntos que novamente centrou a atenção da mídia foi a atividade de inteligência nacional. Declarações sugestionando o fim da Agência Brasileira de Inteligência, com o ‘repasse’ de suas atribuições a órgãos de segurança pública federal, pulularam nos mais diversos meios de comunicação (UOL, 2017).

Há, em verdade, uma brecha que permite essas manifestações: a falta de amparo constitucional. Ao folhear as páginas da Constituição Federal de 1988 e revisitar os anais da constituinte que deram azo à atual Carta Magna, verifica-se que não houve menção e previsão à inteligência, seja ela enquanto atividade, produto ou organização. Dessa forma, pondera-se como a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) se preocupou em estabelecer como norma formalmente constitucional a manutenção do Colégio Pedro II na órbita federal (Art. 242, §2º, CF), sem tecer qualquer alusão aos serviços de informação. Diante dessa constatação, o presente manuscrito se presta a esboçar um modelo de resposta a essa inquietude, que há muito intriga e gera falta de segurança a operadores e admiradores da atividade de inteligência, apesar de não possuir a solução para os problemas do mundo, mas importante ferramenta de gestão aliada às demais funções de Estado.

2. Compreendendo a Inteligência

O primeiro ponto a ser levado em consideração reside no fato de que a atividade de inteligência permanece desconhecida e incompreendida, quiçá temida, pela sociedade em

* Artigo originalmente publicado em 23 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Doutorando em Ciências Militares.

geral. Fazer inteligência não se confunde com buscar a verdade² (LOWENTHAL, 2009). Muitas vezes seu objeto pode vir a ser o engodo e a desinformação, aspectos que podem ser vistos em vários exemplos na História.

A busca por uma definição é tratada em diversos estudos. Desde autores estrangeiros como *Jennifer Sims*, *Abram Shulsky* e *Michael Herman*, até autores brasileiros como *Marcos Cepik* e *Priscila Brandão*, inúmeras pessoas se propuseram a entender os meandros da atividade de inteligência e o que ela importa ao Estado. De forma didática, este artigo adotará a visão clássica de Sherman Kent (1949), a qual propõe que a inteligência pode adquirir a faceta de: (i) produto (conhecimento produzido – resultado do processo de produção de conhecimento e que tem como cliente o tomador de decisão); (ii) organização (estruturas funcionais que atuam na busca do dado negado, na produção de inteligência e na salvaguarda dessas informações) e; (iii) atividade (que assessora o processo decisório com conhecimentos específicos obtidos a partir de dados negados e processados por metodologia própria).

O ordenamento pátrio, por sua vez, classifica a inteligência como atividade, conforme se verifica da conceituação preceituada na legislação ordinária regente:

“(...) entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade do Estado” (BRASIL, 1999).

Sob a ótica da atividade de Estado, a inteligência é voltada, portanto, ao assessoramento de gestores públicos no curso do processo de tomada de decisão, atuando através da “coleta de informação sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento dos alvos da ação” (CEPIK, 2003), buscando reduzir incertezas. Ademais, as informações coletadas são processadas e transformadas em conhecimentos correntes, atentos à lógica da oportunidade, precisão e objetividade, pautando-se no sigilo a fim de conservar elementos sensíveis, seja protegendo seus meios, fontes e operações ou na compartimentação das informações, limitando seu acesso aos que delas devam tomar conhecimento.

² A atividade de inteligência se presta a assessorar. Atividade-meio, apta a produzir sem provocação, voltando-se ao futuro e produzindo conhecimentos. Busca a realidade. Diverge da investigação, atividade-fim na busca da autoria e materialidade delitivas, que se volta ao passado pela verdade possível.

3. A Inteligência Nacional e a *Path Dependence*³

Uma vez compreendida, há que se reconhecer que subsiste sobre a atividade de inteligência uma pecha de temor coletivo ante à recorrente suspeita de se constituir em ferramenta estatal passível de atentar contra os direitos mais fundamentais dos cidadãos. Buscando entender as causas históricas da criação dos serviços de informação ocorridos ao longo do mundo, percebe-se que a principal motivação reside em responder as necessidades dos governantes face a algumas informações (GONÇALVES, 2011). Embora fosse uma função primária, as organizações se mostraram ao longo da história serem instrumentos de dominação e maximização de poder em diferentes contextos nacionais, com uma dupla face: informacional e coercitiva. Tal visão ainda perdura no imaginário popular, gerando uma espécie de *path dependence* referente às relações de poder que impulsionaram a inteligência em sua gênese.

No Brasil, o Serviço Nacional de Informações (SNI) passou por verdadeiro processo de “demonização”, procedimento que fez com que a atividade de informações fosse encarada como instrumento de cerceamento das liberdades civis e cuja existência, não subsistiria ao Estado Democrático de Direito. Paradoxalmente, o SNI sobreviveu incólume ante a chegada da Nova República, realizando a travessia para a redemocratização junto a todos os processos que se sucederam, desde os debates da constituinte até a promulgação da Constituição Federal de 1988, que findou por realizar nenhuma menção a atividade de inteligência. O SNI funcionou até março de 1990, quando foi extinto⁴ pelo presidente Fernando Collor de Mello.

Sem um órgão normatizador na década de 1990, a inteligência brasileira permaneceu num limbo institucional de 1990 à 1999, com perda de importância na burocracia e na hierarquia estatal. Esse périplo institucional foi superado apenas com a edição da lei ordinária nº 9.883/99, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e deu luz à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) como seu órgão central. Em outras palavras, pode-se dizer que o Brasil ficou alijado de um efetivo sistema de informações por um longo período.

Tendo em vista que a atividade de inteligência se dedica a alertar e advertir sobre ameaças que se acercam do governante e maculam interesses nacionais, questiona-se se

³ Pode-se definir *path dependence* como sendo uma situação iniciada em uma *critical juncture*, na qual ocorreu uma tomada de decisão influenciada por *antecedent conditions* e que permaneceu ativa por conta do mecanismo de *self reinforcing*, levando ao *lock-in* institucional (COLLIER; COLLIER 2002).

⁴ Extinto pela Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, convertida na Lei nº 8.028/90.

a ausência de riscos poderia justificar uma inteligência enfraquecida, à margem da estabilidade constitucional.

4. A Inteligência e as Novas Ameaças

A não participação do Brasil em conflitos armados e a inexistência de ameaças efetivas ao Estado brasileiro, poderiam despontar, então, como argumentos adicionais no que tange à falta de reconhecimento dedicado à cultura da inteligência e ao consequente escanteamento da atividade na constituinte e no texto normativo de mais alta hierarquia nacional. Em um mundo globalizado, dotado da imprevisibilidade e incerteza que o caracteriza (VUCA⁵), pressupõe-se cada vez mais conhecimento, cooperação, coordenação e integração e a atividade de inteligência desponta como elo a propiciar tal colaboração. ***Contudo, contra quem (ou o que) o Brasil deve se prevenir?***

Na mencionada Lei n° 9.883/99, há uma previsão da elaboração de uma Política Nacional de Inteligência (PNI) para regular a atividade de inteligência no país⁶. A PNI, por sua vez, apresenta, de forma ostensiva, as novas ameaças, elencando as que analisa como sendo os principais riscos à segurança da sociedade e do Estado:

- “6.1 Espionagem (...)
 - 6.2 Sabotagem (...)
 - 6.3 Interferência Externa (...)
 - 6.4 Ações contrárias à Soberania Nacional (...)
 - 6.5 Ataques cibernéticos (...)
 - 6.6 Terrorismo (...)
 - 6.7 Atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis
 - 6.8 Armas de Destruição em Massa (...)
 - 6.9 Criminalidade Organizada (...)
 - 6.10 Corrupção (...)
 - 6.11 Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito (...)”
- (BRASIL, 1999).

Verifica-se, portanto, que a PNI estabelece diversas ameaças com potencial periculosidade. Contudo, para responder aos desafios propostos, há a necessidade de sedimentar o marco legal da inteligência estratégica nacional, sobretudo com a

⁵ Com a queda do Muro de Berlim, quatro pilares passaram a definir o novo cenário: Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade, cujas iniciais em inglês (Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity) dão nome ao Mundo VUCA. Atualmente, credita-se uma evolução ao termo anteriormente cunhado, com uma mentalidade dos tempos do VUCA superada pela BANI (brittle – frágil, anxious – ansioso, nonlinear – não linear e incomprehensible – incompreensível).

⁶ Decreto Presidencial n° 8.793/2016.

constitucionalização da matéria, a fim de fortalecê-la, estabilizando-a no seio da democracia brasileira.

Na busca por uma eficaz resposta às ameaças elencadas, há a constante preocupação com o aperfeiçoamento da inteligência, enquanto instituição de Estado, a fim de que não haja rupturas e descontinuidades que possam afetá-la, enquanto atividade ou processo, sob risco de o produto, conhecimento produzido, não se apresentar oportuno, preciso e objetivo como desejado ou necessário.

5. Considerações Finais

Do ponto de vista organizacional, os serviços de inteligência são agências governamentais responsáveis pelo processo de produção de conhecimento, subsidiando a tomada de decisões dos governantes nos mais diversos níveis de decisão.

A despeito da existência de práticas obscuras dos serviços de informações no passado, a atividade de inteligência adquiriu uma nova escala operacional, tornando-se uma organização profissional e permanente do Estado moderno. *Contudo, até quando?*

O questionamento é constantemente reavivado, muito se deve em razão da marginalização da matéria na Constituição Federal, com falta de amparo constitucional a resguardá-la. Sem um arcabouço legal sólido (pétreo), desenha-se uma realidade de vulnerabilidade e constante ameaça à atividade de inteligência como organização, que teme por rupturas e descontinuidades no desempenho de sua função imprescindível ao governante

Ante o exposto, urge que a atividade de inteligência seja elevada ao *status* constitucional, a fim de que obtenha o reconhecimento de função essencial e perene, ademais de estratégica, no concerto das instituições de Estado. É necessário, portanto, que se faça um esforço no sentido de buscar seu fortalecimento por meio da constitucionalização - assegurando uma maior estabilidade e remodelando, assim, seu *path dependence*.

Referências:

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 - Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 1999.

COLLIER, R. B.; COLLIER, D. **Shopping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement and Regime Dynamics in Latin America.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2002.

CEPIK, M. A. C. **Espionagem e democracia.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata.** Niterói: Impetus, 2011.

HAMADA, Hélio Hirashi; MOREIRA, Renato Pires. **Teoria e práticas de inteligência de segurança pública.** São Paulo: D'Plácido, 2020.

KENT, Sherman. **Strategic intelligence for American world policy.** Princeton: Princeton University Press, 1949.

LOWENTHAL, M. M. **Intelligence: from secrets to policy.** Washington: Library of Congress, 2009.

SHULSKY, A. N., Schmitt, G. J. **Silent Warfare: understanding the world of intelligence.** Washington: Potomac Books, 2002.

SIMS, Jennifer. **What is Intelligence? Information for decision makers.** In: SCHMITT, Gary James; GODSON, Roy; MAY, Ernest R. *US Intelligence at the crossroads: agendas for reform.* Cap. 1, p. 3-16, 1995. New York: Potomac Books Inc, 1995.

UOL. **É preciso fechar a ABIN.** UOL, 2017. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/e-preciso-fechar-a-abin/>. Acesso em: 26 de julho de 2022.

A REFORMULAÇÃO DA FUNÇÃO LOGÍSTICA TRANSPORTE NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA EM PROVEITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO 12º GRUPAMENTO LOGÍSTICO*

*André Tavares da Silva¹
Marcos Aurélio de Lima Oliveira²
Roberto Guilherme Schons Corrêa³*

1. Introdução

Tendo iniciado em 2010, o processo de transformação do Exército Brasileiro provocou uma série de alterações nas estruturas funcionais da Força Terrestre (BRASIL, 2014a). Dentre todas as mudanças, há uma em especial que tem se tornado num grande desafio para a instituição. Trata-se da função de combate logística que, por meio dos Planos Estratégicos do Exército, sofreu grande modificação com a reformulação do conceito sobre o Grupamento Logístico (BRASIL, 2013a). De acordo com a doutrina militar brasileira, o Grupamento Logístico pode ser definido como sendo um grande comando operativo logístico, que tem como finalidade aumentar a capacidade de prontidão logística da Força Terrestre e atua por meio de uma estrutura organizacional em tempo de paz semelhante em situações de emprego em operações no amplo espectro (BRASIL, 2020).

Para colocar em prática o que havia sido preconizado pelos Planos Estratégicos do Exército, o Exército Brasileiro decidiu realizar uma experimentação doutrinária e ativou o 9º Grupamento Logístico em 2014, estrutura logística que foi criada a partir do desmembramento do escalão logístico da 9ª Região Militar, subordinada ao Comando Militar do Oeste (CMO) e situada na cidade de Campo Grande-MS (BRASIL, 2014b). Tal procedimento possibilitou a separação da atividade logística, de responsabilidade do 9º Grupamento Logístico, da atividade administrativa, de responsabilidade da 9ª Região Militar no Comando Militar do Oeste.

Tendo em vista o sucesso alcançado pelo 9º Grupamento Logístico em seus pouco mais de 8 anos de existência e com o fito de operacionalizar ainda mais a atividade logística na região amazônica, o Exército Brasileiro vislumbrou a possibilidade de

* Artigo originalmente publicado em 21 de outubro de 2022 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CPEAEx na ECEME.

² Coronel do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CPEAEx na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

implementar o 12º Grupamento Logístico no Comando Militar da Amazônia. Em suma, o 12º Grupamento Logístico seria um grande comando operativo vocacionado para a solução dos desafios logísticos impostos pelo bioma regional, pela imensidão da área a ser apoiada e pela falta de infraestrutura local. Com uma estrutura mais operacional, poder-se-ia empregar de forma mais efetiva os conceitos de *flexibilidade, adaptabilidade, sustentabilidade, elasticidade, modularidade, organização por tarefas, centralização das estrutura e a descentralização seletiva dos meios disponíveis* impostos pela doutrina logística terrestre (BRASIL, 2018a).

Contudo, a implementação do 12º Grupamento Logístico na região amazônica resultaria indubitavelmente na reformulação e reajuste das atuais Organizações Militares subordinadas à 12ª Região Militar. Por exemplo, o Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) deveria ser transformado em 12º Batalhão de Transporte de Selva. O 12º Batalhão de Suprimento, por sua vez, deveria ser transformado em 12º Batalhão de Suprimento de Selva. O Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, por seu turno, deveria ser transformado em 12º Batalhão de Manutenção de Selva.

É inegável dizer que a logística é muito importante para a sustentabilidade das tropas nas operações militares. Tal fato é amplificado quando as operações militares ocorrem na região amazônica, local de características únicas no território nacional. Tendo em vista que a estrutura logística do Comando Militar da Amazônia atende aos desafios de prever e prover os recursos e os serviços necessários à execução das missões na Amazônia Ocidental, *quais as vantagens para o Exército Brasileiro em efetivar o 12º Grupamento Logístico para prover a Logística na Amazônia Ocidental?*

2. A efetivação do 12º Grupamento Logístico

Na era do conhecimento, as operações terrestres possuem diversas características. A logística, por exemplo, visa proporcionar liberdade de ação, amplitude de alcance operativo e capacidade de durar na ação das tropas militares. Para tanto, é importante que a logística esteja pronta para agir, desde já, realizando o mínimo de adaptações para apoiar as operações no amplo espectro, em situações de guerra e não guerra. A necessidade seletiva de recursos deve ser equilibrada com a capacidade real de apoio, reforçando o *slogan: logística na medida certa.*

Um diagnóstico da situação logística na região amazônica apontou para uma série de desafios que devem ser superados para operacionalizar a logística na Amazônia. A

A reformulação da função logística transporte no Comando Militar da Amazônia em proveito da implementação do 12º Grupamento Logístico

infraestrutura de transportes deficiente (rede rodoviária precária, sazonalidade dos rios, inexistência de portos, pistas de pouso em mau estado), a carência de mão de obra especializada e a necessidade de aumento da capacidade de estocagem nas sedes dos Batalhões de Suprimento, dos Batalhões Logísticos, das Bases Logísticas, dos Batalhões de Infantaria, da Companhia Especial de Fronteira e dos Pelotões Especiais de Fronteira, são apenas alguns, dos inúmeros desafios que devem ser superados na região amazônica. Ou seja, é extremamente complexo a atuação da logística na região amazônica.

O Exército Brasileiro, ciente de tal desafio, com vistas a melhorar os processos de apoio logístico no Comando Militar da Amazônia, vislumbrou a necessidade da criação do 12º Grupamento Logístico. Para tanto, visualiza-se que a estrutura organizacional do 12º Grupamento Logístico deve se caracterizar pela *flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade*.

Tendo em vista que atualmente a 12ª Região Militar emprega, em larga escala, o modal fluvial e o modal aéreo nas ações relacionadas à logística, há diversas vantagens doutrinárias em adotar e organizar um Grupamento Logístico para atuar na região amazônica. A principal vantagem é de ordem sistêmica, uma vez que o Grupamento Logístico é um grande comando operativo organizado desde o tempo de paz e se destina a atender as necessidades logísticas de um grande comando enquadrante, cuja missão é planejar, coordenar, controlar e fazer executar as funções logísticas dentro do seu nível de atuação (BRASIL, 2020). Dessa forma, caberia à 12ª Região Militar se empenhar exclusivamente na mobilização e na administração, enquanto o 12º Grupamento Logístico ficaria encarregado de fazer o planejamento e a gestão do apoio logístico.

Isto posto, acredita-se que a 12ª Região Militar enquadrando o 12º Grupamento Logístico, poderá abrir a possibilidade em obter expressivos avanços na administração e na mobilização. Além disso, com a efetivação do 12º Grupamento Logístico, será possível contar, desde já, com os meios necessários para compor um Comando Logístico de Força Terrestre Componente, uma vez que a sua estrutura pode ser aproveitada para integrar um Comando Logístico do Teatro de Operações/Comando Logístico da Área de Operações em operações no amplo espectro, aumentando assim, a capacidade de pronta resposta e a prontidão logística nesse ambiente operacional.

3. A transformação do CECMA em 12º Batalhão de Transporte de Selva

A função logística transporte está diretamente ligada à capacidade das Forças Armadas em possuir mobilidade estratégica para ações de movimento, como as de

concentração ou desdobramento de forças em caso de necessidade. A Estratégia Nacional de Defesa define como capacidade de mobilidade estratégica a infraestrutura logística de transporte da nação a fim de permitir às Forças Armadas deslocarem-se no território nacional ou para o exterior de forma tempestiva (BRASIL, 2016a).

Nesse interim, o Grupamento Logístico, grande comando operativo logístico da Força Terrestre, deve ser organizado em tempo de paz a fim de possibilitar as capacidades logísticas da Força Terrestre. Dentre as capacidades logísticas desejáveis, toma destaque a função logística de transporte, haja vista as características do território nacional, particularmente as dimensões continentais do Brasil. Não pelo acaso, a doutrina militar terrestre determina que a função logística transporte deva ser executada pelos Batalhões de Transporte e deva ser planejada e executada desde os tempos de paz (BRASIL, 2021). De acordo com a doutrina militar terrestre, o Batalhão de Transporte tem como missão apoiar o levantamento de necessidades do escalão apoiado, realizar o planejamento do transporte para as diversas fases da operação, executar o transporte especializado de meios e complementar as capacidades de transporte das unidades apoiadas (BRASIL, 2021).

Para otimizar a atividade logística, é necessário a utilização de múltiplos modais. A doutrina militar terrestre tece detalhes adicionais sobre e esclarece que para garantir o fluxo logístico ininterrupto, é fundamental a compatibilidade entre os sucessivos modais, bem como a adequada preparação das cargas (containerização, unitização, paletização, dentre outras), reduzindo-se, assim, o processo de manipulação da carga (BRASIL, 2021).

Na região amazônica, atualmente, a função logística transporte é realizada por várias Organizações Militares. Senão vejamos: no modal fluvial, a execução da função logística transporte no âmbito do Comando Militar da Amazônia é do CECMA. Para tanto, a Organização Militar emprega embarcações tipo Empurrador e *Ferry Boat*, conjugadas com diversos tipos de balsas, na área de responsabilidade da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (eixos do Rio Negro), da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (eixo do Rio Solimões) e da 17ª Brigada de Infantaria de Selva (eixo do Rio Madeira). No modal terrestre, a execução da função logística transporte no âmbito do Comando Militar da Amazônia é do 12ª Batalhão de Suprimento. Para tanto, a Organização Militar utiliza meios e pessoal especializado, para prover o apoio logístico na área de responsabilidade da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, situada na cidade de Boa Vista-RR, única Grande

A reformulação da função logística transporte no Comando Militar da Amazônia em proveito da implementação do 12º Grupamento Logístico

Unidade que possui ligação rodoviária ao Comando Militar da Amazônia, situado em Manaus-AM.

Ao examinar a doutrina militar terrestre, observa-se que a estrutura organizacional do Batalhão de Transporte contempla a existência de subunidades de transporte avançadas e subunidades de transporte recuadas, concebidas para realizar o apoio logístico em proveito do Grupamento Logístico, ora apoiando por meio de Destacamentos Logísticos, ora em apoio direto às Organizações Militares logísticas dos Grandes Comandos Operativos subordinados. De acordo com a missão, com o ambiente operacional e com o tempo disponível, essas subunidades podem empregar um ou mais modais de transporte para efetuar o apoio logístico nas operações no amplo espectro (BRASIL, 2021).

Assim, a transformação do CECMA em 12º Batalhão de Transporte de Selva acarretaria a necessidade de reformulação da organização dessa Organização Militar, uma vez que a nova Organização Militar também concentraria as atribuições atinentes ao transporte rodoviário, executado atualmente pelo 12º Batalhão de Suprimento. Acredita-se que assim procedendo, haveria maior sinergia das capacidades rodoviárias e fluviais na função logística transporte na região amazônica, convergindo essa forma, com os conceitos da nova logística militar terrestre.

4. Conclusão

O Exército Brasileiro criou e ativou o 9º Grupamento Logístico, localizado na cidade de Campo Grande-MS e subordinado diretamente ao Comando Militar do Oeste. De maneira semelhante, ativou o 3º Grupamento Logístico, localizado na cidade de Santa Maria-RS e subordinado diretamente ao Comando Militar do Sul. Atualmente, a instituição estuda a viabilidade de implantação do 12º Grupamento Logístico, voltado para atender as necessidades logísticas do Comando Militar da Amazônia.

Não se busca uma solução padronizada, o que foi feito no 9º Grupamento Logístico e no 3º Grupamento Logístico, não necessariamente devem ser aplicados no 12º Grupamento Logístico. Mas, diante dos desafios presentes, acredita-se que a criação do 12º Grupamento Logístico será muito importante para auxiliar o Comando Militar da Amazônia na atividade logística, particularmente em prever e prover a logística na medida certa aos Grandes Comandos subordinados para os desafios futuros.

Diante disso, pode-se concluir que as vantagens advindas da implementação do 12º Grupamento Logístico no Comando Militar da Amazônia são inúmeras e possibilitarão

uma maior adequação da organização logística nível Divisão de Exército com a atual doutrina militar terrestre. Além disso, a criação de tal estrutura logística na região amazônica incrementará a prontidão operacional da Força Terrestre, aumentando a capacidade de pronta resposta em situações de crise ou conflito na área de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, cumpre destacar que a implementação do 12º Grupamento Logístico implicará na reestruturação da função logística transporte no âmbito da 12ª Região Militar, uma vez que resultará na transformação do CECMA em 12º Batalhão de Transporte de Selva, que, por estar inserido em um ambiente operacional amazônico, acarretará adaptações da atual base doutrinária de batalhões dessa natureza em relação à estrutura organizacional prevista, com o emprego de subunidades especializadas no transporte rodoviário e fluvial, concentrando todas as atividades atinentes à função logística transporte.

Referências

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 212, de 27 de dezembro de 2012 - Aprova a Diretriz para a Implantação do Projeto Piloto da Separação dos Ramos Administrativo e Logístico no Exército Brasileiro**. Brasília: Exército Brasileiro, 2012.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1265, de 11 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Estratégico do Exército 2015-2018**. Brasília: Exército Brasileiro, 2013a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.253, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova a Concepção de Transformação do Exército**. Brasília: Exército Brasileiro, 2013b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 193 de 28 de agosto de 2014 - Aprova a Diretriz para o projeto “Nova Logística Militar Terrestre”**. Brasília: Exército Brasileiro, 2014a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 487, de 23 de maio de 2014 - Cria e ativa o 9º Grupamento Logístico**. Brasília: Exército Brasileiro, 2014b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Força Terrestre Componente**. Brasília: Exército Brasileiro, 2014c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Logística Militar**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016b.

A reformulação da função logística transporte no Comando Militar da Amazônia em proveito da implementação do 12º Grupamento Logístico

BRASIL. Comando Militar da Amazônia. **O Centro de Coordenação de Operações Logísticas da 12ª Região Militar**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, nº 16, p. 28 - 35, 2018a.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. EB20-MF-03.109. **Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. Brasília: Exército Brasileiro, 2018b.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Logística Militar Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2018c.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **A Logística nas Operações**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.985, de 10 de dezembro de 2019 - Aprova a Missão do Exército**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019b.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Grupamento Logístico**. Brasília: Exército Brasileiro, 2020.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Batalhão De Transporte**. Brasília: Exército Brasileiro, 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.717, de 5 de abril de 2022 - Reorganiza o 9º Grupamento Logístico**. Brasília: Exército Brasileiro, 2022.

A LOGÍSTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: COMO VENCER OS DESAFIOS?*

Felipe Rímolo Cosendey¹

“No combate na selva, mais que no terreno convencional, o vulto das operações sofrerá a servidão da capacidade de suprir as forças” (BRASIL, 1997).

1. Introdução

A região conhecida como Amazônia Ocidental apresenta peculiaridades intrínsecas, que trazem grandes desafios às atividades logísticas conduzidas pelo Exército Brasileiro, em especial, pela densidade de suas reservas florestais, pelos regimes dos rios com períodos de seca e pela carência de infraestrutura de transportes. A Amazônia Ocidental é uma imensa faixa territorial situada na porção norte do país, com uma superfície de aproximadamente 2,4 milhões de Km², que correspondem a 25% do território brasileiro, tendo uma faixa de fronteira de 10.363 km². Apesar de toda a sua importância geoestratégica, em razão da biodiversidade, de possuir a maior reserva de água doce do mundo e pelas riquezas minerais ainda imensuráveis, é a única ainda não totalmente integrada às demais regiões do país.

A complexidade das missões inerentes às tropas do Exército Brasileiro no ambiente operacional peculiar da Amazônia é agravada por limitações de infraestrutura e de meios logísticos. O transporte aéreo é de alto custo e de baixa disponibilidade e a malha rododiferroviária é quase inexistente, provocando uma dependência quase exclusiva do modal aquaviário fluvial. Esses fatores limitadores impactam diretamente no apoio logístico, indispensável para a sustentação das operações e para a vida vegetativa das Organizações Militares de selva.

2. A Estrutura da Logística no Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental

Na Amazônia Ocidental, o Exército Brasileiro é representado pelo Comando Militar da Amazônia (CMA), Grande Comando Operacional da instituição responsável pelas operações conduzidas nesse local. O CMA, por sua vez, possui a 12^a Região Militar, Grande Comando Logístico responsável pelo apoio às Brigadas de Infantaria de Selva

* Artigo originalmente publicado em 11 de novembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Instrutor da ECEME.

localizadas na Amazônia Ocidental: a 1ª Brigada de Infantaria de Selva sediada em Boa Vista-RO, a 2ª Brigada de Infantaria de Selva sediada em São Gabriel da Cachoeira-AM, a 16ª Brigada de Infantaria de Selva sediada em Tefé-AM e a 17ª Brigada de Infantaria de Selva sediada em Porto Velho-RO.

Em termos de planejamento, a responsabilidade recai sobre o Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL), órgão subordinado à 12ª Região Militar. Assim, em coordenação com o CCOL, as Organizações Militares subordinadas à 12ª Região Militar executam o apoio às Brigadas de Infantaria de Selva. Senão vejamos: o Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar é o responsável pela manutenção dos meios, o 12º Batalhão de Suprimento é o responsável pelo suprimento e o Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) é o responsável pelo transporte logístico fluvial. Além dessas Organizações Militares específicas, o CMA ainda conta com o 2º Grupamento de Engenharia para prestar o apoio de mobilidade, contra mobilidade e proteção em sua área de atuação.

3. As Funções Logísticas mais importantes na Amazônia Ocidental

Dentre as funções elencadas na logística militar, a função logística manutenção e a função logística transporte são as que geram maior impacto no apoio às Organizações Militares de Selva. Essa demanda foi visualizada pela 12ª Região Militar, a qual elencou, dentre outros objetivos estratégicos estabelecidos para a melhoria da logística na Amazônia², a ampliação da capacidade de apoio nas funções logísticas manutenção e transporte.

Quanto à função logística manutenção, as longas distâncias entre o Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, sediado em Manaus-AM, e as Grandes Unidades apoiadas, incluindo seus Pelotões Especiais de Fronteira, fazem com que o tempo de retorno do material mantido seja longo, afetando diretamente o índice de disponibilidade e de operacionalidade das Brigadas.

No que diz respeito ao transporte logístico fluvial efetuado pelo CECMA, as demandas são sempre maiores do que a disponibilidade de meios (empurradores e balsas). A 16ª Brigada de Infantaria de Selva e a 2ª Brigada de Infantaria de Selva estão debruçadas nos extensos rios Solimões e Negro, os quais possuem seus regimes e

² Apoio Logístico. Disponível em: www.12rm.eb.mil.br. Acesso em 16 Ago. 2021.

características próprias, requerendo um minucioso planejamento por aquele Centro de Embarcações.

4. Os Modais de Transporte na Amazônia Ocidental

Numa breve análise dos modais de transporte, pode-se chegar à conclusão de que, pela existência de uma vasta bacia hidrográfica que abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá e norte do Mato Grosso, o modal fluvial é o mais utilizado na Amazônia (BRASIL,2014). Todavia, a realidade é bem distinta disso.

No tocante a Amazônia Ocidental, em que pese tenha o menor custo, o modal fluvial é mais lento, pois percorre longas distâncias, fato que impacta diretamente no apoio logístico às Brigadas eixadas nos rios Negro e Solimões. Exemplo disso é o trecho Manaus-Tabatinga, que pode levar mais de 10 dias, em razão da embarcação empregada, do peso da carga transportada e do regime dos rios. Esse fator se agrava no trajeto Manaus-São Gabriel da Cachoeira, em razão do Rio Negro ser encachoeirado em alguns trechos.

Quanto ao modal aéreo, merece destaque o Plano de Apoio à Amazônia, que utiliza os meios aéreos do VII Comando Aéreo Regional (VII COMAR), priorizando os gêneros frigorificados, com ênfase nos Pelotões Especiais de Fronteira (BRASIL, 2018). Contudo, a capacidade de transporte executada pela Força Aérea Brasileira é limitada, tanto pelas características das aeronaves, quanto pela quantidade de meios aéreos disponíveis. Ademais, o custo é mais elevado do que qualquer outro meio de transporte. Soma-se a isso, o fato de os meios aéreos serem muito impactados pelas condições meteorológicas adversas na Amazônia.

5. Infraestrutura na Amazônia Ocidental

Os aspectos acima mencionados são agravados pela existência de comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, pela existência de infraestruturas portuárias, pelas telecomunicações inconsistentes, pela deficiência na energia elétrica e pela escassez de empresas fornecedoras locais. *Esses aspectos conduzem o planejador militar à seguinte questão: como vencer os desafios logísticos?*

Diante dessas limitações e deficiências, que impactam a diretamente a logística, não há solução fácil e nem de baixo custo. Nesses casos, a resposta normalmente está na realização de ações estratégicas de curto, médio e longo prazo. De acordo com o projeto interdisciplinar, realizado em 2014 pelos alunos do Curso de Política Estratégia e Alta

A Logística do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental: Como Vencer os Desafios?

Administração do Exército (CPEAEx), a Amazônia Legal carece de estratégias para fazer evoluir a atual estrutura econômica regional e que o setor de transportes na Amazônia brasileira se apresenta aquém do atendimento das demandas locais, com baixo grau de eficiência e operação em condições bastante precárias (BRASIL, 2014). Para vencer esses desafios, é necessário a realização de inúmeras ações, como por exemplo: obras de melhoria portuária nas principais hidrovias (Solimões, Negro, Amazonas e Madeira); a ampliação da malha ferroviária da Ferronorte, que se encontra inacabada; e a recuperação da malha rodoviária federal nas rodovias BR-230, BR-364, BR-317 e BR-174 (BRASIL, 2014).

6. Os esforços realizados pelo Exército Brasileiro

Somadas às propostas elencadas acima, as quais somente serão concretizadas com a participação efetiva do Governo Federal e dos Governos Estaduais, o Exército Brasileiro, de forma proativa, realizou diversos estudos com ênfase na melhora da performance da logística para a Amazônia Ocidental.

O período compreendido entre 2015 e 2017 gerou diversas pesquisas voltadas para aperfeiçoar a logística no âmbito da Amazônia. Estudos como o Diagnóstico Logístico de 2015 à 2017; a Portaria nº 019-EME (2016), aprovando a Diretriz para Otimizar a Logística no CMA; o Simpósio Nova Concepção Logística do CMA; e o Planejamento Estratégico para a Implementação da Nova Concepção Logística da Amazônia - 2018, são apenas algumas, das inúmeras iniciativas realizadas pelo Exército Brasileiro para melhorar a logística de suas tropas na região amazônica (BRASIL, 2018). Tais estudos, sem exceção, contribuíram significativamente para o alicerce das ações previstas pelo EME em seu Planejamento Estratégico. Atualmente, o Plano Estratégico do Exército - PEEEx (2020-2023) define as ações estratégicas que devem ser feitas pois impactam diretamente na melhoria da logística na Amazônia Ocidental (BRASIL, 2020):

Quadro 1: Planejamento Estratégico do EME

OEE	Estratégia	Ação Estratégica	Atividades
1 - Contribuir com a Dissuasão Extrarregional	1.2 Ampliação da mobilidade e elasticidade da Força	1.2.2 Estruturar a Aviação do Exército	- Ampliação da capacidade de transporte logístico na Amazônia (Asa Fixa). (2020-2023).
3 - Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social	3.1 Aperfeiçoamento das capacidades de monitoramento/ Ctl, apoio à decisão e apoio ao emprego	3.1.1 Desenvolvimento das Capacidades de Monitoramento/ apoio à decisão e emprego da fronteira terrestre	- Implantação do SISFRON na área da 2ª, 16ª e 17ª Bda Inf Sl. (2020-2023).

OEE	Estratégia	Ação Estratégica	Atividades
8 - Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre	8.1 Adequação da estrutura logística do Exército	8.1.1 Aperfeiçoar a estrutura logística do Exército (Prontidão Logística)	- Transformação da 17ª Ba Log SI em 17º B Log SI, em Porto Velho-RO; - Implantação do 2º Batalhão Logístico de Selva, em São Gabriel da Cachoeira-AM; - Adequação da infraestrutura logística dos Destacamentos, Pelotões e Companhias Especiais de Fronteira, OM de Fronteira e OM Logística de Selva; e - Transformação do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) em 12º Batalhão de Transporte de Selva.

Fonte: BRASIL, 2020.

As supracitadas ações estão no contexto do Programa Amazônia Protegida e do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON). Visualiza-se que tais ações contribuirão para o aumento da sustentação logística na Amazônia, sendo esta uma das capacidades militares requeridas à Força Terrestre. Assim, pode-se afirmar que:

[...] o maior desafio a ser superado na Amazônia no que tange ao setor, talvez seja a tendência histórica de **desconsiderar as alternativas de integração multimodal e de melhoria dos transportes fluviais**, já que a abundante existência de rios navegáveis não deixa dúvidas quanto à vocação natural da região para o deslocamento de cargas e pessoas (BRASIL, 2014).

7. Considerações Finais

Diante do exposto, pode-se inferir que o estabelecimento de um suporte logístico eficiente só será realidade quando as estruturas logísticas requeridas, desde as Organizações Militares Logísticas do Grande Comando Logístico em Manaus até os Pelotões Especiais de Fronteira, passando pelas Bases Logísticas de Brigada, estiverem concretizadas. Isso significa adquirir empilhadeiras, guindastes, esteiras, rampas de aço naval, visando o transbordo de carga, inclusive com troca de *containers* abastecidos por vazios na ponta da linha. Soma-se a isso, a necessidade de os Pelotões Especiais de Fronteira terem depósitos de gêneros e de combustíveis com grande capacidade de armazenamento, visando evitar o desabastecimento em caso de atrasos no transporte logístico.

A Logística do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental: Como Vencer os Desafios?

Além da melhoria em infraestruturas, há que se investir nos meios fluviais de carga, por possuírem elevada capacidade de transporte a um baixo custo, em comparação com o aéreo. Neste viés, ressalta-se que os meios a serem empregados na área de cada Brigada devem sempre se adequar às peculiaridades dos rios, com destaque ao Negro e Solimões, que impactam de forma distinta o apoio logístico junto às Organizações Militares subordinadas da 16ª Brigada de Infantaria de Selva e da 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

Em que pese o esforço principal estar vocacionado ao transporte fluvial, o meio aéreo é imprescindível ao suporte logístico em regiões de difícil acesso na Amazônia Ocidental, principalmente na região de fronteira. Exemplo disso são os Pelotões Especiais de Fronteira de Auaris, Surucucu, São Joaquim, Querari, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus, os quais só recebem apoio logístico por meio aéreo, em razão de não possuírem via de acesso terrestre ou fluvial.

Com o fim de complementar o apoio proporcionado pela Força Aérea Brasileira, o Exército Brasileiro vem desenvolvendo o Projeto Sherpa, para aquisição e operação de Aeronaves C-23, que foram doadas pelos Estados Unidos da América. Esse projeto se apresentou viável à Força Terrestre por possuir uma ótima relação custo-benefício, baseada nos seguintes parâmetros: 1) boa capacidade de carga da aeronave, 2) existência de rampa traseira, 3) possibilidade em operar em pistas curtas e não preparadas, 4) fácil manutenção e 5) valor de hora de voo muito inferior ao helicóptero.

De tudo que foi exposto, observa-se que desde 2015, o Estado-Maior do Exército vem realizando um trabalho consubstanciado em diagnósticos logísticos e planejamentos estratégicos que possibilitaram o estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazos para aperfeiçoar a logística na Amazônia. Espera-se que essas metas sejam atingidas pela aplicação adequada de recursos financeiros, com destaque aos provenientes do SISFRON e do Programa Amazônia Protegida, nas ações estratégicas previstas no PEEEx (2020-2023).

Por fim, fica evidente que a melhoria do apoio logístico na Amazônia Ocidental será obtida pela aquisição de equipamentos e pela construção de infraestruturas logísticas portuárias, sempre com soluções distintas para cada Brigada de Infantaria de Selva, as quais contribuirão para a necessária integração dos modais de transporte terrestre, fluvial e aéreo. Em suma, a infraestrutura existente na Amazônia Ocidental é o maior desafio a ser superado pela logística militar.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Instruções Provisórias: O Batalhão de Infantaria de Selva - IP 72-20**. Brasília: EME, 1997.

BRASIL. Exército Brasileiro. ECEME. **Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável para a Amazônia Legal (Projeto Interdisciplinar do CPEAEx)**. Rio de Janeiro: ECEME, 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia. **Planejamento Estratégico para a Implementação da Nova Concepção Logística da Amazônia**. Manaus: CMA, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército (PEEx 2020-2023)**. Brasília: EME, 2020.

OPERAÇÃO *BARKHANE*: OPERAÇÃO DE ESTABILIZAÇÃO DO SAHEL*

Hélio Viana Santos Sobrinho¹

1. Introdução

Em janeiro de 2013, o risco da formação de um Estado Islâmico no Mali e os consequentes efeitos colaterais para a Europa, levou a França a atender o pedido do Mali (NOTIN, 2017). Alguns meses após o início da ofensiva militar no Mali, os militares franceses retomaram o controle da região norte do país, que estava sob domínio dos insurgentes. Essa ação ficou conhecida como operação *Serval* e se estendeu até julho de 2014.

Diante da necessidade de fortalecer as Forças Armadas dos países fronteiriços com o Mali, a operação *Serval* foi substituída em agosto de 2014, pela operação *Barkhane*² e estendida a toda a faixa *Sahel-Saariana*. Segundo o Ministério de Defesa da França, a operação *Barkhane* é uma operação multinacional liderada pelas Forças Armadas Francesas, em parceria com os principais países da faixa do *Sahel*: Mauritânia, Mali, Níger, Chade e Burkina Faso. Estes países se reuniram e formaram o G5 *Sahel*, grupo que tem como objetivo dar uma resposta regional e coordenada aos desafios de segurança, bem como às ameaças oriundas dos grupos armados terroristas (GAT) (MINISTÈRE DES ARMÉES DE FRANCE, 2017).

Para Neto (2018), a operação *Barkhane* tem se caracterizado pelos confrontos de baixa intensidade, de longa duração e grande escala. Para sincronizar as ações regionais, os chefes de Estados de Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Chade criaram o G5 *Sahel* e em 2017, uma Força Combinada G5 *Sahel*. Diante dessas considerações, o presente artigo tem por finalidade investigar a operação *Barkhane*.

2. Caracterização da área

A região do *Sahel* está localizada ao norte da África e consiste em uma faixa de transição entre o deserto do *Saara* e as grandes savanas africanas. Essa região, além dos aspectos topográficos, também é capaz de dividir etnias. Por exemplo, o norte da África

* Artigo originalmente publicado em 12 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² *Barkhane* significa duna de areia que se desloca em forma de meia lua por causa do vento.

é composto por uma população majoritariamente árabe, ao passo que a África Subsaariana é composta, em sua grande maioria, pela população negra.

Além dessas características peculiares, o *Sahel* é umas das regiões mais pobres e instáveis do planeta. De acordo com Notin (2017), a ausência do poder estatal, a má administração e a falta de controle geraram uma região fértil para as atividades delitivas relacionadas ao crime organizado e ao terrorismo, que interagem com o propósito de obter benefícios econômicos mútuos, detendo um poder de fato sobre a população local. Como fator agravante da situação, as fronteiras da região são muito porosas e difíceis de controlar e a grande extensão territorial dos países significa que há muitas áreas sem o controle do Estado, geralmente caracterizadas pela fraqueza de suas instituições.

3. Os Antecedentes

De acordo com Wing (2016), a Operação *Serval* foi uma resposta ao pedido de apoio militar do governo de transição do Mali, quando grupos terroristas islâmicos e insurgentes *Tuaregues* se uniram e aproveitaram a turbulência política de *Bamako* para conquistar a região norte do país.

A ação militar francesa foi desenvolvida no Mali a partir de 11 de janeiro de 2013. Seu objetivo oficial era expulsar militantes islâmicos do norte do Mali. Esses grupos obtiveram sucessos iniciais, com um rápido avanço em direção ao sul do país, ameaçando a capital, *Bamako*. A ofensiva francesa se deu a pedido do presidente interino do Mali e dentro da Resolução nº 2085 da ONU, conforme:

“A França interveio no Mali através da Operação *Serval* em 11 de janeiro de 2013, por ordem do Presidente da República, *François Hollande*, no âmbito da resolução nº 2085, da ONU e a pedido expresso do presidente interino do Mali. Nesse contexto, as Forças Armadas Francesas deram início a uma série de manobras para recuperar a integridade territorial do Mali e destruir a capacidade de combate dos grupos armados jihadistas (GAJ). Um fator levado em consideração foi a presença de cidadãos franceses na zona de combate, podendo ser utilizados como reféns, o que se trata de uma atividade altamente lucrativa para grupos terroristas” (LE GOURIELLEC, 2015, p. 19).

A França tem muitos interesses econômicos com todos os vizinhos do Mali, especialmente o Níger (pelo seu urânio), o Senegal (com quem possui amplos negócios) e a Costa do Marfim. Desse ponto de vista, a França temia que, se o Mali fosse desestabilizado, seus próprios interesses estariam ameaçados. Além disso, os franceses argumentaram que se o Mali caísse nas mãos dos islâmicos, toda a Europa seria

ameaçada. De fato, existia uma relação direta entre a estabilidade no *Sahel* e os interesses sobre segurança energética da França no Níger.

4. O início da campanha no Mali - operação *Serval*

Os objetivos determinados para a campanha foram os seguintes: 1) parar a progressão jihadista; 2) garantir a segurança de *Bamako*, dos elementos estrangeiros e das populações ameaçadas e; 3) restaurar a integridade territorial do Mali.

Rapidamente, os militares franceses detiveram o avanço jihadista e recuperaram o controle do norte do país, assegurando, assim, a transição da estabilização para um contingente formado pelos países africanos sob a égide da ONU.

“Em menos de três meses, forças francesas e africanas recuperaram o norte do Mali, desde o rio Níger até à fronteira com a Argélia, reduzindo consideravelmente a capacidade dos grupos terroristas de conduzirem operações. A 1º de maio de 2013, iniciava-se a fase de transição para o contingente da MINUSMA e a retração progressiva das forças francesas. Em 15 de julho de 2014, a França dava oficialmente por terminada a Operação *Serval*, substituindo-a pela Operação *Barkhane* num esforço de combate ao terrorismo ao nível regional, passando está a ser comandada a partir do Chade, embora o foco principal continuasse no norte do Mali” (NETO, 2018, p.1).

Tramond e Seigneur (2005) apontam que nos três primeiros meses da intervenção, foram alcançados os seguintes efeitos: **sobre o terreno:** as principais aldeias foram libertadas e o centro da resistência jihadista no norte foi limpo; **sobre o inimigo:** os terroristas sofreram pesadas perdas e sua infraestrutura foi desestabilizada. **sobre a população:** os estrangeiros estavam protegidos, o controle jihadista sobre a população local foi eliminado e foram realizadas eleições livres em julho de 2013 e em agosto de 2014; **e junto à comunidade internacional:** a França demonstrou sua determinação e abriu caminho para tropas africanas e internacionais ajudarem a estabilizar o Mali.

5. A operação *Barkhane*

A operação *Barkhane* teve início em 1º agosto de 2014, diante da necessidade de fortalecer a coordenação dos recursos militares internacionais e impedir a reconstituição de áreas de refúgio de terroristas na região (MINISTÈRE DES ARMÉES DE FRANCE, 2017).

A operação tinha como objetivo combater os GAT, principalmente na região das fronteiras de Mauritânia, Mali e Níger e visava reduzir a liberdade de ação dos terroristas e privá-los de seus meios de combate, desmontando seus esconderijos de armamentos,

munições, explosivos e meios de comunicação. Outro propósito da operação *Barkhane* era atuar em benefício da população por meio de ações civis-militares, principalmente prestando assistência médica à população, pois esse tipo de ação permitia o diálogo com a população local, além de contribuir de forma indireta para a eficácia das operações militares que tinham como estado final desejado, o retorno da segurança no país.

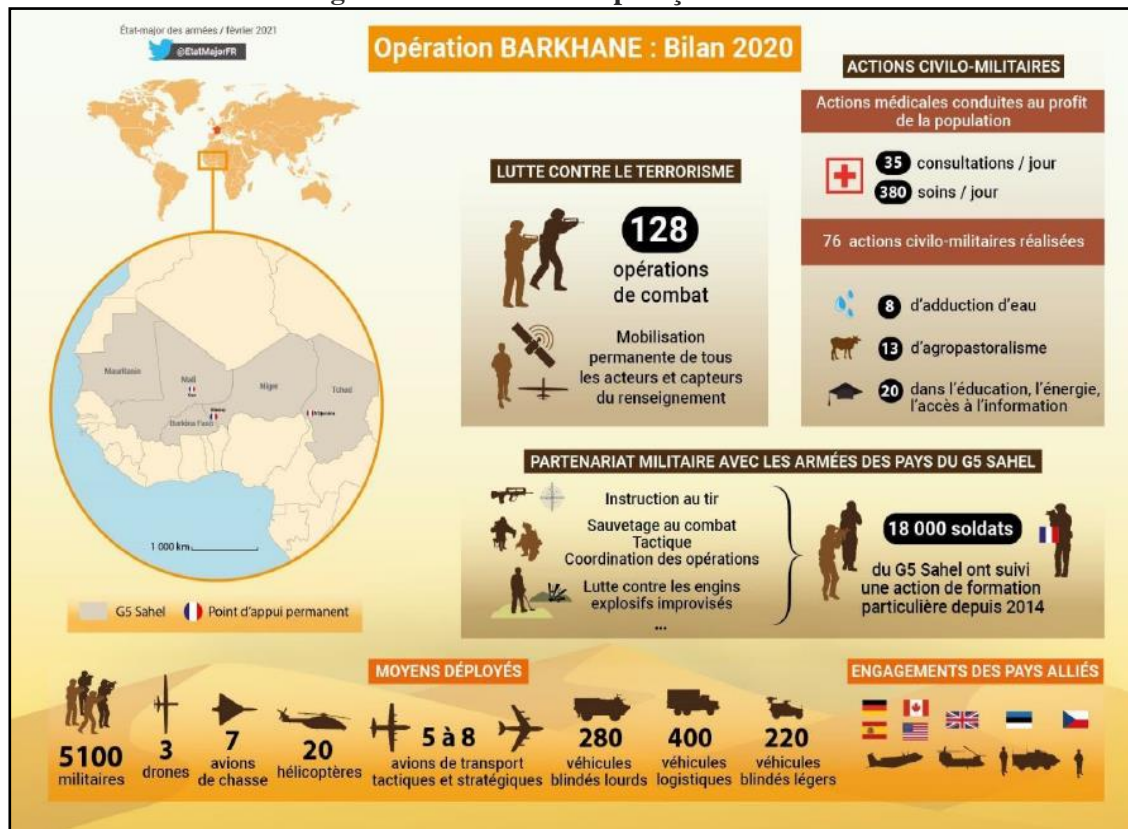
Para alcançar as metas estabelecidas pela operação *Barkhane*, os franceses fortaleceram as capacidades das Forças Armadas dos países integrantes do G5 *Sahel* e apoiaram as forças internacionais, promovendo ações de capacitação voltadas para melhorar a capacidade de desenvolver projetos em benefício da população local.

Segundo Tertrais (2016), o comando da Força Combinada da operação *Barkhane* esteve localizado em *N'Djamena*, Chade. Além do comando da Força Combinada, foram ativados pontos de apoio para as Forças Terrestres, pontos de apoio marítimo e pontos de apoio aéreo. Com relação às Forças Terrestres, foram ativados os seguintes pontos de apoio: 1) *N'Djamena* no Mali; 2) *Gao* no Mali; e 3) *Niamey* no Níger. Com relação ao apoio marítimo, foram ativados os seguintes pontos de apoio: 1) *Dakar* no Senegal; 2) *Abidjan* na Costa do Marfim; e 3) *Doula* nos Camarões. Com relação ao apoio aéreo, foram ativados os seguintes pontos de apoio: 1) *Niamey* no Níger; e 2) *N'Djamena* no Níger, ambos sendo controlados pelo posto de comando aéreo em *Mont-Verdum*, na França.

Além disso, durante a operação *Barkhane*, foram implantadas cinco bases temporárias avançadas (localizadas perto das fronteiras do norte do Mali) em 2015. Cada base que era composta por um efetivo que variava entre 200 e 1.000 homens. Essas bases avançadas se tornaram em pontos de suporte permanentes, ou vice-versa, dependendo das necessidades operacionais (TERTRAIS, 2016).

Segundo o Ministério da Defesa da França, no ápice da operação *Barkhane*, as Forças Armadas Francesas chegaram a empregar 20 helicópteros, 3 drones, 7 aviões de ataque, 8 aviões de transporte, 280 veículos blindados pesados, 220 veículos blindados leves, 400 veículos logísticos e 5.100 militares, conforme demonstrado a seguir:

Figura 1 - Relatório da operação Barkhane



Fonte: Ministère des Armées de France, 2017.

Segundo Tertrais (2016), a maior dificuldade enfrentada pelas tropas francesas foi distinguir terroristas da população local, resultado da relativa estabilização do Mali e ampliação do teatro de operações. Todos os grupos jihadistas combatidos pelas Forças Armadas Francesas eram remanescentes de organizações interrompidas e dispersas pela operação *Serval*. A dispersão e a mobilidade dos GAT que realizavam deslocamentos na Argélia e na Líbia, dificultaram estimar o efetivo dos GAT.

6. Conclusão

Na fase final deste artigo, retoma-se a proposta inicial que era compreender a operação *Barkhane*. Para tanto, é importante saber como se desenrolou a operação *Serval*, desencadeada anteriormente e que possibilitou a reconquista do território no norte do Mali e a expulsão dos jihadistas.

A operação *Barkhane*, deflagrada na sequência, aproveitou o êxito alcançado pela sua predecessora e concebeu uma missão mais complexa e tinha como objetivo combater os GAT, que foram repelidos para outros países da região. O centro de gravidade da ameaça se moveu do norte do Mali para o leste, em direção ao Níger, Líbia e Chade. Um

dos componentes da operação foi treinar e capacitar as Forças Armadas dos cinco países da região contra o terrorismo (LE GOURIELLEC, 2015)

É nítido os ganhos militares obtidos pelas forças francesas no *Sahel*, mas a região está longe de ser considerada um local estável. Entende-se que a efetiva estabilização do local não é de responsabilidade apenas do componente militar. Os franceses consideram que, sem um enorme esforço de estabilização internacional na Líbia, os riscos permanecerão muito altos. Outras ameaças regionais podem inserir ingredientes adicionais na complexidade do ambiente local, tais como o *Boko Haram* na Nigéria, um grupo que tem ligações com os vários grupos jihadistas que operam no *Sahel* (TERTRAIS, 2016).

Por fim, a solução da instabilidade no *Sahel* vai muito além do vetor militar. Fatores como uma infraestrutura deficiente, os baixos níveis de capital humano, a insegurança física, o grande crescimento populacional e a corrupção, inibem o crescimento econômico e social. Por se tratar de ex-colônias, os franceses têm sido relutantes em se envolver no que pode ser descrito como assunto interno. Para evitar a acusação de serem neocolonialistas, os franceses têm concentrado seus esforços em ameaças terroristas específicas e de assistência à segurança.

Referências:

LE GOURIELLEC, Sonia. **La política de Francia en el Sahel**. Cuadernos de estrategia, nº 176, p. 85-122, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Funcional.E2018122/Downloads/Dialnet-LaPoliticaDeFranciaEnElSahel-5270494-1.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2022.

MINISTÈRE DES ARMÉES DE FRANCE. **Dossier de presse - Opération Barkhane Bande Sahélo-saharienne**. Ministère des armées de France, 2017. Disponível em: https://www.defense.gouv.fr/sites/default/files/operations/20220830_DP_BKN_.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

NETO, Nuno. **Operação Serval: o modo francês de fazer a guerra**. Infantaria - Revista Militar da Infantaria Portuguesa, p. 19 - 24, 2018.

NOTIN, Jean-Christophe. **Guerra da França no Mali**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017.

TERTRAIS, Bruno. **Operation Barkhane**. High Level Military Group, p. 77-83, 2016. Disponível em: [hlmg-lawless-media-savvy-terroristadversaries.pdf](https://www.hlmg-lawless-media-savvy-terroristadversaries.pdf). Acesso em : 22 de julho de 2022.

TRAMOND, Olivier; SEIGNEUR, Philippe. **Operation Serval: Another Beau Geste of France in Sub-Saharan Africa?** Military Review, Vol. 94, nº 6, p. 76-86, 2014.

Operação Barkhane: Operação de estabilização do Sahel

Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20141231_art014.pdf. Acesso em: 29 de julho de 2022.

WING, Susanna D. **French intervention in Mali: strategic alliances, long-term regional presence?** Small wars & insurgencies, Vol. 27, nº 1, p. 59-80, 2016.

O EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA EM AMBIENTE DE SELVA*

Vítor Mendonça Soares¹
Cezar Augusto Rodrigues Lima Junior²

1. Introdução

O Brasil possui um vasto e rico território anecúmeno: a Amazônia Legal. À exceção de Manaus-AM, uma ilha em meio à densa floresta, a maior parte da floresta amazônica é um imenso vazio demográfico, onde as principais vias de transporte se restringem às calhas dos rios (IBGE, 2022). Essa vastidão abriga riquezas minerais e biológicas incalculáveis, senão vejamos: aquíferos como Alter do Chão; reservas minerais como a de Carajás; são apenas alguns atrativos que fazem com que a região seja cobiçada mundialmente. A Pan-Amazônia é reconhecida como uma das áreas geoestratégicas mais importantes do mundo, pois, além das riquezas supracitadas, é considerada decisiva para a preservação do clima e da vida no planeta. Tal situação também é outro fator de interesse de potências globais, que podem se chocar com os dos países amazônicos (PAIVA, 2015).

Ou seja, fica claro que a região amazônica deve ser prioridade para a defesa para o Brasil, posicionamento que pode ser encontrado em documentos oficiais. A Política Nacional de Defesa (PND) é um desses documentos. Na PND publicada em 2012, a Amazônia é tida como prioritária para o setor de defesa, devendo receber prioridade defensiva juntamente com a faixa de fronteira e o Atlântico Sul (BRASIL, 2012). O documento vai além e acrescenta que a integração da Amazônia brasileira com o resto do país é um pressuposto primordial para a concepção da defesa do país (BRASIL, 2012).

Decorrente dessa realidade, nos últimos anos, o Exército Brasileiro já deslocou inúmeras Organizações Militares do centro-sul para a região amazônica, procedimentos que aumentaram a presença da instituição na região. Inserida nesse contexto, a Artilharia de Campanha deslocou dois Grupos de Artilharia de Campanha para a região amazônica. Atualmente, os dois Grupos de Artilharia de Campanha estão sediados em Marabá-PA e Boa Vista-RR. No entanto, a presença dessas duas Organizações Militares especializadas em combate na selva não é suficiente para a defesa da região. Torna-se necessário

* Artigo originalmente publicado em 14 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

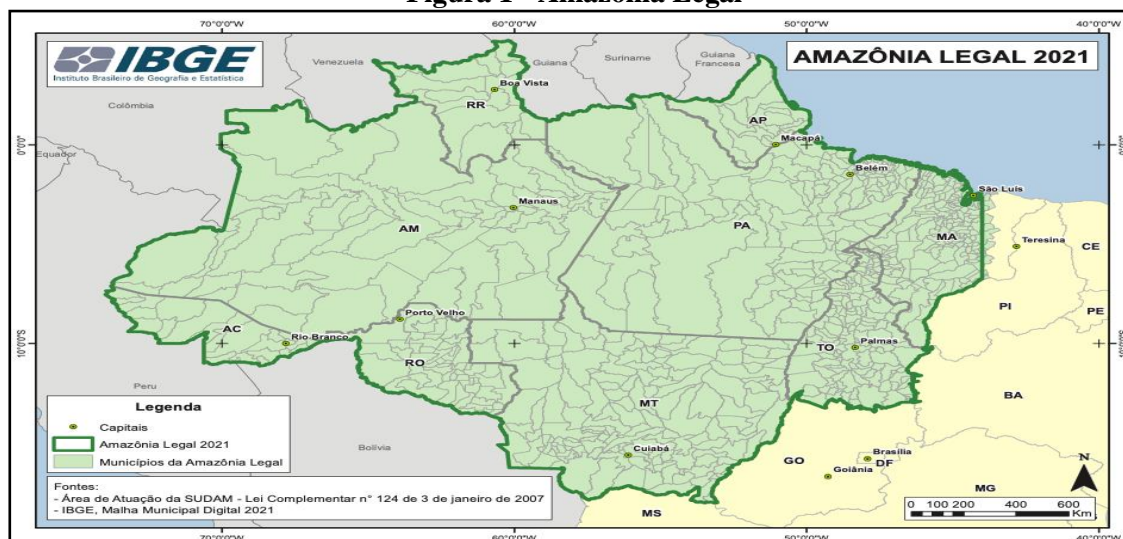
deslocar outras Organizações Militares de Artilharia para realizar a defesa da região amazônica, fato que é comprovado pelo envio recorrente de Organizações Militares de Artilharia sediadas em outras partes do país para reforçar os fogos da Artilharia de Campanha local/regional em exercícios militares.

Diante dessa realidade, este artigo procura jogar luz sobre o emprego da Artilharia de Campanha na região amazônica, destacando o ambiente operacional de selva, a Artilharia de Campanha em presença e o emprego da Artilharia de Campanha de Mísseis e Foguetes na área.

2. Caracterização do ambiente operacional de selva

A região denominada selva amazônica é encontrada nos territórios do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. A Amazônia Legal, porção da selva amazônica pertencente ao Brasil, possui uma área de aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados e uma população de cerca de 28 milhões de pessoas, englobando os estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins. A dimensão dessa região equivale a 61% do território nacional, sendo distribuídos por 775 municípios. Ela foi instituída visando o desenvolvimento regional (BRASIL, 1997).

Figura 1 - Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2022.

A Amazônia brasileira é topograficamente marcada por um extenso platô com áreas de terra firme, por uma planície com regiões alagadiças de várzeas, pelas encostas do planalto brasileiro ao sul e pela encostas do planalto guianense ao norte. A planície amazônica estende-se de leste para oeste do país, apresentando uma baixíssima declividade. Na região, encontra-se o pico da Neblina, ponto mais alto do Brasil,

localizado no escudo guianense com uma altitude de 3.014 metros. Na região, há a predominância da floresta equatorial, que se divide em floresta de terra firme e floresta de terras inundáveis. O primeiro tipo (floresta de terra firme) caracteriza a originalidade da floresta amazônica, com a existência de árvores de grande porte que dificultam a incidência dos raios solares em seu interior, deixando o ambiente extremamente úmido abaixo da cobertura vegetal. O segundo tipo (floresta de terras inundáveis) está presente nas margens dos principais rios e é constituída pela mata de várzea, terreno limpo, árvores de grande porte, mata de igapó e uma vegetação densa (BRASIL, 1997).

Conforme descrito anteriormente, a região amazônica possui um solo com grande potencial de riquezas minerais: reservas de ouro, pedras preciosas, bauxita e minerais estratégicos. Além disso, há ainda a peculiaridade dessas reservas ocorrerem à flor do solo, facilitando a exploração das minerais. A hidrografia é um dos aspectos fisiográficos mais marcantes da Amazônia. O rio Solimões-Amazonas é a principal artéria do sistema fluvial e o grande protagonista no contexto da bacia amazônica, possuindo cerca de 23.000 km de vias navegáveis, permitindo a navegação em qualquer época do ano. Entretanto, os rios que compõem essa bacia sofrem relevante influência da amplitude dos índices pluviométricos, caracterizando a diferença significativa da navegação nos períodos de cheia e de seca (BRASIL, 1997).

O clima quente e úmido é predominante na região amazônica. Com média de 24° C no inverno e 32° C no verão, a temperatura na região amazônica é elevada. No interior da selva, especialmente no período noturno, é normal o registro de temperaturas mais baixas, que podem chegar aos 16° C. Nesse sentido, é comum atribuir ao ambiente amazônico a existência de somente duas estações do ano: a estação das chuvas ou inverno (de outubro a abril), com índice de chuvas elevados, e a estação seca (BRASIL, 1997).

Em vista das peculiaridades da selva amazônica, operar na região não é fácil. Aspectos como hidrografia, clima e terreno se tornam um desafio para a realização de operações militares na região.

3. Emprego da Artilharia de Campanha em presença na Amazônia

Os Grupos de Artilharia de Campanha de Selva, orgânicos das Brigadas de Infantaria de Selva, são as Organizações Militares de Artilharia de Campanha presentes na região amazônica. O 1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (Marabá-PA), orgânico da 23ª Brigada de Infantaria de Selva e o 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (Boa Vista-RR), orgânico da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, são as únicas

O emprego da Artilharia de Campanha em ambiente de selva

Unidades de Artilharia de Campanha especializadas em realizar operações na selva. As outras Brigada de Infantaria de Selva não são dotadas de Organizações Militares de Artilharia de Campanha, fato que sobrecarrega os dois Grupos de Artilharia de Campanha de Selva citados anteriormente.

A atuação dos Grupos de Artilharia de Campanha de Selva é influenciada por diversos fatores, dentre os quais destacam-se: a grande descentralização dos seus meios, com os escalões menores atuando isoladamente; a atribuição de uma área de responsabilidade com grandes dimensões; o combate priorizado nos eixos dos rios navegáveis; o posicionamento dos meios de apoio de fogo nas proximidades do apoio logístico; a possibilidade da força adversa abordar as posições da artilharia por meio de caminhos desenhados através selva; o tempo de deslocamento relativamente longo por vias fluviais; a dependência dos meios aéreos para deslocamentos rápidos; as mudanças repentinas nas condições meteorológicas; e as mudanças relevantes nas características do terreno, devido aos regimes de chuva e estiagem (BRASIL, 2020).

O emprego descentralizado dos elementos de manobra e a grande distância entre os mesmos, geram a necessidade da descentralização das Baterias, subunidades pertencentes aos Grupos de Artilharia de Campanha de Selva e dotadas de obuseiros e morteiros. Essas subunidades, por possuírem obuseiros 105 mm e morteiros 120 mm que podem ser transportados por animais (búfalos), transportados por aquavias, aerotransportados ou helitransportados, oferecem uma grande versatilidade e mobilidade para o apoio de fogo junto aos elementos de manobra. Diante disso, o fundamento do apoio de fogo contínuo e cerrado é privilegiado, ao invés da tradicional centralização dos meios, ocasionando uma perda considerável no princípio da massa (BRASIL, 2020).

A observação e a busca de alvos são importantes subsistemas para as operações da artilharia em ambiente de selva. As condições impostas pelas especificidades do ambiente amazônico constituem um dos principais obstáculos para esses subsistemas. A cobertura vegetal da floresta absorve as ondas de rádio, reflete as do radar, impede a penetração da luz para a utilização dos meios de visão noturna, dificulta a saída da fumaça dos sinalizadores e não oferece pontos de comando que permitam a observação ou a utilização como ponto de referência (BRASIL, 2020).

O Estado-Maior do Exército (EME), vislumbrando o adestramento do combate na selva e a busca de uma doutrina específica para aquele ambiente operacional, organizou trabalhos de experimentação doutrinária que adaptassem o sistema operacional apoio de fogo ao ambiente amazônico. Nesse sentido, a seção de doutrina e pesquisa do Comando

Militar da Amazônia determinou a realização de experimentações doutrinárias sobre o emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha de Selva (BRASIL, 2003). Os Grupos de Artilharia de Campanha de Selva sediados em Boa Vista-RR e Marabá-PA foram selecionados para colocar em prática a experimentação doutrinária em ambiente de selva. Na citada experimentação, os obuseiros e os morteiros foram testados no ambiente de selva. Para tanto, valeram-se de meios de transporte como viaturas ¾ Ton, búfalos, embarcações tipo patrulha, balsas e helicópteros. A versatilidade e a flexibilidade do material da artilharia de selva ao ambiente amazônico, facilitaram o acompanhamento junto aos elementos de manobra e um apoio de fogo mais eficiente (EME, 2006).

A experimentação doutrinária certificou que a Artilharia de Campanha em presença na Amazônia Brasileira deve ser de calibre leve, versátil, adaptada às operações na selva (aeromóveis e ribeirinhas) e capaz de ser empregada de forma descentralizada. Todavia, a Artilharia de Campanha deve estar em condições de atuar de forma centralizada, desde que a situação permita e em determinados trechos da região amazônica.

4. O emprego da Artilharia de mísseis e foguetes na Amazônia

No Brasil, a Artilharia de Mísseis e Foguetes está concentrada no Forte Santa Bárbara, sede do Comando de Artilharia do Exército. Tal Comando está organizado da seguinte maneira: dois Grupos de Mísseis e Foguetes, um Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, um Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, uma Base Administrativa e uma Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército (LIMA JÚNIOR, 2016).

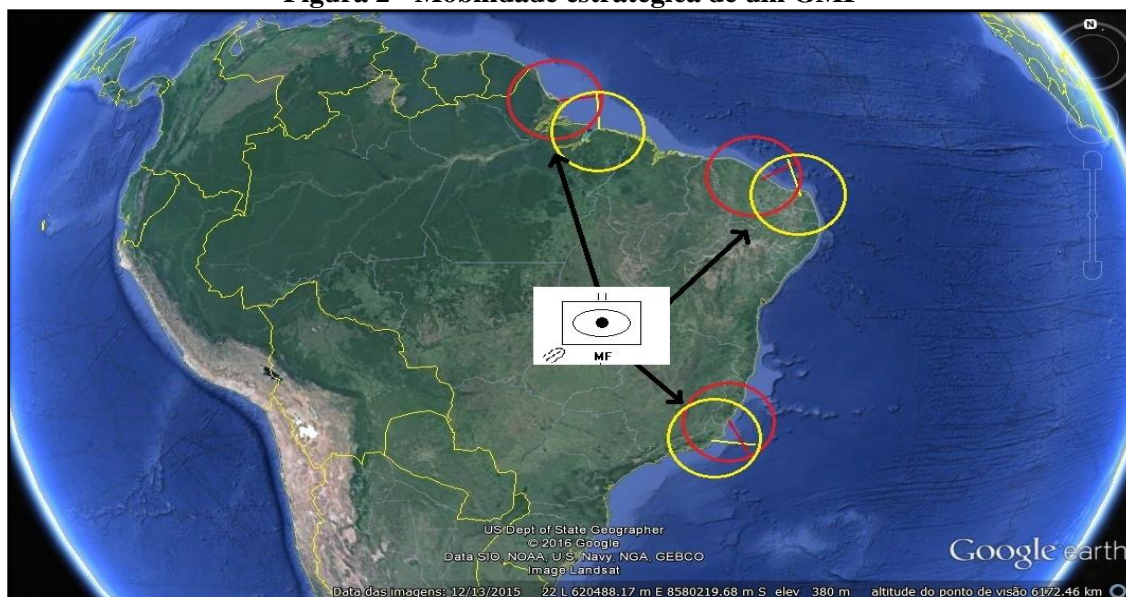
Seu “braço forte” é constituído pelo 6º Grupo de Mísseis e Foguetes e pelo 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, ambos dotados do sistema Astros. Cada Grupo de Mísseis e Foguetes possui três Baterias de Mísseis e Foguetes e uma Bateria de Comando. Cada Baterias de Mísseis e Foguetes possui duas seções de tiro a 3 lançadores cada, perfazendo um total de meia dúzia peças por subunidade, além dos demais subsistemas da artilharia, como meteorologia, comunicações, logística, topografia etc. A Bateria de Comando, por sua vez, tem a missão de prover o suporte logístico para o Grupo de Mísseis e Foguetes, instalar o Posto de Comando e área de trens, dirigir e coordenar os fogos e explorar as comunicações no âmbito do GMF (LIMA JÚNIOR, 2016).

O sistema Astros foi desenvolvido e fabricado pela empresa brasileira *Avibras* na década de 1980 e tinha como objetivo realizar a saturação de área. O citado sistema é multicalibre, possui elevada mobilidade e é capaz de lançar foguetes à longa distância,

atributos que credenciam o sistema Astros como sendo um vetor estratégico e de grande poder de dissuasão. O sistema Astros possui foguetes com alcance que variam entre 9 a 90 Km e é dotado de munições alto explosivas e de cabeça múltipla. Em vista disso, pode saturar áreas que chegam a quilômetros quadrados, dependendo do alcance do alvo a ser batido. Também funciona como plataforma lançadora do míssil tático de cruzeiro de alta precisão (AVIBRAS, 2022).

O Comando de Artilharia do Exército, como força de emprego estratégico do Exército Brasileiro, já realizou inúmeros deslocamentos estratégicos para executar seus fogos em todas as regiões do Brasil. Quanto à Amazônia especificamente, o Comando de Artilharia do Exército realizou os seguintes deslocamentos: 1) em 2014, o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes participou de uma operação militar na serra do Cachimbo, no sul do Pará; 2) em 2015, o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes participou de uma operação militar na foz do rio Amazonas, no Amapá; 3) em 2020, o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, o 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, o Centro de Logística de Mísseis e Foguetes e a Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército participaram da operação Amazônia, no entorno de Manaus-AM; e 4) em 2021, o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, o 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, o Centro de Logística de Mísseis e Foguetes e a Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército participaram da operação Amazônia, também localizada no entorno de Manaus-AM.

Figura 2 - Mobilidade estratégica de um GMF



Fonte: LIMA JÚNIOR, 2016.

O posicionamento central do Forte Santa Bárbara, localizado em Formosa-GO, e a capacidade de mobilidade estratégica do Comando de Artilharia do Exército, facilitam o

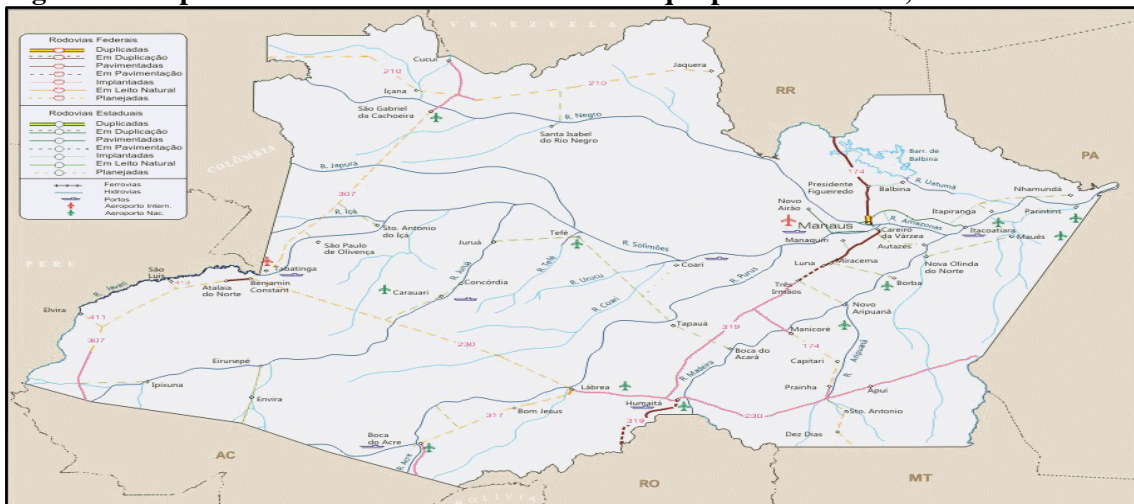
emprego do sistema Astros em qualquer região do país. Na Amazônia, para realizar a concentração estratégica dos meios do sistema Astros para as operações militares citadas anteriormente, foram utilizados o modal fluvial e o modal rodoviário

A execução dessas operações militares serviu para corroborar a capacidade de deslocamento estratégico das Unidades do Comando de Artilharia do Exército para a região norte do Brasil, concentrando meios especificamente na região da foz do rio Amazonas e em Manaus. Em todos os casos, o uso do modal fluvial foi essencial. Os deslocamentos foram longos, de muitos dias, e dependeram do regime das chuvas para o uso dos rios e das condições de trafegabilidade das poucas estradas existentes. Eixos como a BR-230, BR-319, BR-174 e BR 153 foram primordiais, mas nem sempre se apresentaram em boas condições de trafegabilidade.

É importante destacar que o sistema Astros também tem a possibilidade de ser embarcado em aeronaves C-130 ou até mesmo no novo cargueiro KC-390. No entanto, o deslocamento de uma Bateria de Artilharia completa (pessoal, munição e material) em aeronaves, depende do contexto das operações, disponibilidade de muitas aeronaves e das possibilidades do inimigo (LIMA JÚNIOR, 2016).

Nessas operações militares, verificou-se que o emprego dos Grupos de Mísseis e Foguetes e suas Baterias restringiram-se às rodovias e às grandes cidades. Os rios serviram apenas como vias de transporte e as balsas de grande porte foram os meios de transporte mais utilizados. Como a Amazônia brasileira possui como portas de entrada a sua foz (Belém-Macapá) e o eixo da BR-174 (partindo de Manaus), torna-se fundamental manter as rodovias BR-153 (Belém-Brasília) e BR-319 (Porto Velho-Manaus) em boas condições, caso contrário o acesso se dará apenas pelos rios Amazonas e Madeira.

Figura 3 - Mapa rodoviário do Amazonas com destaque para as BR-174, BR-230 e BR-319



Fonte: INFOESCOLA, 2022.

Diante do exposto, este artigo entende que o Exército Brasileiro não pode prescindir do poder de fogo proporcionado pelo sistema Astros. Estas armas aumentam o poder dissuasório brasileiro diante de potências extrarregionais que possam vir a cobiçar a região amazônica. A capacidade de mobilidade estratégica do Comando de Artilharia do Exército também contribui com essa dissuasão. No entanto, a dificuldade logística para concentrar os meios e a existência de poucos eixos rodoviários são fatores de restrição para o emprego dos mísseis e foguetes na região.

5. Considerações Finais

O presente artigo visou apresentar como é empregada a Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro na região Amazônica. Para tal, foram abordadas as características do ambiente operacional de selva, a Artilharia de Campanha em presença e a Artilharia de Mísseis e Foguetes. Ressalta-se que o presente artigo não tratou do emprego de Artilharia Média (calibre 155 mm).

Por conseguinte, verificou-se que a vastidão amazônica e suas características fisiográficas são um desafio para a realização das operações militares. A Artilharia de Campanha em presença na Amazônia Brasileira é de calibre leve, versátil e adaptada às operações na selva, tendo um emprego bastante descentralizado de suas subunidades. Sua potência de fogo limitada, faz com que seja necessário o reforço de artilharia do escalão superior.

Infere-se, ainda, que o emprego da Artilharia de Mísseis e Foguetes na região amazônica é fundamental para realizar a dissuasão extrarregional. Suas capacidades de mobilidade estratégica, alto poder de fogo e longo alcance são indispensáveis no combate moderno. No entanto, a logística para concentrar os meios no local padece de dificuldades importantes, pois depende do regime das cheias dos rios e das poucas estradas existentes. A existência de poucos eixos rodoviários é um fator de restrição para o emprego dos mísseis e foguetes no local.

Por fim, quanto ao Brasil, urge a necessidade de realizar políticas públicas voltadas para a integração da Amazônia Brasileira ao restante do país, principalmente quanto aos meios de transporte. Este artigo finaliza com algo que deve ser lembrado e incessantemente buscado pelos governantes atuais, mas que já foi dito durante a década de 1970 pelo General Rodrigo Otávio: ***“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la”***.

Referências:

AVIBRAS. **Sistema ASTROS**. Avibras, 2022. Disponível em: <http://www.avibras.com.br/>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **IP 72-1 - Operações na Selva**. Brasília: EME, 1997.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Orientação para Execução dos Exercícios de Experimentação Doutrinária de Apoio de Fogo de Artilharia às Operações na Selva**. Brasília: COTER, 2003.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Diretriz para Experimentação Doutrinária do Apoio de Fogo de Artilharia às Operações na Selva**. Brasília: EME, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.360 - Grupo de Artilharia de Campanha**. Brasília: COTER, 2020.

IBGE. **Amazônia Legal**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-emapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 01 de outubro de 2022.

INFOESCOLA. **Mapa rodoviário do Amazonas**. Infoescola, 2022. Disponível em: <https://www.infoescola.com/mapas/mapa-rodoviario-do-amazonas/>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

LIMA JUNIOR, Cezar Augusto Rodrigues. **Artilharia de Mísseis e Foguetes: contribuição para um sistema conjunto de defesa antiacesso e negação de área (SCDANA)**. Doutrina Militar Terrestre, Vol. 4, nº 9, p. 38-49, 2016.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Direccionamento estratégico do exército para a defesa e projeção de poder do brasil na pan-amazônia**. Brasília: IPEA, 2015.

A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19*

*Christiano Marins Anselmo Pinheiro¹
Higor Cezar Villaça Menezes Patusco²
Luiz Fernando Bastos Valverde³*

1. Introdução

No final de 2019, o mundo se viu diante um grande desafio após o vírus Sars-CoV-2 se espalhar por todo o mundo. Com a rápida difusão do vírus, em 11 de março de 2020, a ONU classifica o Sars-CoV-2 para o nível de pandemia, com o Brasil intensificando suas medidas e protocolos de proteção contra a nova doença.

Diante dessa realidade e considerando a importância do tema, bem como a relevância da participação do Exército Brasileiro no combate à pandemia do covid-19, este artigo se propõe a apresentar a atuação do Exército Brasileiro durante a pandemia do covid-19.

2. Desenvolvimento

O Exército Brasileiro, coordenado pelo Ministério da Defesa, ativou a operação covid-19, atuando de forma protagonista no país por meio dos Comandos Conjuntos, sendo 8 dos 10 Comando Conjuntos permanecendo sob responsabilidade da Força Terrestre. Além disso, o Exército Brasileiro teve papel fundamental no início da crise sanitária no âmbito da Força-Tarefa Logística Humanitária.

Foram elaborados cenários e levados a cabo planejamentos diversos, em diferentes escalões de comando, para que a Força Terrestre possa se ajustar com a necessária flexibilidade às diferentes exigências que a crise oferece. O planejamento estratégico do Exército considerou cinco Estados Finais Desejado, com linhas de esforço e de operações adequadas: 1) Surto de coronavírus controlado; 2) Imagem do Exército Brasileiro fortalecida; 3) Nível de prontidão e operacionalidade mantidos; 4) Exército Brasileiro reconhecido como um dos fatores de não proliferação da covid-19; e 5) Confiança da família militar no Exército Brasileiro fortalecida.

* Artigo originalmente publicado em 16 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

Dentre as linhas de esforços desenvolvidas pelo Exército Brasileiro, três merecem destaque: linha operacional, linha de ensino e linha de ajuda humanitária. Em vista disso, este artigo se propõe a analisar a atuação do Exército Brasileiro na pandemia do covid-19 em cada uma das três linhas de esforços citadas anteriormente.

3. Linha operacional

No campo operacional e em termos resumidos, as ações do Exército Brasileiro podem ser divididas em três fases: resposta imediata, controle da disseminação do vírus e vacinação.

A 1ª fase (resposta imediata) ocorreu imediatamente após a declaração de pandemia por parte das autoridades mundiais e brasileiras. Neste momento, as ações que marcaram a resposta imediata foram o fechamento de fronteiras terrestres, controle do acesso de pessoas vindo do exterior e o apoio logístico, mais especificamente o resgate de nacionais brasileiro em países estrangeiros, transporte e armazenamento de medicamentos e pacientes, e a montagem de hospitais de campanha.

Na 2ª fase (controle da disseminação do vírus), as ações se voltaram para a estabilização e diminuição do número de contaminados. Esta fase ficou caracterizada pelo emprego do Exército Brasileiro na produção e distribuição de equipamentos de proteção individual, pela capacitação de pessoal militar e civil e pelo início da campanha de doação de sangue. As atividades logísticas se mantiveram durante a 2ª fase, notadamente no traslado de pacientes entre os Comandos Conjuntos ativados e na distribuição de equipamentos médicos como cilindros de oxigênio.

Na 3ª fase, iniciou-se os trabalhos de imunização da população. A participação dos militares do Exército Brasileiro catalisou os resultados obtidos durante a vacinação, contribuindo para a diminuição do número de casos confirmados no país e o retorno à uma situação mais próxima da situação existente antes da pandemia. A doação de sangue continuou sendo executada nessa 3ª fase, bem como as atividades de apoio logístico, que se intensificaram com o emprego do pessoal de saúde capacitado para aplicação de vacinas e a operacionalização dos chamados *Drive-thrus*. O quadro a seguir sintetiza o que foi descrito anteriormente:

Quadro 1 - Fases e tarefas operacionais da pandemia

Fases		Tarefas	
1 ^a	Resposta imediata	Ações de controle da faixa de fronteira	Apoio Logístico
2 ^a	Controle de disseminação do vírus	Produção de EPI	
		Capacitação de pessoal	
		Doação de sangue	
3 ^a	Vacinação	Apoio com pessoal de saúde	
		Doação de sangue	

Fonte: PATUSCO, 2022.

3. Linha de ensino

No que diz respeito ao ensino militar, a pandemia de covid-19 também exigiu do Exército Brasileiro muita flexibilidade a fim de que a formação de seus recursos humanos não fosse comprometida. Diante das diversas orientações da Organização Mundial da Saúde que determinavam que o isolamento social era a melhor ferramenta para a prevenção e o combate à pandemia, observou-se que um dos maiores desafios para o sistema de ensino do Exército Brasileiro foi a manutenção da formação dos oficiais e sargentos de carreira em regime de internato.

O Departamento de Educação e Cultura do Exército, órgão responsável pelos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército Brasileiro, verificou, à época, a necessidade de se manter a formação no regime de internato. Para isso, uma série de medidas foram tomadas a fim de adaptar os cursos sob a responsabilidade do Departamento de Educação e Cultura do Exército, em especial nos estabelecimentos de ensino que trabalham em regime de internato (Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas, Escola de Sargentos de Logística, Centro de Aviação do Exército, e, também as treze Unidades Escolares Tecnológicas do Exército.

Nesse contexto, verificou-se que as principais adaptações realizadas nos cursos foram relacionadas às adaptações das instalações de ensino. Viu-se a necessidade de se aumentar a distância entre as camas/beliches nos alojamentos dos alunos/cadetes, o que reduziu a capacidade destes dormitórios.

Além disso, foi necessário, também, separar um espaço específico destinado a acomodar os instruídos que estivessem com sintomas ou com a confirmação de contaminação pelo coronavírus. Tais aspectos se configuraram em um grande desafio logístico para a manutenção dos cursos em regime de internato.

Além disso, foi necessário cumprir, da melhor forma possível, as orientações estaduais e municipais que estiveram em vigor durante os anos de 2020 e 2021. Essas

adaptações, principalmente, foram realizadas a fim de se evitar o contato aproximado entre os alunos, evitar aglomerações em ambientes fechados e evitar a realização de esforços físicos intensos. Dessa forma, buscou-se proteger os alunos, instrutores e a família militar. Para isso, algumas medidas se fizeram necessárias como adaptações em atividades de campanha, redução da intensidade de sessões de treinamento físico militar, realização de quarentenas em períodos específicos, disponibilização de vacinas, uso de máscaras de proteção, higienização constante de ambientes e limpeza frequente das mãos.

Conforme pesquisa feita sobre o impacto da pandemia nos alunos dos cursos de formação e Sargentos do Exército, verifica-se que, na opinião das equipes de instrução dos referidos cursos e, observando o desempenho escolar no biênio 2020-2021, as medidas tomadas pelo Exército Brasileiro, em especial pelo seu Sistema de Ensino, no combate à pandemia foram eficientes. Mesmo com alguns óbices observados, no geral, as adequações realizadas permitiram, em boas condições, a continuidade da formação dos sargentos de carreira do Exército Brasileiro em regime de internato.

4. Linha de ajuda humanitária

A Força-Tarefa Logística Humanitária foi o instrumento do Estado Brasileiro em resposta à crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela, que levou milhares de venezuelanos a buscar melhores condições de vida no Brasil. Como resultado, desde 2018, foram estabelecidas as condições operacionais no Estado de Roraima por meio da operação Acolhida, com ações em prol da ajuda humanitária aos imigrantes, por meio do ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização.

Neste sentido, o Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, passou a ser protagonista no controle e organização do fluxo migratório, notavelmente no abrigamento e no processo de interiorização, particularmente em Boa Vista-RR. Todo o processo contou com a participação de inúmeros apoios e cooperação da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

A chegada da pandemia da covid-19 em março de 2020 foi um acontecimento que modicou uma série de ações já desenvolvidas, mapeadas e consolidadas no âmbito da operação Acolhida. Isso criou dificuldades na condução das diversas atividades e tarefas executadas, levando o comando da Operação a adaptar toda sua estrutura de trabalho, como resposta à rápida proliferação do novo coronavírus.

Um dos grandes desafios foi o controle sanitário no abrigamento dos venezuelanos. Na ocasião da chegada do vírus em Boa Vista-RR, a operação Acolhida tinha sob sua

coordenação logística e humanitária 11 onze abrigos no total, tendo a capacidade de absorver cerca de 5.581 imigrantes, que naquela ocasião foi superada, sendo foco de preocupação diante do quadro pandêmico.

Dessa maneira, tornou-se o controle sanitário muito mais complexo, uma vez que as características de abrigo dos imigrantes iam de encontro às principais orientações definidas pelos órgãos de saúde nacionais e internacionais naquele momento inicial da pandemia, que era a aglomeração como forma de propagação rápida do vírus, dificultando o distanciamento social.

Na ocasião foi elaborado o Plano Emergencial de Contingenciamento para Covid-19, com finalidade de estabelecer as normas gerais de ação para a prevenção, controle e tratamento referentes à infecção pelo novo coronavírus em todas as estruturas da operação Acolhida, sendo uma excelente resposta ao desafio de combater a crise sanitária dentro de um ambiente de crise humanitária.

Como consequência, outro desafio na operação Acolhida no início da pandemia, principalmente nos 7º e 8º Contingentes, tendo como ponto de partida a elaboração do Plano Emergencial de Contingenciamento para covid-19, foi a transferência do Hospital de Campanha de Pacaraima-RR para Boa Vista-RR, gênese da área de proteção e cuidados. Esta foi montada em coordenação com os governos do Município de Boa Vista-RR e do Estado de Roraima, criando leitos e a estrutura de saúde necessária para o atendimento aos imigrantes, sendo uma contribuição da operação Acolhida para a saúde do Estado de Roraima.

Cabe salientar, que a logística de interiorização foi duramente impactada pelas restrições nos diversos meios de transportes, reduzindo os imigrantes interiorizados. Além disso, os recursos financeiros aquém do necessário na ocasião da chegada da covid-19 em prol do enfrentamento da pandemia e as incertezas sobre a forma de combater os efeitos do vírus que exigiam atualizações financeiras corriqueiras, criaram dificuldades adicionais no âmbito da operação Acolhida.

No que tange aos desafios do Exército Brasileiro por ocasião da chegada da pandemia da covid-19, no âmbito da operação Acolhida, as respostas dadas contribuíram para a superar os obstáculos criados pelo vírus Sars-CoV-2. Todos os entes envolvidos no processo tiveram participação fundamental para mitigar os efeitos da covid-19, permitindo que diversas vidas de brasileiros e venezuelanos fossem salvas, o que tornou o combate à pandemia no âmbito da operação Acolhida um caso de sucesso e referência

no espectro da atividade de ajuda humanitária, acrescida de uma crise sanitária sem precedentes na história do mundo.

Referências:

PATUSCO, Higor Cezar Villaça Menezes. **A Atuação do Exército Brasileiro na Pandemia da Covid-19 - análise das tarefas realizadas.** Trabalho de Conclusão de Curso na ECEME, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

DQBRN



ORIGENS DA DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO*

Luiz Rodrigues dos Santos Junior¹

1. Introdução

A Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) pode ser definida como o conjunto de atividades relacionadas ao reconhecimento, à detecção e à identificação de agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares (QBRN) e à descontaminação de pessoal e material expostos (BRASIL, 2017).

O manual de campanha EB70-MC-10.234 - DQBRN nas Operações afirma: “A existência de arma de destruição em massa é uma ameaça potencial em diferentes áreas do mundo”. Nesse contexto, entende-se como armas de destruição em massa todo artefato capaz de liberar agentes químicos, biológicos ou radiológicos ou de produzir uma detonação nuclear.

A possibilidade de se empregar armas químicas em massa concretizou-se nos campos de batalha pela primeira vez em 22 de abril de 1915, na localidade de *Yprès* (Bélgica), durante a 1ª Guerra Mundial, quando o Exército alemão desencadeou um ataque contra tropas francesas, utilizando 180 toneladas de gás cloro. Estava inaugurada a guerra química² moderna.

Da Batalha de *Yprès* ao final da 1ª Guerra Mundial, os contendores lançaram-se a uma corrida armamentista, desenvolvendo novos agentes químicos, como sufocantes e vesicantes, bem como meios de proteção correspondentes, em uma busca incessante pela superioridade de meios sobre o adversário.

Tropas especializadas em guerra química foram criadas pelas principais potências oponentes no conflito, a exemplo do *Chemical Warfare Service* no Exército dos Estados Unidos da América (EUA). A experiência proporcionada por esse cenário veio a se consolidar nas doutrinas militares dos beligerantes na 1ª Guerra Mundial, vislumbrando como permanente a ameaça química.

* Artigo originalmente publicado em 18 de outubro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e aluno da ECEME.

² Na historiografia nacional, tornou-se corrente o uso do termo “guerra química” para designar as tarefas relacionadas à DQBRN, particularmente entre as décadas de 1920 e 1980. A transformação da Companhia-Escola de Guerra Química (Cia-Es G Q) em Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear (Cia DQBN), em 1987, contribuiu para a obsolescência do termo “guerra química”. No presente artigo, empregar-se-ão os termos “guerra química” e “DQBRN” como equivalentes.

O presente artigo tem por objetivo apresentar os eventos históricos relacionados à origem da doutrina de Guerra Química no Exército Brasileiro (EB), entre as décadas de 1920 e 1940.

2. Os Primórdios da Guerra Química no Exército Brasileiro

Em janeiro de 1916, a Revista Marítima Brasileira publicou uma nota intitulada *Os Gazes Asphyxiantes*, de autoria do capitão-tenente Álvaro Porto, acerca dos “novos métodos” de guerra proporcionados pelo uso de agentes químicos, sob o aspecto jurídico, à luz da Primeira Conferência Internacional de Haia³ (1899). Naquele ano, a edição de junho da Revista A Defesa Nacional trouxe o artigo *A Guerra Actual Perante o Direito Internacional*, com o intuito de analisar a legalidade dos métodos de combate então empregados na I GM. Na literatura especializada militar, essas foram as primeiras menções à inovação trazida pelo uso de gases de combate no teatro de operações europeu.

Após o término da I GM em 1918, houve o regresso de uma comissão de 28 oficiais do EB, enviados no ano anterior para uma missão de estudos junto ao Exército francês, na ocasião em que o Brasil ingressou como país beligerante no conflito (McCANN, 2009). A experiência colhida por esses oficiais na Grande Guerra ratificou a necessidade de modernização do Exército, evidenciada alguns anos antes, pelo baixo desempenho das tropas federais na Guerra do Contestado, em 1912 (VELÔZO, 2022).

Dessa forma, o Brasil contratou, por meio do decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, a Missão Militar Francesa (MMF), que contribuiu para reestruturar o EB, por meio da reformulação do sistema de ensino e de instrução militar, trazendo as lições aprendidas durante a I GM, incluindo a ameaça química (BELLINTANI, 2009). Nessa quadra da história militar brasileira, a DQBRN teve a sua gênese.

Em 1922, foi realizado o 1º Congresso Nacional de Química, no qual o tenente-coronel Álvaro de Bittencourt Carvalho, professor do Colégio Militar do Ceará, apresentou a tese *A Chimica: Nova Arma de Guerra*. Esse foi o primeiro trabalho científico oriundo da linha de ensino militar-bélica do EB acerca do tema, apresentando considerações sobre o desenvolvimento da capacidade de guerra química para a manutenção da soberania nacional.

³ A Primeira Conferência Internacional de Haia (1899) constituiu-se em um tratado internacional, firmado por 26 países por ocasião de sua realização, com o intuito de disciplinar juridicamente o uso da força nos conflitos bélicos.

Em 1926, foi criado o Curso Provisório de Química, no Laboratório Químico-Farmacêutico Militar⁴, por influência da MMF, a fim de capacitar oficiais químicos e de saúde na química de guerra. A exemplo do que se deu na França, os médicos e farmacêuticos militares tiveram relevante papel no aprofundamento do estudo científico da guerra química no EB ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Foi criada em 1933, no Rio de Janeiro (RJ), a Fábrica de Material Contra Gases, na estrutura do Ministério da Guerra. Inicialmente, esse estabelecimento fabril era destinado à fabricação de meios de proteção química e agentes lacrimogêneos e vomitivos, conforme registrado pelo Relatório do Ministro da Guerra de 1934. No ano seguinte, a Fábrica de Material Contra Gases iria adquirir a capacidade de produzir agentes sufocantes e vesicantes e fazer seu carregamento em munição de artilharia.

Indícios de um ensino formal da guerra química em escolas do EB aparecem em 1934. O artigo *Reconhecimento de Grupo*, publicado em junho daquele ano na Revista A Defesa Nacional, documenta que a proteção contra gases de combate foi ministrada aos alunos da Escola de Artilharia⁵, destinada à formação de sargentos, naquele período. Por sua vez, o Concurso de Admissão à Escola de Estado-Maior⁶ daquele ano previu a Guerra Química em seu programa de matérias exigidas, sinalizando uma permeabilidade do tema em todos os escalões da Força.

Ainda em 1934, foi contratada pelo governo brasileiro a Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC), junto aos EUA. A MIAC teria a seu encargo, além dos assuntos ligados à Defesa de Costa, conduzir o curso de Guerra Química na Escola Técnica do Exército⁷ (RODRIGUES, 2018). A contribuição da MIAC para o robustecimento da doutrina de guerra química no EB ficaria, ainda, materializada pelo Manual de Guerra Química, produzido sob sua orientação, no Centro de Instrução de Artilharia de Costa⁸, em 1937.

Registra-se que o Regulamento para a Instrução dos Quadros e da Tropa, aprovado em 1938, normatizou a proteção contra gases como parte integrante da instrução técnica que deveria ser ministrada na formação básica do militar. Dessa forma, consolidou-se a presença permanente do tema da guerra química na doutrina militar terrestre brasileira.

⁴ Atual Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército (LQFEx).

⁵ Nesse período, a formação de sargentos era descentralizada entre as Escolas das Armas, na guarnição do Rio de Janeiro (RJ). Em 1936, esses estabelecimentos de ensino seriam absorvidos pela Escola das Armas, que, posteriormente, se transformaria na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

⁶ Atual Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

⁷ Atual Instituto Militar de Engenharia (IME).

⁸ Atual Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).

3. Considerações Finais

Em 1942, após sucessivos ataques alemães à Marinha Mercante brasileira, o Brasil sentiu-se obrigado a ingressar na 2ª Guerra Mundial - iniciada em 1939, vindo a alinhar-se e a estreitar laços de cooperação militar com os Estados Unidos da América. Decorrente da constituição da Força Expedicionária Brasileira, para atuar de forma combinada com as forças norte-americanas no teatro de operações europeu, foi necessário a adoção da matriz doutrinária norte-americana para a organização e o adestramento da Força Expedicionária Brasileira.

O Centro de Instrução Especializada (CIE)⁹ foi criado em 1943, para a formação de especialistas que compuseram os quadros da Força Expedicionária Brasileira. O Departamento de Guerra Química do CIE formou oficiais e praças nessa especialidade para atender as necessidades das unidades expedicionárias, adequando-as ao modelo doutrinário norte-americano.

Na historiografia militar nacional, é corrente estabelecer a criação do CIE como o marco embrionário da DQBRN no Brasil. Contudo, verifica-se, pelos registros históricos existentes, que as origens da DQBRN no Exército Brasileiro datam do período Entreguerras (1919-1939), tendo a MMF e a MIAC como precursoras da doutrina de guerra química na Força.

A MIAC permaneceu em atividade no Brasil até 1939. Já a MMF encerrou-se em 1940, motivada pela ocupação da França pela Alemanha, no contexto da 2ª Guerra Mundial. Os alicerces da doutrina de guerra química no Exército Brasileiro, então lançados, possibilitaram o seu posterior desenvolvimento quando da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

Observa-se que a MMF introduziu e influenciou o estudo científico sobre a guerra química no âmbito do Exército Brasileiro, contribuindo decisivamente para o surgimento e os primeiros passos da doutrina de guerra química no Exército Brasileiro. A MIAC, por sua vez, serviu para consolidar o trabalho desenvolvido pela MMF ao longo das décadas de 1920 e 1930, robustecendo a doutrina militar terrestre acerca da guerra química.

Por fim, independente do marco temporal que seja adotado para determinar o “ponto zero” da guerra química no Brasil, o Exército Brasileiro foi o precursor da capacidade militar brasileira em DQBRN. O pioneirismo terrestre nessa fundamental atividade, mais do que proeminência, impõe a responsabilidade em ser uma força indutora

⁹ Atual Escola de Instrução Especializada (EsIE).

no desenvolvimento da DQBRN para o fortalecimento da expressão militar do poder nacional.

Referências:

A DEFESA NACIONAL. **Curso Provisorio de Chimica**. A Defesa Nacional, Vol. 13, nº 153, 1926.

BELLINTANI, A. I. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese de Doutorado na UNB, 2009. Brasília: UNB, 2009.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Programa de Certas Matérias Exigidas para o Concurso de Admissão da Escola de Estado-Maior**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1934. Disponível em: http://biblioteca.in.gov.br/documents/2771518/580016/DO_1_19340924_222.PDF/f01c6de8-fa4c-3d10-ac0c-012ee298a488?t=1575057680960&download=true. Acesso em: 7 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/f/720950/per720950_1934_00001.pdf. Acesso em: 7 de setembro de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.408, de 5 de dezembro de 1938 - Aprova o Regulamento para a Instrução dos Quadros e da Tropa**. Coleção das Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/149543-aprova-o-regulamento-para-a-instruuuo-dos-quadros-e-da-tropa.html>. Acesso em: 7 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de campanha EB70-MC-10.234: defesa química, biológica, radiológica e nuclear nas operações**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

CARVALHO, A. B. **Organização da Arma Chimica Entre Nós**. A Defesa Nacional, Vol. 10, nº 110/111, 1922.

FERRAZ, P. **A Guerra Actual Perante o Direito Internacional**. A Defesa Nacional, junho de 1916.

McCANN, F. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PORTO, A. **Os gases asphyxiantes**. Revista Maritima Brasileira, janeiro de 1916.

RICARD, E. P. **Reconhecimento de Grupo: trabalho de um comandante de grupo de artilharia divisionária**. Tradução de H. B. Fortes. A Defesa Nacional, Vol. 21, nº 241, 1934.

RODRIGUES, F. S. **A Política Militar Brasileira: da Missão de Instrução de Artilharia de Costa à Comissão Conjunta Brasil-EUA (1934-1945)**. Análise Estratégica, Vol. 9, nº 3, 2018.

VELÔZO, F. **Síntese histórica do Exército Brasileiro: do alvorecer da República à Era da Missão Militar Francesa**. Apresentação em .pdf na aula de História Militar na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2022. Rio de Janeiro. ECEME, 2022.

GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA



A CRISE DA UCRÂNIA E UMA VISÃO SOBRE A GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA DA RÚSSIA*

Hermes Menna Barreto Laranja Gonçalves¹

“Be practical, expect the impossible” (FRIEDMAN, 2010).

No último artigo, busquei destacar a importante evolução que significou a decisão da Bielorrússia de passar a cooperar com os seus vizinhos, os russos. Tal realinhamento, ocorrido em 2020, e que em face da grave crise sanitária que ainda varria o mundo, passou relativamente despercebido, pode ter desencadeado a presente crise de segurança internacional em curso. Por quê? A meu ver, com a cooperação bielorrussa, a vasta (para os padrões europeus) fronteira norte ucraniana ficou aberta para uma invasão russa, o que realmente ocorreu no último 24 de fevereiro.

Com isso em mente, este artigo pretende apresentar aos nossos leitores, civis e militares, um dos fatores teóricos que influenciaram a decisão de realizar a atual ofensiva russa à Ucrânia, qual seja: o pensamento geopolítico presente no Eurasianismo russo moderno (também conhecido como Neoeurasianismo), conforme defendido por *Alexandr Dugin* e outros cientistas políticos russos, que passarei a denominar simplesmente “Eurasianismo”.

Assim sendo, o Eurasianismo é uma corrente filosófica russa que remonta ao século XIX. Nesta época, sob a dinastia *Romanov*, o objetivo era prover uma razão de ser para a contínua expansão do Império Russo, que, de grosso modo, ia desde o rio *Vístula*, na Polônia, e alcançava as praias geladas do Pacífico Norte. Tal visão ganhou robustez teórica logo após a Primeira Guerra Mundial, notadamente, entre os emigrados russos fugitivos da revolução Bolchevique, os quais cristalizaram a ideia de que os russos não seriam europeus ou asiáticos, mas tão somente eurásianos.

No decorrer do século XX, o eurásianismo foi perdendo forças, vindo a ganhar impulsão com o desmonte da União Soviética, em 1991. Como consequência dessa “maior catástrofe geopolítica do século XX”, nos dizeres de *Vladimir Putin*, o território russo refluíu para sua menor extensão desde o século XVII.

* Artigo originalmente publicado em 7 de fevereiro de 2022 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro.

Figura 1 - Mapa topográfico da Rússia



Fonte: O AUTOR, 2022.

Despojada de territórios tampões a sul, e especialmente a oeste, a Rússia sente redobrar a ancestral insegurança geopolítica, característica da sua cultura estratégica. Esta faz com que, de modo renitente, sucessivos governantes sediados originalmente nas florestas moscovitas busquem atingir militarmente fronteiras naturais que os livrem do fantasma da invasão terrestre.

Em face dessa insegurança ancestral e bem antes desse ambiente descrito por *Putin* como apocalíptico para o russo médio, as ideias dos defensores do Eurasianismo voltaram a circular, ainda no regime soviético, com destaque para o pensamento de *Lev Gumilev*². Este, relativamente pouco conhecido no Ocidente, teorizou de forma própria e conveniente sobre dois conceitos antropológicos: a etnogênese e a passionaridade.

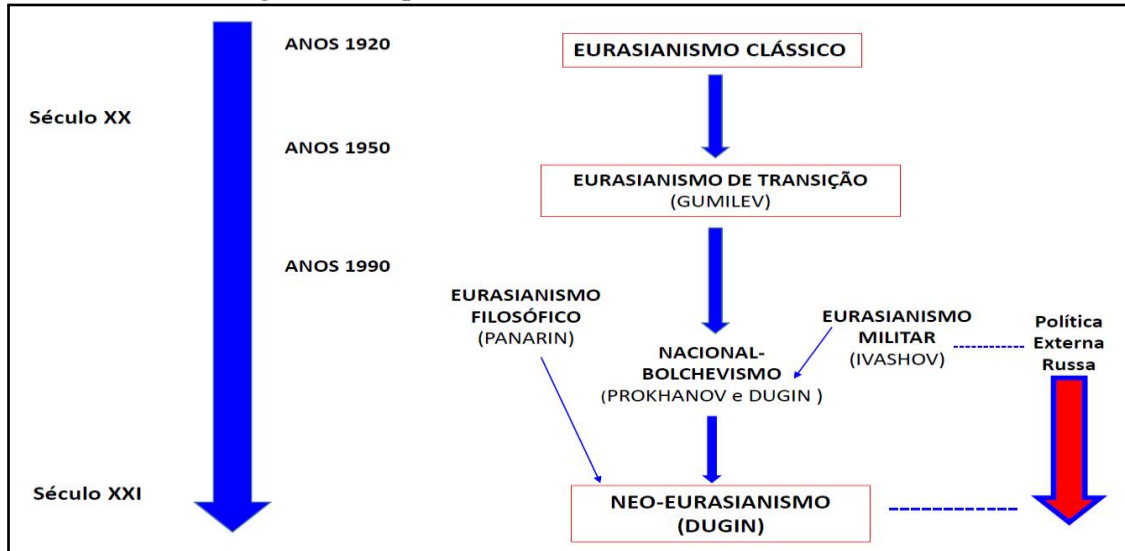
A etnogênese, bem estudada pelos antropólogos, seria o processo de formação e desenvolvimento de uma aglomeração humana que começaria a se ver, ou a ser vista (ou reconhecida), como um grupo étnico distinto dos demais. Já o conceito de passionaridade, elaborado por *Gumilev*, é descrito por ele como sendo uma premência interna irresistível para desenvolver atividades finalísticas ou a capacidade de empreender um esforço sustentável para atingir um objetivo.

Gumilev acreditava que cada grupo histórico passaria por estágios sucessivos, desde a origem ao clímax, antes de decair rumo à inércia. Além disso, dizia que quando a passionaridade de um *ethnos* atingisse seu pico, ela produziria líderes brilhantes que possibilitariam grandes conquistas civilizacionais.

² Falecido em 1992, foi um escritor e professor russo/soviético que se debruçou sobre as origens mongóis e turcas da identidade russa. Como teórico, escreveu livros sobre conceitos antropológicos caros à identidade russa, nos quais expressava o ponto de vista eurasiático.

O Eurasianismo recente absorveu todo esse imaginário histórico e antropológico para tentar reverter a aparente baixa passionaridade russa. Em seguida, *Dugin* busca a ajuda de uma série de teóricos geopolíticos ocidentais, como Mahan (Teoria do Poder Naval), *Mackinder* (Teoria do Poder Terrestre), *Haushofer* (Teoria dos Grandes Espaços) e *Spykman* (Teoria das Fímbrias), para completar o ideário eurasiânico.

Figura 2 - Esquema teórico do Eurasianismo moderno



Fonte: O AUTOR, 2022.

Além disso, a proposta capitaneada por *Dugin* absorve toda uma tradição de pensamentos contra a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), e logo, do Ocidente. Tais pensamentos, na visão de *Dugin*, eram vistos como o centro de um suposto Poder Marítimo (conceito de *Mackinder*) em disputa contínua contra um Poder Terrestre, que hoje seria a chamada *Novorossiia* eurasiânica (DUGIN; CARVALHO, 2020).

Assim sendo, o pensamento geopolítico eurasiânico, conforme elaborado por *Dugin* e quase certamente auxiliado por militares de alta patente das Forças Armadas russas (com destaque para o General *Leonid Ivashov*, hoje opositor da guerra com a Ucrânia), nada mais é do que um amálgama do pensamento dos geopolíticos da tradição clássica, acima mencionados, com destaque para os eurasiáticos históricos e para a igreja ortodoxa russa.

O auxílio, ou a contribuição dos militares russos ao pensamento formal de *Dugin*, não é algo secundário. Muito pelo contrário. É possível que a tese de *Dugin*, de caráter muito mais místico e esotérico, corresponda a uma visão geopolítica “real”, muito mais pragmática e, portanto, perigosa, para o Ocidente livre, do que a “utopia” do filósofo.

Finda essa breve digressão histórica, vem a questão central: o que dizer, resumidamente, do receituário geopolítico prático proposto pelos eurasiáticos? Sobre isso,

preciso me debruçar, principalmente, sobre a obra literária mais importante acerca da visão geopolítica do Eurasianismo russo, que vem a ser o livro “Fundamentos da Geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia”. Editado pela primeira vez em 1997, o livro, que somente teve sua tradução efetivada para o inglês em 2017, deveria ser mais divulgado, pois há muitos relatos de que seria uma leitura obrigatória nas escolas militares da Rússia, mormente naquelas de nível mais elevado.

Figura 3 - Capa de uma edição russa de “Os Fundamentos da Geopolítica”



Fonte: O AUTOR, 2022.

A portentosa obra de *Dugin*, na única tradução em inglês encontrada, com 451 páginas, apresenta os pilares de uma nova e preocupante perspectiva geopolítica russa, que se assemelha à proposta de uma nova “Geoideologia” (um “dever ser” geopolítico).

Em que pese estarem longe de serem aplicadas à risca, é possível que as teorias de Dugin estejam sendo usadas como diretrizes teóricas para a redação, sempre com discrição, de diversos documentos oficiais russos, como a Concepção de Segurança Nacional da Federação Russa, de 2016. Esse documento, publicado regularmente, busca formalizar a aplicação de uma Grande Estratégia ao Estado russo que permita que esse ator atinja seu principal objetivo no curto prazo: ser reconhecido, novamente, como uma Grande Potência³. Para a compreensão básica do projeto geopolítico eurasiático, é preciso entender que ele diz respeito a uma configuração política que emergirá após uma derrota

³ Assumo aqui a visão de Buzan e Waever que, em seus estudos sobre Segurança Internacional, definiram que uma Grande Potência seria “os países que não possuem todas as capacidades das superpotências, simultaneamente, mas podem eventualmente exercer influência em algum cenário. Tais potências podem ter uma força armada pujante, mas uma economia fraca, ou uma economia forte e elementos de defesa fracos” (GONÇALVES, 2014).

ou colapso da OTAN e de outros atores internacionais importantes, em um futuro hipotético, resultando numa ordem internacional aparentemente multipolar.

Dessa forma, os eurásianos pretendem que o planeta seja dividido em quatro cinturões geográficos ou zonas meridionais, distribuídas de norte a sul: a zona Anglo-Americana, a zona Euro-Africana, a zona Rússia-Ásia Central e a zona do Pacífico (GONÇALVES, 2014).

Sendo considerado hegemônico no seu “espaço” (a zona Rússia-Ásia Central), o Império Eurásiano (ou *Novorossiya*) deve executar ações geoestratégicas que resultem no estado final desejado para eles, ou seja, a Rússia hegemônica sobre todos os outros espaços. Para tanto, os eurásianos delinearam uma série de objetivos a serem perseguidos para cada um dos chamados “Eixos Estratégicos”. Estes seriam em número de 03 (três) ou 04 (quatro), dependendo do teórico eurásiano proponente: a) Eixo Moscou-Berlim; b) Eixo Moscou-Tóquio; c) Eixo Moscou-Teerã (na versão de *Dugin*) e d) Eixo Moscou-Pequim-Nova Delhi (versão dos eurásianos da vertente militar russa) (DUNLOP, 2004).

Deixarei para outra oportunidade a descrição e análise sumária de todos os eixos de atuação. Dessa forma, vou focar apenas no Eixo Moscou-Berlim, haja vista a sua importância atual, por contemplar a situação de dois atores em voga na atual crise: Bielorrússia e Ucrânia. É importante lembrar que o ponto de partida para a visão de mundo eurásiana, para se tornar realidade, assume que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha (os aliados “marítimos”) estejam divididos e em conflagração interna, além de estarem separados de seus antigos aliados atlânticos (OTAN). Com isso, com a caracterização de uma fissura na Aliança Atlântica, seus membros estariam incapacitados de esboçar qualquer reação no cenário internacional.

Para as ações no Eixo Moscou-Berlim, considero que a ideia principal seja reavivar o pensamento do geopolítico alemão *Haushofer*, segundo o qual tanto a Alemanha quanto a Rússia seriam potências terrestres. Paradoxalmente, vale mencionar que o famoso geopolítico da Alemanha Nacional-Socialista deplorou o ataque de *Hitler* à União Soviética, em 1941, por achar que eram aliados naturais que estavam se enfraquecendo em uma luta mortal.

Retomando essa visão, *Dugin* vislumbra que, em dado momento futuro, a Alemanha seria a potência hegemônica, talvez em coligação com a França, e a força dominante de uma União Europeia cada vez mais sem laços com a Aliança Atlântica. Nesse sentido, a Rússia se esforçaria para atrair a Alemanha para fora da OTAN, ou seja, ser

“finlandizada”⁴, por meio da proposta de devolução do enclave de Kaliningrado, acrescido de áreas circunvizinhas. Tais áreas a serem devolvidas à Alemanha, às expensas de território atualmente da Polônia, corresponderiam à antiga Prússia Oriental, sendo reconhecidas como historicamente germânicas.

No prosseguimento desse ajuste a oeste, *Dugin* aponta como necessária uma repartição de áreas de influência de acordo com a religião predominante em cada setor considerado, com algumas exceções. Desse modo, as regiões católicas e protestantes, à exceção da Polônia, ficariam sob a tutela europeia, incluindo os países nórdicos. Já as regiões com maioria cristã ortodoxa ficariam sob a influência de Moscou.

Assim, pelo pensamento eurasiático, a Polónia, Lituânia, Letónia e Finlândia, embora na esfera de influência russa, teriam um *status* diferenciado, também em respeito à sua história. Já a Estónia, paradoxalmente, talvez em respeito a suas raízes ligadas aos Cavaleiros Teutónicos e outras potências europeias do passado, ficaria sob influência europeia.

Quanto à região dos Balcãs, *Alexandr Dugin* sugere que sua maior parte, incluindo a Grécia, deveria fazer parte do Império Eurasiático, só permanecendo com a União Europeia os países de forte confissão católica como a Croácia e a Eslovênia. Neste ponto, não posso deixar de observar que, com essa proposta realizada, os eurasiáticos alcançariam o objetivo máximo da Rússia imperial, ou seja, atingir, sem obstáculos, os “mares quentes” do Mediterrâneo.

Devo falar também sobre a Turquia, que, ao menos na ortodoxia de *Dugin*, não seria parceiro geopolítico, mas um rival a ser mantido, sempre que possível, dividido e em conflagração interna. Assim sendo, os famosos “estreitos” e, principalmente, a cidade de Constantinopla, cedo ou tarde, cairiam sob controle russo/eurasiático.

⁴ Por “finlandizar” entendo a neutralização completa do território, evitando a adesão a qualquer aliança, especialmente contra a Rússia, conforme ocorreu com a Finlândia após a 2ª Guerra Mundial.

Figura 4 - O Mundo sob a hegemonia eurásiana



Fonte: FRANCIS, 2021.

Para a compreensão básica do projeto geopolítico eurásiano, é preciso entender que ele diz respeito a uma configuração política que emergirá após uma derrota ou colapso da OTAN e de outros atores internacionais importantes, em um futuro hipotético, resultando numa ordem internacional aparentemente multipolar.

Deixei para tratar no final dos personagens de destaque, no momento atual, na visão eurásiana: a Bielorrússia e a Ucrânia. Esta última, inclusive, mantida em persistente conflito com separatistas russos, desde 2014, na agora famosa região da Bacia do *Don* (*Donbass*), após a tomada russa da Península da Crimeia.

Segundo o pensamento eurásiano, a Ucrânia seria essencial ao projeto da *Novorossiya*, haja vista ser considerada, até hoje, pela maioria dos russos, o berço de sua identidade nacional e, nos dizeres recentes de Vladimir Putin, parte inseparável da Rússia (PUTIN, 2022):

“Quero mais uma vez ressaltar que a Ucrânia, para nós, não é só um país vizinho. É uma parte de nossa história, e espaço espiritual, que não se pode subtrair. São nossos companheiros próximos, entre os quais não há somente colegas, amigos e ex-companheiros do serviço militar, mas (também) parentes. Pessoas com laços de sangue e de família conosco. Há muito tempo, os habitantes das antigas terras russas do sudoeste se chamavam de russos e ortodoxos. Foi assim até o século XVII, quando parte de tais territórios se uniram ao Estado russo, e também depois” (PUTIN, 2022).

Putin deixa de mencionar que, em certo período histórico, entre o Medievo (Rússia de *Kiev*) e a expansão por ele citada no século XVII, a maior parte da Ucrânia pertenceu a uma potente Confederação polaco-lituana, que floresceu entre os séculos XIV e XVII.

No futuro, visualizo que a Ucrânia e a Bielorrússia, considerados pelos eurásianos como sendo partes integrantes e inegociáveis do espaço russo, deverão ser novamente anexados. Na pior hipótese, as porções ortodoxas devem passar para a *Novorossiya* e as áreas católicas devem retornar à soberania polonesa, também como uma forma de concessão.

Trazendo a teoria acima para a *práxis*, é possível notar que o “agir” da Rússia em direção à Bielorrússia (cooptada) e à Ucrânia (compelida) estão em franca execução nos últimos anos. Conjectura-se, inclusive, que a cooptação da Ucrânia também estivesse garantida, até que os eventos da chamada Revolução Maidan, ocorrida em 2014, desviaram a “pátria mãe da Rússia” do seu destino, supostamente, sob a égide russa.

É certo que toda essa impactante proposta acima, em breves parágrafos, resumidamente, diz respeito a um “dever ser” teórico que, na prática, à primeira vista, pode ser muito difícil de ser levado a efeito, ainda mais porque iria contra outros projetos de globalização hegemônicos concorrentes, cada um mais agressivo que o outro, no que se refere a seus objetivos.

Não obstante, deve-se notar também que o Nacional-Socialismo (Nazismo) alemão tinha no pensamento geopolítico de *Haushofer* um ideário teórico amplo e complexo, certamente inalcançável. Tal fato notório, ao menos para os estadistas ocidentais, não impediu a Alemanha de tentar aplicá-lo, obtendo resultados desastrosos, por meio do planejamento estratégico do Estado (Reich) e das Forças Armadas Alemãs (*Wehrmacht*), entre 1936 e 1945.

Referências:

DUGIN, Alexandre; CARVALHO, Olavo de. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial - Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho**. Campinas: Vide editorial, 2020.

DUNLOP, John. B. **Alexsandr Dugin’s Foundations of Geopolitics**. Demokratizatsiya, Vol.12, nº 1, 2004.

FRANCIS, Diane. **Putin’s Rasputin**. Diane Francis’s Blog, 2021. Disponível em: https://dianefrancis.substack.com/p/putins-rasputin?utm_source=url. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

FRIEDMAN, George. **The next 100 years: a forecast for the 21st century**. Nova Iorque: Anchor, 2010.

GONÇALVES, Hermes L.M.B.L.O **Eurasianismo: sua influência na política exterior russa pós-soviética e reflexos para a política de defesa do Brasil**. Dissertação de

A Crise da Ucrânia e uma visão sobre a geopolítica contemporânea da Rússia

Mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2014. Rio de Janeiro: ECEME, 2014.

PUTIN, Vladimir. **Discurso de Vladimir Putin sobre reconhecimento das repúblicas populares de Donetsk e Lugansk.** Sputnik Brasil, 2022. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/20220222/discorso-de-vladimir-putin-sobre-reconhecimento-das-republicas-populares-de-donetsk-e-lugansk-21520017.html>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ÍNDIA: MUITO ALÉM DA ASTRAZENECA*

Jonathas da Costa Jardim¹

1. Introdução

As relações do Brasil com a Índia tomaram vulto nos últimos meses, fruto do fornecimento pelo maior fabricante de vacinas do mundo (AFP, 2021), o laboratório *Serum Institute of India* (Instituto de Soro da Índia), de milhões de doses do imunizante *AstraZeneca* para o governo brasileiro. Esta ganhou grande expressão nas mídias nacional e internacional, destacando uma das facetas de uma histórica parceria.

A República Federativa Presidencialista do Brasil, país localizado na faixa sul do continente americano e a República Federativa da Índia, fixada mormente na porção sul do continente asiático, possuem relações estabelecidas desde o ano de 1948, quando a embaixada da Índia no Brasil foi inaugurada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Mudou-se para Brasília em 1971, após essa cidade tornar-se sede do governo federal em 1960.

A disponibilidade do imunizante *AstraZeneca* para o governo nacional, que proporcionou acelerar a disponibilidade de imunizante contra a covid-19 para a população, tornou-se um alento ante a maior crise sanitária ocorrida no mundo nos últimos anos. A histórica relação positiva entre os dois países foi fator preponderante para que o Brasil fosse uma das primeiras nações a receber, de forma comercial, a vacina produzida pelo *Serum Institute of India* (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

O presente artigo de opinião pretende apresentar aspectos que demonstram que as relações entre os dois países são bem mais abrangentes.

2. As relações Indo-brasileiras

O ano de 2021 marcou o início da vacinação no Brasil. O *Serum Institute of India*, que detém os direitos de produção, distribuição e comercialização da vacina covid-19, desenvolvida pela Universidade de Oxford, disponibilizou, nos meses de janeiro e fevereiro, cerca de 4 (quatro) milhões de doses prontas do imunizante *AstraZeneca* para

* Artigo originalmente publicado em 17 de fevereiro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

o Brasil. As doses foram entregues à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como parte do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde (MS), de modo a viabilizar a implementação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19, acelerando a disponibilidade de vacinas à população (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Figura 1 - Desembarque no Aeroporto Internacional de Guarulhos de doses da vacina contra a covid-19, importadas da Índia



Fonte: MELLO, 2021.

Destarte, além do fornecimento de vacinas, Brasil e Índia compartilham uma relação bilateral muito próxima e multifacetada, bem como em fóruns plurilaterais. A parceria estratégica é baseada em uma visão global comum, em valores democráticos compartilhados e em um compromisso de promover o crescimento econômico com inclusão social para o bem-estar das pessoas de ambos os países (INDIA, 2021). Dessa feita, verifica-se que a adoção de espírito colaborativo entre as duas nações é facilitada pelo fato de possuírem características que as aproximam.

O Brasil foi uma colônia de exploração até 1822, quando se tornou independente, livrando-se do júbilo português (FAUSTO, 1996). Em 1889, proclamou sua República, sistema de governo que, mesmo passando por períodos de instabilidade, característicos do amadurecimento da nação, perdura até os dias atuais.

A *British Raj* ou Império Indiano foi dominado pela Inglaterra no século 18, constituindo uma das mais importantes colônias britânicas, sob o aspecto econômico. Após o término da 1ª Guerra Mundial, com o enfraquecimento do poder inglês, movimentos separatistas começam a tomar vulto, liderados pelo advogado *Mohandas Gandhi*, o "*Mahatma Gandhi*", que pregava tanto a resistência à dominação, quanto a luta contra a Coroa Britânica por intermédio da não-violência e da desobediência civil. Tais

ações culminaram na separação em definitivo, após a 2ª Guerra Mundial, auxiliadas pela exaustão do sistema colonial inglês em 1948 (BRITANNICA, 2021).

Com relação aos aspectos geográficos, ambos os países estão localizados na zona intertropical. O Brasil é banhado à Leste pelo Oceano Atlântico, com mais de 8 milhões de Km² entre o Equador e o Trópico de Capricórnio. A Índia, com aproximadamente 3,3 milhões de Km² junto ao Trópico de Câncer, na face norte do globo, é banhada pelo Oceano Índico. Tais dados nos fazem traçar um paralelo com as características citadas por Friedrich Ratzel (MAFRA, 2006) sobre o valor político do território, considerando o Estado como um organismo vivo, que necessita de espaço vital (*Lebensraum*) para crescer. Nesse sentido, Brasil e Índia possuem duas características importantes para conseguirem o progresso: sua posição (*Lage*) e seu espaço (*Raum*), além de suas fronteiras, que determinam o valor político do território (espaço é poder).

Quanto ao clima, na Índia há uma predominância de áreas secas nos locais com topografia mais acidentada, como na Cordilheira do Himalaia e no Planalto do Decã, no norte do País, além de grande umidade provocada pelas monções, fenômeno que gera inundações nas vastas planícies indianas, principalmente ao sul, durante o verão (PAULA, 2016). Já no Brasil, há um predomínio do clima quente e úmido, em face da influência da Floresta Amazônica, que domina à porção norte do País. Por isso, traz um tempo ameno, que em grande parte do território é uma vantagem considerável por propiciar excelentes condições para as atividades agrícolas e facilitar a locomoção interna.

Brasil e Índia são países muito populosos, com destaque para os mais de 1,4 bilhão de habitantes indianos, que perfazem uma densidade demográfica superior a 330 habitantes por Km², o que a coloca na posição de 2º lugar como país mais povoado do planeta, estando atrás apenas da China (PAULA, 2016). O Brasil vem na 6ª posição, com uma média de 2,4 habitantes por Km². As principais cidades do Brasil e da Índia são extremamente numerosas, além de serem centros financeiros, corporativos e mercantis. As cidades de Bombaim (Índia) e São Paulo (Brasil), ambas com mais de 12 milhões de pessoas, destacam-se pelo fato de terem sido fundadas por colonizadores portugueses; a primeira, por Duarte Barbosa, em 1516 e a segunda, pelo padre jesuíta José de Anchieta, em 1554 (SIMÕES; MIRANDA; CASALERO, 2020).

Os aspectos econômicos dos dois países são semelhantes. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro gira na casa dos 1.263.570M.€, enquanto o indiano é quase o dobro, 2.332.923M.€ (COUNTRYECONOMY, 2021). No entanto, ao analisar os números sob

a ótica da quantidade de pessoas no país, o Brasil sai à frente na renda *per capita*, pois a população brasileira, como já apresentado, é em torno de seis vezes menor que a população indiana.

Diante de tais fatos, nota-se que Brasil e Índia pertencem a um seleto grupo de países que possuem características geopolíticas diferenciadas para proporcionar desenvolvimento e progresso. Ambos possuem mais de 2 milhões de Km² de extensão territorial, mais de 100 milhões de habitantes e possuem um PIB superior a 1 trilhão de dólares, o que aproxima, ainda mais, as duas Repúblicas.

Os aspectos anteriormente elencados nos permitem compreender, de forma mais natural, a aproximação entre os países nos fóruns plurilaterais, como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), G-20 (ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e União Europeia), G-4 (aliança entre Alemanha, Brasil, Índia e Japão, com o objetivo de apoiar as propostas uns dos outros para ingressar em lugares permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas), IBAS (iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul), Aliança Solar Internacional (difusão da energia solar), Plataforma de Biofuturo (coalizão de 20 países interessados nos campos da energia limpa e bioeconomia) e em organismos multilaterais maiores, como a ONU, OMC, UNESCO e WIPO (*World Intellectual Property Organization*) (INDIA, 2021).

Sendo assim, entre os anos de 2019 e 2020, por meio de visitas, memorandos de entendimento e acordos, Índia e Brasil decidiram ampliar a cooperação em diversas áreas, entre elas as de petróleo e gás natural, bioenergia, comércio e investimentos, assistência jurídica mútua em questões criminais, saúde e medicina, segurança, segurança cibernética, ciência e tecnologia e defesa (INDIA, 2021).

Com relação à área de defesa, Índia e Brasil possuem um acordo assinado para cooperação desde o ano de 2003, o qual prevê a cooperação em assuntos relacionados, especialmente nos campos de pesquisa e desenvolvimento, aquisição e apoio logístico, treinamento militar e exercícios entre os dois países.

Brito et al (2019) ressaltam que o setor de defesa da Índia tem várias características relevantes que justificam o interesse do Brasil em aumentar as relações bilaterais.

“... inclui a excelência tecnológica indiana em diversas áreas, como desenvolvimento e lançamento de satélites, tecnologia de mísseis balísticos e de cruzeiro, submarinos nucleares e drones. O interesse brasileiro na Índia, no entanto, pode ir além de receber tecnologia ou exportar produtos de defesa; poderia envolver o aprendizado das

experiências indianas com a reforma e modernização do setor de defesa” (BRITO; JHA; SOHAL, 2019, p. 124).

Brasil e Índia formalizaram, em 2020, dois novos acordos com relação à Defesa. O primeiro se destina à criação de um fundo para financiar projetos estratégicos, produção e exportação de produtos de defesa. Já o segundo é destinado à cooperação para desenvolvimento e comercialização de equipamentos no setor (BRASIL, 2021). Ambos almejam incrementar o comércio de produtos de defesa e proporcionar o desenvolvimento de outros produtos de interesse entre as nações. Sobre o assunto, Brito et al (2019) destacam:

“... a Índia possui uma sofisticada rede de pesquisa em defesa, dentro e fora do aparato governamental; [...] nesse sentido, há a oportunidade do Brasil se unir às melhores instituições de pesquisa e análise da Índia para gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre questões relacionadas à defesa e segurança” (BRITO; JHA; SOHAL, 2019, p. 127-128).

O Brasil tem buscado atrair os investimentos da Índia, segundo maior importador de produtos de defesa do mundo (WEZEMAN et al, 2019), estabelecendo a meta de exportações de US\$ 1 bilhão em um período de cinco a dez anos (BRASIL, 2020).

Entre as relações mais relevantes, a empresa brasileira de armas de fogo Taurus Armas SA firmou uma *joint venture* com a Jindal Defense (parte do Grupo *OP Jindal*) para a produção e comercialização de armas leves na Índia. Com um investimento inicial de US\$ 5 milhões, o projeto prevê a instalação de uma fábrica em Hisar (*Haryana*), na Índia (INDIA, 2021).

Ao abordar o aprendizado das experiências indianas, com relação ao ensino e à doutrina militar, desde meados da década passada, o Brasil envia militares para realização de cursos nas escolas de mais alto nível da Índia. Entre elas está a *Defense Services Staff College*, localizada na cidade de *Wellington*, no Estado de *Tamil Nadu*, organização militar responsável pelos cursos de altos estudos militares na Índia, o que proporciona um intercâmbio doutrinário relevante, particularmente com um país que detém capacidade ofensiva nuclear (FAS, 2013), importante vetor da estratégia da dissuasão já destacada pelo General francês André Beaufre (BEAUFRE, 1998) em seu livro “Introdução à Estratégia”. Como forma de dissuasão extrarregional, a qual faz parte do Objetivo Estratégico do Exército Nr 1 e consta no Plano Estratégico do Exército 2020-2023 (BRASIL, 2019).

Com relação à capacidade nuclear, um dos principais projetos estratégicos brasileiros é a construção de submarinos movidos à energia nuclear. A Índia, já em 2009, com apoio técnico russo, tornou-se o 6º país do mundo a dominar tal tecnologia, o que apresenta ao Brasil, conforme abordam Andrade et al (2017), outra oportunidade de parceria indo-brasileira a ser explorada.

“Brasil e a Índia compartilham do mesmo interesse pela utilização de energia nuclear para a geração de eletricidade. Do ponto de vista militar, há o interesse na construção de submarinos à propulsão nuclear como instrumento dissuasório na defesa de suas fronteiras marítimas e na projeção de poder” (ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017, p. 620).

3. Conclusão

É lícito afirmar que as relações Indo-Brasileiras são diversificadas e se encontram em plena expansão. As assertivas apresentadas demonstram que as relações vão muito além da recente aquisição de vacinas *AstraZeneca*, produzidas no Instituto de Soro da Índia. Os dois países possuem um considerável potencial nos campos econômico e militar, com destaque para área da Defesa, em termos de exportação de produtos de defesa, modernização, operações conjuntas, treinamento ou intercâmbio técnico.

Ainda, sobre as relações Indo-Brasileiras, o pensamento de Paul R. Viotti e Mark V. Kauppi (2012) exposto na obra “*International Relations Theory*”, exorta a importância do processo colaborativo necessário entre as duas nações:

“... uma colaboração bem-sucedida em um campo técnico ou área funcional em particular pode levar a uma maior colaboração em outros campos relacionados por meio do mecanismo de transbordamento. Os governos reconhecem os benefícios comuns a serem obtidos por esses empreendimentos cooperativos e permitem sua expansão adicional” (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p. 138).

Por fim, conclui-se que a colaboração bilateral é a chave para promover não apenas o entendimento recíproco e a manutenção dos laços diplomáticos, mas também promover meios para o fortalecimento nacional, estabilidade regional e influência internacional, ao passo que Brasil e Índia possuem um grau de desenvolvimento tecnológico em profundo avanço, além de dividirem a mesma visão de desenvolvimento em questões de defesa e segurança.

Referências:

AGÊNCIA BRASIL. **Covid-19: Índia vai exportar doses de vacina para Brasil nesta sexta.** Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia>

ia/2021-01/covid-19%3Aindia-vai-exportar-doses-de-vacina-para-Brasil-nesta-sexta. Acesso em: 27 de Outubro de 2021.

AGÊNCIA FRANÇA PRESS (AFP). **Conheça a maior fábrica de vacinas d mundo: imunizante de Oxford veio da Índia para o Brasil.** Estadão, 2021. Disponível em: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,por-dentro-da-maior-fabrica-de-vacinas-do-mundo-2-milhoes-de-doses-do-imunizante-de-oxfo,70003593913>. Acesso em: 25 de Outubro de 2021.

ANDRADE, Israel de Oliveira; CARPES, Mariana Montez; LEITE, Alixandro Werneck. **O desenvolvimento nuclear no Brasil e na Índia: uma comparação dos programas nacionais desses países.** Revista Escola de Guerra Naval, Vol. 23 n° 3, p. 618-656, 2017.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia. Tradução de Luiz de Alencar Araripe.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023. Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx - 2019).** Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Brasil estreita relações com a Indústria de Defesa da Índia.** Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/brasil-estreita-relacoes-com-a-industria-de-defesa-da-india>. Acesso em: 27 de Outubro de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto aprova acordo previdenciário assinado entre Brasil e Índia.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/778509-projeto-aprova-acordo-previdenciario-assinado-entre-brasil-e-india/>. Acesso em: 17 de Outubro de 2021.

BRITANNICA. **The British period, c. 1700–1947.** Britannica, 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Bangladesh/The-British-period-c-1700-1947>. Acesso em: 10 de Outubro de 2021.

BRITO, Carlos Timo; JHA, Viveka Nand, SOHAL, Ankita. **Relações Brasil-Índia: além dos 70 anos.** Brasília: FUNAG, 2019.

COUNTRYECONOMY. **Country comparison India vs Brazil.** Countryeconomy, 2021. Disponível em: <https://countryeconomy.com/countries/compare/india/brazil>. Acesso em: 27 de Outubro de 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias.** Disponível em: [https://www.intaead.com.br/ebooks/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf). Acesso em: 27 de Outubro de 2021.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS (FAS). **Status of World Nuclear Forces.** FAS, 2013. Disponível em: <https://programs.fas.org/ssp/nukes/nuclearweapoabs/nukestatus.html>. Acesso em: 07 de Outubro de 2021.

INDIA. Embaixada da Índia. **Relações bilaterais**. Índia, 2021. Disponível em: <https://eoi.brasilia.gov.in/?8599?000>. Acesso em: 27 de Outubro de 2021.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MELLO, Daniel. **Chega a São Paulo avião com mais 2 milhões de vacinas da Índia**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/chega-a-sao-paulo-aviao-com-mais-2-milhoes-de-vacinas-da-india>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2022.

PAULA, André Mendes Pereira de. **As Políticas de Defesa do Brasil e da Índia: um estudo comparado (2003 - 2015)**. Dissertação de Mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2016. Rio de Janeiro: ECEME, 2016.

SIMÕES, Carlota; MIRANDA, Margarida; CASALERO, Pedro. **O Visto de Coimbra: o colégio de Jesus entre Portugal e o mundo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism**. New York: Pearson, 2012.

WEZEMAN, Pieter D; FLEURANT, Aude; KUIMOVA, Alexandra Tian Nan; WEZEMAN T, Siemon. **Trends in international arms transfers**. Estocolmo: SIPRI, 2019.

AS BIG TECHS E O CONFLITO RÚSSIA VS UCRÂNIA: O DOMÍNIO INFORMACIONAL*

Marlos de Mendonça Corrêa¹

O mundo tem a sua atenção voltada para o conflito deflagrado entre a Rússia e a Ucrânia. Empresas tradicionais de jornalismo como o *The Washington Post*², *The Guardian*³ e *Le Monde*⁴ têm páginas dedicadas à cobertura dos combates com atualizações quase em tempo real. No *Facebook* e outras redes sociais pululam postagens sobre o conflito, quase sempre evocando os sucessos da resistência ucraniana e o despreparo das forças russas. A maioria do que é veiculado apresenta uma visão geral similar, uma Ucrânia que resiste bravamente e uma Rússia incapaz de se impor militarmente.

O site *Sputniknews*⁵, contudo, traça um perfil diferente, destacando êxitos russos e denunciando ações supostamente ilegais da Ucrânia, visando à responsabilização das forças russas. O site *Geopolítica.ru*⁶ repercute um suposto apoio à causa russa vindo da República Centro Africana, Mali e Etiópia. O citado site destaca as palavras de *Kemi Seba*, líder da Resistência Pan-Africana ao Neocolonialismo Ocidental, que condena a postura do Ocidente e da mídia em geral: “A Ucrânia tornou-se um instrumento da oligarquia Neoliberal Ocidental”.

Esse embate de versões, não é novidade, mas a forma como está ocorrendo merece reflexão. Em que pese a barreira linguística, há que se considerar que a versão russa do conflito praticamente não existe na mídia ocidental. Não se trata de fazer juízo de valor sobre quem está certo ou errado, mas sim de se identificar como é possível haver tamanha convergência num terreno reconhecidamente pouco regulado como é a *internet*.

Para compreender essa situação deve-se primeiro compreender como o fluxo de informações está ocorrendo. A época na qual a informação era veiculada diretamente da fonte para o consumidor parece ter sido ultrapassada. Atualmente, esse fluxo se dá,

* Artigo originalmente publicado em 25 de março de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Instrutor da ECEME.

² Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/03/09/russia-ukraine-war-news-putin-live-updates/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/mar/07/russia-war-ukraine-complete-guide-maps-video-and-pictures>. Acesso em: 10 de março de 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.lemonde.fr/crise-ukrainienne/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

⁵ Disponível em: <https://sputniknews.ru/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

⁶ Disponível em: <http://www.geopolitica.ru/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

principalmente, por meio das redes sociais, que funcionam ao mesmo tempo como plataforma de veiculação e câmara de reverberação. Por isso, não é possível se dissociar a lógica do fluxo de informações, da lógica que rege tais redes, o que leva inevitavelmente às *Big Techs*.

A literatura internacional registra a expressão *Big Tech* como se referindo à *Alphabet* (*Google*, *YouTube*), *Meta* (*Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram*), *Apple*, *Microsoft* e *Amazon*, que são as empresas dominantes e com maior prestígio na área de tecnologia da informação (“Big Tech”, [S.d.]). Essas empresas têm muito em comum, mas talvez o que mais se destaque para os fins dessa análise sejam a popularidade e o poder econômico.

Segundo o site *Statista*, o *Facebook* tem aproximadamente 2,9 bilhões de usuários em todo o mundo. O *YouTube*, pertencente à *Alphabet*, contabiliza aproximadamente 2,5 bilhões de usuários. *WhatsApp* e *Instagram*, ambas controladas pela *Meta*, possuem cerca de 2 bilhões e 1,4 bilhão de usuários respectivamente. *Facebook*, *YouTube*, *WhatsApp* e *Instagram* ocupam, nessa ordem, as 4 primeiras posições dentre as redes sociais mais populares do mundo (STATISTA RESEARCH DEPARTMENT, 2022).

Do ponto de vista econômico, as *Big Techs* somam, em valor de mercado, aproximadamente 9,3 trilhões de dólares. O lucro da *Apple* em um trimestre de 2021 foi de 21,7 bilhões de dólares. A *Google* teve no mesmo ano, 50 bilhões de dólares em receitas no período de abril a junho (OVIDE, 2021). A *Meta*, por sua vez, reportou uma receita de cerca de 118 bilhões de dólares em 2021 (META PLATFORMS, 2022).

Esses números dão uma ideia do poder que as *Big Techs* possuem, mas a verdadeira dimensão só é revelada, quando se observa o impacto de suas ações em eventos de grande importância como, por exemplo, eleições ou conflitos armados. A influência que as *Big Techs* têm nesses eventos é intuitiva, mas sua extensão pode surpreender. Em 2010, o *Facebook* decidiu enviar lembretes para que as pessoas fossem votar nas eleições para o Congresso dos EUA. Ao todo foram enviados avisos para 61 milhões de usuários. Em 2012, um relatório mostrou que essa pequena e simples ação levou a 340.000 novos votantes (VOU, 2020).

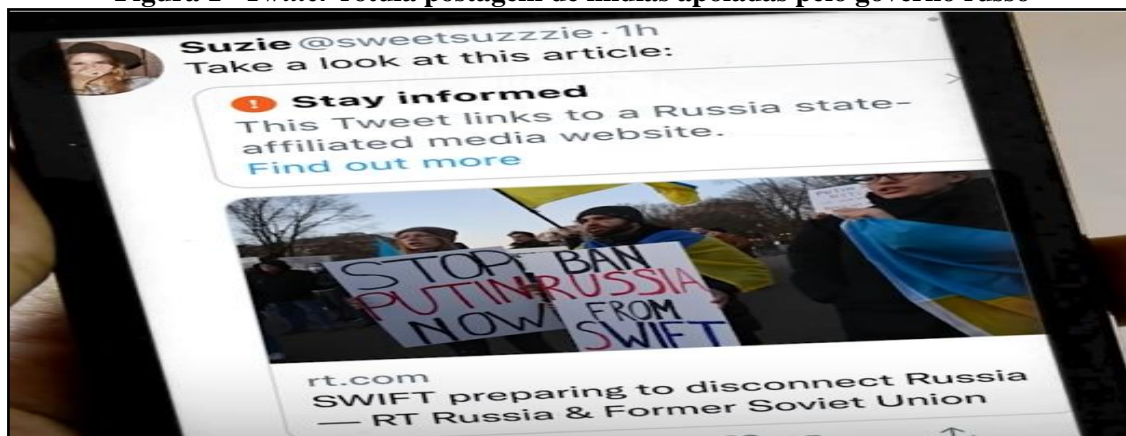
Mas, não é apenas por meio do disparo de mensagens que estas gigantes da tecnologia atuam. Aliás, esta talvez nem seja a maior expressão de seu poder. Essas empresas possuem políticas sobre o que pode e o que não pode ser publicado em suas plataformas. E as violações de seus termos de uso, avaliadas por elas mesmas, levam a suspensões de contas, remoção de conteúdo, advertências e outras sanções. Em outras

palavras, elas controlam quem diz o que em suas redes sociais. Com isso, controlam o fluxo de informação, o que lhes dá poder para afetar a opinião pública.

Um exemplo disso pode ser visto, atualmente, no conflito em questão. Uma vez iniciada a agressão russa, *Google* e *Facebook* decidiram suspender a monetização de canais russos. Eles também bloquearam a veiculação de anúncios por parte de canais de mídia estatais russas e impediram meios de comunicação financiados pelo Estado russo de usar sua tecnologia e gerar receitas em seus próprios sites e aplicativos (“*Google* e *YouTube* se unem a *Facebook* e bloqueiam anúncios de mídia estatal russa”). O governo russo protestou em vão, permanecendo silenciado nessas plataformas (O GLOBO, 2022).

Outras medidas tomadas nos dias seguintes ao início do conflito foram ainda mais longe. A *Meta* anunciou que autorizaria a veiculação de mensagens que incentivassem a violência contra russos e o presidente *Vladimir Putin*. Dessa forma, não apenas a *Meta* tomou partido, mas também passou a ser conivente com a incitação à violência. A *Apple* suspendeu a venda de produtos na Rússia, assim como os serviços de sua loja, a *Apple Store*. Além disso, a *Apple Store* bloqueou o download dos aplicativos do *Sputnik*⁷ e *RT*⁸ em todo o mundo. O *Twitter*, outra rede social popular, passou a rotular as postagens feitas por mídias financiadas pelo governo russo com um aviso, conforme exemplificado na figura a seguir:

Figura 1 - Twitter rotula postagem de mídias apoiadas pelo governo russo



Fonte: WION, 2022.

Se for considerado o alcance que essas mídias possuem, não é de se surpreender que em praticamente todos os países ocidentais esteja prevalecendo apenas a versão ocidental do conflito. As *Big Techs* estão garantindo que uma enorme parcela da população ouça, veja e leia apenas o que elas consideraram adequado.

⁷ Disponível em: <https://sputniknews.com/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.rt.com/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

Alguns outros dados tornam essa situação ainda mais grave. O site *Wired*⁹ analisou a relação das *Big Techs* com o cenário político dos EUA, identificando que os empregados das *Big Techs* e da *Oracle*, outra gigante da tecnologia da informação, contribuíram quase 20 vezes mais para *Biden* (US \$ 4.787.752) do que para *Trump* (US \$ 239.527) durante a campanha presidencial dos EUA (OBERHAUS, 2020). Fato relevante, uma vez que os EUA têm papel destacado na resposta ocidental à invasão da Ucrânia pela Rússia.

Seguindo a linha do controle de informações, a *Meta* atendeu aos apelos de políticos e criou um centro de operações especiais, destinado a monitorar o conflito na Ucrânia e a remover conteúdos que violem suas regras. O *YouTube*, a seu turno, anunciou que derrubou centenas de canais e milhares de vídeos que violavam seus termos, alguns sob a alegação de desinformação (BOND, 2022).

Essas empresas, também, possuem estreita relação com o Departamento de Defesa (DoD) dos EUA, sendo beneficiárias de diversos contratos. Desde 2004, elas receberam cerca de US \$ 43,8 bilhões do DoD (“*Big Tech made billions during ‘war on terror’: report*”) (TECHXPLORE, 2021). Outro dado relevante é a presença de ex-funcionários do governo em funções chaves nas *Big Techs*, conforme pode ser visto no site *Big Tech Sells War*¹⁰.

É digno de destaque que as medidas tomadas pelas *Big Techs* não o foram em decorrência das sanções, mas por decisão dessas empresas que passaram, assim, a constituírem atores não-estatais no conflito. Atores não-estatais que, todavia, possuem estreita relação e afinidade com o governo dos EUA. Parece, assim, não ser coincidência que estejam contribuindo para silenciar a versão russa do conflito e impulsionar e construir a versão ocidental.

Uma das características do conflito entre Rússia e Ucrânia é o protagonismo que atores não-estatais e não envolvidos diretamente no conflito, estão tendo. No domínio informacional, as *Big Techs* foram capazes de calar um Estado constituído, estável e com razoável poder militar e econômico. Não se sabe se fizeram isso por determinação do governo de seu país sede (EUA), ou se fizeram por decisão de seu quadro de diretores.

Esse comportamento praticamente autárquico e independente fez pender a balança em favor da Ucrânia, por meio do significativo apoio da opinião pública mundial. Apoio esse que tem levado países como EUA, Reino Unido, França e outros a suprirem a Ucrânia com material militar e recursos financeiros. Ou seja, em última análise, as *Big*

⁹ Disponível em: <https://www.wired.com/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://bigtechsellswar.com/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

Techs foram capazes de afetar o desenrolar dos combates. E, ainda, que isso não seja garantia de derrota da Rússia, esse apoio tende a estender o conflito, o que se reverte em maior perda de vidas humanas e destruição.

Num contexto mais amplo, fica marcante o monopólio exercido pelas *Big Techs* no domínio informacional. Aliado ao poder que essas empresas possuem, fica-lhes praticamente garantido o controle da opinião pública, sendo muito difícil de se insurgir contra as narrativas impostas por elas. Situação esta que descortina o aumento de poder dos EUA, Reino Unido, França e Alemanha, diante dos demais países do resto do mundo. Esses países, por conta de seu alinhamento com os EUA, tendem a ter sempre as *Big Techs* a seu lado.

E a pergunta inescapável que surge é: e os demais países, como ficam?

Referências:

BOND, Shannon. **Facebook, Google and Twitter limit Russian ads**. NPR, 2022. Disponível em: <https://www.npr.org/2022/02/26/1083291122/russia-ukraine-facebook-google-youtube-twitter>. Acesso em: 16 de Março de 2022.

META PLATFORMS, Inc. **Meta Reports Fourth Quarter and Full Year 2021 Results**. Meta Platforms, 2022. Disponível em: <https://investor.fb.com/investor-news/press-release-details/2022/Meta-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2021-Results/default.aspx>. Acesso em: 13 de Março de 2022.

OBERHAUS, K. **Silicon Valley Opens Its Wallet for Joe Biden**. Wired, 2020. Disponível em: <https://www.wired.com/story/silicon-valley-opens-wallet-joe-biden/>. Acesso em: 16 de Março de 2022.

O GLOBO. **Google e YouTube se unem a Facebook e bloqueiam anúncios de mídia estatal russa**. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/google-youtube-se-unem-facebook-bloqueiam-anuncios-de-midia-estatal-russa-1-25411904>. Acesso em: 8 de Março de 2022.

OVIDE, Shira. **Big Tech Has Outgrown this Planet**. New York Times, 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/07/29/technology/big-tech-profits.html>. Acesso em: 13 de Março de 2022.

STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. **Most used social media 2021**. Statista Research Department, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>. Acesso em: 13 de Março de 2022.

TECHXPLORE. **Big Tech made billions during “war on terror”: report**. Techxplore, 2021. Disponível em: <https://techxplore.com/news/2021-09-big-tech-billions-war-terror.html>. Acesso em: 16 de Março de 2022.

VOU, Andreas. **How “big tech” influence electoral processes and why transparency is essential.** Voxeurop, 2020. Disponível em: <https://voxeurop.eu/en/how-facebook-and-google-influence-electoral-processes-and-why-transparency-is-essential/>. Acesso em: 16 de Março de 2022.

WION. (18) **Gravitas Plus: Why the West is winning the Information War.** YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s4Kttb1WaJE&t=2s>. Acesso em: 16 de Março de 2022.

TRÊS CENÁRIOS PARA UM MUNDO POR VIR*

Oscar Medeiros Filho¹

Clausewitz nos ensinou que a guerra acontece coberta por uma névoa de múltiplos fatores de incerteza. Por mais que se tenha conhecimento das causas da guerra e do teatro de operações, chefes militares e analistas não dispõem de todas as respostas sobre os próximos passos do conflito. Com a guerra da Ucrânia, não é diferente. A complexidade do ambiente da guerra, somada ao excesso de informações e desinformações relacionadas ao conflito, gera uma “névoa” ainda mais espessa. Estabelecer cenários claros torna-se tarefa árdua. ***Diante desse quadro, como compreender o conflito na Ucrânia e que conclusões podemos dele extrair?***

Não obstante a complexidade desse contexto, devemos empreender um esforço de “subir a arquibancada” e, para além da névoa que encobre esse conflito, tentar enxergar a realidade a partir de uma perspectiva mais ampla, buscando pontuar implicações futuras para a humanidade.

Se há uma ideia que se aproxima do consenso entre analistas é de que a guerra na Ucrânia se trata de evento paradigmático nas relações internacionais; um ponto de inflexão a partir do qual o mundo certamente não será mais o mesmo. ***Mas o que haveria de novo nesse conflito para que tal relevância mereça?***

Do ponto de vista dos conflitos armados, observam-se algumas tendências, como a ausência de declaração de guerra e de linha de contato entre combatentes, além do uso onipresente das redes sociais. Do ponto de vista geopolítico, observa-se - mesmo que de forma incipiente - o impacto da interdependência na guerra e o uso da força - explícito e unilateral - como instrumento de poder por um ator revisionista (não *hegemon*).

O fato é que conceitos e perspectivas de análise estão sendo testados. O futuro dependerá muito do resultado que está sendo disputado no tabuleiro ucraniano. Considerando-se o fato de que todo sucesso possui vocação pedagógica, tanto a vitória quanto a derrota do empreendimento adotado pela Rússia terá implicações diretas e indiretas sobre o futuro das relações internacionais.

* Artigo originalmente publicado em 13 de abril de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

Três cenários para um mundo por vir

Do exposto, e considerando-se diferentes resultados desse conflito, é possível imaginar três possíveis cenários para as próximas décadas: “sociedades muradas”; “nova guerra fria” e “governança global”.

O primeiro depende do êxito da empreitada russa e sugere um mundo marcado pelo fechamento dos Estados Nacionais e pelo declínio da globalização. Pode significar uma ameaça a modelos democráticos e ampliação de governos centralizadores, autocráticos. Nesse cenário, o mundo seria marcado pelo aumento do estoque de desconfiança mútua, pelo dilema de segurança e sentido de autodefesa e por uma corrida armamentista generalizada. Nesse sentido, o Tratado de Não Proliferação Nuclear pode sofrer baixas.

O segundo depende do prolongamento do conflito na Ucrânia, nos moldes do que se vê hoje na Síria, com a paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sob tal cenário, poderíamos assistir uma reedição da Guerra Fria, com a ressurgência da bipolaridade, representada, de um lado, pela recomposição da OTAN e, por outro lado, pela resiliência do bloco eurasiático representado pelo eixo Pequim-Moscou.

O terceiro cenário - governança global - parece, nesse momento, pouco provável, mas não pode ser desprezado. Seu surgimento depende de uma derrota russa e do trauma humanitário deixado pela guerra. Assim como a Segunda Guerra Mundial levou à Carta das Nações Unidas e à ideia de restrição do uso da força como instrumento de defesa, o uso (ou pelo menos a ameaça do uso) de armas nucleares (mesmo que táticas) e suas consequências pode demandar uma nova ordem internacional a fim de “livrar as futuras gerações do flagelo da guerra”. Mesmo que estejamos observando o fechamento de muitos países, é inegável que, fruto do desenvolvimento das tecnologias informacionais, há uma globalização silenciosa que não para e que tende a tornar o mundo cada vez menor. Nesse sentido, demandas por soluções globais serão cada vez maiores: agenda ambiental, controle de pandemias, migrações, grandes fortunas, proliferação nuclear, economia digital etc. A pandemia da covid-19 e a guerra da Ucrânia parecem revelar algo que se torna cada vez mais claro: que países já compartilham os mesmos problemas, mas não as mesmas soluções.

Enfim, parece que o que está em jogo no tabuleiro ucraniano é muito mais que o futuro da Ucrânia, da Rússia e da OTAN.

GEOPOLÍTICA E GUERRA NA UCRÂNIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES*

Hélio Caetano Farias¹

1. Introdução

John Mearsheimer em uma famosa palestra² na Universidade de Chicago, em 04 de junho de 2015, foi categórico ao afirmar que Vladimir Putin pensava em termos geopolíticos ao tomar a decisão de anexar a Criméia, em 2014, desencadeando, desde então, uma crise e um impasse prolongado com a Ucrânia e, em um plano mais amplo, com os países da OTAN, especialmente os EUA. À época, Mearsheimer argumentava que a Rússia fundamentava suas ações em uma política de poder, tão cara às próprias potências do ocidente, e assegurava, com base em sua visão Realista, que caso a OTAN e os EUA não se atentassem as considerações geopolíticas poderiam acelerar uma crise de grandes proporções no sistema internacional. Pois bem, sete anos depois, a Ucrânia foi invadida pela Rússia, dando início a uma guerra que trará consequências profundas aos países envolvidos, à Europa e à própria ordem internacional.

Foi também em 2015 que Wanderley Messias da Costa afirmava que o reerguimento da Rússia poderia ser explicado a partir de alguns fundamentos do pensamento geopolítico clássico. Sua conclusão fazia um alerta à comunidade que trata dos assuntos de defesa ao lembrar que não se compreende a “política internacional sem geopolítica e, especialmente, geopolítica sem geografia” (COSTA, 2015, p. 19). Henry Kissinger (2014), comentando o mesmo episódio da Criméia, enfatizou que as soluções para o impasse ucraniano exigiriam muita habilidade política. O que estava claro era o veto russo à expansão da OTAN. Na leitura de *Kissinger*, o desafio que se impunha era o de compatibilizar as considerações geopolíticas da Rússia com a vontade legítima da Ucrânia de exercer sua soberania, aliando-se estrategicamente aos países da União Europeia. Nessa equação, lembrava desatinadamente *Kissinger*, para se chegar a uma solução, todos perderiam. A estabilidade regional dependeria, portanto, de uma destreza

* Artigo originalmente publicado em 20 de abril de 2022 no site do OMPV.

¹ Professor da Escola de Comando de Estado-Maior do Exército.

² MEARSHEIMER, John. The Causes and Consequences of the Ukraine Crisis. Presentation to University of Chicago Alumni, June 4, 2015.

político-diplomática em contornar as imposições da geopolítica, almejando, assim, alcançar um verdadeiro “equilíbrio de insatisfações”.

Mesmo em uma situação de guerra, como a que ocorre atualmente na Ucrânia, é um desafio pensar a conjuntura e seus desdobramentos a partir dos fatos cotidianos, do tempo rápido das negociações diplomáticas e das manobras militares. Por mais que o termo “geopolítica” apareça ao lado de análises realizadas no calor do momento, suas noções, conceitos e teorias remetem a outra dimensão da guerra, notadamente a de um tempo longo, ou a das causas estruturais que ajudam a compreender o fenômeno e a identificar algumas de suas tendências. Nesse sentido, quais seriam as possíveis implicações da atual Guerra na Ucrânia com base em algumas das noções e teorias geopolíticas?

Semelhante aos estudos da História, em que se diferencia as tendências de longo prazo, as conjunturas cíclicas e o tempo imediato dos acontecimentos; na Geopolítica, as escalas - local, nacional, regional e global - revelam dimensões próprias de análise. Elas não se confundem, mas se inter cruzam. No caso da Guerra na Ucrânia, é notável que a lógica das operações militares russas se alicerça nas características do território ucraniano, estabelecendo, com base nas escalas local e nacional, as linhas de frentes dos ataques, as metas de conquista territorial e de controle sobre cidades e infraestruturas críticas. Do outro lado, a resistência ucraniana assenta-se, localmente, nos conhecimentos do terreno. Além disso, o governo de *Volodymyr Zelensky* busca sua sustentação em uma articulação, delicada e complexa, que mobiliza tanto o apoio regional, de Estados europeus, quanto o global, por meio da participação da OTAN, dos EUA e de alguns países aliados, com suas sanções monetário-financeiras e com o suporte, ainda que indireto, nos campos militar, logístico e informacional.

2. Noções e teorias da geopolítica

Mas, afora as escalas, em que as noções e teorias geopolíticas ajudariam a pensar as causas estruturais, as forças de longo prazo, que ampliam a complexidade do caso ucraniano? Há pelo menos quatro noções e uma proposta que aparecem, há mais de um século, no vocábulo das principais análises e teorias geopolíticas, sobretudo nas de matriz anglo-saxã: *pivot area*, *heartland*, *rimland* e *shatterbelt*, quase sempre seguidas de propostas políticas de reordenamento territorial a partir de *buffer zones*.

Halford Mackinder, no início do século XX, formulou uma teoria sobre a influência das condições geográficas na distribuição do poder mundial. Partindo da constatação do mundo como um sistema político fechado, *Mackinder* considerava que as potências

marítimas, como a Inglaterra, poderiam ser suplantadas pela ascensão de um poder terrestre. Ele, no auge do Império Britânico, lembrava que a história da Europa era, geograficamente, subordinada às pressões e incursões de potências da Ásia. Na visão de *Mackinder*, haveria uma *pivot area* que impactaria em todas as grandes transformações na hierarquia de poder no sistema internacional. Tratava-se de uma porção do território euroasiático que abarcava parte da Europa Central e parte do território russo. Ele passou a chamar essa área geográfica singular de *heartland*, em 1919, e aprofundou as explicações sobre o peso da geografia na história da distribuição de poder mundial. O *heartland* reunia a condição basilar de ser: i) uma grande extensão territorial contígua e pouco acidentada; ii) um grande reservatório de recursos energéticos, minerais e de terras agricultáveis; iii) uma fortaleza natural, com profundidade estratégica, sendo um espaço de difícil conquista externa por potências marítimas.

Mackinder sustentava, portanto, que o período do expansionismo territorial europeu, com o predomínio do poder marítimo, haveria terminado. A partir então, predominaria as disputas do tipo soma zero. Reemergiria, em bases modernas, a rivalidade secular entre poder marítimo e poder terrestre. *Mackinder* (1919) conseguiu sumarizar o maior de todos os temores à política de equilíbrio de poder continental, permanentemente patrocinada pelas potências marítimas, seja a Inglaterra, no século XIX, ou os EUA, no XX, a saber: a hipótese de conquista da Alemanha pela Rússia, ou vice-versa. Como assessor do Reino Unido nas negociações após a 1ª Guerra Mundial, *Mackinder* havia proposto uma *buffer zone*, mediante a criação de Estados tampões na Europa Central, de norte ao sul, entre o Mar Báltico e o Mar Adriático. O intuito político era evitar o enfrentamento ou a aliança entre a Alemanha e a Rússia. Os Tratados de Paz de Versalhes (1919), *Saint Germain* (1919) e *Triannon* (1920), entretanto, pouco contribuíram para neutralizar as disputas territoriais na Europa Central. Anos depois, Alemanha iniciava, em 1938, uma expansão à leste, em direção ao *heartland*, precipitando a Segunda Guerra Mundial.

Figura 1 - A geopolítica dos Estados-Tampões, 1919



Fonte: MACKINDER, 1919.

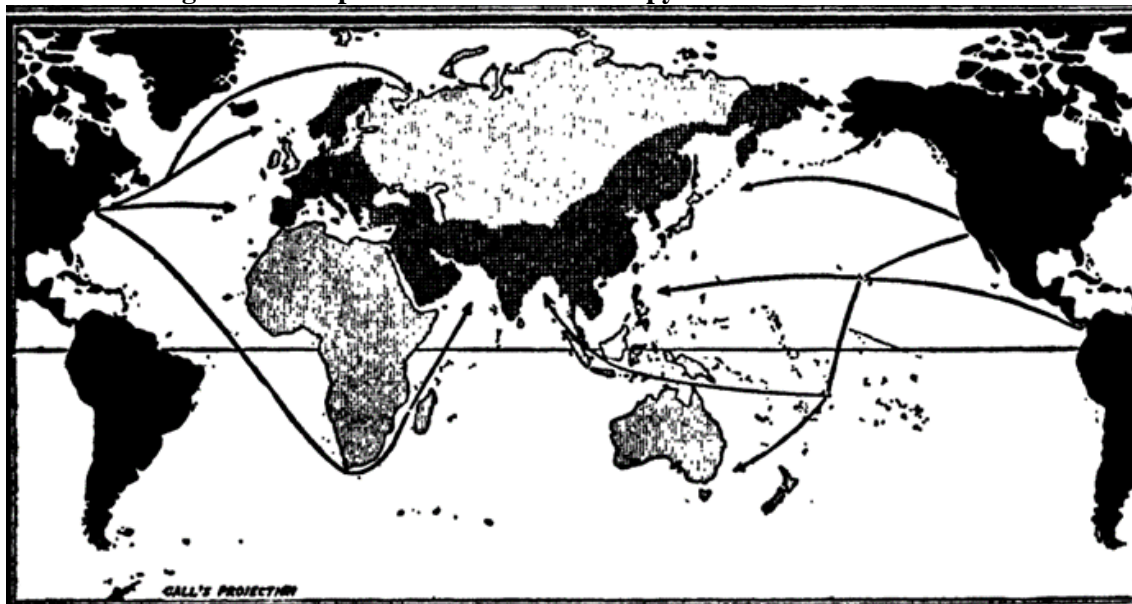
Mackinder forneceu, nas linhas gerais de sua teoria do poder terrestre, um quadro analítico ímpar, antecipando os marcos da disputa entre as duas grandes potências no âmbito da Guerra Fria. O poder marítimo dos Estados Unidos, com capacidade de projeção nas bordas da Eurásia, em contraposição ao poder terrestre da URSS, que dominava o *heartland*, e buscava ampliar as zonas de influências nas porções marginais da Ilha Mundo.

Do outro lado do Atlântico, *Alfred Mahan* e *Nicholas Spykman* forneceram inigualáveis contribuições geopolíticas à política externa e à de defesa dos EUA. Se o primeiro lançou as bases do poder marítimo e de uma estratégia de “defesa ofensiva” aos EUA, *Nicholas Spykman* foi um dos mais influentes nomes no delineamento da política norte-americana durante a Guerra Fria. Na perspectiva de *Spykman*, a anarquia do sistema internacional compelia os estados a buscarem ampliarem suas margens relativas de poder. Nesse cálculo, não haveria espaço para o princípio de equilíbrio de poder baseado na estratégia de dissuasão e de redução de assimetrias. As potências buscariam somente um “equilíbrio”, justamente aquele que amplia as suas próprias margens de poder relativo.

De acordo com *Spykman*, a integridade territorial e a segurança dos EUA demandariam uma postura política mais assertiva de seus governos, a fim de assegurar seus interesses nas diferentes regiões do globo. Tendo por base a formulação de Mackinder, *Spykman* considerava as disputas de poder na Eurásia eram centrais, opondo poder terrestre e poder marítimo. Na sua visão, regiões marginais ao *heartland* teriam a precedência no cálculo de poder global. Seriam, portanto, do *rimland* que poderia surgir uma potência, ou alianças de Estados, com capacidade de projeção de poder marítimo e terrestre. *Spykman* preconizava, assim, que o *rimland* constituiria a primeira linha de defesa de uma política de segurança global dos EUA. Os conselhos diplomáticos de *George Kennan* (1947) se somaram às formulações de *Spykman* para moldar a estratégia de

contenção dos EUA na Guerra Fria. Tais concepções defendiam a possibilidade de intervenções militares para a manutenção do equilíbrio de poder ao longo do *rimland*, bem como serviam de referência teórica à criação de uma rede organizações e alianças militares, dando origem a própria OTAN (1949); e suas versões regionais, como a OTASE (1954), no sudeste asiático; e a CENTO (1955) no Oriente Médio.

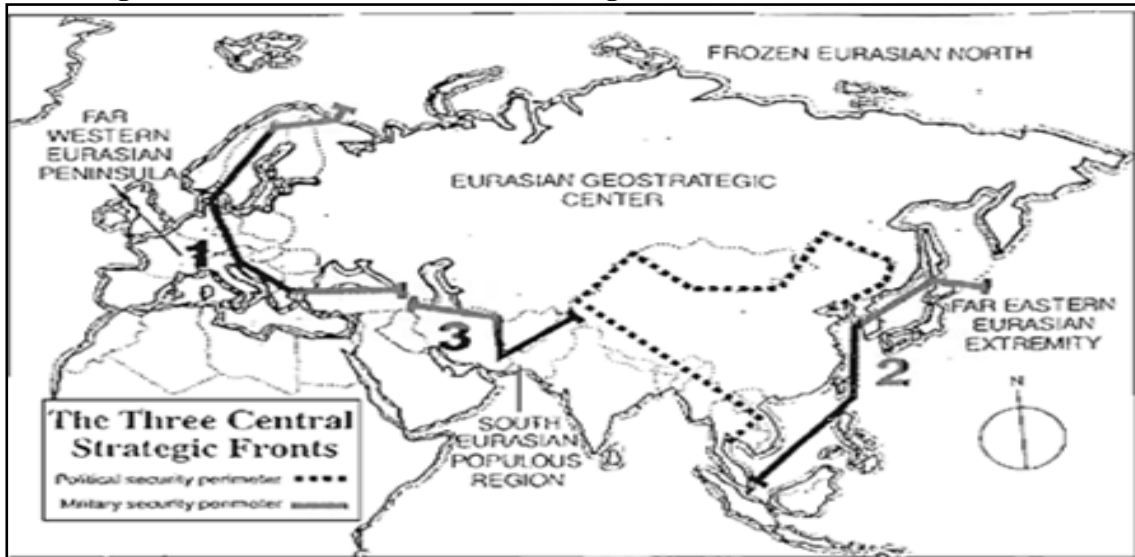
Figura 2 - Geopolítica do Rimland de Spykman e o cerco à Eurásia



Fonte: SPYKMAN, 1942.

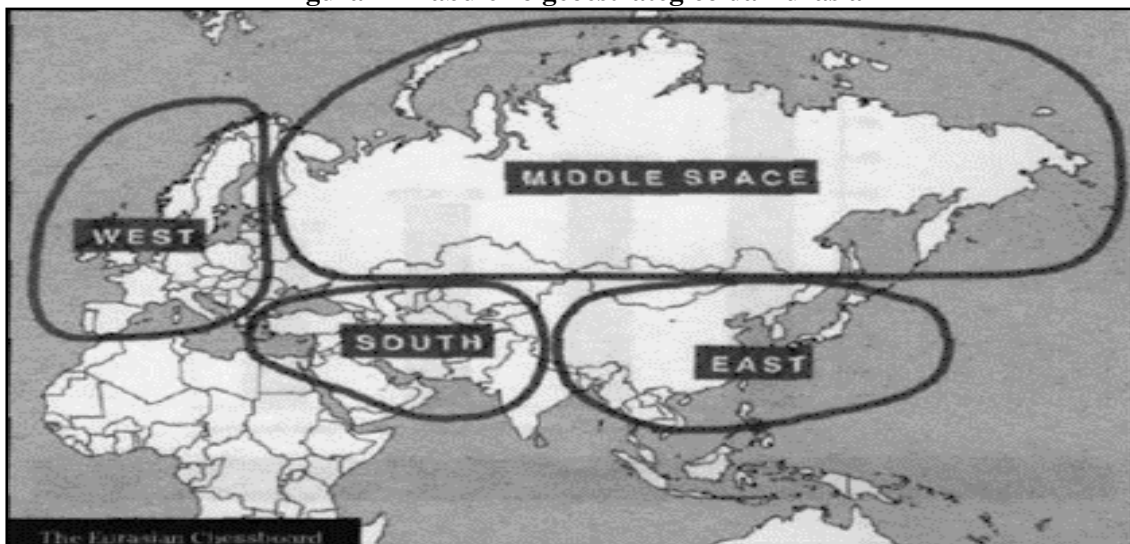
Nos anos da Guerra Fria, tanto acadêmicos quanto assessores de governo recorriam à geopolítica para analisar as conjunturas ou para justificar algumas das escolhas de política externa. Nos EUA, *Henry Kissinger* e *Zbigniew Brzezinski* foram alguns deles. Como leitor atento das contribuições clássicas, *Brzezinski* creditava a essa faixa territorial, ao mesmo *rimland* de *Spykman*, a localização das principais áreas pivô que compunham às frentes basilares da geoestratégia global dos EUA. Na Europa Central, por exemplo, estaria um perímetro de segurança militar. Atualizando sua leitura da ordem internacional pós-Guerra Fria, *Brzezinski* afirmaria que, mesmo com o colapso da URSS, a Ucrânia teria uma posição central na Europa Central. Nesse sentido, a Ucrânia deveria ser resguardada pela política de segurança e defesa dos EUA. Em seu argumento, sem a Ucrânia, a Rússia teria limitada sua capacidade de reeditar sua condição de potência, com poder e prestígio, mas com a Ucrânia em sua zona de influência, a Rússia reuniria as condições para voltar a ser um império (BRZEZINSKI, 1997, p. 46).

Figura 3 - Cerco à Eurásia na Geoestratégia dos EUA durante a Guerra Fria



Fonte: BRZEINSKI, 1986.

Figura 4 - Tabuleiro geoestratégico da Eurásia



Fonte: BRZEINSKI, 1997.

Se *pivot area*, *heartland* e *rimland* são termos usuais às principais teorias da geopolítica, o que dizer a respeito dos *shatterbelts*? Saul Cohen, relendo o sistema internacional dos anos noventa, propôs uma regionalização com a base na hierarquia de poder entre Estados-chave e regiões. Os *shatterbelts* corresponderiam as extensas áreas geográficas ocupadas por Estados nacionais em conflitos, marcados tanto por fortes divisões políticas internas quanto pelas disputas externas envolvendo potências.

No mapa geopolítico de Saul Cohen (2015) há dois núcleos geoestratégicos. Um seria ocupado pelos EUA, única grande potência marítima global; e outro, o núcleo geoestratégico continental, ocupado prioritariamente por Rússia, China e Índia. Além disso, sua regionalização pressupõe a existência de regiões geopolíticas, que são

ocupa um espaço geográfico, marcado pelo domínio de uma potência, a Rússia, mas cujos limites fronteiriços à oeste a mergulham em uma histórica zona de fratura geopolítica, de um *shatterbelt*. De acordo com os argumentos de Saul Cohen (2015), se Rússia e União Europeia pudessem chegar a um consenso a respeito do futuro estratégico da Ucrânia, esta poderia exercer a condição de um *gateway*, uma espécie de Estado-ponte, que reuniria possibilidades, mediante hábil *balacing act*, de responder as demandas dos dois lados. Uma conclusão geopolítica não tão distante daquela de *Mackinder* que, no início do século XX, propunha a criação de uma *buffer zone*, visando neutralizar as guerras ou alianças entre as potências da Europa e a potência que ocupava o *heartland*.

3. Implicações geopolíticas da Guerra na Ucrânia

Frente ao exposto, quais seriam as possíveis implicações geopolíticas da Guerra na Ucrânia? Talvez o primeiro ponto seja salientar a tradição de pensamento geopolítico nos debates sobre política internacional. Logo, as relações entre espaço e poder, território e política, continuam como centrais à análise sobre questões de defesa e segurança internacional. Na guerra, o território permanece como uma dimensão incontornável das relações sociais e das disputas de poder entre Estados. Na história da Rússia, por exemplo, a profundidade estratégica foi reiteradamente uma aliada. A localização de Moscou sempre representou um desafio logístico e operacional às estratégias ofensivas de qualquer potência invasora. No plano dos objetivos políticos russos, postos à mesa desde o início desta guerra, está o de assegurar, no plano tático-operacional, essa profundidade estratégica à Moscou. Daí a insistência russa quanto à “desmilitarização da Ucrânia” e ao veto à expansão da OTAN.

Colocando em relevo as grandes potências, sobretudo a competição geopolítica de longo prazo entre EUA e Rússia, considera-se que dificilmente a Rússia recuará de seus propósitos de reconduzir a Ucrânia à sua zona influência ou mesmo de reincorporar partes significativas de seu território, como já ocorre, desde 2014, com a Criméia. E que, agora, se intensifica com a “operação militar especial” para assegurar os pedidos de independência das províncias de *Luhansk* e *Donestsk*, na região do *Donbass*. Tal postura tende a se manter, mesmo a Rússia arcando com as pesadas sanções monetário-financeiras dos EUA e demais aliados. A Rússia poderá aceitar, talvez com o avanço das negociações diplomáticas, que a futura Ucrânia se torne uma espécie de Estado-tampão, contribuindo para neutralizar às investidas dos EUA ou da OTAN à sua fronteira.

Do lado dos EUA, o raciocínio com base nos clássicos da geopolítica sugere que o imperativo geoestratégico norte-americano continuará a impedir a ascensão de uma potência capaz de exercer qualquer tipo de liderança hegemônica no *rimland*, desafiando sua supremacia marítima e sua vantagem militar estratégica. Dito de outro modo, os EUA continuarão a fomentar sua presença militar na Europa e no Leste da Ásia, prioritariamente com aliança militares, como a OTAN, ou iniciativas, tipo QUAD, ou com acordos bilaterais. Mesmo que se aumentem, em futuro hoje imprevisível, os espaços de cooperação política e de interdependência econômica entre EUA e Rússia, ou entre EUA e China, isso não sugere, à luz da fria e impertinente geopolítica, que os norte-americanos abandonarão a sua presença militar na Europa, ou os seus acordos, no campo da segurança e defesa, com o Japão e a Austrália.

A geopolítica não determina a política de um Estado, longe disso. De algumas de suas teorias fica a ingrata constatação de que negligenciá-la não é uma atitude prudente na política internacional. O risco é o de incorrer em avaliações conjunturais equivocadas, fomentadas por uma eficiência apressada. Como dizia *Friedrich Ratzel*, a política dos Estados não flutua no ar. A Guerra na Ucrânia tem alguns de seus fundamentos na história recente, em uma tentativa de revisão dos acordos e princípios de segurança que nortearam o estabelecimento das fronteiras nacionais com o fim da ex-URSS. Todavia, o seu sentido estratégico aponta para o futuro. Por esse ângulo, ela não indica ser um ponto de exceção, mas sim um grande impasse, em solo europeu, de uma questão de difícil solução a curto e médio prazos. Trata-se de um marco que condensa e acelera as transformações políticas em direção a uma ordem internacional crescentemente multipolar, tendo EUA, Rússia e China como os princípios núcleos.

A Ucrânia, hoje, e Taiwan, talvez amanhã, constituem centros de tensão geopolítica de elevada importância global. Do primeiro, reemerge a noção de profundidade estratégica, que ficará cada vez mais em evidência, pois o território ainda importa, sobretudo no cálculo de poder das potências. Do segundo, Taiwan, aflora a noção de paciência estratégica, referência de tempo singular, tão funcional à ambição chinesa de ampliar sua projeção de poder no Pacífico. Por fim, é importante salientar que atualmente todas as grandes potências são, ao mesmo tempo, “estados-continentais” e “economias integradas aos fluxos internacionais de riqueza”. Caminha-se, ao que parece, para uma intensa competição geopolítica em múltiplas áreas, pressupondo o uso combinado de meios - econômicos, financeiros, tecnológicos, diplomáticos e militares – para reivindicar a primazia na definição de objetivos estratégicos e o direito de arbitrar sobre os princípios

de segurança que vigoram em seus entornos geográficos imediatos. Trata-se de um mundo mais complexo, hierárquico e competitivo, cuja tendência de “desglobalização” reforça a importância de sistemas nacionais produtivos mais robustos e diversificados.

Referências:

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Game plan: a geostrategic framework for the conduct of the U.S. Soviet Contest.** New York: Atlantic Monthly Press, 1986.

BRZEZINSKI, Z. K. **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives.** New York: Basic Books, 1997.

COHEN, S. B. **Geopolitics: the geography of international relations.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

COSTA, Wanderley M. **O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial.** Confins, nº 25, 2015.

FARIAS, Hélio C. **Aspectos Geopolíticos da Guerra do Futuro e desafios brasileiros.** In: FRANCO-AZEVEDO, Carlos; RAMOS, Carlos. Estudos de defesa: Inovação, estratégia e desenvolvimento industrial. Cap. 1, p. 15-41, 2022. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2022.

FIORI, José L. **Poder Global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, José L. **A crise da Ucrânia e o acordo entre Rússia e China.** Blog da Boitempo, 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/02/24/a-crise-da-ucrania-e-o-acordo-entre-russia-e-china/2022>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2022.

KENNAN, George . **The Sources of Soviet Conduct.** In: Tuathail, Gearóid. et al. The geopolitics reader. London and New York: Routledge, 1998.

KISSINGER, Henry. **How the Ukraine crisis ends.** The Washington, 2014. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

MACKINDER, Halford. **Democratic Ideals and Reality: a study in the Politics of Reconstruction.** Washington: National Defense University, 1919.

SPYKMAN, Nicholas. **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power.** Transaction Publishers, 1942.

WOLF, Martin. **A new world of currency disorder looms.** Financial Times, 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f18cf835-02a0-44ff-875f-7de7facba54e>. Acesso em: 17 de Fevereiro de 2022.

A CRISE NA UCRÂNIA SOB UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA*

Diego da Silva Agostini¹

1. Introdução

A escalada da crise na Ucrânia no início de 2022 e o consequente avanço das tropas russas no interior do território ucraniano, chamou a atenção da comunidade internacional e, conseqüentemente, ocasionou a reação de alguns países ocidentais, implementando ações majoritariamente voltadas para o campo econômico. Pelo que se observa, a guerra não está restrita ao campo de batalha, pelo contrário, os fatos sugerem que ela está sendo deflagrada em múltiplos domínios (VISACRO, 2020).

Nesse tabuleiro geopolítico, além da expressão militar utilizada pela Rússia e pela Ucrânia, nota-se que os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia estão empregando a expressão econômica, com o propósito de contrapor aos interesses russos de anexar, ou, ao menos, incluir as regiões separatistas ucranianas em sua área de influência, afastando a OTAN de suas fronteiras. Não é de hoje que os EUA utilizam todas as expressões do poder nacional visando atingir seus objetivos políticos. No que tange à utilização da expressão econômica, pode-se citar como exemplo a tentativa dos EUA em frear o domínio da tecnologia nuclear por parte do Irã. Nesta ocasião, os norte-americanos impuseram significativos embargos, gerando enormes prejuízos econômicos aos iranianos.

Diante desses acontecimentos e haja vista que os EUA e a União Europeia estão implementando sanções econômicas muito semelhantes com as que foram adotadas em 2014, por ocasião da anexação da Crimeia, surge uma pergunta no ar: *As medidas econômicas adotadas por norte-americanos e europeus são suficientemente eficazes na contenção do avanço russo nesse conflito?* Com vistas a responder esta pergunta, este artigo analisará a guerra sob uma perspectiva geoeconômica, destinando um olhar para determinadas ações adotadas pela Rússia, EUA e União Europeia.

2. Ações adotadas pela Rússia

Desde que ascendeu ao poder da Rússia em 1999, o presidente *Vladimir Putin* vem implementando programas de reaparelhamento das Forças Armadas, inclusive

* Artigo originalmente publicado em 30 de junho de 2022 no site da OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM e o curso de Mestrado na ECEME.

aumentando os esforços de P,D&I para a obtenção de novos sistemas de armas. Tal postura permitiu a Rússia reduzir consideravelmente a defasagem tecnológica observada no início da década de 1990, provocada pelo fim da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Percebe-se que o incremento de capacidades da expressão militar do poder nacional russo contribuiu para a atuação russa no sistema internacional. O processo de reaparelhamento e transformação das forças armadas russas viabilizaram, por exemplo, o apoio a *Bashar al-Assad*, evitando sua queda na Síria, além do bem-sucedido processo de anexação da Crimeia.

Segundo Andrade e Franco (2016), a intervenção militar russa na Ucrânia em 2014 e as consequentes sanções impostas ao país pelos EUA e pela União Europeia, colocou sérias dúvidas sobre a capacidade do governo russo em manter ambiciosos programas de defesa nos anos posteriores. Adiciona-se a isso, o fato de ter ocorrido o cancelamento de programas desenvolvidos com empresas estrangeiras, muitas das quais ucranianas (a exemplo da dependência de motores de helicópteros produzidos na Ucrânia). Tal fato levou os russos a envidarem esforços no sentido de substituir as importações e buscar novas parcerias, aspectos que levaram ao robustecimento de sua base industrial de defesa, que permitiu a Rússia pôde desenvolver o caça de quinta geração PAK-FA-T-50, em parceria com a Índia.

De acordo com o “*The Military Balance - 2021*”, relatório emitido pelo *International Institute for Strategic Studies* (IISS), os gastos militares russos aumentaram rapidamente de 2012 a 2015, em decorrência dos gastos com o Programa de Modernização e Reequipamento Russo, mas depois caíram em termos nominais e reais de 2016 a 2018, antes de uma recuperação modesta em 2019.

Ou seja, como o país conseguiu avançar com seu sistema de defesa se os gastos diminuíram? A resposta é simples, a partir do momento que o governo russo investiu em sua base industrial de defesa, a Rússia passou a gastar menos recursos adquirindo produtos de defesa oriundos do exterior, fato comprovado pela declaração emitida pelo Ministro da indústria da Rússia, *Denis Manturov*, o qual disse que a produção industrial de defesa russa aumentou 38% após 2014. Tal fato indica que as sanções econômicas impostas pelo ocidente não foram eficazes e os programas de reequipamento das forças russas continuaram.

Outra iniciativa realizada pela Rússia no campo econômico foi a criação do banco militar russo por *Vladimir Putin*, ou *Promsvyazbank*, o qual tem se mostrado essencial para o financiamento das atividades da indústria de defesa da Rússia. Até o presente

momento, nota-se que o referido banco tem sido hábil, uma vez que está conseguindo driblar as sanções impostas pelo ocidente junto ao *Kremlin*.

3. Ações adotadas pelos EUA e pela União Europeia

Uma das primeiras sanções adotadas pelo ocidente junto à Rússia no contexto que envolve o conflito Rússia x Ucrânia, ocorreu em 2014, após a tomada da Crimeia pelas Forças Armadas russas. Naquela ocasião, norte-americanos e europeus se juntaram e retaliaram economicamente os russos por meio de uma desvalorização artificial da moeda russa junto ao dólar. Segundo Torres Filho (2019), a “bomba dólar” lançada sobre a Rússia em 2014, foi capaz de gerar efeitos significativos, pois conteve avanços mais robustos que poderiam ter sido realizados pelo Complexo Industrial de Defesa Russo. Agindo desta forma, os EUA fez uso de um potente dispositivo chamado bomba dólar:

“Trata-se de uma arma [...] que possui um alto poder de destruição econômica, sem gerar diretamente danos físicos ou perda de vidas humanas no inimigo. É de efeito crescente e promove a desorganização dos mercados internos do país afetado, quanto mais sua economia estiver integrada ao sistema financeiro global. Seus custos de mobilização e de operação são mínimos para o agressor. Trata-se de uma nova maneira de a potência hegemônica operar a segurança da ordem global em tempos de paz” (TORRES FILHO, 2019, p. 3)

Em que pese terem realizado essa iniciativa, parece que essa ação não foi eficaz, uma vez que não foi suficientemente capaz de impedir *Vladimir Putin* em realizar uma nova investida na Ucrânia, quase oito anos depois.

Nos dias atuais, motivado principalmente pelos fatos ocorrido em 24 de janeiro de 2022, quando a Rússia enviou suas tropas russas para supostamente apoiarem os rebeldes separatistas nas regiões de *Donetsk* e *Luhansk*, *Washington* novamente lançou uma nova rodada de sanções contra a Rússia, contidas no documento conhecido como a Ordem Executiva 14024. Em comunicado à imprensa em 22 de fevereiro de 2022, o Departamento do Tesouro dos EUA discriminou as ações econômicas impostas à Rússia e afirmou que os EUA havia tomado as medidas necessárias para contrapor a decisão do presidente *Vladimir Putin* de enviar tropas russas para as Repúblicas Populares de *Donetsk* e *Luhansk* e apoiá-las em seus processos de independência. Com essas medidas, os EUA estariam sancionando duas grandes instituições financeiras estatais russas (EUA, 2022).

“Hoje, o Tesouro está mirando a capacidade da Rússia de financiar a agressão contra seus vizinhos, sancionando o Banco Corporativo de Desenvolvimento e Assuntos Econômicos Estrangeiros *Vnesheconombank* (VEB) e *Promsvyazbank Public Joint Stock Company* (PSB), juntamente com 42 de suas subsidiárias. O VEB é crucial para a capacidade da Rússia de arrecadar fundos, e o PSB é fundamental para o setor de defesa da Rússia” (EUA, 2022, n.p.-tradução nossa).

Além dessas sanções, cumpre mencionar a postura adotada pelos países da União Europeia que, alinhado com os Estados Unidos da América, trataram de apresentar um pacote de sanções, dentre elas a remoção da Rússia no sistema SWIFT. Sediado na Bélgica, o SWIFT é um sistema global de troca de mensagens, utilizado por bancos e instituições financeiras de todo o sistema internacional. Os europeus visualizaram que tal medida iria comprometer a capacidade do sistema financeiro russo em realizar transações econômicas com os demais países do mundo. Em suma, os russos teriam muita dificuldade em vender suas matérias-primas mais valiosas e abundantes, qual seja: petróleo e gás, bases da economia russa.

4. Considerações finais

Na parte final deste artigo, retomo a pergunta inicial, motivadora dessa breve análise: *As medidas econômicas adotadas por norte-americanos e europeus são suficientemente eficazes na contenção do avanço russo nesse conflito?*

A resposta a ser dada não deve ser conclusiva, pelo simples fato de não ter decorrido um tempo, mínimo que seja, para podermos analisarmos em que medida essas medidas serão capazes de conter o avanço russo ou se as ações adotadas pela Rússia estão adequadas para suportar as sanções oriundas do ocidente (EUA e Europa). Nesse duelo geoestratégico, somente o tempo trará a resposta adequada. Qualquer análise conclusiva nesse momento é frágil.

Entretanto, o que pode se inferir neste momento é de que as ações ocorridas até a presente data (russas, norte-americanas e europeias) descortinam um novo rearranjo das peças do tabuleiro geopolítico mundial. Alguns analistas são mais cautelosos, outros chegam a classificar o momento como o de uma possível nova ordem mundial. De tudo isso, o que pode se depreender que vivenciamos um momento chave na história das relações internacionais, tal qual foi a derrocada da ex-URSS, e mais recentemente, os atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001.

Referências:

ANDRADE, Israel de Oliveira; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. **Desnacionalização da Indústria de Defesa no Brasil: Implicações em aspectos de autonomia científico-tecnológica e soluções a partir da experiência internacional**. Brasília: IPEA, 2016.

EUA. Department of the Treasury. **U.S. Treasury Imposes Immediate Economic Costs in Response to Actions in the Donetsk and Luhansk Regions**. EUA, 2022. Disponível em <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0602>. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance - 2021**. IISS, 2021. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/the-military-balance>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **A bomba dólar: paz, moeda e coerção**. Instituto de Economia-UFRJ-Texto para Discussão, Vol. 26, 2019.

VISACRO, A. **Não basta vencer em múltiplos domínios: conjecturas sobre a nova doutrina do Exército dos Estados Unidos e os conflitos na zona cinza**. Coleção Meira Mattos, Vol. 14, nº 50, p. 187-209, 2020.

A LIDERANÇA DE ZELENSKY NO CONFLITO DA UCRÂNIA*

*Rogério de Amorim Gonçalves*¹

“Com sua habilidade de atrair para si os aliados e conquistar a solidariedade do mundo, Zelensky é um modelo para os líderes do nosso tempo” (COCKERELL, 2022).

1. Introdução

Antes da eclosão do conflito, a visão que era passada para o ocidente sobre *Zelensky* apontava que ele atuava no meio do entretenimento, exercendo o papel de comediante nos canais televisivos da Ucrânia. Devido à sua popularidade, *Volodymyr Zelensky* resolveu se candidatar à presidência da Ucrânia e, em 20 de maio de 2019, foi empossado como presidente da Ucrânia. Efetivou-se como o presidente mais jovem da história do país, o primeiro de formação judaica e o sexto desde sua independência. Em seu discurso de posse, como primeiro ato, decretou a dissolução do parlamento ucraniano e antecipou a convocação das eleições legislativas.

Dito isto, este artigo tem por finalidade analisar a trajetória do presidente da Ucrânia *Volodymyr Zelensky*, destacando os atributos de liderança evidenciados pelo presidente ucraniano durante o conflito russo-ucraniano, ainda em curso.

2. A liderança estratégica

Para compreender a Liderança Estratégica, torna-se necessário revisitar a literatura que fala sobre liderança. Segundo Rowe (2002), liderança estratégica é a habilidade de influenciar outras pessoas a tomar, de forma voluntária e rotineira, decisões que aumentem a viabilidade à longo prazo da organização, mantendo a estabilidade financeira à curto prazo. Nesta definição, importantes ferramentas sobre o desenvolvimento da Liderança Estratégica podem ser observadas: presença de liderados (seguidores), presença do líder, existência de objetivos estratégicos, visão de futuro e planejamento de recursos financeiros para atingir-se o resultado estratégico estabelecido.

Sobre as características inerentes ao líder estratégico, Mandelli e Loriggio (2016) afirmam que o líder estratégico precisa ter características proativas, necessita estar sempre na vanguarda e deve chamar para si a responsabilidade pelos caminhos a serem

* Artigo originalmente publicado em 12 de julho de 2022 no site do OMPV.

¹ Coronel Veterano do Exército Brasileiro, Mestre e Doutorando em Ciências Militares.

percorridos para alcançar o futuro, antecipando tendências e direções, sem permitir que a rotina diária dificulte essa condição. A dupla ainda acrescenta que os maiores problemas devem ser resolvidos pelos melhores peritos. Inferem ainda que, o gestor/diretor que almeja resolver sozinho todos os problemas termina por não amadurecer a equipe e conclui que o gestor/diretor deve gerenciar pessoas e tirar das pessoas o melhor de cada uma para que a organização consiga atingir os objetivos estratégicos propostos.

3. A trajetória de *Volodymyr Zelensky*

Antes de assumir o cargo presidencial, em 2019, *Zelensky* atuou como ator, comediante, roteirista e produtor de cinema. Ainda jovem, *Volodymyr* trilhou a carreira humorística, chegando a participar do “*Clube das Pessoas Divertidas e Inventivas*” - um festival de humor. Em seguida, após sua equipe vencer a competição, em 1997, ele criou a *Kvartal 95*, uma equipe de comédia que passou a fazer sucesso no cenário cultural ucraniano.

De 2008 a 2016, *Zelensky* esteve envolvido em filmes como *Love in the Big City*, *Office Romance*, *Our Time*, *Rzhevsky Versus Napoleon* e *8 First Dates*. Em 2015, *Zelensky* adquiriu popularidade, quando debutou na televisão integrando o elenco de *O Servo do Povo*, que obteve grande audiência e alcançou sucesso no país. O programa baseava-se em gozação à política e mostrava *Zelensky* num papel de promissor lecionador de história e que se tornava presidente após ter divulgado um vídeo, onde mostrava-se insatisfeito com a corrupção. Três anos após a estreia do programa de comédia, *Zelensky* candidatou-se à campanha eleitoral pelo partido *Servos do Povo* e se elegeu presidente da Ucrânia, país com uma população estimada em 44 milhões de habitantes.

Sua campanha foi planejada, em grande parte, por meio das mídias sociais e com expectativas de ser opção de renovação no governo. *Zelensky*, sem experiência na política, alcançou a vitória inédita com 73% dos votos no segundo turno contra o adversário *Petro Poroshenko*, que buscava a reeleição. Segundo Siza (2022), do trio de antigas repúblicas soviéticas que por causa da agressão militar da Rússia apressaram a entrega de pedidos de adesão à União Europeia, a Ucrânia é aquela que tem a pior posição no índice de percepção da corrupção publicado anualmente pela Transparência Internacional: com 32 pontos em 100, o país ocupa a 122.^a posição numa lista de 180. E assim, *Zelensky* tomou posse da presidência defendendo a aproximação da Ucrânia com os países ocidentais, objetivando entrar para a União Europeia (UE) e integrar a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

4. As evidências de liderança estratégica observadas em *Volodymyr Zelensky*

Desde o momento que a Ucrânia foi invadida pela Rússia em 24 de fevereiro, os olhos do mundo convergiram para a região. *Volodymyr Zelensky*, presidente ucraniano, imediatamente se tornou conhecido em todo o cenário mundial, principalmente pela maneira como tem se posicionado durante o conflito. Nesse conflito, verifica-se a empatia de *Volodymyr Zelensky* junto à sua população, evidenciada pela aproximação com as pessoas na cidade de *Kiev*, da mesma forma que se constata o apoio recebido pelos habitantes das demais cidades do país. Aproveitando-se disso, *Volodymyr Zelensky*, de maneira hábil e inteligente, concita a sua população a resistir e lutar pela manutenção da soberania da Ucrânia.

Outras características de liderança que são evidenciadas pelo presidente ucraniano nesse conflito são os atributos de carisma e de coragem, que podem ser verificados durante entrevistas e em reportagens realizadas pela *internet* e nos principais canais de notícias do mundo como a CNN (*Cable News Network*), como o CBS (*Columbia Broadcasting System*) e como a BBC (*British Broadcasting Corporation*). Neste conflito, depreende-se que os líderes que se tornam exemplos a serem seguidos e admirados são aqueles que não possuem apenas valores individuais, mas também, detêm a capacidade em refletir sobre os valores e sobre a identidade daqueles que lideram.

A simplicidade e a empatia são outras evidências de liderança apresentadas por *Volodymyr Zelensky* neste conflito. Despido do tradicional traje social e vestido com roupa de guerra, o presidente ucraniano apresenta-se como o líder que está junto com sua população nos momentos mais críticos do atual conflito com a Rússia. O presidente tem estado sempre no centro do conflito e em locais que não são seguros. Nessas ocasiões, o presidente procura orientar os ucranianos a lutarem, não por ele, mas com ele, pelo bem maior, que é a sobrevivência da Ucrânia. Mesmo sabendo que pode ser o principal alvo a ser abatido pelos russos, *Volodymyr Zelensky* recusou a proposta norte-americana de se ausentar do país e escolheu ficar em território ucraniano para liderar seu país durante o transcurso da guerra.

Vale destacar sua comunicação estratégica, que é clara e direta, e busca transmitir a mensagem o mais transparente possível aos que os assistem. Na comunicação estratégica, *Volodymyr Zelensky* busca incentivar o povo ucraniano com palavras de esperança, demonstrando dessa forma, empatia e apreço pelos ucranianos. Procura, antes de tudo, diálogo, como se percebe nos encontros de negociações de paz com *Putin* - presidente russo, mas aparece determinado e forte nas convicções de que a Ucrânia é um país

independente e soberano, revelando alto grau de estabilidade emocional, atributo fundamental para líderes que atuam em cenários de crise. Observa-se, ainda, a resiliência e coragem, características que *Volodymyr Zelensky* possui, assim como todo o povo ucraniano e que incentiva a serem fortalecidas.

5. Considerações finais

Pelo exposto, a maneira pela qual *Volodymyr Zelensky* conduz o seu país durante esse conflito descortina valiosos atributos de um líder estratégico, tais como: empatia, carisma, coragem, negociação, comunicação estratégica, resiliência e estabilidade emocional.

A par dessas considerações, percebe-se claramente que o presidente ucraniano *Volodymyr Zelensky* tem dado mensagens interessantes para os principais chefes de Estado. A sua forma de atuar, a sua presença diária nas regiões afetadas pela guerra e o seu poder de comunicação com os atores envolvidos nesse conflito revelam que a liderança fica evidenciada, quando do surgimento de oportunidades para que essa liderança fique aflorada. Decorrido alguns meses de embates, constata-se que *Volodymyr Zelensky* tem buscado passar a imagem de resistência e de manutenção da unidade do povo ucraniano, no sentido de manter a soberania de seu país. Não obstante, o presidente ucraniano ainda busca um diálogo focado no término do conflito e no retorno da paz, uma vez que a guerra atual já causou a morte de muitas pessoas, tanto do lado ucraniano, como do lado russo.

Por fim, esse conflito revela que é necessário surgir um evento, uma oportunidade, uma guerra para que possa evidenciar a atuação de um líder, como no caso do presidente *Volodymyr Zelensky*, que passou de simples comediante de televisão e foi alçado, por meio do voto popular, a chefe da nação ucraniana e, não obstante, ainda está a frente de seu país combatendo um oponente estatal com poder bélico muito superior ao da Ucrânia.

Referências:

COCKERELL, Dan. **Entrevista à revista Época**. Época, 2022. Disponível em: <https://empocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2022/03/por-que-os-lideres-devem-seguir-o-exemplo-do-presidente-da-ucrania.html>. Acesso em: 07 de Abril de 2022.

MANDELLI, Pedro; LORIGGIO, Antônio. **O papel central do líder, sua motivação, proatividade e equilíbrio emocional**. Petrópolis: Vozes, 2016.

ROWE, W G. **Liderança estratégica e criação de valor**. Revista de Administração de

A Liderança de Zelensky no Conflito da Ucrânia

Empresas, Vol. 42, nº 1, p. 1-15, 2002.

SIZA, Rita. **Guerra na Ucrânia - Para a UE, adesão não pode rimar com corrupção.** Público, 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/03/10/mundo/noticia/ue-adesao-rimar-corrupcao-1998320>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

INVESTIR EM INTELIGÊNCIA VALE A PENA?*

Esley Rodrigues¹

Introdução

A ciência militar, no decorrer dos séculos, surgiu com o intuito de mitigar as incertezas que se apresentam aos contendores num campo de batalha, ou mesmo numa mesa de negociação. De caráter multidisciplinar, as questões associadas à guerra e à paz já vêm sendo estudadas por diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da ciência política, direito, ciências militares e relações internacionais (RODRIGUES; MIGON, 2017). Desde *Hugo Grotius* até *Norberto Bobbio* (MIGON, 2012), passando por *Clausewitz* (HOWARD, 2002), alargado rol de pensadores e perspectivas sobre o fenômeno da guerra têm sido trazidos a lume, pelo que tem gerado valiosas contribuições à sociedade.

Numa perspectiva eminentemente militar, percebe-se que a guerra, cada vez mais, vem exigindo forte carga de conhecimento sobre os fatores físicos do terreno, do inimigo e do ambiente. No contínuo esforço por dissipar a névoa da guerra, a inteligência militar tornou-se essencial para compreender as possibilidades e as forças do oponente, servindo como método confiável na empresa de prever como, quando, onde e com o quê determinado ator agiria, sob determinadas condições. Diante destas considerações, este artigo objetiva destacar a importância da atividade de inteligência para um Estado.

Desenvolvimento

Numa palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 23 de maio de 2022, o Dr. Michael Goodman, chefe do departamento de estudos da guerra do *King's College London*, deixou, durante o período de debates, algumas perguntas no ar concernentes a como a estrutura da inteligência deve buscar amalgamar diversas potencialidades nos mais variados campos do conhecimento. Com efeito, para se saber como pensa determinado país com relação à sua estratégia e cultura bélica, é interessante que conheçamos bem sua história, sua cultura, seu idioma e diversos outros pontos que passam ao largo do conhecimento obtido em cursos de inteligência militar hodiernos.

* Artigo originalmente publicado em 2 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Militar da Marinha do Brasil e mestrando em Ciências Militares.

Investir em Inteligência vale a pena?

Os especialistas, como muito bem apontado pelo Dr. Vinícius Mariano de Carvalho, professor de estudos brasileiros e latino-americanos do departamento de estudos de guerra do *King's College London*, tornaram-se essenciais para a geração de informações mais acuradas sobre assuntos que não mais estão diretamente ligados à atividade militar. A estrutura de inteligência deveria, portanto, compor-se de forma matricial, envolvendo especialistas em diversos campos do conhecimento (de tecnologia nuclear até biólogos, de militares a cientistas políticos), sendo mister que o Estado possua um banco de dados atualizado de onde encontrar estes cidadãos, a fim de que sejam ativados quando possível e necessário.

A pergunta que talvez deva ser feita é se o investimento em uma estrutura como esta realmente conseguiria entregar os produtos adequados. Em seu *best seller*, John Keegan (2004) descreve diversos casos em que o acaso esteve a favor de um lado, deixando o outro em completo desatino: o encontro dos navios britânicos e alemães nas batalhas de *Coronel* e das *Falklands* na Primeira Guerra Mundial; o encontro da esquadra francesa no Nilo após a caçada de Nelson a Napoleão; a quebra do código Enigma, encontrado em um navio do Eixo; o ataque a *Pearl Harbor*; a invasão da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas pelo Terceiro Império Alemão, dentre outros. E no Brasil não foi diferente, a história brasileira é recheada de casos em que o acaso esteve presente nos conflitos internos.

O que Clausewitz nos diz sobre inteligência é que ela resume “todo tipo de informação sobre o inimigo e seu país”², mas também nos alerta que é bastante influenciada pelo “juízo, que apenas pode ser desenvolvido pelo conhecimento dos homens, relacionamentos e bom senso” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 117 - tradução nossa)³.

Num mundo de informações instantâneas, o conhecimento sobre “todo tipo de informação”, além de ser bastante improvável de ser compilado, torna-se tarefa hercúlea, que não obstante demandar enormes esforços de especialistas, exige larga quantidade de processadores eletrônicos de dados, aumentando os custos a um ponto de tal forma, que se tornaria uma linha de ação sem sentido. Corre-se o risco, inclusive, de se retirar da equação da guerra o processo decisório humano, recorrendo-se, tão somente, às novas tecnologias, o que não resulta em um entendimento completo das condições impostas, tornando-se prejudicial ao processo decisório (ELWARD, 2010).

² By ‘intelligence’ we mean every sort of information about the enemy and his country”.

³ What one can reasonably ask of an officer is that he should possess a standard of judgment, which he can gain only from knowledge of men and affairs and from common sense.”

A guerra, por mais inteligência que possa exigir das estruturas informacionais de um país, é um evento aleatório, que pode dar sinais de seu início, mas que, geralmente, não apresenta uma fórmula consistente do que a desencadeará, conforme ocorrido no assassinato de Francisco Ferdinando, no manifesto do Duque de *Brunswick* ou na concentração de tropas portuguesas no morro do Castelo.

3. Considerações Finais

A compreensão de que o instinto de sobrevivência de um Estado (MEARSHMEIER, 2001) e a necessidade de manutenção de seu *status quo* (ALLISON, 2015) devem exigir, por parte do poder político a perenidade orçamentária para as Forças Armadas, que devem manter-se em constante estado de pronto emprego, com recursos humanos e materiais em condições de atuarem onde quer que seja necessário para garantir os interesses nacionais. Acima de tudo, um investimento em custoso aparato de inteligência precisa ser um *trade-off*⁴ muito bem pensado.

Independentemente da evolução tecnológica e das necessidades que se impõem ao mundo da inteligência, a violência, a chance e a razão continuarão a delimitar a ignição da chama da guerra. Conhecer estes fatores, e como se amalgamam dentro de um determinado Estado, é condição essencial na manutenção de uma mínima previsibilidade quanto às futuras ocorrências do mundo e do ambiente que nos cerca. Contudo, não se deve confiar cegamente nos resultados que advém destas análises. O julgamento é fator crucial para a formação do conhecimento, cabendo aos decisores, mais que aos analistas, compreender profundamente o ambiente em que está inserido, evitando que a névoa da guerra lhe retire as faculdades de decidir de forma saudável, garantindo a sobrevivência de seu Estado e o bem-estar de seu povo.

Referências:

ALLISON, Graham. **The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?** The Atlantic, 2015. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>. Acesso em: 02 de Maio de 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. London: Oxford University Press, 1984.

⁴ É o nome que se dá a uma decisão que consiste na escolha de uma opção em detrimento de outra. Num *trade off*, o indivíduo deve, necessariamente, deixar de lado alguma opção em sua escolha (REIS, 2018).

ELWARD, Sean Mikael. **The Fog of War: A Necessary Component of Modern Warfare.** Newport: Naval War College. 2010.

HOWARD, Michael. **Clausewitz: A Very Short Introduction.** New York: Oxford University Press, 2002.

KEEGAN, John. **Intelligence in war: The Value--And Limitations--Of What the Military Can Learn about the Enemy.** London: Vintage Books, 2004.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** New York: W. W. Nanon & Company, 2001.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **Estudos da Paz e da Guerra: síntese da contribuição de Grotius e Bobbio.** Coleção Meira Mattos, Vol. 2, p. 53-62, 2012.

REIS, Tiago. **Trade off: o que é? Entenda esse importante conceito econômico.** Suno, 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/trade-off/>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz.** Carta Internacional, Vol, 12, nº 3, p. 77-103, 2017.

UMA NOVA GUERRA FRIA?*

Rômulo da Fonseca Botelho Atella¹

Fábio Renan Azevedo de Souza²

Roger Dias da Silva³

1. Introdução

O final da Segunda Guerra Mundial inaugurou um período da história mundial marcado pelo antagonismo entre dois países que emergiram como os vencedores do conflito: os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Essas nações, que outrora estavam aliadas no combate ao flagelo do nazifascismo na Europa, tornaram-se rivais após a segunda guerra mundial. A conjuntura que se seguiu após o conflito mundial era baseada numa ordem mundial bipolar, caracterizada pela competição de norte-americanos e soviéticos em todas as expressões do poder nacional.

Entre os anos de 1946, com o recrudescimento da Guerra Civil na Grécia, e 1991, com a dissolução da ex-URSS, o equilíbrio de poder mundial esteve condicionado à dinâmica das relações entre o Oeste capitalista e o Leste socialista. E assim, os EUA assumiram a liderança global contra o expansionismo soviético, emulando a defesa de princípios morais universais contra o que os norte-americanos consideravam o jugo da tirania soviética (KISSINGER, 2015). No campo militar, essa oposição resultou no estabelecimento de alianças, principalmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), formada em 1949 pelos EUA e pelas democracias da Europa Ocidental, e o Pacto de Varsóvia, constituído em 1955 pela ex-URSS e pelos países da cortina de ferro.

2. O colapso soviético e o cenário após a guerra fria

O colapso do império soviético, ocorrido a partir de 1991, evento considerado pelo presidente russo *Vladimir Putin* como a maior catástrofe geopolítica do século XX, fez emergir um novo paradigma nas relações internacionais: a universalização da democracia liberal como a forma final de governo humano (FUKUYAMA, 1989).

* Artigo originalmente publicado em 8 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente realiza o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente realiza o CAEM na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro. Atualmente realiza o CAEM na ECEME.

Uma Nova Guerra Fria?

Tal ideia, defendida pelo escritor e filósofo *Francis Fukuyama* em seu ensaio “O Fim da História e o Último Homem”, recebeu grande destaque no meio acadêmico no início dos anos 1990, à medida que os EUA consolidavam sua posição hegemônica no sistema internacional. Esse período coincidiu exatamente com as formulações neoliberais do Consenso de *Washington* e a fulminante vitória da coalizão liderada pelos EUA sobre as forças de *Sadam Hussein* no Kuwait na primeira guerra do Golfo.

No entanto, a História não terminou. A ideia de uma ordem internacional capitaneada por *Washington*, baseada nas liberdades individuais, na propriedade privada e nos mercados abertos, não podia ser compartilhada por todos os países do globo (KOTKI, 2021). Ao contrário, o cenário após a guerra fria tem apresentado uma série de conflitos ao redor do mundo, nos quais as questões das identidades culturais têm exacerbado movimentos separatistas e de cunho religioso, tal qual propunha *Samuel Huntington* em sua célebre obra “O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial” (HUNTINGTON, 1998).

3. A emergência da China e a conjuntura atual

A conjuntura atual provocou a gestação de uma nova era de rivalidades, com a emergência da China como um relevante ator no tabuleiro geopolítico internacional. Sua ascensão é o resultado de um processo contínuo e prolongado, que remonta à guerra civil vencida por *Mao Zedong*, em 1949, e que possibilitou a formação de um Estado com regime de partido único, sob o controle absoluto do Partido Comunista Chinês (PCC).

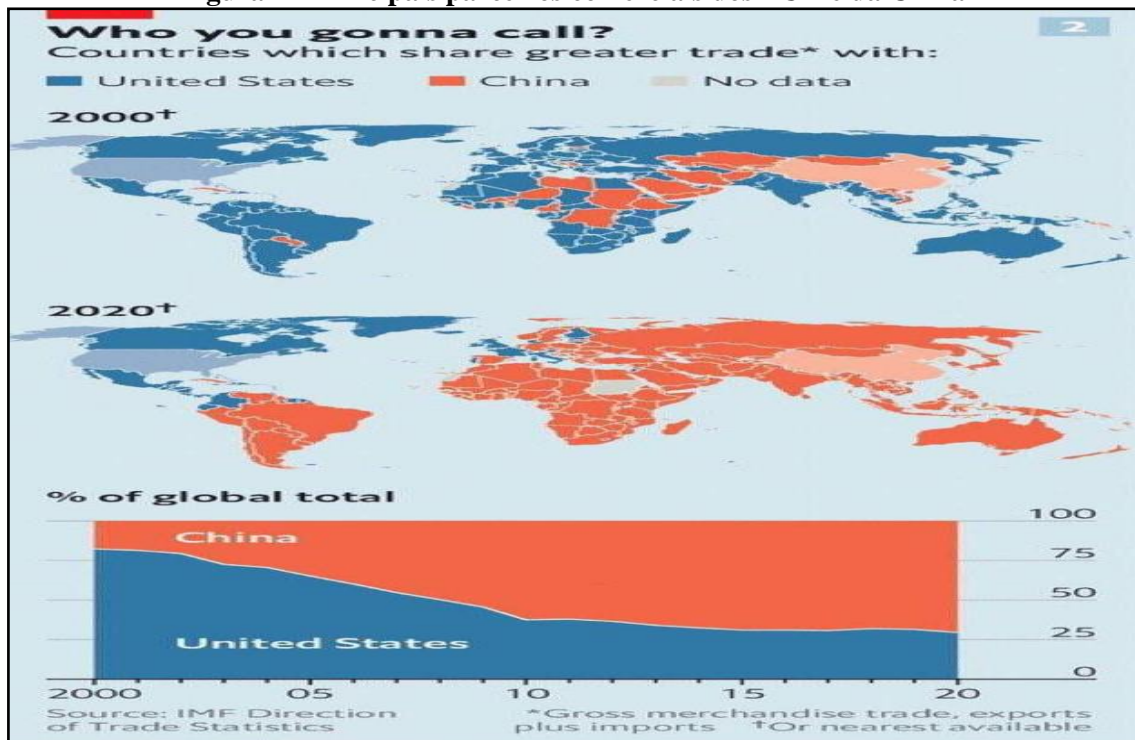
Esse movimento teve como pano de fundo a aproximação entre os EUA e a República Popular da China (RPC), ocorrida a partir do governo *Richard Nixon*, como um reflexo da cisão sino-soviética (MEARSHEIMER, 2022). A conciliação entre os dois países foi estimulada pela iniciativa de *Mao Tsé-tung* e obedeceu ao imperativo de segurança, ameaçada pelas crescentes tensões fronteiriças com a ex-URSS. Para os norte-americanos, essa atitude representava uma extraordinária oportunidade estratégica para conter o expansionismo soviético na Ásia, além de restabelecer relações com uma nação que detinha um quinto da população mundial (KISSINGER, 2011). Desde então, as relações entre os dois gigantes têm se mostrado pendulares ao longo das últimas décadas. As pautas relacionadas aos direitos humanos, à liberdade política e, sobretudo, à questão de Taiwan, permanecem como pontos potencialmente conflitantes na agenda.

Todavia, a perenidade do diálogo e da cooperação entre os EUA e a China possibilitou o assombroso crescimento econômico oriental, sobretudo a partir de 1978,

após a implementação das reformas estruturantes conduzidas por *Deng Xiaoping*. Esse conjunto de medidas promoveu resultados espetaculares, logrando um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a taxas maiores do que 9% durante toda a década de 1980. Iniciativas como a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), além do ingresso no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial fomentaram a entrada de investimentos estrangeiros e a descentralização da atividade produtiva no país. Desse modo, foram lançadas as bases do socialismo com características chinesas (KISSINGER, 2011).

Portanto, no alvorecer de uma nova ordem mundial pretensamente liderada por Washington, a China encontrava-se em franca expansão de suas capacidades econômicas. No ano de 2001, foi admitida como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) com o apoio norte-americano, fato que ampliou drasticamente suas relações comerciais com o restante do mundo (MEARSHEIMER, 2022). Atualmente, o país responde pelo segundo maior PIB global e constitui-se como principal parceiro comercial de um número crescente de nações.

Figura 1 - Principais parceiros comerciais dos EUA e da China



Fonte: THE ECONOMIST, 2021.

4. A rivalidade entre superpotências

Dessa forma, constata-se que a rivalidade entre superpotências obedece a uma lógica realista dificilmente contornável (MEARSHEIMER, 2022). Desde o conflito entre

Uma Nova Guerra Fria?

Atenas e Esparta na Guerra do Peloponeso, até a guerra fria no século XX, o fenômeno da confrontação entre uma potência dominante e outra em ascensão tem se repetido reiteradamente no curso da História. Essa condição foi cunhada por *Graham Allison* em seu livro “A Caminho da Guerra”, como a armadilha de *Tucídides*, em referência ao historiador helênico que descreveu em detalhes o estresse estrutural que conduziu as cidades-estados gregas à guerra (ALLISON, 2020).

Sob a ótica realista das relações internacionais, é justo afirmar que as nações são impelidas a competir por poder. Sob a liderança de *Xi Jinping*, o dragão chinês tem buscado consolidar sua hegemonia no extremo oriente e busca exercer um papel cada vez mais relevante no cenário internacional. No campo científico, tem se esforçado para liderar as pesquisas e a produção de avançadas tecnologias, com altíssimo valor agregado (MEARSHEIMER, 2022). Na expressão militar, tem elevado exponencialmente seus gastos em Defesa nos últimos anos, com foco na ampliação de sua dissuasão nuclear e a construção de uma Marinha de águas azuis que seja capaz de salvaguardar seu comércio marítimo.

A competição colossal, portanto, tem se mostrado inevitável. Tal antagonismo é potencializado por fortes componentes psicossociais que orientam, em grande medida, suas condutas na política externa. Os EUA e a China representam visões únicas e excludentes do mundo em que vivem. Os norte-americanos consideram-se um povo excepcional, condicionado em seu Destino Manifesto a levar a virtude, o progresso e a democracia para o conjunto da humanidade. Os chineses, em seu turno, compartilham de um senso de superioridade moral que remonta ao Império do Meio, pautado pelos ensinamentos da doutrina confucionista, fora do qual não havia civilização, mas apenas a barbárie (ALLISON, 2020).

Dessa forma, os EUA têm orientado seus esforços de Defesa para conter as ameaças representadas pelas potências consideradas revisionistas, as quais buscam moldar um ambiente internacional que atenda aos seus interesses, na medida em que confrontam Washington em todas as expressões de seu poder nacional (UNITED STATES OF AMERICA, 2018). A recente guerra comercial no governo *Donald Trump*, o acirramento das disputas militares no mar do sul da China, as tensões sobre o *status* político de Taiwan, o recrudescimento dos arsenais nucleares e, obviamente, a recente invasão da Ucrânia pelas forças russas, são evidências da disposição desses países em estabelecer uma competição de longo prazo contra os EUA e seus aliados (BRANDS, 2022).

É mister destacar o papel desempenhado pela História na prospecção de cenários e na adoção de estratégias nacionais. Embora a guerra fria tenha se desenrolado ao longo de décadas num contexto internacional marcado pelo conflito Leste-Oeste, suas lições são extremamente relevantes para indicar os principais desafios nos tempos hodiernos. Uma potencial nova guerra fria entre os norte-americanos e os chineses certamente obedecerá a uma dinâmica própria, diversa do período pós-segunda guerra mundial.

Durante a guerra fria travada por norte-americanos e soviéticos, houve uma disputa econômica indireta entre a ex-URSS e os EUA. Naquela ocasião, o governo norte-americano implementou o plano *Marshall* no pós-guerra, solidificando a sua esfera de influência em grande parte da Europa, incluindo as principais potências do continente como a França e a Inglaterra. Em contrapartida, a ex-URSS criou o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), visando articular o bloco soviético. Percebeu-se, naquela época, o esforço de cada pólo antagônico em fortalecer as nações sob sua liderança.

Entretanto, uma nova guerra fria, que envolve a rivalidade entre os EUA e a China, evidencia um cenário de utilização da expressão do poder econômico. Não apenas para fortalecer os aliados, mas, principalmente, como ferramenta para desestabilizar os rivais. Observou-se, nos últimos anos do governo *Trump*, a escalada de sanções econômicas aplicadas contra a China, postura que afetou principalmente os produtos das indústrias de base da China. Contudo, houve resposta chinesa ao aplicar sanções aos produtos estadunidenses. Tal fato tornou-se possível, haja vista a interdependência atual entre as economias dos países em virtude da globalização, mostrando que essa expressão do poder tem potencial para exercer maior peso no cenário atual, do que no contexto da Guerra Fria.

5. Considerações Finais

Por fim, o atual estágio do desenvolvimento capitalista, com inúmeras sociedades operando em redes transnacionais e com amplo emprego de tecnologias avançadas, contribui para um nível cada vez maior de integração entre as nações. Além disso, a humanidade se defronta com graves problemas como os severos efeitos das mudanças climáticas, a ocorrência de graves crises sanitárias como a pandemia do covid-19 e as imigrações em massa, que exigem concertação nos mais altos níveis decisórios para sua mitigação. Dessa forma, a escolha das estratégias no relacionamento entre esses

superpoderes determinará, em grande medida, a construção de uma nova balança de poder mundial.

Referências:

ALLISON, Graham. **A Caminho da Guerra: Estados Unidos e China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BRANDS, Hal. **The Twilight Struggle: What the Cold War Teaches us about Great-Power Rivalry today.** New Haven: Yale University Press, 2022.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History.** The National Interest, nº 16, p. 3-18, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KOTKI, Stephen. **The Cold War Never Ended: Ukraine, the China Challenge, and the Revival of the West.** Foreign Affairs, Vol. 100, nº 6, p. 48-58, 2021.

MEARSHEIMER, John J. **The Inevitable Rivalry: America, China and the Tragedy of Great-Power Politics.** Foreign Affairs, Vol. 101, nº 3, p. 64 -78, 2022.

THE ECONOMIST. **Joe Biden is determined that China should not displace America.** The Economist, 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2021/07/17/joe-biden-is-determined-that-china-should-not-displace-america>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge.** Washington, 2018. Disponível em: <https://do.d.defense.gov/Portals/1/documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA RUSSA E OS EXERCÍCIOS ZAPAD*

Marco Túlio Delgobbo Freitas¹

1. Introdução

Este artigo procura destacar a importância da comunicação estratégica na geopolítica praticada pela Rússia. Para tanto, verifica-se como a comunicação estratégica foi empregada em duas operações militares realizadas pela Rússia neste século: os exercícios *Zapad*. Dessa feita, é importante frisar que a análise em tela não está pautada pelos recentes desdobramentos políticos oriundos da invasão russa na Ucrânia em 2022, mas tão somente, nos dois exercícios militares russos envolvendo questões atinentes na parte que engloba a região norte e ocidental da fronteira russa.

Historicamente, o lado ocidental do vasto território da Rússia sempre deixou Moscou preocupada com a aproximação e com a influência ocidental. Não pelo acaso, os russos sempre envidaram esforços no sentido de proteger o flanco norte e ocidental diante do avanço da OTAN. Comunicação estratégica, atuação diplomática nos arranjos institucionais locais, presença militar na região e os exercícios militares são apenas alguns exemplos das inúmeras iniciativas realizadas por Moscou.

2. A comunicação estratégica russa

A comunicação estratégica pode ser definida como sendo as ações efetuadas nas mídias tradicionais e nas mídias sociais, que buscam influenciar o ciclo decisório (NUNES, 2022). No caso em tela, este artigo procura examinar a comunicação estratégica que foi empregada pela Rússia para influenciar o processo decisório da Suécia e da Finlândia. Segundo Blakkisrud (2018), este recurso foi utilizado pelos decisores russos com a finalidade de deixar claro as consequências de ambos os países em alinhar-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Como exemplo, registra-se a atuação do governo russo nas mídias sociais e tradicionais, cujo foco era degradar as autoridades suecas, afirmando que elas tomam suas decisões após utilizar drogas festivas (DAMKJAER, 2014).

* Artigo originalmente publicado em 16 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Doutorando em Ciências Militares na ECEME.

Para tentar diminuir a presença ocidental nesta região, que é vista pelo *Kremlin* como prioritária, a Rússia atua em instituições como o CBSS (*Council Baltic Sea States*), BEAC (*The Barents Euro-Artic Council*), *Artic Council* e a *Northern Dimension*, instâncias em que a Rússia busca assegurar medidas de cooperação e intenções junto aos seus vizinhos. Nesse caso, os russos correlacionam a comunicação estratégica com a sua política externa, uma vez que a mesma é utilizada como política pública institucional para tentar prover uma visão alternativa à narrativa ocidental.

3. Os exercícios *Zapad* como meios para a comunicação estratégica russa

Os exercícios *Zapad*, dentre as diversas funcionalidades existentes, possibilitam os russos avaliarem as capacidades militares necessárias para serem empregadas no entorno estratégico alinhado à OTAN (prioritariamente a Suécia e a Finlândia). Em suma, caso haja uma intercorrência no flanco oeste russo, há um relatório contendo quais e quantas forças serão necessárias para fazer frente a essa ameaça. Embora tenha um caráter defensivo, não se pode afastar a possibilidade do exercício *Zapad* em se tornar ofensivo, uma vez que reúne capacidades militares terrestres, navais e aéreas.

Durante o exercício *Zapad* 2013, inicialmente os finlandeses concluíram que o exercício definia o terrorismo como sendo a principal ameaça à Rússia. Posteriormente, os finlandeses constataram que haviam se equivocado e que, na verdade, o exercício *Zapad* 2013 era voltado para um inimigo convencional. Este hipotético inimigo seria apoiado pela OTAN e realizaria uma ofensiva em direção a Bielorrússia e Kaliningrado. Ao final do exercício, os finlandeses descobriram que a Finlândia estava sendo considerada como um exército invasor (BLANK, 2013).

Anos depois, por ocasião do exercício *Zapad* 2017, um item chamou a atenção de todos e por consequência, suscitou polêmica e calorosos debates: a possibilidade do exercício *Zapad* 17 servir como uma cortina de fumaça para os russos deixarem suas tropas estacionadas em locais previamente selecionados, tal qual aconteceu no exercício *Zapad* 13, momento em que os russos desdobraram suas tropas e acabaram por anexar a região da Crimeia em 2014. Ou seja, para alguns autores, o exercício *Zapad* é um "termômetro" para indicar o próximo alvo da Rússia, fato que foi explorado por um jornal alemão, que por sua vez, alegou que o exercício *Zapad* 17 tinha como objetivo obscuro invadir algum país localizado no norte europeu (RÖPCKE, 2017).

Entretanto, o que aconteceu não foi isso. Segundo alguns relatórios, o exercício *Zapad* 17 deu ênfase na idéia de anti-acesso e na negação de área (A2/AD), a fim de evitar

que seus adversários pudessem chegar na área de conflito. Além disso, o exercício *Zapad 17* também serviu para realizar testes em relação a sua capacidade aérea na tentativa de defender-se de ataques aéreos e de mísseis, no norte da Rússia (TEIXEIRA JUNIOR, 2021). O exercício *Zapad 17* também revelou uma profunda preocupação russa em operar suas forças num ambiente de comunicação restrito. Em outras palavras, a Rússia, propositalmente, bloqueou os sistemas de navegação e de comunicação russos na fase da geração do poder de combate no exercício e no desdobramento de suas tropas.

Pela breve análise do exercício *Zapad 13* e do exercício *Zapad 17*, resta claro que ambos contribuíram para aumentar a capacidade militar russa, notadamente a capacidade missilística, haja vista que possibilitaram a inserção de mísseis de curto alcance *Iskander* perto das fronteiras norueguesas e finlandesas, manobra que sinaliza o desânimo russo em relação a Noruega e a Finlândia. Todavia, não se pode inferir que os exercícios trazem algo obscuro, conforme por alguns meios da imprensa alemã na década passada.

4. Considerações Finais

Por fim, pela lente da comunicação estratégica a missão principal dos exercícios *Zapad* era prevenir ou mitigar as ameaças potenciais ou existentes na fronteira norte e na fronteira oeste russa. Como os russos consideram o avanço da OTAN uma ameaça, pode-se inferir que a comunicação estratégica russa que foi praticada nos exercícios *Zapad*, não conseguiu cumprir a principal missão para a qual estava destinada, uma vez que não conseguiu impedir a entrada da Suécia e da Finlândia na OTAN, fato que leva o *Kremlin* a repensar sobre a influência ocidental em seu entorno fronteiro mais ao Norte, quando começará ter a presença da OTAN próximo de uma fronteira, que outrora era pacífica.

Referências:

BLANK, Stephen. **What Do the Zapad 2013 Exercises Reveal? (Part Two)**. Eurasia Daily Monitor, Vol. 10, nº 180, 2013. Disponível em: <https://jamestown.org/program/what-do-the-zapad-2013-exercises-reveal-part-two/>. Acesso em: 08 de julho de 2022.

BLAKKISRUD, Helge. **Introduction: Can Cooperative Arctic Policies Survive the Current Crisis in Russian-Western Relations?** Arctic Review on Law and Politics, Vol. 9, p. 377-381, 2018.

DAMKJÆR, Ole. **Ambassadør: »Lad være med at provokere den russiske bjørn«**. Berlingske, 2014. Disponível em: <https://www.berlingske.dk/internationalt/ambassadoer-lad-vaere-med-at-provokere-den-russiske-bjoern>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

Uma Nova Guerra Fria?

NORBERG, Johan. **Training for War - What Military Exercises 2009-2017 Say About the Fighting Power of Russia's Armed Forces.** FOI-R--4627--E, 2018. Disponível em: <https://www.foi.se/rest-api/report/FOI-R%E2%80%934627%E2%80%933SE>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

NUNES, Richard Fernandez. **O Mundo em Acrônimos e a Comunicação Estratégica do Exército.** EBlog, 2022. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/o-mundo-em-acronimos-e-a-comunicacao-estrategica-do-exercito.html#sdendnote1sym>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

RÖPCKE, Julian. **Putin's Zapad 2017 simulated a war against NATO.** Bild, 2017. Disponível em: <http://www.bild.de/politik/ausland/bild-international/zapad-2017-english-54233658.bild.html>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M.. **Estratégias comparadas de antiacesso e negação de área: Rússia, China e Irã.** Revista Análise Estratégica, Vol. 20, nº 2, p. 8-38, 2021.

O PAPEL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO NA GEOPOLÍTICA DO BRASIL*

Délcio de Deus Gulari¹

1. Introdução

O presente artigo descreve os resultados preliminares de investigação em andamento, desenvolvida pelo autor no âmbito do curso de Mestrado em Ciências Militares - Linha de Pesquisa Estudos da Paz e da Guerra, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Escola Marechal Castello Branco, a qual tem por objetivo analisar o papel da República Democrática do Congo na geopolítica praticada pelo Brasil.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se com uma breve ambientação sobre os principais geopolíticos brasileiros, seguido da apresentação do entorno estratégico brasileiro e sua importância geopolítica para o Brasil. Na sequência, é realizada a caracterização da República Democrática do Congo, acompanhada dos esforços realizados pelo Brasil em operações de paz no continente africano e, em particular, na República Democrática do Congo. Na parte final, são feitas algumas considerações sobre o artigo com base no que foi escrito.

2. A geopolítica brasileira

Dentre todos os geopolíticos brasileiros expoentes, três se destacaram ao longo da história: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Nessa seção, será apresentado, de forma resumida, os principais pontos e aspectos geopolíticos pontuados por cada um desses autores na formulação do pensamento geopolítico nacional.

Para Costa Freitas (2011), ao elaborar o seu projeto geopolítico, Golbery do Couto e Silva, priorizou temas como: 1) o nacionalismo; 2) a adoção da doutrina de contenção; 3) a elaboração da teoria dos hemisférios concêntricos para definir prioridades; e 4) a adoção do conceito de Ocidente como elemento-programa de geopolítica. No tocante à Carlos de Meira Mattos, um dos pilares teóricos de seu pensamento geopolítico residia justamente na importância e na relevância do Atlântico Sul para o país (COSTA

* Artigo originalmente publicado em 19 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Mestrando em Ciências Militares na ECEME.

FREITAS, 2011). Com relação à Therezinha de Castro, nota-se que um dos temas centrais do projeto geopolítico elaborado por essa autora eram o reforço do papel histórico-político a ser desempenhado pelo Brasil na América e no mundo; a elaboração de uma geopolítica e geoestratégia para a Amazônia; e a elaboração de uma geopolítica e geoestratégia para a Antártica (COSTA FREITAS, 2011).

Ou seja, de alguma forma, esses três autores pontuaram e priorizaram a costa ocidental africana em seus pensamentos/projetos geopolíticos. Como as repercussões do pensamento de Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos sobre as estratégias geopolíticas brasileiras contemporâneas possuem a capacidade de exercer grande influência nos elementos centrais dos documentos que definem a defesa do país e nas posições manifestas pelo Estado frente às demandas complexas do sistema internacional, é importante verificar como esses pensadores priorizavam a costa ocidental africana em seus projetos.

3. O entorno estratégico brasileiro

No que se refere ao entorno estratégico brasileiro, parte-se da definição incluída na Política Nacional de Defesa, a qual o define como sendo uma área de interesse prioritário para o Brasil, e inclui áreas como a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2020). Para Willrich (2018), a definição do entorno estratégico brasileiro nos documentos de defesa de mais alto nível do país implica em específicas políticas de defesa para cada região ou contexto e acrescenta dizendo que se há mudança no entorno, há também a transformação de políticas. Abdenur e Souza Neto (2014), por sua vez, enfatizam que a cooperação internacional brasileira vem se expandindo como parte de uma política externa que busca projetar a influência brasileira dentro e fora do entorno regional imediato.

Já Souza e Monteiro (2021), evidenciam elementos pontuais que ratificam a importância do Atlântico Sul para o entorno estratégico brasileiro, os quais estão presentes no conceito elaborado pela Marinha do Brasil sobre a Amazônia Azul. Segundo a dupla, a Marinha elencou o conceito de Amazônia Azul para alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob a jurisdição nacional. Entre essas vertentes (soberania, científica, ambiental e econômica), ganha destaque, no âmbito da primeira, a criação, em 1986, a Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul (ZOPACAS), plataforma que permite ao Brasil exercer papel de ator regional de peso, pois possibilita aumentar sua influência no entorno estratégico e

minimiza a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul (SOUZA; MONTEIRO, 2021).

Nas palavras de Coutinho (2016), o país, diante desse cenário, consolidou uma política de defesa em que a África ocupa papel de destaque, o qual tem sido formalizado através de um aumento nos últimos anos dos acordos de cooperação, principalmente bilaterais, entre o Brasil e os países da costa ocidental africana, que vão ao encontro dos objetivos delimitados no âmbito da ZOPACAS.

Presente nos projetos delineados no contexto da escola geopolítica brasileira, em suas diversas fases, e elemento constituinte do entorno estratégico brasileiro, a África integra desde o século XX, as estratégias de defesa formuladas pelo Estado brasileiro com vistas à crescente participação internacional.

4. A República Democrática do Congo

Inserida nesse contexto, a República Democrática do Congo, por diversos fatores, ocupa uma posição de destaque nos esforços realizados pelo Brasil rumo a um maior protagonismo regional na atualidade. Dentre as diversas ações empreendidas, a mais relevante é a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), operação de paz da ONU em que atualmente, o *Force Commander* é o General de Divisão Marcos de Sá Affonso da Costa, do Exército Brasileiro.

Para Castellano da Silva (2012), a República Democrática do Congo situa-se no coração do continente africano, numa região estratégica da África Central, interligando territórios da África Austral, Oriental, Equatorial e do Chifre da África. Acrescenta dizendo que em 2012 o país contava com cerca de 73 milhões de habitantes e que possuía uma taxa de natalidade de 2,7% ao ano, o que o qualificava como sendo o quarto país mais populoso do continente.

Segundo Castellano da Silva (2012), a República Democrática do Congo ainda possui reservas significativas de cobalto, urânio, cobre, petróleo e água, além de coltan e cassiterita (utilizados largamente pela indústria digital). Destaca ainda que o país teve sua riqueza natural estimada na ordem de USD 24 trilhões, montante que equivaleria ao PIB da Europa e ao PIB dos Estados Unidos da América juntos. Apesar de ostentar indicadores como os acima registrados, 75% da população vive com apenas um dólar por dia na República Democrática do Congo e conta ainda com um número de cerca de 423 mil refugiados em seu território.

Em razão desses indicadores, a República Democrática do Congo, assim como diversos outros países africanos, tem sido alvo de operações de paz da ONU desde a década de 1960, ocasião em que recebeu missões de paz onusianas em seu território, compostas inclusive, por brasileiros. Devido a esse histórico e o sucesso alcançado pelo Brasil em missões de paz da ONU, Pereira (2019) entende que, independentemente do local na África, as participações brasileiras devem ser incrementadas no continente africano, haja vista que auxiliam na projeção geopolítica do Brasil, da mesma forma que contribuem para a estabilização do entorno estratégico brasileiro.

A *expertise* obtida pelo Brasil nesse campo permite que se analise a atuação das forças militares do país junto à MONUSCO sob uma ótica particular, que, além de evidenciar o protagonismo brasileiro nesse segmento, facilita as bases para o projeto geopolítico contemporâneo conduzido pelo país.

Para Tchinama (2019), há que se levar em conta que as missões de paz no continente africano se destacam, especialmente, pela proteção de civis, pela defesa dos direitos humanos e pela estabilização e consolidação da paz no país. Esses aspectos podem ser considerados como indutores para a participação brasileira em operações de paz na África, uma vez que vão ao encontro das capacidades e *expertises* brasileiras em operações de paz, qualidades que ficaram mundialmente conhecidas após a bem-sucedida atuação junto à Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Em termos da capacidade do Estado brasileiro em mobilizar os recursos necessários para atuar em campo, Souza (2015) salienta que o Brasil detém esta capacidade e que a mesma se encontra prescrita nos principais documentos relacionados à defesa em vigor no país, como a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa.

5. Considerações Finais

Em vista disso, Tchinrama (2019) afirma que a MONUSCO vem mostrando resultados satisfatórios e a presença brasileira tem sido relevante aos olhos da comunidade internacional, o que valida as estratégias geopolíticas nacionais orientadas a esse contexto. Pereira converge com Tchinrama e aponta que dentre as inúmeras vantagens que podem ser obtidas pelo Brasil ao atuar nesse campo, quatro se destacam: 1) investimentos na área de defesa, 2) aumento da cooperação Brasil-África, 3) melhoria da imagem do Brasil no âmbito global e 4) manutenção da paz no Atlântico Sul, aspectos que, objetivamente, reforçam o protagonismo nacional perante os demais países do mundo (PEREIRA, 2019).

A partir do exposto, torna-se possível concluir, de forma preliminar que, de fato, a presença do Brasil na República Democrática do Congo se alinha às perspectivas delineadas pelo Estado brasileiro em termos geopolíticos e na construção de estratégias comuns de defesa a serem compartilhadas por ambos os países, as quais podem se beneficiar, em larga escala, da experiência comum obtida por meio da MONUSCO.

Referências:

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África.** In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.** Cap. 9, p. 215-238, 2014. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz.** Porto Alegre: Cebráfrica/UFRGS, 2012.

COUTINHO, Isadora Caminha. **30 anos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): uma perspectiva brasileira.** In: VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil. Cap 9, p. 187-211, 2016. Porto Alegre: UFRGS/ECEME, 2016.

COSTA FREITAS, Jorge Manuel. **Resenha - A Escola Geopolítica Brasileira.** Revista da Escola Superior de Guerra, Vol. 26, nº 53, p. 108-114, 2011.

PEREIRA, Victor Almeida. **A participação brasileira na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana: um estudo sobre sua viabilidade geopolítica.** Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, Vol. 13, nº 46, p. 67-82, 2019.

SOUZA, Alexandre da Fonseca Nepomuceno de; MONTEIRO, Marcus Vinicius Cardoso. **A importância do Atlântico Sul como entorno estratégico.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2021. Rio de Janeiro: ECEME. 2021.

SOUZA, Graziene Carneiro de. **MONUSCO: a atuação brasileira em operações de paz robustas.** Brasiliana: Journal of Brazilian Studies, Vol. 3, nº 2, P. 169-196, 2015.

TCHINRAMA, Laurindo. **A missão de estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo e a presença do Brasil.** GEDES: Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional, 2019. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/a-missao-de-estabilizacao-das-nacoes-unidas-na-republica-democratica-do-congo-e-a-presenca-do-brasil/>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

O Papel da República Democrática do Congo na Geopolítica do Brasil

WILLRICH, Emili. **A geopolítica e o entorno estratégico brasileiro (2012 e 2016)**. Anais do 10º Encontro Nacional da ENABED, 2018. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534940671_ARQUIVO_EmiliWillrich-artigoenabed.pdf. Acesso em: 14 de junho de 2022.

OS IMPACTOS DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA NA GEOPOLÍTICA ÁSIA-PACÍFICO*

*José Maria Sydow de Barros¹
Vinícius Lemos da Silva²*

1. Introdução

Após meses de exercícios militares, incluindo a concentração de tropas na fronteira com a Ucrânia, a Rússia iniciou uma campanha militar contra este país no dia 24 de fevereiro de 2022. Horas antes de agredir à soberania ucraniana, o presidente russo, *Vladimir Putin*, anunciou uma operação militar especial para conter aquilo que era considerado por ele como um genocídio perpetrado pelos ucranianos contra cidadãos russos que habitam na região do *Donbass* (GALVANI, 2022). Antecedendo a invasão, a Rússia reconheceu formalmente a independência das duas províncias ucranianas (*Luhansk* e *Donetsk*) e reascendeu a discussão sobre a questão da autodeterminação dos povos em oposição à soberania territorial dos Estados, princípios básicos do sistema internacional contemporâneo (AZZI; SILVA, 2022).

O conflito tornou-se um dos maiores já deflagrados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. O seu término ainda parece longe do fim, com diversos especialistas prevendo sua possível longa duração (THE ECONOMIST, 2022; FREEDMAN, 2022). As negociações de paz ainda parecem longe de um acordo, com interesses ainda irreconciliáveis, já que o mandatário ucraniano, *Volodymyr Zelensky*, conta com o apoio em armas dos EUA e da OTAN, o que o leva a crer na possibilidade de vitória, ao passo que *Vladimir Putin* resiste à pressão das sanções econômicas e segue avançando sobre o *Donbass*.

Além das graves consequências para a segurança europeia, o conflito russo-ucraniano também tem impactado diversos aspectos no sistema internacional. No campo dos estudos internacionais, a guerra trouxe à tona a relevância da geopolítica e da política das grandes potências. A escola realista tem sido usada como lente para buscar a melhor compreensão das razões para o comportamento russo, bem como para analisar o possível declínio da ordem global criada no pós-Guerra Fria, com a prevalência das normas do

* Artigo originalmente publicado em 26 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e Doutorando em Ciências Militares.

² Major do Exército Brasileiro e Mestrando em Ciências Militares.

Direito Internacional e do sistema ONU, os quais condenam piamente o recurso das armas para a resolução de conflitos.

A guerra na Ucrânia, também, tem ressaltado as rivalidades que já vinham se acentuando antes da invasão russa. A principal delas é a existente entre norte-americanos e chineses. Essas tensões sino-americanas já têm sido chamadas, por renomados estudiosos das relações internacionais, como a “Nova Guerra Fria” (BRANDS; GADDIS, 2021; MEARSHEIMER, 2021), tendo em vista as disputas envolvendo o Mar do Sul da China (MSC), a soberania de *Taiwan* e as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) do Pacífico. Diante dessas considerações, este artigo busca investigar os principais impactos geopolíticos causados pela Guerra Rússia e Ucrânia no continente asiático.

2. O Posicionamento dos Estados

Um dos desdobramentos mais imediatos, decorrentes da campanha militar russa, foi a adoção de posicionamento, das diversas nações e organizações multilaterais ao redor do globo, favorável aos russos ou aos ucranianos. Os EUA liderando a OTAN, bem como a França e a Alemanha à frente da União Europeia, além do Reino Unido, da ONU e a grande maioria dos países ocidentais, rechaçaram, de imediato, a atitude russa. Estima-se que, somada a ajuda já fornecida e a afiançada pelos norte-americanos e demais países do G7, esse valor alcança cerca de US\$ 88 bilhões até o mês de maio (VEJA, 2022). Somente o Congresso dos Estados Unidos aprovou, em 19 de maio, um pacote de ajuda militar e humanitária de quase US\$ 40 bilhões (VEJA, 2022).

Essa postura, entretanto, está longe de ser unânime. Existem Estados que adotaram a neutralidade, ainda que mantendo a condenação de qualquer forma de resolução armada de disputas. É o caso do Brasil, que busca o equilíbrio entre sua condição de integrante dos BRICS e grande dependente da importação de fertilizantes russos, com a sustentação dos pilares básicos de sua Política Externa, consagrado no Art. 5º de sua Carta Magna: a resolução pacífica dos conflitos, a não intervenção e a cooperação entre os povos (BRASIL, 2020). Tal posição ficou clara na manifestação do Embaixador Brasileiro na ONU, Ronaldo Costa Filho, na Assembleia Geral da ONU do dia 28 de fevereiro de 2022 (SOARES, 2022).

Outros países têm se alinhado, ainda que não diretamente, às alegações russas da franca hostilidade gerada pela expansão da OTAN, e por consequência dos EUA, para o Oriente. Nesse aspecto, destaca-se a China, a qual, em encontro entre seu líder, *Xi Jinping*, e *Vladimir Putin*, pouco antes da invasão da Ucrânia, anunciou uma “parceria sem

limites” com a Rússia. Em comunicado conjunto, foram feitas críticas abertas à atuação da Aliança Militar ocidental, denunciando também a formação de blocos de segurança na região da Ásia-Pacífico (DUCHIADE, 2022), em referência ao AUKUS, grupo formado por Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, e ao QUAD, integrado por Austrália, Índia, EUA e Japão, ambos por iniciativa estadunidense.

3. O Reordenamento Geopolítico

O primeiro movimento geopolítico realizado pela China que causou preocupação junto aos EUA ocorreu em junho desse ano, ocasião em que a China firmou um acordo com as ilhas Salomão que, dentre as diversas atribuições existentes, há uma assistência de defesa mútua entre os países, procedimento que alimentou temores de que Pequim possa vir a instalar uma base naval naquele Estado insular, projetando poder na região em que os EUA tentam se impor geopoliticamente. O almirante *Samuel Paparo*, comandante da Frota do Pacífico dos EUA, afirmou que o acordo, firmado dias antes da visita às ilhas Salomão, é motivo de preocupação para muitos países ocidentais do Pacífico, especialmente para a Austrália e Nova Zelândia. Após o acordo, *Peter Dutton*, ministro da Defesa da Austrália, anunciou um incremento de US\$ 3,5 bilhões para as Forças de Defesa Australianas, a fim de estarem prontas para qualquer potencial conflito na região (SPUTNIK BRASIL, 2022; BBC, 2022a).

Outro movimento geopolítico chinês que causou preocupação junto às autoridades norte-americanas ocorreu no dia 17 de junho de 2022, ocasião em que a China apresentou o seu terceiro e mais avançado porta-aviões, o primeiro inteiramente projetado e construído no país, o qual, segundo especialistas, possui uma tecnologia próxima daquela que equipa os porta-aviões dos EUA. De maneira sugestiva, o porta-aviões chinês foi batizado de *Fujian*, nome da província chinesa mais próxima de *Taiwan*, ponto de intensos atritos entre os EUA e a China (LENDON; GAN, 2022).

Nesse panorama, o *status* de *Taiwan* tem gerado inúmeros atritos diplomáticos entre os EUA e a China, a partir do distanciamento dos norte-americanos de uma postura que reconhecia o princípio de uma só China adotado na década de 70, por ocasião da reaproximação com Pequim (O GLOBO, 2022). Contudo, a oposição à independência de *Taiwan* é um dos objetivos fundamentais da Defesa Nacional da China, claramente descrito em seus documentos de Defesa (CHINA, 2019). Para aumentar ainda mais o grau de hostilidades entre norte-americanos e chineses, por ocasião do encontro realizado entre *Wei Fenghe*, ministro da Defesa da China, e *Lloyd Austin*, Secretário de Defesa dos EUA,

em 10 de julho de 2022, durante o fórum *Shangri-La Dialogue*, o ministro chinês declarou que o país não hesitará em declarar uma guerra, caso *Taiwan* insista na independência. Ratificou suas palavras dizendo que Pequim defenderá resolutamente a unificação da pátria, da mesma forma que alertou os EUA para não usar *Taiwan* para conter a China (O GLOBO, 2022).

A Rússia, por sua vez, após o início do conflito entre russos e ucranianos, redirecionou para a Ásia grande parte da venda de seus recursos energéticos e, por isso, tem sido capaz de dirimir os efeitos das pesadas sanções impostas pelos EUA e União Europeia. Nesse sentido, transcorridos 100 dias do início da guerra na Ucrânia, a China ultrapassou a Alemanha como o principal comprador das exportações russas no setor de energia (petróleo e gás natural), tornando a Rússia o principal fornecedor de petróleo para Pequim, superando a Arábia Saudita (BBC, 2022b; CNN, 2022). Cumpre, ainda, mencionar que a Índia também expandiu consideravelmente a importação de petróleo russo. Antes do conflito na Ucrânia, apenas 1% das exportações russas de petróleo tinham como destino o país indiano. Entretanto, em maio de 2022, essas exportações correspondiam a cerca de 18% (BBC, 2022b).

Pelo exposto, pode-se inferir que essa dinâmica comercial tem contribuído para que a Rússia, definitivamente, tenha se voltado para o continente asiático, afastando-se, gradualmente, da Europa. Pode-se inferir, também, que a guerra russo-ucraniana proporcionou o fortalecimento das relações entre esses gigantes asiáticos (Rússia, China e até a Índia), pelo que, também, tem dado novo ânimo para o grupo dos BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

4. Considerações Finais

Em vista do que foi apresentado, observa-se que a guerra entre Rússia e Ucrânia se tornou num importante marco nas relações internacionais no século XXI, onde a geopolítica clássica continua relevante para se compreender as relações entre as grandes potências mundiais. Ademais, o uso da força ainda se configura como um importante instrumento nas relações entre os Estados.

A guerra russo-ucraniana aparenta, ainda, estar longe de um desfecho. Além disso, novas iniciativas, como o convite formal da OTAN para que a Finlândia e a Suécia possam aderir à aliança, ratificam a percepção de que os Estados resgataram a preocupação com a segurança e com a autodefesa, proporcionando uma reorganização do tabuleiro internacional.

Desta forma, entende-se que o conflito analisado reacendeu e intensificou as disputas geopolíticas entre as grandes potências, especialmente entre EUA e China, cujas ações e jogo de poder caracterizam a “Nova Guerra Fria”, discutida por inúmeros acadêmicos. Desde o início da campanha militar russa contra a Ucrânia e após a China ter ratificado sua relação de amizade “sólida como uma rocha” com a Rússia, os EUA têm intensificado suas ações de contenção da influência chinesa na região da Ásia-Pacífico, alçando essa região como um importante foco de tensão e disputas geopolíticas.

Referências:

AZZI, Enio Moreira; SILVA, Sylvio Pessoa. **Reconfiguração do tabuleiro e realinhamentos estratégicos**. Revista Análise Estratégica, Vol. 24, nº 2, 2022.

BBC. **Por que acordo entre China e ilhas no Pacífico preocupa EUA**. BBC, 2022a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61173663>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

BBC. **Como China e Índia têm ajudado Rússia a driblar sanções comprando petróleo barato**. BBC, 2022b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61890519?xtor=AL-73-%5Bpartner%5D%5Bcorreiobraziliense.com.br%5D-%5Blink%5D-%5Bbrazil%5D-%5Bbizdev%5D-%5Bisapi%5D>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

BRANDS, Hall; GADDIS, John Lewis. **The New Cold War: America, China and the Echoes of History**. Foreign Affairs, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-10-19/new-cold-war>. Acesso em: 15 de março de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. São Paulo: Saraiva, 2020.

CHINA. **China's National Defense in the New Era**. Beijing: The State Council, 2019.

CNN. **China passa Alemanha e se torna maior importadora de energia da Rússia**. CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/china-passa-alemanha-e-se-torna-maior-importadora-de-energia-da-russia/>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

DUCHIADE, André. **China e Rússia anunciam parceria ‘sem limites’ em meio a tensões com potências ocidentais**. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/china-russia-anunciam-parceria-sem-limites-em-meio-tensoes-com-potencias-ocidentais-1-25380470>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

FREEDMAN, Lawrence. **Why War Fails: Russia’s Invasion of Ukraine and the Limits of Military Power**. Foreign Affairs, 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/2022-06-14/ukraine-war-russia-why-fails>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

GALVANI, Giovanna. **Entenda a Guerra da Ucrânia em 10 pontos.** CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-guerra-da-ucrania-a-em-10-pontos/>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

LONDON, Brad; GAN, Nectar. **“Fujian”: China apresenta seu terceiro e mais avançado porta-aviões.** CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/fujian-china-apresenta-seu-terceiro-e-mais-avancado-porta-avioes/>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

MEARSHEIMER, John. **The Inevitable Rivalry: America, China and the Tragedy of Great Power Politics.** Foreign Affairs, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-10-19/inevitable-rivalry-cold-war>. Acesso em: 15 de março de 2022.

O GLOBO. **China adverte EUA que não hesitará em “começar uma guerra” se Taiwan declarar independência.** O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/china-adverte-eua-que-nao-hesitara-em-comecar-uma-guerra-se-taiwan-declarar-independencia.ghtml>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

SOARES, Gabriella. **Brasil condena ataque russo, mas também critica sanções.** Poder 360, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/brasil-condena-ataque-russo-mas-tambem-critica-sancoes/>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

SPUTINK BRASIL. **Almirante dos EUA adverte sobre possível conflito no Pacífico frente ao acordo Ilhas Salomão-China.** Sputnik Brasil, 2022. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/20220405/almirante-dos-eua-adverte-sobre-possivel-conflito-no-pacifico-frente-ao-acordo-ilhas-salomao-china-22128223.htm>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

THE ECONOMIST. **Does a protracted conflict favour Russia or Ukraine?** The Economist, 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2022/06/30/does-a-protracted-conflict-favour-russia-or-ukraine>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

VEJA. **Com pacotes dos EUA e G7, Ucrânia acumula US\$ 88 bi em ajuda militar.** Veja, 2022. Mundo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/com-pacotes-dos-eua-e-g7-ucrania-acumula-us-88-bi-em-ajuda-militar/>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

AS LIÇÕES DO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO PARA A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA*

Leandro Leite de Almeida¹

1. Introdução

A invasão russa na Ucrânia em fevereiro de 2022 levou os países ocidentais reorientarem suas estratégias de defesa. A possibilidade de um conflito convencional entre dois exércitos regulares passou de hipótese para realidade no continente europeu. A paz tutelada pelos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi insuficiente como fator dissuasório à invasão. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia demonstrou ao mundo o risco de as nações confiarem sua defesa às alianças militares ou a capacidade de intervenção das Nações Unidas. Como se não bastasse, após cinco meses de batalhas entre as tropas ucranianas e russas, o conflito não demonstra sinais de distensão.

Os países ocidentais, temendo a expansão do conflito para suas fronteiras, têm aumentado seus orçamentos militares. Países como Polônia e Alemanha, aumentaram os recursos destinados às suas Forças Armadas e ao parque industrial de defesa. Além da Europa, outras regiões estão ameaçadas pela possibilidade de uma guerra. Taiwan, Japão, Coreia do Sul e Austrália também majoraram seus gastos em defesa. A possibilidade de novos conflitos em áreas de instabilidade geopolítica ou de litígios fronteiriços latentes, após a invasão russa da Ucrânia, passaram a ser mais prováveis.

A escalada de uma corrida armamentista expôs ao mundo a relevância de uma base industrial de defesa que garanta a soberania e a independência das nações. Neste contexto, o objetivo deste artigo é demonstrar a importância do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) nacional no cenário atual.

2. Base Industrial de Defesa Brasileira

A Base Industrial de Defesa nacional passou por vários ciclos. Num determinado momento da história, o Brasil chegou a estar entre os cinco maiores exportadores de

* Artigo originalmente publicado em 27 de setembro de 2022 no site do OMPV.

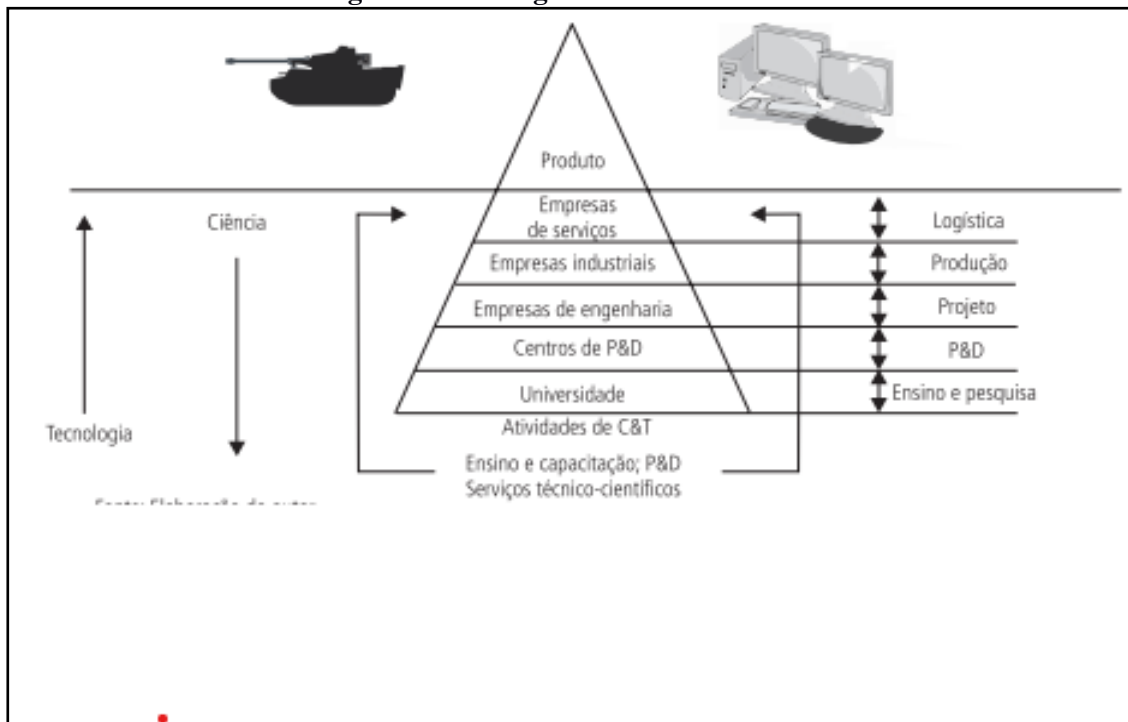
¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM e o curso de Mestrado em Ciências Militares na ECEME.

produtos de defesa do mundo (PIM, 2007). De acordo com o que está contido no Livro Branco de Defesa Nacional, a BID é:

“um conjunto de indústrias e empresas organizadas em conformidade com a legislação brasileira, que participam de uma ou mais das etapas da pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa” (BRASIL, 2016a, p. 212).

A figura abaixo representa de forma gráfica a importância da BID e a complexidade da cadeia de desenvolvimento de um produto de defesa:

Figura 1 - Iceberg do Produto de Defesa



Fonte: AMARANTE, 2012.

O ciclo de crescimento atual da BID brasileira foi estimulado pelo estabelecimento do Estratégia Nacional de Defesa (END) e pela Política Nacional de Defesa (PND), a partir de 2008, marcos regulatórios que permitiram apontar os rumos a serem percorridos para a Defesa Nacional:

[...] Em realidade, e ainda que se centre na defesa, a END se estende a aspectos como a educação, ciência e tecnologia, economia, infraestrutura e mobilização nacional, entre outros. Avança sobre a organização das FA, sua composição organizacional e suas práticas operacionais, assim como sobre as capacidades e os meios necessários para assegurar sua eficácia. **Pensou-se na independência tecnológica para suprir esses meios, e na articulação com a indústria nacional reforçada com proteção e auxílio econômico para a produção de materiais de defesa de maneira autônoma.** Menciona o desenvolvimento científico-tecnológico nas áreas cibernética, aeroespacial e, especialmente, nuclear (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010, grifo nosso).

Desta forma, foi possível estabelecer o alinhamento entre as necessidades de desenvolvimento da BID brasileira e os projetos de cada uma das forças singulares. O Exército Brasileiro, como exemplo, estabeleceu sete projetos estratégicos (PEEx) para serem os indutores da Transformação do Exército Brasileiro (RAMOS; GOLDONI, 2016). Dois desses projetos, o Projeto GUARANI e o Projeto ASTROS 2020, puderam ser utilizados como exemplo do desenvolvimento da BID nacional.

A visão *Top-Down* para o planejamento desses projetos fica evidente, ao passo que são traçadas as estratégias de longo prazo que permitem alcançar os objetivos de defesa previstos na END (OWENS, 2016). Nesses dois projetos citados, os objetivos de defesa serão atingidos com a mecanização das tropas motorizadas do Exército Brasileiro por meio do projeto GUARANI e com o aumento do poder dissuasório nacional por meio da produção nacional de baterias de lançadores múltiplos de foguetes (LMF) por meio do projeto ASTROS 2020.

Assim, a Lei nº 12.598/2012, Lei de Fomento à BID, foi um importante impulsor do desenvolvimento de indústria de Defesa Nacional. Por meio desse marco legal, o Brasil ganhou maior competitividade para seu parque industrial de defesa e permitiu ao país exportar cerca de 1 (um) bilhão de dólares em produtos da BID nos últimos anos, devido às condições especiais de tributação (SUHETT; FERREIRA, 2022). Cabe destacar que a alocação de recursos com defesa nos últimos 10 anos, em todo mundo, se manteve em constante crescimento, atingindo no último ano o total de USD 2,1 trilhões de dólares, sendo, portanto, um importante setor para a economia global.

A previsibilidade de recursos é o ponto chave para a base industrial de defesa em qualquer país. Os projetos agregam alto valor tecnológico e, por isso, exigem investimento contínuo e de longo prazo. O ciclo de desenvolvimento da BID, iniciado nos anos 1970, exauriu-se pela crise econômica brasileira dos anos 1990 e pela ausência de documentos de defesa que pudessem proteger essas empresas, aspectos que conduziram à falência dos principais fabricantes de produtos de defesa nacional.

O atual ciclo de desenvolvimento da BID tem se mostrado resiliente frente às crises econômicas locais e mundiais. A publicação da PND e da END foi fundamental para a continuidade do atual ciclo da BID, pois conferiu maior previsibilidade de investimentos no setor de Defesa Nacional, amparado pelos projetos estratégicos e por um tratamento diferenciado a essas indústrias (BRASIL, 2016b; BRASIL, 2016c).

3. As lições do conflito russo-ucraniano

A Rússia herdou cerca de 80% do parque industrial de defesa da ex-União Soviética (URSS), país que destinava alta prioridade para a sua indústria de defesa. Volumosos recursos estatais eram destinados à produção dos mais diversificados tipos de armamentos. Com isso, a ex-URSS acabou ganhando elevada *expertise* na produção independente de equipamentos militares.

Nos anos 1990, a indústria de defesa russa sofreu com as restrições orçamentárias e com a desorganização de sua estrutura que perduraram até o início dos anos 2000. Nesse período, as exportações russas de equipamentos militares eram de cerca de cinco bilhões de dólares. A partir dos anos 2000, a Rússia organizou seu parque industrial de defesa e no ano de 2014, conseguiu atingir a cifra de quatorze bilhões de dólares, triplicando seu faturamento com exportações nesta área (HARTLEY; BELIN, 2021).

As sanções sofridas pela Rússia após a invasão da Criméia em 2014, tornou imperativo o desenvolvimento local de itens importados e a mudança de parceiros comerciais que permitissem a indústria bélica russa ganhar maior independência (HARTLEY; BELIN, 2021). O conglomerado *Rostec*, criado em 2007, que abarca 13 *holdings* e controla mais de 600 empresas, foi fundamental no processo de independência russa de tecnologias estrangeiras (MARCONDES, 2019). A mão do Estado foi essencial no processo de substituição de importações e produção interna de produtos para base industrial de defesa, construção civil e até fármacos.

Desta forma, o domínio da cadeia de produção industrial bélica pela Rússia tem se mostrado fundamental para a manutenção de sua campanha militar na Ucrânia. Mesmo frente as mais diversas sanções internacionais, a Rússia tem demonstrado ao mundo que possui condições de manter uma guerra prolongada, sem riscos de escassez de produtos de defesa, que pudessem comprometer a operacionalidade de suas tropas.

4. Considerações Finais

O conflito russo-ucraniano demonstrou a importância de uma BID diversificada e independente da cadeia logística global. Produtos de defesa devem ser tratados como questão de Estado e merecem um apoio governamental diferente das demais cadeias produtivas de um país. A solução russa, com a criação do conglomerado administrado pelo Estado, a *Rostec*, que atende setores sensíveis da economia do país, com especial atenção à indústria de defesa, tem se mostrado um *case* de sucesso, que permitiu as Forças

Armadas russas a manutenção em combate no atual conflito, mesmo no contexto de sanções internacionais.

O Brasil, apesar de iniciativas importantes como a Lei de Fomento da BID, deve observar o modelo russo e buscar mecanismos de intervenção estatal em seu parque industrial de defesa. A dinâmica atual de cadeias de produções globais tem se mostrado perigosa para produtos estratégicos como os de defesa. A realidade observada na crise do covid-19 e agora no conflito russo-ucraniano reforça a inexistência de amizade entre os países, comprovando o caráter realista nas relações internacionais. A negação de equipamentos ou insumos estratégicos tem sido empregada como o primeiro ato de guerra e, portanto, o domínio de toda cadeia produtiva dos produtos de defesa é condição *sine qua non* para a garantia da soberania nacional.

Referências:

AMARANTE, José Carlos Albano do. **A base industrial de defesa brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016a.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016b.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016c.

HARTLEY, Keith; BELIN, Jean. **The economics of the global defence industry**. Londres: Routledge, 2021.

MARCONDES, Beatriz et al. **O caso Rostec como instrumento para análise da Política Industrial da Rússia**. Debates sobre Innovación, Vol. 3, nº 2, p. 1207-1218, 2019.

OWENS, Mackubin Thomas. **Force planning: the crossroads of strategy and the political process**. Orbis, Vol. 59, nº 3, p. 411-437, 2015.

PIM, Joám Evans. **Evolución del complejo industrial de defensa en Brasil: breves apuntes para una revisión necesaria**. Strategic Evaluation, Vol. 1, nº 1, p. 321-352, 2007.

RAMOS, Wagner Medeiros; GOLDONI, Luiz Rogério Franco. **Os Projetos do Exército Brasileiro e o alinhamento com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa**. Revista Política Hoje, Vol. 25, nº 1, p. 153-175, 2016.

SUHETT, Bruno da Silva; FERREIRA, Giovanna Bernardes. **Exportações na indústria de defesa brasileira**. A Defesa Nacional, nº 847, p. 53-62, 2022.

As lições do conflito russo-ucraniano para a Base Industrial de Defesa Brasileira

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A fragilidade da condução política da defesa no Brasil**. História (São Paulo), Vol. 29, nº 2, p. 3-29, 2010.

INCERTEZAS GEOPOLÍTICAS EM 2022 E A TEORIA DE PIERRE LELLOUCHE*

Bruno Lion Gomes Heck¹

1. Introdução

O estudo da influência dos fatores geográficos na tomada de decisões no âmbito nacional e no relacionamento entre os Estados teve grande impulso no início do século XX. Proeminentes pensadores elaboraram teorias que direcionaram o comportamento de países e forneceram guias de ação para seus líderes, exercendo grande influência para a construção da paz ou, até mesmo, para a eclosão de guerras e animosidades.

Ainda hoje, o estudo da geopolítica detém importância por fornecer uma visão acerca das ameaças e das oportunidades para o atingimento dos objetivos estratégicos. A atual realidade, entretanto, progressivamente mais volátil, incerta, complexa e ambígua, dificulta o reconhecimento dos desdobramentos dos acontecimentos e o estabelecimento das melhores linhas de ação.

Nesse contexto, a análise da obra dos principais pensadores pode auxiliar na visualização de quais serão os próximos passos. À medida que as sociedades foram evoluindo e se reorganizando política e culturalmente, algumas das teorias geopolíticas perderam relevância, enquanto outras foram confirmadas. Mafrá (2006) apresentou as principais delas, das quais destacamos as de *Ratzel*, *Mahan*, *Mackinder*, *Spykman*, *Rufin* e *Brochard*.

2. Os Principais Pensadores Geopolíticos

Ratzel propôs, na virada do século XIX para o século XX, sendo suportado pelo pensamento de *Kjellen*, o conceito de espaço vital, ou *Lebensraum*. De forma geral, ele postulou que as nações fortes tenderiam a se expandir, englobando outras mais fracas e tornando-se, nesse processo, progressivamente mais poderosas e mais aptas a se ampliar. Tal formulação fez parte da ideologia alemã da primeira metade do século XX e foi um dos fatores que levaram à postura internacional ofensiva do partido nazista, colaborando para a ocorrência da Segunda Guerra Mundial.

* Artigo originalmente publicado em 30 de setembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

Contemporaneamente a *Ratzel*, *Mahan* propôs a teoria do poder marítimo. Segundo ele, a nação que dominasse a vastidão dos mares seria capaz de obter grande vantagem no relacionamento com os demais países e de explorar as riquezas do mundo. Diversos Estados, ao longo de suas histórias, empregaram esse conhecimento de maneira empírica, e, mais recentemente, Reino Unido e Estados Unidos são exemplos de sua aplicação.

Mackinder foi outro pensador da virada do século XIX para o século XX, cujas teorias geopolíticas exerceram grande impacto na elaboração das políticas públicas de alguns países. Segundo ele, o mundo é dominado pela “ilha-mundo”, composta pela grande massa de terras formada pelos continentes europeu, asiático e africano. Para controlá-la, seria necessário submeter seu “coração”, ou *Heartland*, localizado entre a Ásia e a Europa. Para ter a posse dessa região, seria fundamental governar o Leste Europeu. A ex-União Soviética foi o Estado que mais se aproximou desse intento, com o estabelecimento da cortina de ferro após a Segunda Guerra Mundial.

Como forma de evitar o cenário descrito por *Mackinder*, *Spykman* desenvolveu a teoria das fímbrias, ou *Rimland*, entendida como sendo as regiões intermediárias entre o centro do continente eurasiático e os mares quentes que o cercam. Segundo o autor, tendo o seu domínio seria possível evitar que a nação controladora do *Heartland* expandisse seu poder para o restante do mundo. Esse pensamento levou à geoestratégia de contenção soviética levada a efeito pelo bloco ocidental, sob a liderança dos Estados Unidos, durante a Guerra Fria.

Com a derrocada da ex-União Soviética, caracterizada pela queda do muro de Berlim em 1989, teve fim a Guerra Fria e, com ela, a bipolaridade que regia as relações internacionais. Essa nova realidade exigiu esforço adicional de pensadores geopolíticos para conceituar a nova organização do poder mundial. De forma geral, a linha de raciocínio predominante naquele momento era que, superado o conflito Leste-Oeste, ele seria substituído por outro entre o Sul e o Norte, este composto por países ricos e dominantes, aquele por nações subdesenvolvidas e dominadas.

Nesse sentido, *Rufin* propôs a teoria dos Limes, criando a imagem de um Império ao norte sendo ameaçado por novos bárbaros do sul. Para que estes não ameaçassem o bem-estar daquele, seria necessário criar um cordão de isolamento que receberia a quantidade de investimento suficiente para conter uma invasão migratória do sul para o norte, contendo, dentre outros locais, o México e o norte da África.

Para evitar uma desorganização da economia mundial, *Brochard* teorizou a composição de quatro blocos distribuídos no sentido Norte-Sul. Cada qual teria sua

moeda própria e ficaria sob a liderança de uma potência. O primeiro bloco seria liderado pelos Estados Unidos, o segundo bloco seria liderados pelas nações desenvolvidas da Europa, o terceiro bloco seria liderado pela Rússia e o quarto bloco seria liderado pelo Japão. Nessa concepção, os países do Sul seriam fornecedores de matérias-primas, de mão de obra barata e de mercado abundante. A tentativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), nos anos 1990, é o exemplo mais clássico dessa forma de pensamento geopolítico.

Entre os teóricos dessa fase, cabe destaque ao brasileiro *André Martin*. Sua proposta de geopolítica meridionalista (DE ALBUQUERQUE, 2016) representou a busca de uma alternativa para o Brasil se posicionar de maneira mais assertiva em um contexto progressivamente mais complexo, integrado e competitivo. Segundo ele, a cooperação Sul-Sul seria o caminho para superar a dependência tecnológica do Sul em relação ao Norte, por meio do desenvolvimento adaptado às realidades da região, bem como da dependência econômica, com a exploração das potencialidades locais e o aproveitamento das menores distâncias para comércio representado pelas rotas do Atlântico Sul. O instituto do IBAS, forma de relacionamento entre Índia, Brasil e África do Sul, teria sido uma tentativa de concretizar essa ideia.

3. O Cenário Contemporâneo

O início da terceira década do século XXI, entretanto, é marcado por dois eventos dramáticos e altamente disruptivos da ordem mundial: uma pandemia, que não ocorria há aproximadamente cem anos, e uma guerra entre Estados na Europa, a maior desde a Segunda Guerra Mundial.

O primeiro deles foi a pandemia de covid-19, uma emergência global de saúde que afetou gravemente todos os países, independentemente de seu nível de progresso econômico ou inclinação política. Ela escancarou, conforme Kissinger (2020), as vulnerabilidades de um mundo altamente interconectado, com cadeias logísticas intrincadas e dependentes de diversos fornecedores e produtores espalhados ao redor do planeta. Os interesses nacionais e os assuntos de segurança em suas diversas dimensões, como a segurança econômica e a segurança alimentar, assumiram grande relevância nas discussões públicas. A importância do desenvolvimento de capacidades tecnológicas e produtivas autóctones ficou evidente, levando as populações a repensarem conceitos liberais e globalizantes. O protecionismo, a defesa das fronteiras e outras práticas que haviam sido relegadas a segundo plano durante a multilateralização do mundo no início

do século XXI voltaram à tona, reforçando o paradigma realista nas relações internacionais (SILVA GOMES, 2020).

O segundo evento foi a invasão da Rússia sobre a Ucrânia, ou, conforme declarações russas, ação militar especial na região do *Donbass*, em resposta à contínua expansão da OTAN em direção às suas fronteiras, comportamento que representou uma ameaça à sua segurança e soberania (FISHER, 2022). A consequência foi a eclosão de uma guerra nos moldes tradicionais, entre Estados, quebrando o predomínio de conflitos de baixa intensidade entre atores estatais e não-estatais deflagradas no contexto da guerra ao terror das últimas décadas, os quais haviam levado muitos países a questionar a necessidade de manter investimentos em suas Forças Armadas nas ações convencionais.

As ações bélicas da Rússia têm suscitado muitos debates sobre a existência de fraturas no tecido que mantém o ocidente e a OTAN. A crescente importância da pauta econômica para as populações ocidentais, em detrimento dos assuntos militares, levou a discussões dentro da OTAN acerca de quais seriam as principais ameaças, sobre as quais deveriam recair os esforços de preparação militar.

Para os Estados Unidos, o foco deveria ser dado à China e suas pretensões de expansão por meio da Nova Rota da Seda e da política do Colar de Pérolas, enquanto para os países europeus a agressividade dos posicionamentos de *Vladimir Putin* deveria ser levada em conta para se manter a atenção sobre os russos. As reiteradas propostas de criação de forças de defesa europeias, principalmente por parte da França, enfrentaram oposição dos Estados Unidos, ao passo que estes levaram a efeito acordos com a Austrália, com previsão de doação de submarinos com propulsão nuclear, para descontentamento dos europeus. Isso reforça as dificuldades no relacionamento entre os principais líderes da aliança atlântica.

Ao mesmo tempo, a polarização política nos Estados Unidos, com tentativas de desacreditar o sistema eleitoral, desmoralizam um dos pilares culturais daquela potência, qual seja: sua democracia. Ademais, a debilidade econômica persistente desde as crises dos *subprimes*, instaurada na primeira década do século XXI, reforçada pelas crises migratórias, pelo “*brexit*” e pela pandemia de covid-19, dificulta a continuidade da integração política e do crescimento econômico europeu, levando a índices de inflação desconhecidos pela atual geração.

Adicionalmente, o alegado fracasso dos norte-americanos no Afeganistão, com uma retirada aparentemente desordenada que resultou na ascensão ao poder em *Cabul* do próprio grupo que os norte-americanos combatiam por duas décadas, gerou

questionamentos a respeito da capacidade dos Estados Unidos de ser a liderança da OTAN. Tudo isso dificulta o estabelecimento e a coordenação de uma resposta ocidental efetiva frente às ações russas.

A guerra da Rússia na Ucrânia gerou efeitos colaterais difíceis de serem previstos. A volta da percepção de possibilidade de conflito tradicional tem conduzido a planos de rearmamento dos Estados, com acordos recordes para vendas de armas e munições aos países europeus. Os nórdicos Finlândia e Suécia romperam sua neutralidade que durava desde a Segunda Guerra Mundial, requerendo ingresso na OTAN, o que ocasionou uma rápida resposta russa. A ameaça de utilização de armamentos atômicos por parte dos russos tem gerado intensos debates no bloco ocidental, os quais percebem que precisam responder à altura caso isso ocorra, mas também sabem que a ocorrência de uma guerra nuclear trará gravíssimas consequências para o continente europeu, com as quais os políticos podem não estar preparados para arcar. De tudo isso se vale o governo russo para explorar as fraquezas e as idiosincrasias da aliança atlântica, na tentativa de aprofundar suas fissuras e possibilitar uma reformulação do equilíbrio de poder que recoloca a Rússia no centro do tabuleiro.

4. Considerações Finais

Em vista da complexidade do mundo contemporâneo, a busca de apoio nas proposições dos pensadores geopolíticos leva ao encontro de *Pierre Lellouche* e sua teoria da incerteza ou da turbulência (MAFRA, 2006).

Pierre Lellouche formulou, em 1992, um cenário em que a(s) grande(s) potência(s) não teria(m) capacidade de projetar sua(s) hegemonia(s) em todo o planeta, criando um ambiente de anarquia internacional com horizonte temporal de trinta anos. Ou seja, em 2022 o mundo passaria a ser estruturado com base em outra ordem mundial.

De fato, os eventos ocorridos na terceira década do século XXI, mormente a pandemia de covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia, apontam para uma reorganização do globo assentada em uma polarização entre um bloco ocidental-atlântico, composto principalmente pelos Estados Unidos, pela União Europeia, pela Austrália e pelo Japão, em oposição a um bloco euroasiático, baseado na Rússia e na China, tendendo a agregar parte do Oriente Médio e da Ásia Central, e possivelmente os tigres asiáticos. Os países do sul, nesse contexto, teriam perdido a oportunidade oferecida por *André Martin* de se afirmarem como um terceiro poder, em virtude especialmente da crise econômica brasileira, da crise econômica sul-africana e do aumento do nacionalismo indiano.

O ambiente internacional tem enfrentado mudanças acentuadas nos tempos atuais. Os eventos dos últimos anos são fatos portadores de futuro que apontam para uma realidade não prevista pela maioria dos pensadores geopolíticos no final da Guerra Fria. *Pierre Lellouche*, porém, pode ter acertado em cheio em sua designação do ano de 2022, como sendo o marco temporal para o estabelecimento de uma nova ordem mundial.

Referências:

DE ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin**. Revista de Geopolítica, Vol. 5, nº 2, p. 5-18, 2016.

FISHER, Max. **Putin's Case for War, Annotated**. The Interpreter, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/24/world/europe/putin-ukraine-speech.html>. Acesso em: 23 de Maio de 2022.

KISSINGER, Henry A. **The Coronavirus Pandemic Will Forever Alter the World Order**. The Washington Street Journal. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/the-coronavirus-pandemic-will-forever-alter-the-world-order-11585953005>. Acesso em: 23 de Maio de 2022.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

SILVA GOMES, Túlio Endres da. **O mundo depois da pandemia: uma geopolítica pós-contemporânea?** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2020. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA EVOLUÇÃO DA DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL*

*Gustavo Reolon¹
Joel de Oliveira Arruda²*

1. Introdução

A história humana é marcada por conflitos com diversas origens e pelos mais variados motivos. Com a dispersão do homem pelo globo terrestre e a consequente formação de civilizações, tais atritos assumiram características mais abrangentes. As revoluções tecnológicas, por sua vez, encontram-se intrinsecamente interligadas nesse processo, uma vez que foram fundamentais para que alguns grupos conquistassem o poder. Tal relação foi chamada por Harari, em seu *best seller* Sapiens, de “casamento entre a ciência e o império” (HARARI, 2020).

Em vista dessa realidade, este artigo tem por objetivo destacar a importância da pesquisa, tecnologia e inovação na segurança e defesa de um país. Para tanto, este artigo revisita a história, pontuando determinados episódios onde a tecnologia foi determinante, da mesma forma que apresenta um panorama acerca dos principais desafios existentes quanto à tecnologia e desenvolvimento.

2. Evolução Histórica

Desde a pré-história, as civilizações travaram conflitos para aumentar os seus domínios, expandindo suas fronteiras na busca de caça, na conquista de terras férteis, na obtenção de água e outros. Nessa busca, pode-se dizer que as inovações tecnológicas, efetivamente, determinaram quais povos saíam vitoriosos em tais choques. Por exemplo, as inovações na produção agrícola, impulsionadas pelo uso de ferramentas de metal, permitiram formar maiores estoques de alimentos, condição que supria exércitos maiores por mais tempo.

Harari (2020) cita civilizações antigas em vários continentes, como as milenares dinastias chinesas, as civilizações do Egito e da Mesopotâmia, ou mesmo os Incas, os Maias e os Astecas nas Américas, que se expandiram a ponto de formarem impérios. Em

* Artigo originalmente publicado em 14 de outubro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

suma, todos esses povos valeram-se de inovações tecnológicas que permitiram o desenvolvimento de capacidades logísticas e bélicas superiores às de seus vizinhos contemporâneos.

Nos séculos XIII e XIV, o império Mongol comprovou que as capacidades de combate superiores, conjugadas com as inovações tecnológicas, eram suficientes para formar o território contínuo mais extenso de que se teve notícia até hoje. No caso em questão, as principais inovações foram os estribos e os arcos compactos e potentes, os quais permitiram desenvolver as capacidades equestres superiores às de outros povos das estepes asiáticas. Tais capacidades incorporadas aos exércitos de *Gengis Khan*, garantiram aos mongóis vantagens militares suficientes para expandir o seu domínio do Leste Europeu ao Extremo Oriente, suplantando civilizações milenares, socialmente mais avançadas, como os povos chineses do Leste.

A civilização ocidental também evoluiu em meio a conflitos. No século V a.C., nas guerras do Peloponeso narradas por *Tucídides*, as Cidades-Estado que contavam com técnicas inovadoras e armamento mais eficiente, lograram êxito nos conflitos da península grega (TUCÍDIDES, 2020). Também no século V a.C., as capacidades militares superiores permitiram que o pequeno reino da Macedônia sobrepujasse o império Persa e conquistasse territórios até a Ásia, formando o Império de *Alexandre* “O Grande”. Outro exemplo é o de império de Roma, que chegou a dominar todo o entorno do mar Mediterrâneo, possuindo terras até as ilhas Britânicas. Foi a capital do mais célebre império do mundo antigo, suplantando tanto povos europeus, com organizações sociais menos avançadas, quanto civilizações milenares, como a egípcia. A história relata suas inovações logísticas e a capacidade de mobilização para um extenso exército, dotado do armamento mais eficiente à época, procedimento que foi fator determinante para o seu sucesso, que perdurou até o século V d.C.

Na era moderna, as grandes navegações permitiram que vários reinos europeus se lançassem numa expansão ultramarina, que acabou moldando a divisão política do globo. Inovações na construção de embarcações e nas técnicas de navegação, como a utilização da bússola e astrolábio, permitiram aos antigos navegadores vencerem distâncias até então intransponíveis. Após *Bartolomeu Dias* ultrapassar o cabo das Tormentas, em 1488, não tardou para o próprio oceano Atlântico ser vencido, fato que foi materializado pela chegada dos europeus no continente americano, com o estabelecimento de colônias e de novas rotas comerciais. A mentalidade de conquista dos reinos europeus, somada à incontestável superioridade bélica, permitiu que poucas centenas de espanhóis, custeados

pelas companhias de comércio, destruíssem facilmente os impérios Asteca e Inca, no século XVI, estabelecendo domínios coloniais na América e na Ásia (Filipinas). Não fosse pela discrepante superioridade tecnológica, o pequeno reino de Portugal dificilmente conseguiria estabelecer colônias em terras tão distantes, quanto a América do Sul, África e Ásia (HARARI, 2020).

A superioridade bélica das nações europeias também possibilitou a ascensão da Inglaterra como superpotência mundial entre os séculos XVIII e XIX, impulsionada pelo pioneirismo na Revolução Industrial. A evolução técnica conferida pelo aperfeiçoamento mecânico permitiu a expansão do império Britânico ao redor do mundo, da mesma forma que reduziu à condição de colônia, importantes civilizações avançadas, como China e Índia. Em suma, a expansão marítima europeia decorreu da convicção de que o globo terrestre poderia ser circunavegado. Dessa forma, foram os avanços científicos a gênese das rotas marítimas distantes.

No século XX, houve um desenvolvimento exponencial da tecnologia bélica, com a eclosão das duas guerras mundiais e a profunda alteração da geopolítica global. Nesse sentido, o uso de carros blindados e aviões, apresentados na Primeira Guerra Mundial, assumiram um papel preponderante duas décadas depois, na Segunda Guerra Mundial. O uso disruptivo destes meios pela Alemanha (*Blitzkrieg*) culminou em retumbante sucesso inicial, sendo suplantado, apenas, com a entrada dos EUA no conflito, devido ao seu enorme potencial industrial e científico-tecnológico. Esta superioridade pôs fim ao conflito, por meio da mais letal tecnologia militar surgida na Idade Contemporânea: as bombas nucleares, que foram lançadas sobre as cidades japonesas de *Hiroshima* e *Nagasaki*, em 1945.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente formação dos blocos capitalista e socialista, se instaurou uma corrida armamentista ao redor do globo, da qual desdobraram-se novas tecnologias em todos os ramos da ciência, incluindo armas de destruição em massa ainda mais potentes, resultando no conceito da tríade nuclear, que representa o lançamento de tais artefatos por plataformas terrestres, aéreas e navais. O conflito, conhecido como Guerra Fria, em que pese ter mantido o mundo sob constante tensão até o seu ocaso em 1991, com a derrocada da ex-União Soviética, não evoluiu para uma guerra de fato, justamente pelo equilíbrio tecnológico mantido entre ambos os contendores. De todo modo, cumpre mencionar que a Guerra Fria transportou a disputa entre nações para campos inimagináveis, como a exploração espacial e a dimensão cibernética. O mundo atual confirma a experiência histórica de levar a guerra para novos

domínios conquistados, com a criação de forças espaciais e cibernéticas por diversas nações.

Diante do exposto, conclui-se parcialmente que a superioridade científico-tecnológica tem sido determinante para a segurança e defesa das nações ao longo da história, legando papéis de domínio aos povos tecnologicamente avançados e funções secundárias às nações dependentes. As inovações tecnológicas afetam todas as expressões do poder, incluindo a socioeconômica, política e militar.

3. P&D e a Segurança & Defesa Internacional na atualidade

Ao longo da história, a pesquisa científica favoreceu o desenvolvimento das nações, influenciando, diretamente, na expressão militar do poder. De acordo com Kissinger (2015), a interação entre os povos sempre resultou em vantagens para os tecnologicamente mais avançados. Tal característica moldou a ordem mundial corrente.

A ordem mundial em vigor, economicamente globalizada, de comunicação instantânea e fluxos logísticos interdependentes, não apaziguou as hostilidades. Na realidade, os embates se dão em todos os campos do poder com uma intensidade inédita. Isso ocorre porque o controle econômico depende da tecnologia da informação, tornando as economias suscetíveis a ataques cibernéticos, que podem gerar efeitos comparáveis a ataques cinéticos. Citam-se os ciber ataques sofridos pela Estônia, em 2007, e pela Ucrânia, em 2015, minando os sistemas bancários e indústrias vitais de ambos os países.

Na expressão psicossocial, elementos não-estatais passaram a deter capacidades importantes, podendo lançar ataques partindo de computadores comuns conectados à *internet*, contra empresas, Estados ou infraestruturas essenciais, demandando meios adequados de proteção cibernética. Tais riscos são potencializados quando combinados com inteligência artificial e computação quântica. A defesa cibernética contra estas inovações só é possível com meios igualmente avançados, tornando vulneráveis os sistemas de quaisquer instituições que não se mantenham atualizadas. Sistemas financeiros, comunicações ou sistemas de armas podem ser comprometidos por inimigos de localização e intenções indefinidas.

O conflito de *Nagorno-Karabakh* demonstrou o uso disruptivo de aeronaves remotamente pilotadas em bombardeios estratégicos (HICKERT, 2020), remontando à teoria do Poder Aéreo (DOUHET, 1930). Percebe-se um aumento na tendência ao uso de vetores não tripulados no campo de batalha, desenvolvidos por empresas, cujos vínculos se restringem às vantagens comerciais. Cogitam-se enxames de drones controlados por

inteligência artificial conjugados com vetores terrestres para preencher campo de batalha em mosaico, enquanto dispositivos autônomos dotados de reconhecimento facial têm condições de identificar e neutralizar alvos de alto valor. Países como Israel, EUA e China admitem avanços neste campo, ensejando cenários de guerra crescentemente automatizados.

A pesquisa e o desenvolvimento também assumem importância preponderante nos demais campos do poder. Fato demonstrado na pandemia de covid-19, quando o desenvolvimento de novos fármacos foi abruptamente demandado, concomitantemente com a desaceleração dos fluxos logísticos, dada a emergência sanitária, expondo a fragilidade mundial neste setor, em virtude da dependência em relação a poucos países produtores, como China e Índia.

A segurança alimentar está diretamente ligada ao desenvolvimento tecnológico. O aumento do consumo de alimentos exige taxas de produtividade cada vez maiores, somente alcançadas com modernas técnicas, baseadas na pesquisa biológica e mecanização, aspectos em que o Brasil se destaca no mundo. A escassez de alimentos tem sido um importante e histórico desestabilizador, e promove conflitos até os dias de hoje.

A exploração conjunta de tecnologias atinge o seu ápice no campo de batalha, onde a combinação de vetores tecnológicos com meios consagrados, como forças blindadas, caracteriza o chamado conflito no multidomínio. A capacidade de operar, controlar e coordenar tais meios é apontada como fator determinante para a garantia da soberania e dissuasão internacional, sendo indispensável para segurança e defesa internacionais.

Desse modo, infere-se parcialmente que o investimento em P&D é vital para a segurança das nações, com destaque para a expressão militar, envolta em cerceamento tecnológico e outros interesses. As nações que não forem capazes de acompanhar o desenvolvimento tecnológico dos países ou elementos não-estatais de vanguarda negligenciarão a defesa de sua soberania e interesses internacionais.

4. Conclusão

Verifica-se que o conflito entre grupos humanos data de tempos ancestrais, evoluindo na esteira das inovações tecnológicas. As disputas por territórios, recursos naturais ou influência se modificaram, culminando na guerra total, de Clausewitz. A guerra no multidomínio, extrapola, por sua vez, a ação das forças militares, atingindo os campos cibernético e espacial (CLAUSEWITZ, 1996).

As guerras de Nagorno-Karabakh e da Ucrânia demonstram o uso disruptivo da tecnologia no campo militar. Observação satelital, sistemas remotamente pilotados, mísseis hipersônicos e anti-navio vêm desequilibrando o combate em favor de seus possuidores. Paralelamente, ataques cibernéticos afetam a dinâmica econômica de oponentes, contribuindo para minar a vontade de lutar da população. Desse modo, o campo de batalha extrapolou a dimensão geográfica dos embates cinéticos, envolvendo as nações em sua plenitude.

Com as ameaças assimétricas ocorre o mesmo. Grupos armados com meios modernos (incluindo computadores comuns) representam ameaças ao funcionamento de sistemas vitais de países e alianças, podendo desestabilizar governos e interferir nas expressões política, psicossocial e econômica do poder.

A manutenção da segurança alimentar, da logística e da saúde frente a riscos não-estatais, como verificado na pandemia de covid-19, também se ligam intrinsecamente às modernas ferramentas tecnológicas e de pesquisa, que garantem a produção de fármacos e alimentos, bem como o funcionamento dos fluxos logísticos. A dependência de tais meios pode, desse modo, levar à desestabilização de governos ou do próprio Estado.

Conclui-se, portanto, que a defesa contra as novas ameaças, simétricas ou não, presentes no cenário mundial, só será eficiente se composta por meios igualmente tecnológicos, e que perpassem o multidomínio no qual se dão os conflitos modernos. Isto posto, a incapacidade para desenvolver e operar tais meios compromete a soberania dos países, reduzindo-os à condição de dependência em relação a nações ou elementos não-estatais mais desenvolvidos.

Referências:

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DOUHET, G. **El dominio del aire - Ensayo sobre el arte de la guerra aérea**. Buenos Aires: Biblioteca del Oficial de Marina, 1930.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma Breve História da Humanidade**. Porto Alegre: L & PM Editores, 2020.

HICKERT, Luciano. **O atual conflito de Nagorno - Karabakh e os ensinamentos para a Doutrina Militar Brasileira**. Observatório Militar da Praia Vermelha, 2020. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Lisboa: Editora Silabo, 2020.

A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA E SUA RELAÇÃO COM A INDÚSTRIA ESPACIAL E O CIBERESPAÇO*

*Ana Beatriz Slomski Oliveira¹
Kethlyn Gabi Winter²*

1. Introdução

De acordo com a Política de Indústria de Defesa (PNID), a Base Industrial de Defesa é “o conjunto de empresas estatais, privadas e organizações civis e militares, que participam de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa” (BRASIL, 2005). No entendimento de Proença Jr. e Diniz (1998), a política de defesa brasileira possui característica “provisória” e “temporária”, elementos que a configuram como sendo uma política heterogênea, dado que sua sociedade é “complexa e diversificada”. O caráter mutável de sua definição é decorrente da especificidade de uma sociedade democrática.

É por meio de políticas voltadas para o fortalecimento da Indústria de Defesa (ID) que é possível gerar instrumentos capazes de desenvolver a tecnologia apropriada para transformar o tecido industrial do país (AMBROS, 2017). O Estado, em conjunto com o setor privado, trabalha em prol de um significativo desenvolvimento econômico e tecnológico (MAZZUCATO, 2014). Assim, é necessário compreender o papel da política econômica voltada para defesa dentro do orçamento de um governo, bem como sua razão, seus efeitos e sua relevância em tempos de guerra e em tempos de paz (SANTOS, 2018). A economia de defesa de um país deve levar em consideração diversos atores, como o Estado, empresas privadas, universidades, centros de pesquisa, agências de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e questões normativas e jurídico favoráveis (SORENSEN, 2009).

Como tratado pelo ex-ministro Celso Amorim, os documentos de defesa brasileiros traçam um planejamento da defesa que garante ao país a criação de uma grande estratégia, visando a utilização de recursos disponíveis a médio e longo prazo para o setor. Nesse sentido, Mattos et al. (2017) admitem a necessidade de formular e manter um planejamento de defesa coerente com a Estratégia Nacional de Defesa (END) e com a

* Artigo originalmente publicado no dia 1 de novembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Aluna do curso de mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

² Aluna do curso de mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Política Nacional de Defesa (PND), ainda que exista uma conjuntura político-econômica desfavorável. Entre as políticas públicas voltadas à defesa nacional, a PNID tem papel de destaque por dar ênfase à ID (ANDRADE; FRANCO, 2016). Nessa perspectiva e levando-se em consideração os domínios estratégicos apresentados pelos documentos citados, o presente artigo propõe analisar a necessidade de investimento na indústria espacial brasileira, os atores envolvidos nesse setor e os impactos dessa indústria para uma maior autonomia cibernética.

Para alcançar tal objetivo, o estudo busca no primeiro momento compreender a configuração da indústria espacial brasileira, os atores públicos e os privados do setor, bem como as dinâmicas voltadas para o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (C&T) para o fortalecimento do domínio espacial. Em seguida, examina-se a influência que o setor espacial pode exercer no desenvolvimento da segurança e defesa cibernética no Brasil, da mesma forma que busca averiguar se o nível de independência nestas duas esferas pode contribuir para uma maior autonomia e soberania brasileira no sistema internacional.

2. A Tríplice Hélice na Construção da Indústria Espacial Brasileira

A ideia de *spin-off* confere às tecnologias um efeito dual, sendo utilizadas, tanto para meios de produção de material de defesa, quanto para a indústria civil. Dagnino (2008a) busca entender o impacto de políticas públicas na revitalização da ID, em comparação com países de potencial tecnológico semelhante ao Brasil. Dessa forma, o autor aborda os efeitos do *spin-off* do gasto militar na economia da defesa, ao passo que avalia as relações civis-militares. Dois pontos importantes são destacados: a necessidade de revisar a visão predominante no país acerca do impacto econômico e tecnológico da produção e P&D militares; e a necessidade de melhorar a avaliação dos custos e dos benefícios da revitalização da ID brasileira em comparação ao cenário internacional (DAGNINO, 2008b).

Nessa perspectiva, entende-se a importância de políticas públicas voltadas para a defesa, priorizando o elo entre as instituições para a promoção da economia de defesa. O desenvolvimento de tecnologias não é um processo autônomo, mas sim social, uma vez que é moldada culturalmente e possui características alienantes, segmentadas e hierarquizadas (DAGNINO, 2004). Logo, admite-se que existe um hiato entre a orientação de política científica e tecnológica (PCT) e os estudos de ciência, tecnologia e sociedade (ECTS), destacando a necessidade de maior participação pública para a

produção de C&T (DAGNINO, 2004; DAGNINO, 2008b). É, portanto, de suma importância o desenvolvimento de tecnologias duais em comunicação com a tríplice hélice do setor de defesa (academia, forças armadas e indústria).

O desenvolvimento de P&D se deu com apoio aos investimentos estatais e com o envolvimento de países em guerra, sobretudo no caso dos Estados Unidos (RUTTAN, 2006). Assim, durante boa parte da história, o desenvolvimento de tecnologias esteve associado à guerra. Contudo, este não se reflete mais a partir da guerra, e sim, a partir de uma relação de subordinação e hierarquia, segundo as leis naturais da economia (NOVAES; DAGNINO, 2004). O investimento nesta área é de fato fundamental não apenas no quesito estrutural e tático do assunto, mas também na produção de conhecimento e estratégias no pensar a defesa.

No que diz respeito ao setor industrial, este detém um alto nível de tecnologia e que demanda bom desempenho e desenvolvimento de P&D, gerando alta complexidade de produtos e *spin-offs* em outros setores da economia (MEIRA FILHO; FORTES; BARCELOS, 1999; VELLASCO, 2019). Ademais, vale destacar as questões políticas que estão envoltas no assunto. Desde o período da Guerra Fria, as atividades espaciais são produto de manutenção de *status quo* e de maior autonomia de um país. A indústria espacial destaca a importância dos assuntos que envolvem a soberania e o poder nacional (VELLASCO, 2019). Logo, torna-se interessante que os países sejam minimamente capazes de desenvolver tecnologias de lançamento de satélites e foguetes como demonstração de autonomia de suas indústrias de defesa.

O setor espacial dentro da C&T possui uma diversidade de partes envolvidas no processo de produção de tecnologias, que podem ser divididas em cinco categorias, a saber: as agências governamentais, responsáveis pelo financiamento de P&D, que é monopolizado em poucos países; a indústria espacial, que possui um ramo limitado de fabricação de instrumentos espaciais e veículos de lançamento; os operadores de satélite, “detêm os sistemas de satélites e comercializam as suas capacidades aos prestadores de serviços (a jusante), que entregarão as aplicações satelitais aos utilizadores finais”; o segmento terrestre e fornecedores de terminais, “os quais projetam e entregam uma grande variedade de *softwares* e equipamentos tanto para gestão da infraestrutura de satélite, quanto para o acesso a serviços pelos usuários”; e os usuários finais, que sejam civis, militares e/ou comerciais, demandam suas necessidades de tecnologia espacial (VELLASCO, 2019).

Gilberto Câmara destaca pontos de uma indústria espacial bem desenvolvida e relaciona esse desenvolvimento com a indústria aeroespacial. Basicamente, nos países desenvolvidos, que detém a polarização espacial, percebe-se a relação direta com o setor aeronáutico (CÂMARA, 2001). Ao tratar do programa espacial brasileiro, essa relação não é fiel, uma vez que esse campo se concentra em instituições estatais (CÂMARA, 2001), sendo elas o atual Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), em conjunto com a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Além disso, o desenvolvimento dos ECTS brasileiros se concentra em universidades e centro de pesquisas, o que coloca em questionamento, como investir e desenvolver essa indústria.

É fato que o desenvolvimento da ID depende do bom domínio de tecnologias. Uma ID tecnologicamente bem avançada contribui não só para o desenvolvimento nacional, mas também para uma melhor projeção do país na política internacional. Sobretudo, no que se refere ao âmbito espacial, o desenvolvimento de C&T gera “transbordamentos” que ultrapassam este ramo, abrindo espaço para que outros setores estratégicos sejam igualmente desenvolvidos. Este é o caso do ciberespaço, que é afetado por garantir maior autonomia, uma vez que políticas públicas voltadas para a Economia de Defesa fornecem subsídios para o avanço de diversos outros setores estratégicos.

3. O Desenvolvimento de C&T para maior autonomia no espaço e ciberespaço

Após a Segunda Guerra Mundial, diversas tecnologias foram desenvolvidas a partir de investimentos públicos no setor de defesa e tiveram impactos na sociedade civil pela lógica *spin-off*. Walsh (2009) aponta que tais processos foram perceptíveis nos EUA, principalmente no que tange o uso de energia nuclear e de tecnologia espacial para comunicações, além de formas mais diretas de produtos como o radar, o GPS, a internet e o telefone celular. Entretanto, tal lógica de transbordamento de avanços tecnológicos na área militar para a civil na Era da Informação gerada pela Quinta Revolução Tecnológica (PEREZ, 2002) não ocorre mais de forma tão espontânea como sustentam as lógicas de *spill-over* e *spin-off*. Para Ambros (2017), as transferências de tecnologias devem ser estimuladas por políticas que levem em consideração questões como propriedade intelectual, financiamento, capacidade de absorção tecnológica e potencial de comercialização de produtos.

A fim de desconstruir o argumento de que o meio civil (empresas privadas e meio acadêmico) e o meio militar (empresas estatais voltadas para defesa e meio militar) se desenvolvem por meios distintos, Mazzucato (2015) apresenta uma análise entre a parceria entre o governo estadunidense e suas Forças Armadas com a empresa Apple para o desenvolvimento de tecnologias de uso dual. Segundo a autora, a Apple recebeu apoio direto e/ou indireto por parte do governo dos EUA em três principais áreas. Por meio dessa postura, a parceria entre as duas frentes possibilitou a confecção de produtos revolucionários como o sistema IOS e o iPod, que impactaram a configuração do meio civil e militar. Este exemplo aponta a capacidade de inovação que agentes públicos e privados possuem ao agirem de forma conjunta e ativa.

A tecnologia espacial e o ciberespaço estão diretamente conectados, pois a existência do segundo depende do primeiro. Dentre as diversas maneiras de conceitualizar e perceber o ciberespaço, todas entendem que este é formado pela interação de diferentes camadas. A camada inferior são os elementos físicos como cabos e satélites ou simplesmente o *hardware*; a camada superior compreende as informações partilhadas, codificadas e decodificadas em padrões acessíveis para seres humanos; a camada intermediária que por sua vez são os padrões técnicos e lógicos que tornam compreensíveis as informações; e por fim, a quarta camada na qual ocorrem as interações sociais (CEPIK; CANABARRO; BORNE, 2014). O controle de uma camada não significa necessariamente o controle das outras. De acordo com Sheldon (2011), mesmo que esta suposição seja verdadeira, exceções ocorrem ao levar em consideração o que almeja ser feito. Se o objetivo é destruir e desabilitar a rede, atacar a camada inferior pode ser eficaz. Entretanto, caso o objetivo seja confundir um tomador de decisão inimigo, o controle da quarta camada é o desejável.

Tanto o espaço, como o ciberespaço são considerados domínios estratégicos, segundo a Política Nacional de Defesa (PND) do Brasil, assim como o ar, o mar e a terra³. Diante das diferentes formas que o ambiente cibernético pode ser afetado e, como já mencionado, da necessidade de cooperação entre atores civis e militares para o aprimoramento dos domínios, é fundamental o desenvolvimento industrial e tecnológico coerente com os objetivos da PND e da Estratégica Nacional de Defesa (END). Ambros (2017) aponta que a capacidade de dominar tecnologias críticas da era da digitalização é fundamental para garantir a manutenção do poder militar e para aspirar posições de

³ Política Nacional de Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

liderança no sistema internacional. De acordo com Silva Filho e Moraes (2012), os frequentes ataques cibernéticos que afetam o controle de sistemas civis e militares de diversas nações, somado aos riscos gerados pela "militarização do espaço" indicam não só novas ameaças, mas também novas necessidades para o progresso de tecnologias militares.

Levando-se em consideração o papel que o Brasil ocupa dentro da política internacional, a constituição de uma BID é um grande desafio, pois se trata de um país emergente. Segundo Almeida (2010), a Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento é um campo de disputa de poder no sistema internacional, principalmente no que tange tecnologias militares, pois trata-se da representação do mercado de defesa o qual é fechado e competitivo, além de restrito às transferências de tecnologia. Frente a essas questões, Ambros (2017) aponta a necessidade de debater formas de superar os desafios impostos ao desenvolvimento tecnológico e à industrialização de soluções militares. Esta adversidade deve ser pensada a partir de uma indústria de defesa nacional robusta e consolidada de forma a diminuir a dependência externa a partir de uma política externa, uma política de defesa e uma política de desenvolvimento voltadas para maior soberania e autonomia brasileira.

De acordo com análises de dados de investimentos por parte do governo federal feitos por Mattos et al (2017), em um primeiro olhar ao levar em conta apenas o volume de aplicações diretas sobre o Ministério da Defesa em relação aos outros ministérios, poderia concluir-se que o setor de defesa é prioritário no Brasil. Entretanto, ao analisar os gastos por Grupo de Natureza de Despesa (GND) nos anos de 2005 a 2016, os autores observaram que a maior parte dos recursos (em média 75,1%) diz respeito ao pagamento de pessoal (ativo e inativo). Esses dados assinalam que apesar dos altos valores de gastos, o orçamento de defesa no Brasil apresenta dificuldades para implementar programas de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas e de se efetuar investimentos de longo prazo no setor (MATTOS et al, 2017). Essa abordagem por função, realizada pelos autores, é uma alternativa para compreender de que forma os recursos estão sendo de fato alocados para a defesa nacional.

Mesmo que os documentos voltados para a defesa produzidos pelo Governo Federal destaquem cada vez mais o papel da ID, de investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e maior compromisso com pesquisa e desenvolvimento (P&D), como indicam Andrade e Franco (2016), as análises trazidas por Mattos et al (2017) revelam a necessidade de maior coerência entre os documentos e a realidade brasileira. Se existe o

desejo de tornar a política de defesa um tema de maior importância e destaque entre as demais políticas públicas, é necessária “uma ação enfática do Estado através de políticas industriais que estabeleçam diretrizes, instituições e instrumentos voltados para o fomento do setor” (AMBROS, 2017). Além disso, é fundamental criar as condições políticas e institucionais para que os atores envolvidos na formulação e condução de políticas voltadas para defesa tenham a possibilidade de concretizar seus interesses (EVANS, 1995; RODRIK, 2004), principalmente nos domínios estratégicos citados.

4. Considerações Finais

De acordo com os dados e documentos brasileiros que abordam a ID, bem como os estudos de economia de defesa voltados para analisar esse campo, é inegável a importância de políticas públicas orientadas a desenvolver este setor em um país. O desenvolvimento tecnológico molda as relações da sociedade com o desenvolvimento de C&T, sendo de suma importância a relação civil-militar neste quesito. Tendo em vista a produção de C&T como um processo social (NOVAES; DAGNINO, 2004) a elaboração de PCT visa um bom desempenho e maior complexidade dos materiais em prol de maior autonomia do Estado brasileiro em questões estratégicas. Para tal, é fundamental que a tríplice hélice da economia esteja em harmonia, garantindo investimentos e desenvolvimentos de pesquisas para alcançar maior autonomia e projeção internacional.

O espaço e o ciberespaço têm seus desenvolvimentos conectados, pois uma maior autonomia na camada inferior do espaço cibernético implica no domínio de tecnologias voltadas para construção e domínio de satélites. Estes setores possuem grande importância estratégica para um país que almeja maior projeção e autonomia na política internacional, ao levar em consideração as novas necessidades nesses campos, bem como as novas ameaças que surgem junto às inovações. Uma maior independência em infraestruturas críticas proporciona não só maior segurança, mas também maior capacidade de defesa diante de possíveis conflitos e crises na conjuntura internacional.

Por fim, ao que se propôs este artigo, conclui-se que desenvolver a BID de maneira ativa e conjunta com os três setores envolvidos (centros de pesquisa, empresas privadas e o Estado) leva a um maior desenvolvimento do país como um todo. Gera-se investimentos nos setores de C&T e industrial, além de garantir maior profissionalização das Forças Armadas. Ainda, uma maior autonomia de C&T proporciona o desenvolvimento de materiais e tecnologias duais de caráter nacional. Assim, é possível alcançar maior autonomia no que tange a ID, renunciando à necessidade de acordos

recorrentes que visem a transferência de tecnologia, em um mercado tão competitivo e estratégico, como é o caso da defesa.

Referências:

ALMEIDA, Carlos Wellington de. **Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas.** Opinião Pública, Vol. 16, nº 1, 2010.

AMBROS, C. C. **Indústria de Defesa e Desenvolvimento: controvérsias teóricas e implicações em política industrial.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Vol. 6, nº 11, p.136-158, 2017.

ANDRADE, Israel de Oliveira; FRANCO, Luiz Gustavo. **Desnacionalização da Indústria de Defesa no Brasil: Implicações em aspectos de autonomia científico-tecnológica e soluções a partir da experiência internacional.** Brasília: IPEA, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa n. 899/MD, de 19 de julho de 2005 - Política Nacional da Indústria de Defesa - PNID.** Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

CÂMARA, Gilberto. **Programa Espacial: C&T e desenvolvimento industrial.** Palestra proferida na Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovações, 2001. São Paulo: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios.** In: SEIDL, Daniel; CABRAL, Sandra Santos. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Cap. 10, p. 187-210, 2004. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Renato. **Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira?** Oikos - Revista de Economia Heterodoxa, nº 9, ano VI, 2008a.

DAGNINO, Renato. **As trajetórias dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e da Política Científica e Tecnológica na Ibero-América.** Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, Vol. 1, nº 2, p. 3-36, 2008b.

EVANS, Peter. **Embedded autonomy: states and industrial transformation.** New Jersey: Princeton University Press, 1995.

MATTOS, Patrícia; FINGOLO, Julie; SCHNEIDER, Rafael. **Orçamento público e defesa nacional: uma análise do orçamento de defesa brasileiro no período de 2000 a 2016.** Revista da Escola de Guerra Naval, Vol 23, nº 1, p. 211-238, 2017.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado.** São Paulo: Portfolio - Penguin, 2014.

MEIRA FILHO, Luiz Gylvan; FORTES, Lauro Tadeu Guimarães; BARCELOS, Eduardo Dorneles. **Considerações sobre a natureza estratégica das atividades**

espaciais e o papel da agência espacial brasileira. Parcerias Estratégicas, Vol. 4, nº 7, p. 7-20, 1999.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. **O Fetiche da Tecnologia.** ORG & DEMO, Vol. 5, nº 2, p. 189-210, 2004.

PEREZ, Carlota. **Technological Evolution and Financial Capital: The Dynamics of Bubbles and Golden Ages.** Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2002.

PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugênio. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

RODRIK, Dani. **Industrial Policy for the Twenty-First Century.** Disponível em: <https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/industrial-policy-twenty-first-century.pdf>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2022.

RUTTAN, Vernon. **Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

SANTOS, Thauan. **Economia de Defesa como uma categoria geral de análise nas Ciências Econômicas.** Revista da Escola de Guerra Naval, Vol. 24, nº 3, p. 542-564, 2018.

SILVA FILHO, Edison Benedito da; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Defesa Nacional para o Século XXI: Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar.** Brasília: IPEA, 2012.

SORENSEN, D. S. **The process and politics of defence acquisition: a reference handbook.** Westport: Praeger Security International, 2009.

VELLASCO, Fabiany Maria Made e. **O desenvolvimento da indústria espacial brasileira: uma abordagem institucional.** Dissertação de Mestrado na Escola Nacional de Administração Pública, 2019. Rio de Janeiro: ENAP, 2019.

WALSH, Kathlenn A. **The Role, Promise, and Challenges of Dual-Use Technologies in National Defense.** In: The Modern Defense Industry: political, economic and Technological issues. Santa Barbara: Praeger Security International, 2009.

A AQUISIÇÃO E PRODUÇÃO DE UM AVIÃO SUPERSÔNICO*

Rodrigo Tavares Ferreira¹

1. Introdução

A plataforma aeronáutica militar abrange o conjunto de aeronaves e equipamentos aeronáuticos utilizados em missões militares, que vão desde os aviões de combate, como o caça, até as aeronaves de transporte, treinamento, busca e salvamento. O Estado é o principal, talvez o único comprador, para a maioria dessas plataformas (FERREIRA, 2016). As aeronaves militares, por sua vez, são produtos complexos, pois são integrados por diversos sistemas e componentes, o que torna imprescindível para a sua produção a absorção de inovações tecnológicas, desenvolvidas por diversos ramos da indústria como a eletrônica, a mecânica e a de materiais.

Para tornar este negócio economicamente viável, os fabricantes adotam uma estrutura produtiva dual, ofertando produtos e serviços para o mercado militar e civil (FERREIRA, 2016; CROUCH, 2008; FRENKEN, 2000). A relevância deste assunto pode ser demonstrada em números. Para que se tenha uma ideia dos valores movimentados por este ramo, as empresas que fabricam as plataformas aeronáuticas militares apresentaram receitas na casa de US\$ 181,2 bilhões em 2015. Nesse segmento, encontram-se empresas como as norte-americanas *Lockheed Martin* e *Boeing*, a britânica *BAE Systems*, a italiana *Finmeccanica*, a russa *Russian Helicopters* e a sueca SAAB (FERREIRA, 2016).

A empresa brasileira Embraer também atua neste ramo. Com foco voltado na fabricação de aviões, a EMBRAER ocupa uma posição de destaque no mercado internacional. Em 2021, a EMBRAER apresentou uma receita líquida de US\$ 4,60 bilhões. Como dados, cumpre ressaltar que a indústria aeronáutica brasileira produz cerca de 60% dos aviões e 40% dos helicópteros utilizados nas Forças Armadas (ISTO É, 2022; FERREIRA, 2016; FERREIRA, 2009).

Considerando a relevância das informações anteriormente mencionadas e pelo fato de o Brasil ter adquirido recentemente a aeronave Gripen junto à empresa sueca SAAB,

* Artigo originalmente publicado em 4 de novembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e mestre em Ciências Militares.

surge o seguinte questionamento: *Como é realizada a aquisição e a produção de um avião supersônico?*

Para responder este questionamento, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente realiza-se uma breve introdução seguida do anúncio da pergunta que norteia este artigo. Na sequência, discorre-se sobre o planejamento estratégico para a aquisição do caça Gripen. Após, realiza-se uma apresentação sobre a cadeia de suprimentos para produção do caça Gripen. Depois disso, descreve-se sobre o modal de transporte utilizado para a entrega do caça Gripen ao Brasil. Em seguida, são tecidos alguns detalhes adicionais sobre o regime especial de tributação e a sua importância para a aquisição do caça Gripen. Na parte final deste artigo, são realizadas algumas considerações sobre a aquisição e a produção do caça Gripen.

2. O Planejamento Estratégico para a aquisição do caça Gripen

O Governo Brasileiro, de acordo com o planejamento estratégico previsto no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), autorizou a Força Aérea Brasileira, por meio do projeto F-X2, a adquirir aeronaves caça de última geração, para cumprir um variado leque de missões, como a defesa aérea, o ataque e o reconhecimento aéreo (FERREIRA, 2016; BRASIL, 2020; FAB, 2021; SOUZA, 2021). Além da aquisição de novas aeronaves, outro objetivo é a obtenção e transferência de tecnologia importada, capacitando a indústria nacional a produzir aviões supersônicos (SAAB, 2021; SOUZA, 2021; FERREIRA, 2016).

Para isso, a Força Aérea Brasileira determinou alguns requisitos para as empresas interessadas no projeto F-X2, tais como: o *Know-how* para a fabricação de aviões supersônicos para a Embraer e suas parceiras nacionais, a adaptação da aeronave a necessidade do cliente, a construção de uma cadeia de suprimento complexa, a produção e montagem do avião, o transporte das aeronaves e a realização do suporte com o treinamento de pilotos e mecânicos (ABRACOMEX, 2022a; SAAB, 2021; SOUZA, 2021; FERREIRA, 2016).

3. A Cadeia de Suprimentos para produção do caça Gripen

A fabricante sueca SAAB, responsável pelo avião Gripen, obedeceu a todos os requisitos técnicos e, assim, foi iniciada a aquisição de 36 aeronaves F-39 Gripen, ao custo de R\$13,4 bilhões. A partir deste ponto, iniciou-se o planejamento para as

atividades da cadeia de suprimento do caça Gripen, visando o seu desenvolvimento e produção (FERREIRA, 2016; FAB, 2021; SAAB, 2021; SOUZA, 2021).

Primeiramente, a SAAB empreendeu a prospecção de empresas nacionais, com a capacidade de fornecer materiais de alta tecnologia. Como resultado, a SAAB estabeleceu parcerias estratégicas com seis empresas e estas forneceram os insumos necessários à produção do caça Gripen, conforme discriminado a seguir:

Primeira Empresa - EMBRAER

Empresa responsável pelo desenvolvimento conjunto na área de engenharia, integração final, produção, ensaios em voo e suporte logístico (SAAB, 2021). A Embraer irá coordenar todas as atividades de produção no país, incluindo a integração dos sistemas, a montagem final, os testes em voo e as entregas para a FAB (SAAB, 2021; ANDRADE, 2016; STOCHERO, 2014).

Segunda Empresa - AKAER:

Empresa responsável pelo desenvolvimento das estruturas para aviação com o projeto da fuselagem traseira, fuselagem central, asas, portas do trem de pouso principal, local de instalação do canhão, assessoria na área de manufatura e de projetos elétricos (SAAB, 2021).

Terceira Empresa - AEL SISTEMAS:

Empresa responsável pelo fornecimento dos três displays de cabine do Gripen: o *Wide Area Display* (WAD), o *Helmet-Mounted Display* (HMD) e o *Head-up Display* (HUD). Em novembro de 2018, a AEL Sistemas passou a integrar a cadeia global da Saab (SAAB, 2021).

Quarta Empresa - ATECH

Empresa responsável pelo fornecimento dos simuladores, dos sistemas de treinamento e dos sistemas de apoio terrestre (SAAB, 2021).

Quinta Empresa - SAAB AERONÁUTICA MONTAGENS

Empresa responsável pela produção de aero estruturas do cone de cauda, dos freios aerodinâmicos, do caixão das asas, da fuselagem traseira e da fuselagem dianteira (SAAB, 2021).

Sexta Empresa - SAAB SENSORES E SERVIÇOS DO BRASIL

Empresa responsável pelo suporte logístico e técnico para o radar, para o sensor de busca de alvos por infravermelho e para os sistemas de guerra eletrônica (SAAB, 2021).

Para o processo de fabricação dos caças Gripen, a EMBRAER e a SAAB estabeleceram um acordo para o desenvolvimento final e a produção da aeronave. Os primeiros 21 caças serão produzidos na SAAB (situada na Suécia), na EMBRAER (situada em Gavião Peixoto-SP), na AKAER (situada em São Bernardo do Campo-SP) e na SAAB Aeronáutica Montagens (também situada em São Bernardo do Campo-SP). As 15 aeronaves restantes deverão ser totalmente montadas no Brasil, sob a liderança da EMBRAER (SAAB, 2021; ANDRADE, 2016; STOCHERO, 2014).

A fase final do projeto é a entrega do caça Gripen à Força Aérea Brasileira. As aeronaves serão entregues no *Gripen Flight and Test Centre* (GFTC), unidade conjunta da SAAB e EMBRAER, situada na cidade de Gavião Peixoto-SP. Neste local, os pilotos e técnicos, das empresas e da Força Aérea Brasileira, empreenderão os testes finais nos aviões, homologando os mesmos a efetivar os voos para diversas regiões e países. Depois disso, as aeronaves serão entregues em definitivo para a Força Aérea Brasileira, finalizando o projeto (VALOR ECONÔMICO, 2022).

4. O modal de transporte utilizado para a entrega do caça Gripen ao Brasil

Os aviões não poderiam vir voando da Suécia até o Brasil pelos seguintes motivos: o primeiro é a distância de 10.000 km entre os países. Tendo em vista que estas aeronaves possuem uma autonomia de voo de 4.000 km, as aeronaves precisariam fazer dois reabastecimentos, o que tornaria a operação muito custosa; o segundo motivo é a falta de habilitação da aeronave para o voo, que é concedida por uma autoridade aeronáutica (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022; VALOR ECONÔMICO, 2022).

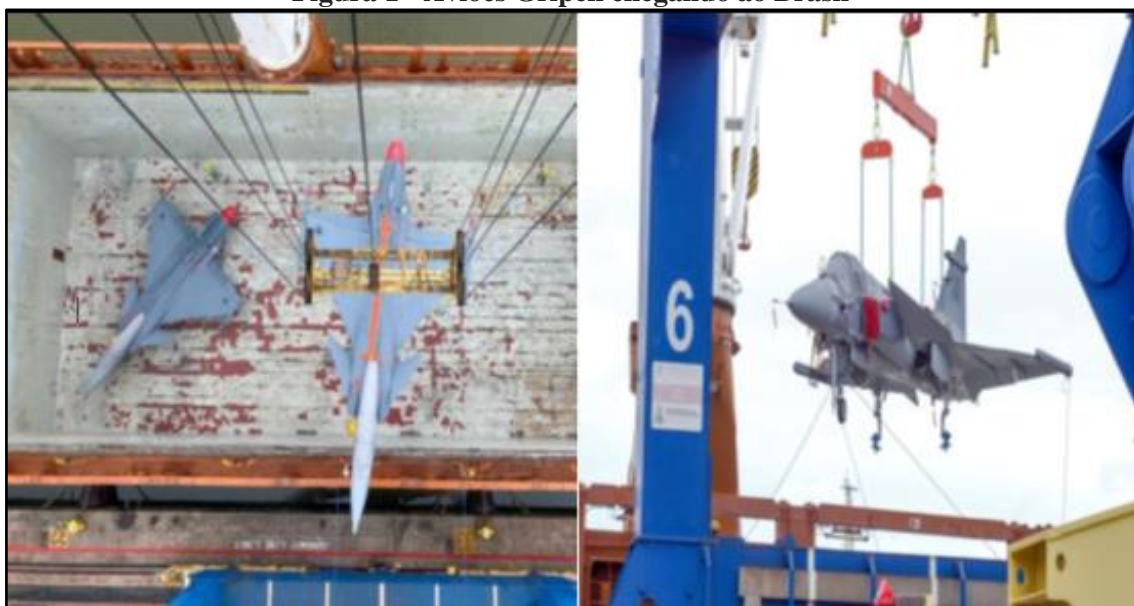
A solução foi transportar os aviões por navio. O modal de transporte marítimo é o modal mais utilizado no transporte internacional para longas distâncias, pois tem o menor custo de transporte, possui uma enorme capacidade de carga e pode carregar qualquer tipo de carga, como os caças Gripen (ABRACOMEX, 2022b).

Tendo como premissa de que as aeronaves chegassem no Brasil em portos, surgiram outros desafios a serem superados, quais sejam: o primeiro era relativo ao porto, que precisava estar situado próximo a um aeroporto, local de onde os aviões seguiriam voando até a Gavião Peixoto-SP; o segundo era otimizar o traslado das aeronaves do porto até o aeroporto, pois evitaria que o mesmo ficasse exposto nas ruas da cidade. Desse modo, a

escolha recaiu sobre o porto de Navegantes (SC), localizado a menos de 3 quilômetros do aeroporto internacional de Santa Catarina (MARTINS, 2022; SPAUTZ, 2022; VALOR ECONÔMICO, 2022).

Por conseguinte, os dois primeiros aviões foram transportados da Suécia para o Brasil. Depois de 23 dias, o navio cargueiro holandês *Marsgracht*, chegou ao porto de Navegantes, localizado no estado de Santa Catarina:

Figura 1 - Aviões Gripen chegando ao Brasil



Fonte: MARTINS, 2022; SPAUTZ, 2022.

5. O Regime especial de tributação e a importância para a aquisição do caça Gripen

Este complexo sistema logístico, envolvendo uma empresa estrangeira e diversas empresas nacionais, foi possível, devido a promulgação da lei nº 12.598/2012, que estabeleceu as normas especiais para compras, contratações e desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa (BRASIL, 2012). Esta lei regulamentou o benefício do Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (RETID), permitindo que as empresas estratégicas de defesa nacionais participem em melhores condições competitivas nas licitações dos projetos de reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras (SOUZA, 2021).

Por meio desta lei, as empresas da Base Industrial de Defesa, recebem benefícios fiscais que desoneram praticamente toda a cadeia produtiva, tanto no mercado interno, quanto para a importação. O RETID é aplicado sobre a Cofins. As exonerações de tributos contribuem para a redução dos custos de produção, permitindo assim, uma redução média

de 36,87% no preço final dos produtos para as Forças Armadas brasileiras (SOUZA, 2021).

6. Conclusão

A aquisição de uma aeronave de combate, como o caça Gripen, é um projeto complexo e de difícil execução. Um avião deste tipo, com uma enorme quantidade de tecnologia embarcada, não é um item “de prateleira” disponível para comprar a qualquer momento. Para a sua obtenção, faz-se necessário um planejamento estratégico no nível do Governo Federal, envolvendo não só a Força Aérea Brasileira, como também, diversas empresas nacionais e estrangeiras.

No caso do Gripen, o resultado observado com a sua compra foi o enorme ganho tecnológico proporcionado às empresas brasileiras participantes da cadeia produtiva da aeronave, como por exemplo, a AEL SISTEMAS, que passou a integrar a cadeia global da SAAB, e a Embraer, que está obtendo o *know how* para a produção de aviões supersônicos. Assim sendo, o Brasil alcançará a tão almejada autonomia na fabricação de caças de última geração, podendo no futuro, beneficiar-se com a exportação de aviões para outros países. Outro benefício alcançado foi a expertise na logística de transporte de cargas especiais para a FAB, e por conseguinte, para as Forças Armadas.

A atuação do Poder Legislativo Federal foi fundamental para esta empreitada, porque ao legislar sobre a Lei nº 12.598/2012, o Congresso Nacional contribuiu para a desoneração de impostos para as empresas da Base Industrial de Defesa. Dessa forma, as Forças Armadas brasileiras atualmente estão conseguindo adquirir produtos de defesa com uma redução de, aproximadamente, 36,87% do seu preço final.

Em vista do exposto, pode-se concluir que a aquisição e produção de um avião supersônico envolveu o Governo Federal, o Poder Legislativo Federal, a Força Aérea Brasileira, as empresas da base industrial de defesa, uma empresa estrangeira e uma grande parcela da sociedade brasileira, demonstrando a enorme relevância deste assunto para o Brasil.

Referências:

ABRACOMEX. **Módulo: Gestão de Projetos Especiais**. Professor Celson Bertanha, 2022a. Rio de Janeiro: ABRACOMEX, 2022a.

ABRACOMEX. **Módulo: Logística Integrada e Supply Chain**. Professor Daniel Montemurro Mourão, 2022b. Rio de Janeiro: ABRACOMEX, 2022b.

ANDRADE, Israel de Oliveira. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. O fortalecimento da indústria de defesa do Brasil**. IPEA, Texto Para Discussão 2182, p. 7-52, 2016. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 - Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa**. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

CROUCH, T.D. **Asas: uma história da aviação - das pipas à era espacial**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FAB - Força Aérea Brasileira. **COPAC 40 anos**. FAB, 2021. Disponível em: https://issuu.com/portalfab/docs/copac_40_anos. Acesso em: 22 de abril de 2022.

FERREIRA, M.J.B. **Dinâmica da inovação e mudanças estruturais: um estudo de caso da indústria aeronáutica mundial e a inserção brasileira**. Tese de Doutorado na UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2009.

FERREIRA, Marcos José Barbieri et al. **Mapeamento da base industrial de Defesa**. Brasília: IPEA, 2016.

FRENKEN, K. **A complexity approach to innovation networks. The case of the aircraft industry 1909- 1997**. Research Policy, nº 29, p. 257-272, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Entenda por que os caças Gripen vieram de navio para o Brasil**. Folha, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/entenda-por-que-os-cacas-gripen-vieram-de-navio-para-o-brasil.shtml>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

ISTO É. **Receita da Embraer teve alta de 15% em 2021**. Isto é, 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/receita-da-embraer-teve-alta-de-15-em-2021/>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

MARTINS, Carlos. **Afinal, por que os caças Gripen vieram de navio para o Brasil e não voando?** Aeroin, 2022. Disponível em: <https://aeroin.net/afinal-por-que-os-cacas-gripen-vieram-de-na-vio-para-o-brasil-e-nao-voando/>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

SAAB. **GRIPEN E/F Colaboração real de sucesso - O caça do Brasil**. SAAB Technologies, 2021. Disponível em: <https://www.saab.com/pt-br/markets/brasil/gripen-para-o-brasil>. Acesso em: 26 de abril de 2022.

SOUZA, André Luiz Pereira de. **Regime especial de tributação para a indústria de Defesa, importante instrumento de acesso para a Base Industrial de Defesa na cadeia produtiva e de fornecedores de bens e serviços dos projetos estratégicos do Gripen**

e **KC-390**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Superior de Guerra, 2021. Rio de Janeiro: ESG, 2021.

SPAUTZ, Dagmara. **Novos caças Gripen milionários da FAB são rebocados pelas ruas de Navegantes**. NSC, 2022. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/novos-cacas-gripen-fab-rebocados-ruas-navegantes-fotos>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

STOCHERO, T. **15 caças Gripen serão montados no Brasil**. G1, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/10/15-cacas-gripen-serao-montados-no-brasil-diz-executivo-da-saab.html>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

VALOR ECONÔMICO. **Dois primeiros caças Gripen para uso da FAB chegam ao Brasil de navio**. Valor Econômico, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/04/02/dois-primeiros-caças-gripen-para-uso-da-fab-chegam-ao-brasil-de-navio.ghtml>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS TIROS DE GUERRA *

*Marco André Menezes dos Santos¹
Maykon Dutra Barbosa²*

1. Introdução

Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa realizada junto aos militares que servem nos Tiros de Guerra (TG), cujo objetivo principal foi verificar a importância estratégica dos Tiros de Guerra para o Brasil. Para atingir o objetivo selecionado, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, realiza-se um breve histórico dos Tiros de Guerra no Brasil, seguido de uma descrição sumária dos principais valores cultuados pelo Exército Brasileiro. Posteriormente, realiza-se uma apresentação sobre a inserção e o papel do Exército Brasileiro no cenário atual, da mesma forma que são tecidos alguns detalhes sobre a Estratégia da Presença. Por fim, são realizadas algumas considerações sobre a importância estratégica dos Tiros de Guerra para o Brasil.

2. Breve histórico dos Tiros de Guerra no Brasil

No século XIX, o Exército Brasileiro carecia de uma reserva mobilizável que fosse capaz de integrar o contingente militar em caso de guerra. Nessa época, o serviço militar era prestado por meio do voluntariado ou por meio do recrutamento forçado, dinâmicas que trouxeram sérios obstáculos para a mobilização do contingente militar durante a Guerra da Tríplice Aliança e outras guerras ocorridas no mesmo século (OLIVEIRA, 2007).

Com grandes desafios a serem superados pelo país e com um sistema de recrutamento deficitário, o Brasil se viu obrigado a implementar ações inovadoras para dinamizar o serviço militar que, até então, era praticado no país. Para tanto, o país se inspirou no sistema de mobilização da Suíça e, em 1902, foi criado o primeiro Tiro de Guerra no Brasil, o qual foi denominado de “Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro”, instituição que tinha como objetivo ministrar instrução de tiro aos cidadãos civis (MAGALHÃES, 1992).

* Artigo originalmente publicado em 17 de novembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CPEAEx na ECEME.

² Coronel do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CPEAEx na ECEME.

A importância estratégica dos Tiros de Guerra

Imediatamente, outros municípios seguiram a mesma ideia e passaram a criar Tiros de Guerra em suas cidades. E assim, não tardou para que fôsse criada a Confederação de Tiro Brasileiro em Rio Grande, organização que coordenava e dava as diretrizes para todos os Tiros de Guerra no país (OLIVEIRA, 2007). Anos depois, devido ao aumento e a importância dos Tiros de Guerra no Brasil, foi criada a Diretoria Geral dos Tiros de Guerra em 1917, estrutura subordinada diretamente ao Ministério da Guerra. Tal iniciativa demonstrou o claro interesse do Exército Brasileiro pelos Tiros de Guerra, ressaltando a importância estratégica desses órgãos junto ao país no início do século XX. Para que se tenha uma ideia, nesse período o Brasil chegou a possuir 572 Tiros de Guerra, os quais abrigavam um efetivo de cerca de 50.000 (cinquenta mil) atiradores, números que representam uma média de quase 100 atiradores a cada Tiro de Guerra (MIOTTO, 1994).

Contudo, com o advento da 1ª Guerra Mundial, os Tiros de Guerra sofreram profundas modificações estruturais. Questionou-se à cúpula militar da época, a validade dos Tiros de Guerra e considerou-se que houve questões que desvirtuaram os princípios fundamentais destas organizações, o que gerou descrédito e decadência desses órgãos junto ao Exército Brasileiro (MOSCA, 2002). Além dessas questões, percebeu-se o desequilíbrio social que havia entre os atiradores e os soldados. Se os atiradores, majoritariamente, eram oriundos de classes sociais mais favorecidas, os soldados, em sua grande maioria, eram analfabetos.

Durante a 2ª Guerra Mundial, os Tiros de Guerra sofreram novas adaptações, sendo extintos em localidades onde existiam Organizações Militares do Exército Brasileiro. Após o final da 2ª Guerra Mundial, quando tudo caminhava para a extinção definitiva dos Tiros de Guerra no Brasil, o interesse das autoridades municipais pelos Tiros de Guerra mostrou ser o fiel da balança e permitiu que se mantivesse o funcionamento dos Tiros de Guerra por meio de uma inserção na pauta da Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946).

Desde então, os Tiros de Guerra tem funcionado no Brasil sob um formato híbrido, o qual é composto pelo interesse e forte apoio dos municípios de um lado e, pela coordenação e diretriz de funcionamento estabelecida pelo Exército Brasileiro de outro lado.

3. Valores do Exército Brasileiro

Indissociável da história do Brasil, o Exército Brasileiro é uma instituição fortemente identificada com o povo brasileiro, haja vista sua participação nas lutas pela independência e na manutenção do território brasileiro. Tendo em vista essa relação histórica, verifica-se que as tradições e vocações do Exército Brasileiro foram definidas e consolidadas ao longo do processo histórico-cultural da Nação com forte ligação com a sociedade brasileira:

- Tradições de bravura, sacrifício e participação na conquista e na manutenção da soberania, da unidade e da integração e a promoção da paz social; de culto e respeito à Pátria, aos seus símbolos, aos chefes militares, aos heróis e aos momentos históricos da formação.

- Vocação democrática, com base nos ideais de liberdade e repulsa aos extremismos, às ideologias e aos regimes autocráticos. A vocação democrática do Exército Brasileiro é reforçada pela presença de brasileiros oriundos de diferentes classes sociais e credos religiosos, pela igualdade de oportunidades de acesso à carreira militar e por sua lealdade ao compromisso permanente com a liberdade e com a democracia.

- Vocação de solidariedade, manifestada sobretudo na assistência às populações mais carentes, bem como em situações de calamidade pública, mantendo-se imune e desvinculado da influência de qualquer organização político-partidária.

Ou seja, fica bastante claro que a instituição possui um papel social bem definido no Brasil e que está diretamente ligado ao seu posicionamento enquanto instituição capacitada à formação educacional, cívica e moral dos jovens. O auxílio das Forças Armadas brasileiras, em particular o que é prestado pelos Tiros de Guerra na formação moral e cívica dos jovens brasileiros, é um dos mais importantes papéis desempenhados pela instituição. Trabalhando em conjunto, os seus integrantes buscam definir os rumos e direcionam seus esforços com o propósito de cumprir a missão constitucional e suas complementariedades.

Nos últimos anos, o Exército Brasileiro tem adotado uma política muito mais participativa e proativa, seja como instituição formadora de jovens soldados, seja como um agente a serviço da formação educacional ou em apoio à comunidade prestando auxílios em geral. Todas as ações sociais implementadas pela instituição visam ao estreitamento das relações com a comunidade, bem como buscam ampliar o conhecimento da sociedade sobre as atividades militares.

4. O Exército Brasileiro no cenário atual

A globalização permitiu possibilidades para todos os segmentos sociais participarem da chamada educação informatizada. À medida que novas tecnologias de ponta surgem num espaço relativamente curto, os antigos bens com o mesmo *know-how* se popularizam, tornando-se mais acessíveis para as camadas menos favorecidas.

Na era do conhecimento, com as pessoas tendo acesso cada vez mais fácil e mais rápido às informações, as transformações sociais, culturais e econômicas estão acontecendo cada vez mais rápido, pelo que acabam reformulando princípios, moralidade e éticas na sociedade. Nesse cenário turbulento e complexo, aumenta ainda mais o valor das Forças Armadas na sociedade moderna. No Brasil, sua interação com a sociedade dar-se-á por meio da informação e na relação representativa com as principais instituições sociais, ou seja, utilizando-se dos instrumentos da comunicação moderna, o Exército Brasileiro busca difundir no seio da população imagens simbólicas e sagradas para a nação brasileira, visando engendrar no seio da população civil elementos que justifiquem o sentido de ser brasileiro.

Dada a necessidade de difundir a cultura militar na sociedade, sobretudo entre os jovens, tanto para promoção dos princípios morais e cívicos do Exército Brasileiro, quanto para formação intelectual dessa juventude, o Exército Brasileiro tem feito ações no sentido de se apresentar mais à sociedade, de divulgar ainda mais sua missão e suas metas sociais junto à sociedade brasileira. Inserido nesse rol de ações, os Tiros de Guerra têm em seu âmago a essência de uma escola que interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, além de formar reservistas de 2ª Categoria para o Brasil, os Tiros de Guerra também promovem um maior entrelace entre o Exército Brasileiro e a sociedade.

Dentro da estrutura organizacional do Exército Brasileiro, os Tiros de Guerra foram redescobertos como fontes potenciais de comunicação social, favorecendo a disseminação da cultura militar e a ampliação do efetivo de jovens que participam do serviço militar obrigatório. São estes órgãos, também, excelentes oportunidades de formação educacional da juventude, que têm o duplo privilégio de servirem à Pátria, ao tempo em que adquirem noções de cidadania e civismo, promovendo ainda, num terceiro estágio, a valorização das instituições militares na sociedade brasileira.

5. Estratégia da Presença

De acordo com a Política Nacional de Defesa, garantir a Soberania, o Patrimônio Nacional e a Integridade Territorial, bem como preservar a coesão e a unidade nacionais são objetivos nacionais de defesa (BRASIL, 2005). Para atender a tais necessidades, a Estratégia Nacional de Defesa preconiza que o Exército Brasileiro deve promover a integração e a cidadania, aperfeiçoando o Serviço Militar Obrigatório e intensificando a presença dos Tiros de Guerra em áreas estratégicas de baixa densidade demográfica (BRASIL, 2013).

Para alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro adotou a estratégia da Presença, baseada em dois aspectos fundamentais: o primeiro aspecto, direcionado à expressão militar, caracteriza-se pela criteriosa articulação territorial das Organizações Militares e pela capacidade de rápido deslocamento e concentração para qualquer região do País; o segundo aspecto, direcionado à expressão psicossocial, caracteriza-se pelo desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar junto à sociedade brasileira (BRASIL, 2015).

No entendimento de Gonzales (2008), os Tiros de Guerra podem ser definidos como uma rede institucional estratégica que se apresenta em alguns locais, em função de diversas variáveis. Por meio de Tiros de Guerra localizados em várias partes do território nacional, o Exército Brasileiro atende à estratégia da Presença, da mesma forma que promove a integração nacional e leva cidadania aos jovens que prestam o Serviço Militar Obrigatório, sobretudo em municípios de baixa densidade demográfica. Ou seja, além de prestar relevante apoio à sociedade brasileira, os Tiros de Guerra se constituem em valiosas ferramentas estratégicas para o Exército Brasileiro, uma vez que auxiliam a instituição no alcance dos objetivos definidos pela Política Nacional de Defesa.

Atualmente, existem 221 (duzentos e vinte e um) Tiros de Guerra em funcionamento no Brasil. Distribuídos em quase todas as Unidades de Federação do Brasil, somente os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Acre, Amapá e Roraima não há Tiros de Guerra. No caso do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, a ausência dos Tiros de Guerra é explicada pelo fato de tais estados possuírem um número extenso de Organizações Militares do Exército Brasileiro localizadas em diversos municípios de grande, médio e pequeno porte. No caso do Acre, Amapá e Roraima, a justificativa se dá pelo fato de que tais estados, além de possuírem área e população

reduzidas, abrigam várias Organizações Militares operacionais em suas respectivas áreas de jurisdição.

6. Considerações Finais

Este artigo retoma o objetivo norteador da proposta deste trabalho e apresenta as seguintes considerações sobre a importância estratégica dos Tiros de Guerra no Brasil:

A primeira consideração é sobre a importância dos Tiros de Guerra junto à sociedade brasileira, particularmente no serviço social prestado junto ao jovem brasileiro oriundo de locais longínquos e isolados. No atual mundo globalizado, os Tiros de Guerra são uma ferramenta que o Exército Brasileiro possui para integrar o jovem à Instituição, difundindo os valores cívicos e morais da sociedade.

A segunda consideração relevante é sobre a função do Tiro de Guerra como organização do Exército Brasileiro que busca zelar pela segurança nacional, mantendo a identidade da Nação. A existência de 221 Tiros de Guerra no Brasil complementam e auxiliam a tarefa do país, em particular do Exército Brasileiro, em manter coeso e unido o território nacional.

A terceira e última consideração é de ordem econômica. Tendo em vista a necessidade da instituição em diminuir o efetivo, os Tiros de Guerra auxiliam o Exército Brasileiro na tarefa de formar o efetivo mobilizável para uma eventual necessidade, na medida em que tais Organizações Militares formam o reservista de 2ª categoria em várias partes do território nacional a um custo muito mais baixo do que o praticado nas demais Organizações Militares

Referências:

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Informativo Estratégico. Estratégia da Presença: Antigos conceitos, novas ideias**. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença**. São Paulo: USP, 2008.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

MIOTTO, Geraldo Antônio. **Tiro de Guerra: histórico e organização: contribuições para o Exército e a sociedade.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1994. Rio de Janeiro: ECEME, 1994.

MOSCA, Alexandre Gouvêa. **Escola de Instrução Militar/Tiro de Guerra: fator de comunicação social no mundo globalizado.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2002. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

OLIVEIRA, Hermann Moreira de. **O papel dos Tiros de Guerra na comunicação social do Exército Brasileiro.** Dissertação de Mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2007. Rio de Janeiro: ECEME, 2007.

A 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E A SOBERANIA NACIONAL*

*Humberto André Prazeres Guaita¹
João do Carmo Costa Júnior²
Bruno Angrizani Gonzaga³*

1. Introdução

No cenário internacional, a soberania é tema de extrema importância para os Estados. No plano interno, a soberania de um Estado se caracteriza por ser um poder do Estado capaz de organizar juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites éticos de convivência (REALE, 2020). No plano externo, a soberania de um país ganha outras formas, assumindo traços de reconhecimento de outros Estados do sistema internacional perante a autonomia de um determinado país sobre seu território, onde todos gozam de semelhante soberania dentre as nações.

A soberania nacional brasileira, por seu turno, pode ser entendida como o exercício do interesse nacional sobre o Estado brasileiro, constituído pelo seu povo, seu território e seu governo. Não pelo acaso, a Constituição Brasileira de 1988 positiva em seu primeiro capítulo, a soberania nacional como um dos fundamentos do Brasil.

O estado de Roraima, localizado na porção norte do Brasil, é o estado mais setentrional do país. Suas características políticas e geográficas denotam peculiaridades que o distingue dos demais estados brasileiros. Diversas considerações podem ser citadas, mas pelo fato de estar situado na fronteira com a Venezuela e com a Guiana, pelo fato de estar distante dos grandes centros do país, pelo fato de possuir considerável quantidade de reservas indígenas em sua área de jurisdição, pelo fato de estar inserido na Amazônia brasileira e pelo fato de ser a principal porta de entrada de refugiados venezuelanos nos dias atuais, Roraima ocupa posição de destaque no cenário geopolítico e estratégico no Brasil, pelo que torna importante a presença do Estado nessa parte do país, conforme elucidado a seguir:

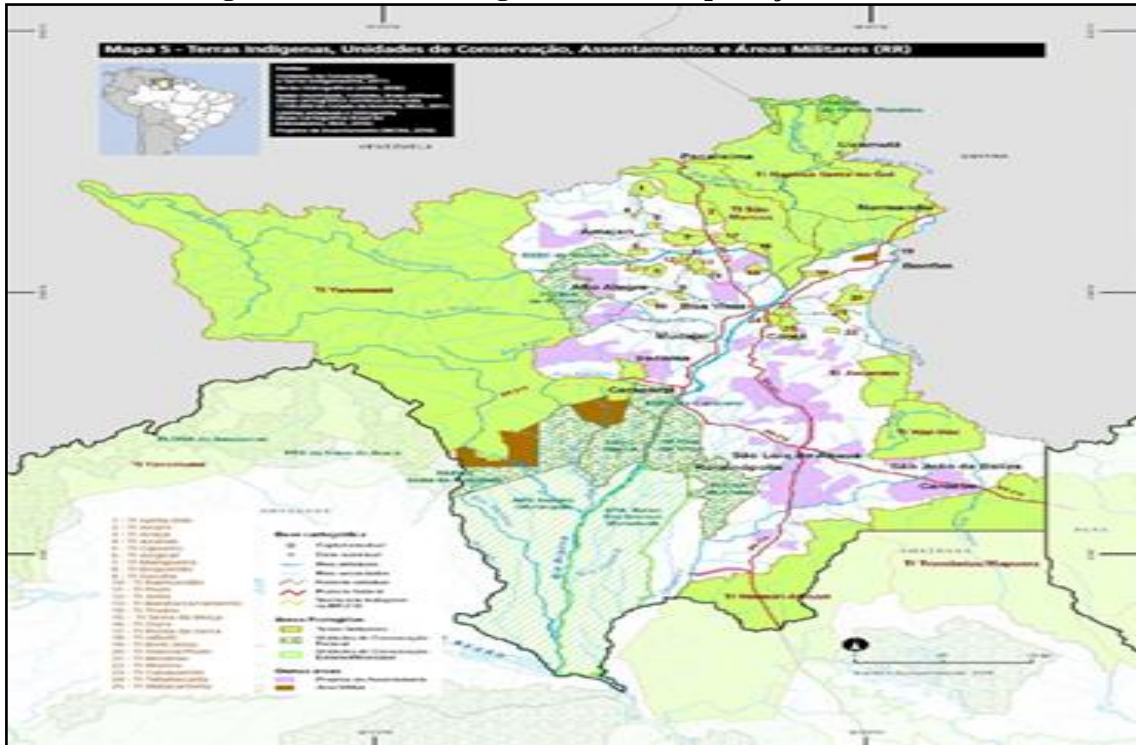
* Artigo originalmente publicado em 23 de novembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM.

³ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM.

Figura 1 - Reservas indígenas e áreas de proteção ambiental



Fonte: CAMPOS, 2011.

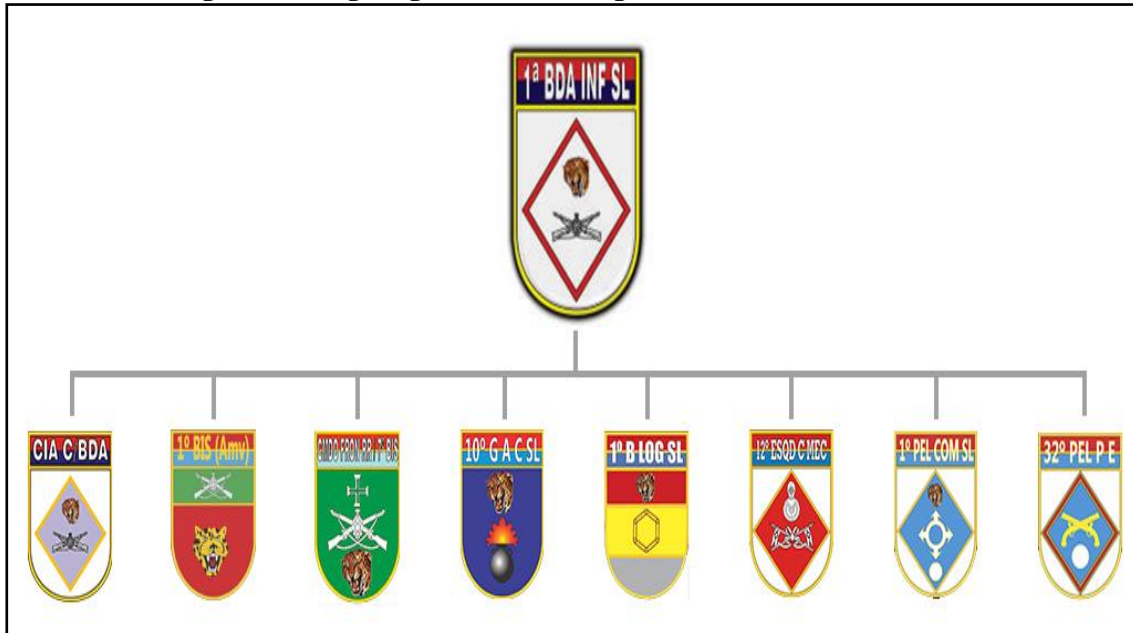
Diante dessas considerações, este artigo tem por objetivo analisar o papel realizado pelo Exército Brasileiro para a manutenção da soberania brasileira no estado de Roraima.

2. O Exército Brasileiro em Roraima

Para vencer os desafios existentes no estado de Roraima, o Exército Brasileiro conta com a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, cuja missão institucional é defender o Estado brasileiro, prioritariamente em Roraima, com destaque para a faixa de fronteira, contribuindo para o desenvolvimento regional, conforme estabelecido em lei. Além disso, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva deve estar em condições de realizar operações de garantia da lei e da ordem, ações subsidiárias, participar do desenvolvimento regional e da defesa civil e, ainda, garantir os poderes constitucionais. Dessa maneira, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva coopera com Exército Brasileiro na defesa da Pátria, sobretudo na garantia da soberania nacional na Amazônia (BRASIL, 2022).

Com grande parte de seus meios desdobrados na cidade de Boa Vista, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva ou Brigada Lobo D'Almada, como é carinhosamente chamada pelos seus integrantes, possui em sua composição elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, conforme demonstrado a seguir:

Figura 2 - Organograma da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: BRASIL, 2019.

De acordo com a figura anterior, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva se encontra organizada com dois Batalhões de Infantaria de Selva, um Grupo de Artilharia de Campanha de Selva, um Batalhão Logístico de Selva, um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, sendo este esquadrão a única tropa de natureza mecanizada em todo o Comando Militar da Amazônia. Ademais, possui um Pelotão de Comunicações de Selva, um Pelotão de Polícia do Exército e uma Companhia de Comando de Brigada.

Além dessas Organizações Militares, o Exército Brasileiro ainda conta com os Pelotões Especiais de Fronteira para o cumprimento de suas missões constitucionais no estado de Roraima. Nesse estado, o Exército Brasileiro possui seis Pelotões Especiais de Fronteira, assim discriminados: Bonfim, Normandia, Uiramutã, Pacaraima, Auaris e Surucucu, todos subordinados ao Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, organização militar sediada em Boa Vista. Localizados estrategicamente em Roraima, mais precisamente na faixa de fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana, os seis Pelotões Especiais de Fronteira se constituem em valiosas estruturas militares a serviço do país, pois contribuem para a manutenção da soberania nacional num local aonde o Estado brasileiro possui grandes dificuldades em se fazer presente e que possui elevada importância estratégica para o país, conforme demonstrado a seguir:

Figura 3 - Pelotões, destacamentos e Companhias Especiais de Fronteira



Fonte: BRASIL, 2021.

Composto por cerca de 60 militares, um Pelotão Especial de Fronteira é uma fração constituída, valor pelotão, que exerce a vigilância de uma faixa de terreno fronteiro do território brasileiro. Essa estrutura militar auxilia o Exército Brasileiro na vigilância da fronteira do Brasil junto com os países vizinhos e contribui para que o país exerça o controle da fronteira brasileira no extremo norte do Brasil.

Contudo, a importância dos Pelotões Especiais de Fronteira não está limitada à parte operacional. De acordo com Oliveira (2020), os Pelotões Especiais de Fronteira atuam em quatro grandes áreas: operacional, administrativa, público interno e a comunidade. Ou seja, no dia a dia de um Pelotão Especial de Fronteira, as famílias dos militares que lá residem detém enorme importância e exercem grande contribuição social nessas regiões, quer seja apoiando os seus cônjuges, quer seja na realização de eventos junto à comunidade local, quer seja na interação com as famílias dos demais integrantes dos Pelotões Especiais de Fronteira. E assim, o apoio prestado pelo Exército Brasileiro nessas regiões, muitas vezes representado apenas pelos militares e seus familiares, torna-se mais efetivo (MARQUES, 2021).

3. A atuação do Exército Brasileiro em Roraima

Com foco voltado em garantir a manutenção da soberania nacional na região, inúmeras ações são realizadas pelo Exército Brasileiro em Roraima. Dentre todas as ações, tomam destaque as operações de grande vulto realizadas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva: Operação Ágata e Operação Controle.

a. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva na Operação Ágata

Anualmente, o Ministério da Defesa realiza a Operação Ágata em várias partes do território nacional. Contando com a participação das Forças Armadas brasileiras, de órgãos e agências federais, estaduais e municipais, a Operação Ágata engloba uma série de operações singulares e conjuntas nas áreas de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia, do Comando Militar do Norte, do Comando Militar do Oeste e do Comando Militar do Sul (BRASIL, 2021).

Sob a concepção do Plano de Proteção Integradas de Fronteiras, a Operação Ágata tem como propósito reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços, ambientais e as ações do crime organizado, além de fortalecer a presença do Estado brasileiro na faixa de fronteira e aumentar o apoio à população local. Essas ações estão positivadas no Art. 16-A da Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

A Brigada Lobo d'Almada, por suas características específicas, reúne inúmeras capacidades para o emprego no Estado de Roraima. Essas aptidões permitem uma variada gama de possibilidades de emprego no amplo espectro das operações, possibilitando a realização de ações singulares, combinadas e Operações de Cooperação e Coordenação com agências.

Dessa forma, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva contribuiu com a Operação Ágata em diversos níveis, tendo grandes variações nos meios empregados e no tipo de missões a serem desenvolvidas. Assim, nesse contexto ocorrem as Operações Curare e Curaretinga, que são acionadas durante o ano, ocasiões em que ocorre a integração de Forças Singulares, Órgãos de Segurança e diversas agências. Nessas operações, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva realiza inúmeras ações, dentre as quais toma destaque as missões de reconhecimento de fronteira executadas em toda a região fronteira do Estado de Roraima. Tais missões são desencadeadas de forma coordenada com os demais atores estatais envolvidos e contribuem enormemente para a manutenção da soberania nacional nessa região. Além disso, essas operações permitem a atualização de informações como as condições de trafegabilidade das rodovias e regiões de passagem.

b. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva na Operação Controle

Os Decretos Presidenciais nº 9.285 e nº 9.286, ambos de 15 de fevereiro de 2018, validam o reconhecimento e o apoio à crise humanitária no Estado de Roraima, com a participação de diversos órgãos governamentais e ministérios. Esse grande fluxo de

migrantes advindos da Venezuela recrudescem os problemas sociais, os desafios relativos à segurança pública e questões relacionadas à defesa nacional na região.

Diante dessa realidade, o Exército Brasileiro designou a 1ª Brigada de Infantaria de Selva para desencadear a Operação Controle, cuja finalidade é coibir os delitos transfronteiriços e apoiar as ações de controle migratório, sob responsabilidade da Polícia Federal, tendo como área de operações o Estado de Roraima (DE OLIVEIRA, 2018). Na Operação Controle, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva realiza ações preventivas e repressivas, através de ações como patrulhamentos a pé e motorizados, estabelecimento de Postos de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas e Postos de Bloqueio e Controle de Estradas. Tudo isto com a finalidade de controlar a imigração ilegal proveniente da Venezuela e combater os crimes transfronteiriços junto à fronteira norte do Brasil (FRANCHI, 2019).

Cumprir mencionar que a Operação Controle é desencadeada em sinergia com as ações humanitárias da Operação Acolhida e a atuação dos Órgãos de Segurança Pública, onde todos esses elementos compartilham do mesmo ambiente operacional, porém com finalidades distintas (GRIGOLI; DE ALMEIDA, 2021). Devido aos efeitos colaterais decorrentes ocasionados pelo elevado deslocamento de migrantes venezuelanos junto à população roraimense, a Operação Controle auxilia, sobretudo, na manutenção da soberania nacional.

4. Considerações finais

Para manter a soberania sobre a Amazônia brasileira desde a década de 1980, o Estado brasileiro passou a adotar medidas em prol do desenvolvimento da região. Devido a distância dos principais centros do país, o Estado brasileiro, além de realizar ações como o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Projeto Calha Norte para integrar essa parte do país ao restante do território nacional, também conta com as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, para garantir a soberania nacional nessa região.

Dessa forma, a presença da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na faixa de fronteira norte do Estado de Roraima contribui para o ordenamento desse limite territorial. Sua interoperabilidade junto às demais agências atuantes em sua área de responsabilidade, favorece o efetivo emprego da tropa e a manutenção da soberania do território nacional. Não pelo acaso, o Brasil não registrou até a presente data um indício de uma ameaça externa que violasse a soberania brasileira naquela parte do território nacional, mesmo

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva e a soberania nacional

próximo a um país que sofre forte turbulência política e social há cerca de 10 anos: Venezuela.

Os Pelotões Especiais de Fronteira constituem a presença física do Estado brasileiro nos rincões mais longínquos da fronteira brasileira com a Venezuela e a Guiana. Sua vigilância constante das fronteiras contribui para o fortalecimento do sentimento nacionalista naquele local e representa a primeira linha de defesa do território do Brasil em Roraima.

A Operação Ágata complementa o trabalho realizado pelos Pelotões Especiais de Fronteira no norte do Estado. Durante a Operação Ágata, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva garante a presença constante do Exército Brasileiro no combate aos crimes transfronteiriços, particularmente, no estado de Roraima. Além disso, o acionamento contínuo das Operações Curare e Curaretinga favorecem o emprego das tropas e coíbem os crimes transfronteiriços e ambientais nesse estado.

A Operação Controle, desencadeada em decorrência da crise migratória que assola a Venezuela, reforça ainda mais a soberania nacional nessa região, pois atua em dois sentidos: o primeiro sentido é de ordem humanitária e visa a dignidade da pessoa humana, uma vez que a operação busca sistematizar e ordenar a migração ordenada dos venezuelanos; o segundo sentido é de ordem estratégica e visa manter em níveis adequados a sensação de segurança na região, uma vez que tem como foco o combate aos ilícitos e crimes transfronteiriços que ocorrem na região.

Com isso, a Brigada Lobo d'Almada apresenta uma variada gama de capacidades, possibilitando o emprego de forma sinérgica com as diversas agências presentes no Estado de Roraima. Assim, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva colabora diretamente com a presença constante do Estado brasileiro e sua soberania na faixa de fronteira do extremo norte do território nacional.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. **Organograma - 1ª Brigada de Infantaria de Selva**. Brasil, 2019. Disponível em: https://www.1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=category&id=57&Itemid=524. Acesso em: 27 de março de 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Apresentação da Operação Ágata**. Brasil, 2021. Brasília: COTER, 2021.

BRASIL. Comando Militar da Amazônia. **1ª Brigada de Infantaria de Selva. Brasil, 2022** Disponível em: http://www.1bdainfsl.eb.mil.br/home/sintese_historica.html. Acesso em: 16 de março de 2022.

CAMPOS, Ciro. **Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região.** São Paulo: Editora Socioambiental, 2011.

GRIGOLI, Guilherme de Araújo; DE ALMEIDA, Vanderson Mota. **A securitização da fronteira brasileira diante da crise migratória venezuelana.** Coleção Meira Mattos, Vol. 16, n. 55, p. 43-67, 2022.

DE OLIVEIRA, M. G. A. G. **A utilização do componente militar Brasileiro frente à crise migratória da Venezuela.** Military Review, p. 1-15, 2018.

FRANCHI, T. **Operação Acolhida a atuação das Forças Armadas brasileiras no suporte aos deslocados venezuelanos.** Military Review, p. 1-13, 2019.

MARQUES, Alessandro Lima. **A contribuição do Exército Brasileiro, no contexto do Programa Calha Norte, para o desenvolvimento da Amazônia Legal.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2021. Rio de Janeiro: ECEME, 2021.

OLIVEIRA, Filipe Marques De. **A importância da defesa ao longo da história do Brasil e a notabilidade do exército brasileiro na defesa das fronteiras nacionais.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Rio de Janeiro: EsAO, 2020.

REALE, M. **Teoria do direito e do estado.** São Paulo: Saraiva, 2002.

A GEOPOLÍTICA DA TURQUIA DE *ERDOĞAN*: ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE*

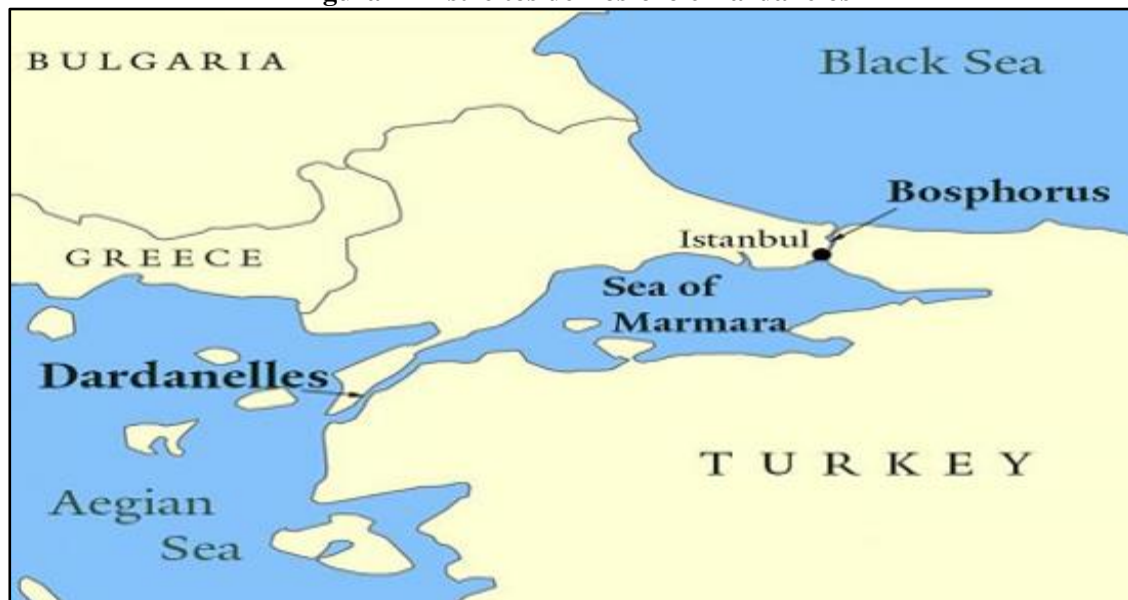
Lohanna Rodrigues Reis¹

1. Introdução

Num olhar geopolítico, pode-se dizer que a Turquia possui uma importância estratégica distinta, quando comparada a outros países ao longo da história. Isso se deve, principalmente, à sua privilegiada localização geográfica, pois grande parte do seu território está situado em uma região conhecida como *Anatólia*², onde tem acesso a importantes mares e vias navegáveis.

Sua localização central entre os três continentes: Ásia, Europa e África, que se convergem através do mar Mediterrâneo, faz com que o país também desempenhe um importante papel na distribuição de energia oriundas do Oriente Médio e da Rússia para a Europa, da mesma forma que o país se posiciona como um elo de ligação entre os países ocidentais e os países islâmicos, pois é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Figura 1 - Estreitos de Bósforo e Dardanelos



Fonte: REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA, 2022.

* Artigo originalmente publicado em 29 de novembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ. Redatora no periódico *Atlas Report - Análise Geopolítica* e Pós-Graduada em Digital *Business* na USP.

² Também conhecida como Ásia Menor, *Anatólia* é uma península que constitui a parte asiática da Turquia, sendo delimitada pelo mar Negro ao norte e pelo mar Mediterrâneo ao sul (COLLON; LLOYD, 2022).

Ademais, a importância geopolítica da Turquia deriva de diversos fatores, como por exemplo: a estabilização da região do mar Negro; o controle do estreito de Bósforo e do estreito de Dardanelos; suas atribuições enquanto país membro da OTAN; ser uma ponte energética entre os ricos recursos naturais da bacia do Cáspio e da Ásia Central e o mundo ocidental (TEMIZER, 2022).

Em vista disso, este artigo intenciona demonstrar a política independente adotada o presidente turco *Recep Tayyip Erdoğan* sob uma perspectiva realista clássica, contemporânea e não-ocidental. Para tal, será analisada a política externa da república da Turquia e seu posicionamento internacional enquanto ator independente e não exclusivamente como membro da OTAN; em seguida será analisada a guerra russo-ucraniana e suas consequências sociopolíticas para os países dessa região; por fim, com base no atual modelo de política externa que *Erdoğan* tem trilhado na Turquia, será realizada uma breve análise das possíveis tendências para o país no cenário internacional.

2. A Política Independente da Turquia - entre a OTAN e a Rússia

Desde o início da guerra russo-ucraniana, o presidente turco *Recep Tayyip Erdoğan* tem balanceado sua política no que ele chama de "abordagem equilibrada" entre Moscou e Kiev, postura que possibilitou a Turquia de se tornar um ator fundamental durante o conflito, não só regionalmente, mas globalmente (AL JAZEERA, 2022). Não pelo acaso, a citada guerra ressaltou a importância estratégica da Turquia no tabuleiro geopolítico global, haja vista o controle que o país exerce junto ao estreito de Bósforo e do estreito de Dardanelos.

Com o objetivo de evitar uma crise alimentar global, *Erdoğan* aproveitou-se da localização estratégica da Turquia e intermediou o acordo de grãos, assinado por Moscou e Kiev em meio a guerra. Segundo Ulgen (2022), diretor da EDAM³, a capacidade de reunir os Ministros das Relações Exteriores russos e ucranianos e mediar um acordo para tirar os grãos ucranianos e russos do mar Negro valida a abordagem equilibrada da Turquia em relação aos dois países. Ulgen (2022) também afirma que a Turquia tem sido pró-Ucrânia sem ser anti-Rússia e que as autoridades turcas também estão cientes da linha tênue que existe entre não implementar sanções e de proporcionar a percepção global de que o país ajuda a Rússia.

³ Centro para Estudos Econômicos e Política Externa, sediado em Istambul, na Turquia (EDAM, 2022).

A Geopolítica da Turquia de Erdoğan: entre o Ocidente e o Oriente

Entretanto, a OTAN não está satisfeita com esse posicionamento. Para Ivo Daalder, ex-embaixador dos Estados Unidos da América junto à OTAN, *Erdoğan* descobriu uma maneira de jogar o seu jogo, mas está fazendo isso às custas de uma aliança que é a chave para sua própria segurança. Daalder (2022) afirmou também que o presidente turco está mantendo todas as suas opções abertas e que essa é a tendência dos países que pensam apenas em seu próprio interesse, postura diferente da proposta da OTAN, que é pensar e atuar em prol do coletivo.

Devido a isso, os países ocidentais estão ficando alarmados com o aprofundamento dos laços entre *Erdoğan* e *Vladimir Putin*, postura que eleva o nível de tensão entre os países da OTAN, pois aumenta a possibilidade de haver uma retaliação punitiva contra um de seus membros. Tal possibilidade está ancorada no questionamento feito por alguns países da OTAN sobre a postura da Turquia junto à Rússia em meio ao conflito, uma vez que a aliança está se esforçando para colocar em prática as sanções impostas à Rússia (RFI, 2022). A Turquia, que não é membro da União Europeia, se recusou a aplicar sanções ocidentais contra a Rússia e está criando alternativas para trabalhar com os bancos russos sancionados de outra forma. Outro exemplo é o gás russo, que flui sem impedimento através do gasoduto *TurkStream*. Como se não bastasse, há também relatos de que a Rússia esteja buscando ajuda turca para fornecer “subsistemas” para suas armas, que não podem ser obtidos diretamente junto aos países ocidentais (RFI, 2022).

Segundo Daalder (2022), os benefícios que *Erdoğan* têm colhido junto à Rússia incluem infusões de dinheiro no banco central da Turquia, energia barata russa, um grande mercado de exportação, turismo russo renovado e, crucialmente, a aparente adesão russa aos esforços turcos para impedir o separatismo curdo na Síria, onde a Rússia apóia o governo sírio de *Bashar al-Assad*.

Já a OTAN, por vezes se questiona se estaria melhor sem a Turquia, devido às obstruções do país contra alguns dos projetos da aliança, como por exemplo o breve veto da entrada da Suécia e da Finlândia. O preço para a retirada do veto foi a extradição de dezenas de pessoas pertencentes à organização política armada e separatista curda denominada de Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e de pessoas pertencentes ao movimento Fetö, liderado pelo clérigo *Fethullah Gülen*, que foi acusado de orquestrar a tentativa de golpe de 2016 contra o governo do então presidente turco *Recep Tayyip Erdoğan* (EURONEWS, 2022).

Portanto, apesar da insatisfação de alguns membros da OTAN com a participação da Turquia na aliança, bem como suas condições para permitir a adesão dos nórdicos, não

há como ignorar a importância do país no tabuleiro geopolítico global. Os turcos têm uma longa participação na aliança, já que aderiram à OTAN em 1952, logo depois de se alinharem com o Ocidente durante a Guerra Fria. A Turquia dá à aliança uma posição estratégica crucial na interseção da Europa e da Ásia, abrangendo tanto o Oriente Médio quanto o mar Negro. Na esfera militar, o país exerce grande importância, pois é sede de uma base aérea dos Estados Unidos da América e também abriga armas nucleares norte-americanas (NTI, 2021). Como se não bastasse, a Marinha turca é suficientemente forte para fazer valer os interesses turcos em seu mar territorial, particularmente junto ao estreito de Bósforo e ao estreito de Dardanelos, força que ficou evidenciada no episódio em que impediu os navios russos de entrarem para o mar Negro através do estreito de Bósforo e do estreito de Dardanelos (REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA, 2022).

3. A Guerra na Ucrânia e as consequências no tabuleiro geopolítico da Ásia Central

Uma das consequências geopolíticas ocasionadas pela guerra russo-ucraniana foi o afastamento da Rússia com os países da Ásia Central. Tal afastamento se deve ao fato de que muitos países da região se viram nas mesmas condições da Ucrânia e que, a qualquer momento, poderiam sofrer uma invasão russa em seus respectivos territórios, sob a justificativa de que, em algum momento ao longo da história, aquele território pertenceu ao Império de Moscou (THE ECONOMIST, 2022).

Diante desse momento geopolítico instável, o presidente da Turquia - *Erdoğan*, tem atuado de forma silenciosa e tem se valido das circunstâncias para aumentar a influência turca na Ásia Central. Para tanto, *Erdoğan* busca fortalecer o Pan-Turquismo entre os países da região. Segundo Landau (1995), o Pan-Turquismo é uma ideologia nacionalista que surgiu no século XIX junto aos povos de língua turca e que visa a união de todos os povos turcomanos, ou seja, povos de língua turca. Estes povos incluem sociedades como os cazaques, uzbeques, quirguizes, uígures, azeris, turcomenos e turcos modernos.

Como exemplo da influência do Pan-Turquismo na geopolítica turca, em 2016, o então Presidente do escritório internacional do Partido dos Trabalhadores da Turquia (AKP), *Yunus Soner*, declarou que a Turquia teria planos para se afastar da OTAN, tanto por falta de confiança nas potências ocidentais, quanto por visar a unidade dos povos turcomanos. Soner (2016) declarou que antes de cancelar o tratado, as bases dos EUA na Turquia deveriam ser fechadas e a base industrial de defesa da Turquia deveria ser reorientada para a China ou para a Rússia, uma vez que estava conectada à indústria de defesa da OTAN. O ex-Presidente do AKP disse ainda que a OTAN intenciona dividir a

Turquia e isso força o governo turco e todas as forças patrióticas turcas a questionarem o papel da aliança. Portanto, pode-se notar que os interesses da OTAN dificilmente irão se sobrepor aos interesses nacionais da Turquia e os países da região estão cientes disso.

Figura 2 - Povos de língua turca



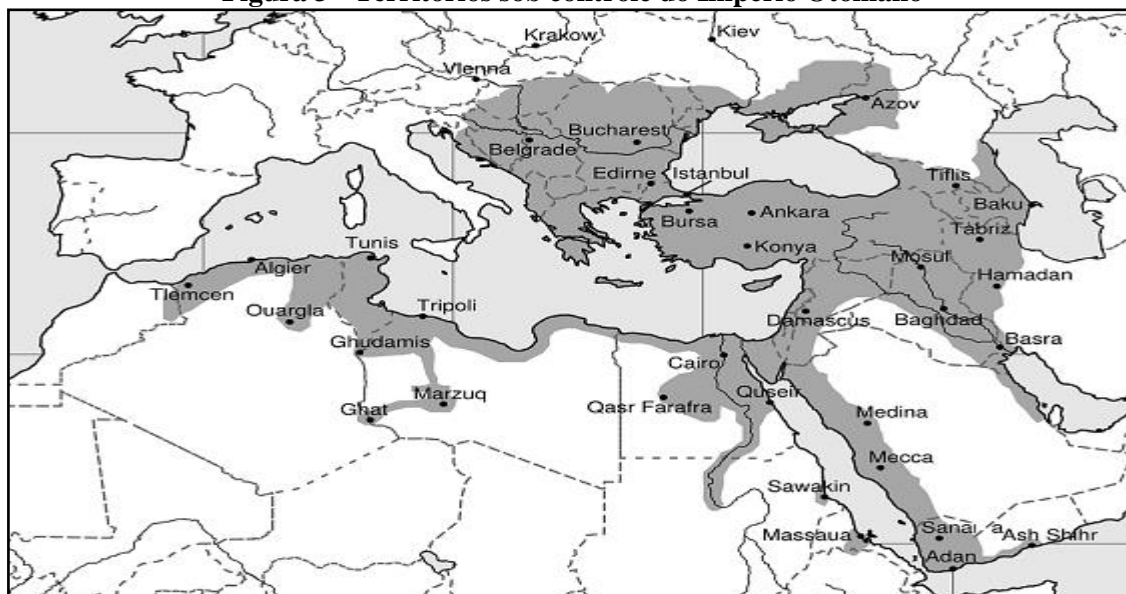
Fonte: WIKIDPEDIA, 2020.

Para Gostev (2022), a Turquia tem o potencial de explorar o conflito na Ucrânia para aumentar seu *soft power* regional, pois acredita-se que quanto mais conflito houver no espaço pós-soviético, mais influência turca poderá ocorrer nessa região e que essa assertiva não se aplica apenas à guerra que está sendo travada entre russos e ucranianos, mas a todo e qualquer conflito que porventura vier a eclodir no espaço pós-soviético ou na região do Cáucaso. Um exemplo disso foi o conflito motivado pela disputa do território de *Nagorno-Karabakh*. Nesse conflito, foi observado o apoio da Turquia ao Azerbaijão para o esforço de guerra. Não por acaso, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Uzbequistão e a Hungria também declararam seu apoio político ao Azerbaijão, todos alinhados com a Turquia.

Outra ideologia política que encontra bastante aceitação na Turquia e nos países da Ásia Central é o Neo-Otomanismo. De acordo com Yavuz (2016), o Neo-Otomanismo se caracteriza por ser um movimento etno-religioso, diferente do Pan-Turquismo que é de natureza etno-racial. Em suma, o Neo-Otomanismo é uma ideologia que se baseia no passado otomano da Turquia para promover maior engajamento político da Turquia nas regiões que um dia pertenceram ao Império Turco (YAVUZ, 2016).

No Neo-Otomanismo, apesar da existência de diferentes etnias nessas regiões, a uniformidade religiosa é suficientemente forte o bastante para promover a unificação política desses locais. Apesar de ser rejeitado pelo governo atual, uma vez que entende que o Estado é laico, o Neo-Otomanismo chegou a ser associado à política externa intervencionista da Turquia no Mediterrâneo Oriental, no Chipre, na Grécia, no Iraque, na Síria, na África, na Líbia e em Nagorno-Karabakh.

Figura 3 - Territórios sob controle do Império Otomano



Fonte: GEOPOLITIKA.RU, 2017

Diante dessas considerações, tudo leva a crer que a OTAN não parece ter interesse nos reais objetivos da Turquia, visto suas incessantes tentativas de direcionar a política externa turca, na direção oposta de suas metas, todas sem sucesso. A falta de entendimento sobre essas duas ideologias (Pan-Turquismo e Neo-Otomanismo), pode ocasionar um afastamento da Turquia perante à OTAN. Ou seja, o entendimento do Pan-Turquismo e do Neo-Otomanismo, são essenciais para compreender a política externa turca e como o país se movimenta no tabuleiro geopolítico regional e global.

4. Considerações Finais

Em uma coletiva de imprensa com seu homólogo sérvio *Aleksandar Vucic*, *Erdoğan* afirmou que não acredita que a atitude do ocidente esteja correta, porque essa seria uma política baseada em provocações (Al JAZEERA, 2022). Por essa razão, *Erdoğan* defendeu que a política externa turca, pautada pelo equilíbrio entre a Ucrânia e a Rússia, será mantida nos próximos anos, pois atendem as necessidades dos turcos.

A Geopolítica da Turquia de Erdoğan: entre o Ocidente e o Oriente

A Turquia não só deixou de se unir ao regime de sanções ocidentais contra a Rússia, como assinou recentemente um novo acordo de cooperação econômica com Moscou, visando melhorar a economia turca que apresenta uma trajetória de declínio nos últimos anos. Sendo assim, as chances de reeleição de *Erdoğan* podem aumentar em 2023, quando o país terá novas eleições presidenciais.

De fato, a Turquia foi contra a invasão na Ucrânia, posicionamento que ficou explicitamente evidenciado no episódio em que impediu os navios russos entrassem no mar Negro através de seus estreitos e quando vendeu armas para Kiev (AL ARABIYA, 2022). Entretanto, *Erdoğan* parece ter três preocupações: 1) informar ao ocidente que ele pode fazer negócios com *Putin*; 2) informar que as taxas de câmbio sejam temporariamente aliviadas com o dinheiro vindo da Rússia; e 3) e alinhar-se à Rússia para uma possível incursão na Síria contra os curdos.

Cabe salientar que a OTAN não está satisfeita com o posicionamento de *Erdoğan*, principalmente após as sanções impostas à Rússia e não acatadas pela Turquia. Entretanto, a aliança demonstra precisar mais da Turquia do que o contrário, não os oferecendo muitas opções no momento, senão aceitar as exigências de *Erdoğan* e suas atitudes não alinhadas com as potências ocidentais, o que tem resultado em seu afastamento gradual da aliança, mas que ao mesmo tempo tem aumentado seu poder regional. Todavia, para o ocidente, a habilidade de *Erdoğan* de lidar com *Putin* não foi de todo ruim, o país manteve seus laços diplomáticos próximos com Moscou e está servindo como principal mediador entre Rússia e Ucrânia para garantir as entregas de grãos e possíveis conversas de paz.

Referências:

AL ARABIYA. **Turkey grows cautious over selling weapons to Ukraine**. Al Arabiya, 2022. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/News/world/2022/06/21/Turkey-grows-cautious-over-selling-weapons-to-Ukraine-Report>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

AL JAZEERA. **Erdogan decries Western policy towards Russia**. Al Jazeera, 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/9/7/erdogan-says-western-nations-using-provocations-against-russia>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

COLLON, Dominique P. M.; LLOYD, Seton H. F. **Anatolia from the end of the Hittite Empire to the Achaemenian Period**. Britannica, 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Anatolia/The-Middle-Kingdom>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

DAALDER, Ivo. **Turkey: Difficult to live with, nearly impossible to live without.** Político, 2022. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/turkey-difficult-ally-west-recep-erdogan-russia-vladimir-putin/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

EDAM. **About Us.** EDAM, 2022. Disponível em: <https://edam.org.tr/en/about-us/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

EURONEWS. **Turkey demands Sweden and Finland extradite 'terrorists' after NATO deal.** Euronews, 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/2022/06/29/turkey-demands-sweden-and-finland-extradite-terrorists-after-nato-deal>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

GEPOLITIK.RU. **The Global Blueprint for Neo-Ottomanism: Soft Power - Part 1.** Geopolitik.RU, 2017. Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/en/article/global-blueprint-neo-ottomanism-soft-power-part-i>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

GOSTEV, Alexander. **Erdogan's games with Ukraine, Russia and the war. What does Turkey want?** Atlas of Peace, 2022. Disponível em: <https://www.svoboda.org/a/igry-erdogana-s-ukrainoi-rossiei-i-voinoi-chego-hochet-turcia/31815185.html>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

LANDAU, Jacob M. **Pan-Turkism: From Irredentism to Cooperation.** Bloomington: Indiana University Press, 1995.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE. **Turkey Overview.** Nuclear Threat Initiative, 2021. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/turkey-overview/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

RADIO FRANCE INTERNATIONALE. **Turkey's ambiguous application of United Nations' sanctions on Russia.** Radio France Internationale, 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/podcasts/international-report/20220404-turkey-s-ambiguous-application-of-united-nations-sanctions-on-russia>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA. **Turquia fecha estreito de Bósforo e Dardanelos a navios de guerra.** Poder Naval, 2022. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2022/03/01/turquia-fecha-estreito-de-bosforo-e-dardanelos-a-navios-de-guerra/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

SONER, Yunus. **It's on eurasian countries to help turkey leave NATO.** Geopolítica.RU, 2016. Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/en/article/its-eurasian-countries-help-turkey-leave-nato>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

TEMIZER, Murat. **Türkiye has a role in Azerbaijani gas reaching Europe.** Anadolu Agency, 2022. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/economy/turkiye-has-role-in-azerbaijani-gas-reaching-europe/2641585#>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

THE ECONOMIST. **Central Asian countries are subtly distancing themselves from Russia.** The Economist, 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2022/10/20/central-asian-countries-are-subtly-distancing-themselves-from-russia>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

ULGEN, Sinan. **Turkey's president wishes to maintain friendly ties with Russia and Ukraine.** EDAM, 2022. Disponível em: <https://edam.org.tr/en/turkeys-president-wishes-to-maintain-friendly-ties-with-russia-and-ukraine/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

YAVUZ. M. Hakan. **Social and Intellectual Origins of Neo-Ottomanism: Searching for a Post-National Vision.** Die Welt des Islams, Vol. 53, nº 3, p. 438-465, 2016.

WIKIPEDIA. **File: TurkicMapAccurate.png.** Wikipedia, 2019. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:TurkicMapAccurate.png>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

DA TÁTICA A PRÁTICA: A TEORIA DO PODER AÉREO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL*

Rodrigo Tavares Ferreira¹

1. Introdução

O uso dos aviões em conflitos teve a sua origem em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial (1ª GM). Inicialmente, os Exércitos utilizavam as aeronaves para realizar missões de reconhecimento das posições inimigas e para observar o terreno, conforme ocorrido na Batalha de *Tannenberg* (BAKER, 2022; DURSCHMIED, 2002). Ao final dessa guerra, estima-se que 20 milhões de pessoas perderam suas vidas ou foram feridas em batalhas mortais, inúteis e destrutivas, como a Batalha do *Somme*. Devido a gigantesca perda de vidas humanas e materiais, alguns estudiosos começaram a observar os aviões como sendo uma ferramenta que poderia diminuir os combates terrestres travados pelos Exércitos e, por conseguinte, poderiam reinventar a guerra tornando-a mais rápida, mais precisa, menos destrutiva e menos mortal (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

A partir de então, o poder aéreo não seria mais usado especificamente para apoiar as tropas em terra. Os aviões seriam usados para levar à guerra ao território inimigo, bombardeando suas fábricas, usinas de energia e cidades (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021). Considerando as informações citadas acima, surge o seguinte questionamento: ***Como o Poder Aéreo transformou-se num poder estratégico na Segunda Guerra Mundial (2ª GM)?***

Para responder o questionamento, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente realiza-se uma breve introdução seguida do anúncio da pergunta que norteia este artigo. Na sequência, discorre-se sobre a teoria geopolítica clássica que serviu de referência para o planejamento do poder aéreo dos países beligerantes. Depois disso, descreve-se as evoluções doutrinárias e tecnológicas implementadas para o emprego da aviação na 2ª GM. Em seguida, são tecidas algumas considerações sobre a guerra aérea que ocorreu na Inglaterra, na Alemanha e no Japão. Na parte final deste artigo, são realizadas algumas considerações sobre como o Poder Aéreo tornou-se um poder estratégico.

* Artigo originalmente publicado em 9 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Mestre em Ciências Militares.

2. A Teoria do Poder Aéreo

Os estudos sobre a aviação militar foram iniciados em 1904 pelos europeus e norte-americanos. Ao término da 1ª GM, diversos entusiastas do Poder Aéreo começaram a construir teorias, que posteriormente vieram a influenciaram na formulação da doutrina e nos meios das Forças Aéreas de diversos países (KENNEDY, 2014). Nestes estudos, destacaram-se o General *Billy Mitchell*, dos Estados Unidos da América, o Marechal do Ar *Sir Hugh Trenchard*, da Grã-Bretanha, o italiano *Giulio Douhet*, o General sul-africano *Jan Smuts* e o russo-americano *Alexander P. Seversky*.

De uma forma geral, suas proposições convergiam para os seguintes pontos: o poder aéreo era a chave para a vitória na guerra; a Força Aérea deveria ser independente e não como uma força auxiliar do Exército e da Marinha; e a Força Aérea precisaria ser dotada de meios adequados para realizar ataques estratégicos ao território inimigo, com a finalidade de abalar a sua vontade de lutar (KENNEDY, 2014; DOUHET, 1988; DE SEVERSKY, 1942).

Dentre os especialistas citados, o trabalho do engenheiro aeronáutico *Alexander P. Seversky* notabilizou-se ao prever o emprego de bombardeios estratégicos de longo alcance. Por conseguinte, os aviões efetuariam ataques intercontinentais, sobrevoando os oceanos Atlântico e Pacífico, eliminando a ilusão de segurança baseada na distância geográfica (DE SEVERSKY, 1942).

Antes da 2ª GM, a Grã-Bretanha, a Itália e, de certa forma a Alemanha, criaram uma Força Aérea independente. Durante a 2ª GM, países como os Estados Unidos da América e o Japão mantiveram suas Forças Aéreas como parte do Exército ou da Marinha (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

3. As evoluções doutrinárias e tecnológicas implementadas na aviação

A doutrina do bombardeio estratégico partia da premissa que os aviões deveriam atacar alvos estratégicos do inimigo, que teriam como objetivo paralisar a sua economia e acabar com a sua determinação de prosseguir na luta, destruindo o funcionamento da sua máquina de guerra (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Para **pôr em prática a doutrina e as teorias**, os cientistas e militares constataram **que as aeronaves deveriam preencher as seguintes características**: voar alto e rápido; atravessar enormes distâncias geográficas; **contar com uma blindagem robusta**; carregar bombas poderosas; e acertar os alvos no solo com precisão, causando danos significativos às posições inimigas. Sem isto, seria impossível concretizar a suposição de

que o avião poderia revolucionar as operações de guerra (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014; DE SEVERSKY, 1942).

De maneira sucinta, os ataques executados contra os inimigos tinham dois tipos de bombardeios: de precisão e de área. O primeiro era concentrado em alvos cruciais como indústrias, fábricas, usinas, refinarias, redes de transporte, siderúrgicas, aquedutos, entre outros. O bombardeio de área, por sua vez, não tinha um alvo específico e não diferenciava os alvos civis e militares, sendo as cidades atacadas indiscriminadamente. Os dois tipos foram empreendidos pelos ingleses, alemães e norte-americanos (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

No início da 2ª GM as Forças Aéreas já contavam com aviões bombardeiros de médio alcance. A *Royal Air Force* (RAF) possuía o *Typhoon*; a *Luftwaffe* possuía o *Juncker 87*, o *Bf 110*, o *Dornier 17*, o *Heinkel 111* e o *Junker Ju 52*; e a *U.S. Army Air Corps* (USAAC) tinha o *B-17* (Fortaleza Voadora) e o *B-24 Liberator*, ambos empregados na Europa. Em 1942, a *Boeing* desenvolveu o *B-29*, o “Superfortaleza”, um bombardeiro de grande alcance que foi empregado no teatro de operações do Pacífico (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Nas campanhas de bombardeio estratégico era importante a proteção fornecida aos aviões bombardeiros pelos caças. Como exemplo deste tipo de aeronave, podem ser citados: os *Messerschmitt* e *Focke-Wulf* dos alemães; os *Defiant*, *Hawker Hurricane* e os *Spitfire* dos ingleses; os *P-47 Thunderbolt* dos americanos; o *Nakajima Ki-27* os japoneses; e o *Fiat G.50 Freccia* dos italianos (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014). As aeronaves utilizavam bombas alto-explosivas e de fragmentação para bombardear as posições inimigas. Posteriormente, outras duas bombas foram desenvolvidas e empregadas na campanha do Pacífico: as incendiárias, fabricadas com *napalm*, e a bomba atômica (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

Para aproveitar ao máximo o poder destrutivo das bombas, os aviões necessitavam de equipamentos que melhorassem a sua navegação e que identificassem os alvos de forma correta. Desta forma, os pilotos acreditavam que poderiam salvar vidas nos locais que estavam sob ataque. Com esta intenção, cientistas britânicos e norte-americanos desenvolveram equipamentos como a *Mira Norden*, o *Gee*, o *Oboe* e o *H2S*. Todavia, estes equipamentos apresentaram problemas operacionais e careciam de condições meteorológicas quase perfeitas para o seu correto funcionamento, como poucas nuvens, baixa velocidade do vento e temperatura adequada (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

4. A guerra aérea contra a Grã-Bretanha, Alemanha e Japão

O confronto aéreo entre Forças Aéreas inimigas é algo extremamente complexo. Em vista dessa realidade, três fatores críticos merecem destaque para o cumprimento da missão aérea: 1) a geografia; 2) a escolha dos alvos; e 3) os homens e seus equipamentos (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

a. A Batalha da Grã-Bretanha

Esta batalha foi a primeira oportunidade de testar a teoria do poder aéreo e os bombardeios estratégicos. Os confrontos aéreos ocorreram entre a Alemanha e o Reino Unido, onde os alemães bombardearam de forma implacável o território inglês entre julho e outubro de 1940, e com menos intensidade até maio de 1941. O objetivo alemão era o controle do espaço aéreo próximo ao canal da Mancha e a destruição da RAF (KENNEDY, 2014).

A geografia não foi um fator impeditivo nesta batalha, uma vez que a Alemanha é próxima da Inglaterra. Os alemães decolavam de bases aéreas localizadas na costa da França ocupada, e atacavam cidades industriais importantes como *Southampton*, *Portsmouth*, *Devonport*, *Cardiff*, *Kent*, *Derby*, e principalmente, *Londres*, despejando milhares de bombas sobre as populações (KENNEDY, 2014).

Nestas cidades, os alemães tinham como alvos a indústria que sustentava a máquina de guerra inglesa, como a fábrica de motores da *Rolls-Royce* e as linhas de montagem dos aviões *Spitfire*. Mas graças a um organizado sistema de defesa, os ingleses conseguiram impedir que a *Luftwaffe* atingisse o seu objetivo nesta campanha aérea. Por sua vez, a Alemanha teve milhares de perdas de pessoal e centenas de danos materiais (KENNEDY, 2014).

b. A ofensiva aérea dos ingleses e americanos contra a Alemanha

A ofensiva dos aliados contra o território alemão teve início a partir de 1941 e durou até o início de 1945. O objetivo da RAF e da USAAC era atacar a indústria que dava suporte as Forças Armadas da Alemanha, e assim, terminar com a guerra. Portanto, os alvos dos aliados eram os estaleiros, as fábricas de aviões e de munições (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Mais uma vez o fator geográfico não foi um fator impeditivo para os contendores, pelos mesmos motivos apresentados na Batalha da Grã-Bretanha. Isto posto, os B-17 e os *Typhoon* bombardearam cidades industriais importantes, como *Essen*, *Aachen*, *Duisburg*,

Dortmund, Bochum, Düsseldorf, Barmen-Wuppertal, Dresden, Schweinfurt e Regensburg (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Nos ataques realizados contra o território alemão, os norte-americanos fizeram bombardeios de precisão diurnos, e os ingleses fizeram bombardeios de área à noite. Esses ataques foram marcados por uma série de complicações, como: aviões com alcance limitado; pilotos que, por segurança, precisavam voar a grandes altitudes; e as péssimas condições climáticas, que impediam que as tripulações identificassem seus alvos, diminuindo a precisão dos ataques. Com tantos problemas em curso, os custos em vidas e equipamentos foi enorme (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

A ofensiva aérea aliada contra a Alemanha custou a vida de vários aviadores aliados, superando as baixas entre os oficiais britânicos na Batalha do *Somme* em 1916. Além disso, centenas de B-17 foram perdidos. Para a população alemã, o preço foi ainda mais caro, com a perda da vida de centenas de milhares de pessoas (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Com todo o poder de ataque dos aviões, vale enfatizar que a guerra só terminou na Europa quando a Alemanha foi ocupada pelos Exércitos aliados, exigindo ao Alto-Comando alemão a rendição incondicional de suas tropas (KISSINGER, 2017; KENNEDY, 2014).

c. A U.S. Army Air Corps contra o Japão

A Operação *Meetinghouse* tinha como estratégia a destruição da indústria de guerra japonesa, e assim enfraquecer as suas Forças Armadas. Posteriormente, o caminho para uma invasão por terra ao Japão estaria aberto. Com esta estratégia, a *U.S. Army Air Corps* bombardeou o território japonês entre novembro de 1944 e agosto de 1945 (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021). Para esta operação, os norte-americanos já contavam com o B-29 o “Superfortaleza”, um avião capaz de carregar mais que o dobro da quantidade de bombas que o B-17, e que também era capaz de voar mais rápido, mais distante e mais alto do que qualquer outro avião bombardeiro (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

O fator geográfico foi um impeditivo para esta operação, uma vez que os norte-americanos precisaram ocupar as Ilhas Marianas, que estavam distantes cerca de 2.500 quilômetros do território japonês. Nestas ilhas, foi construída uma base aérea estratégica, com o maior aeroporto do mundo, de onde decolariam os B-29 rumo ao Japão (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

Inicialmente, a Força Aérea norte-americana realizou bombardeios de precisão à grande altitude, com o objetivo de destruir as fábricas de aeronaves japonesas, as oficinas de montagem de equipamentos militares e os depósitos de petróleo. Mas, devido ao mal tempo e a grande velocidade do vento no local, os ataques fracassaram e não conseguiram causar danos significativos a máquina de guerra japonesa (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

Devido aos fracassos, a USAAC decidiu abandonar a doutrina do bombardeio de precisão e adotou a doutrina do bombardeio de área. Como resultado e com o fito de aumentar a segurança das tripulações durante os voos, o alto comando determinou que os ataques dos B-29 fossem realizados à baixa altitude e a noite. Outrossim, a Força Aérea norte-americana ordenou que fossem utilizadas as bombas incendiárias fabricadas com *napalm* (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021). Os resultados dos ataques com bombas incendiárias sobre o Japão foram arrasadores, queimando em até 78% as áreas de cidades como *Osaka, Kure, Kobe, Nishinomiya, Okayama, Tokushima, Toyama, Yawata, Kumagaya*, entre outras (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

O golpe fatal ocorreu no dia 6 de agosto de 1945, quando o B-29 *Enola Gay* lançou a primeira bomba atômica da história sobre a cidade de *Hiroshima* e três dias depois, o B-29 *Enola Gay* lançou a segunda bomba atômica sobre a cidade de *Nagasaki*. Dias depois, ainda em agosto de 1945, o Japão se rendeu de forma incondicional. Esta arma tão devastadora e com efeitos tão catastróficos mudou para sempre a política internacional (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KISSINGER, 2017).

5. Conclusão

O uso de aeronaves em conflitos são uma realidade desde a 1ª GM e perduram até os dias de hoje. O emprego do avião evoluiu de tarefas de reconhecimento das posições inimigas e da observação do terreno, para missões de ataque ao território inimigo.

As teorias do Poder Aéreo acertaram ao prever que uma Força Aérea dotada com os meios adequados seria capaz de bombardear alvos estratégicos no interior do território antagonista, conforme ocorreu na Batalha da Grã-Bretanha, na ofensiva aérea dos ingleses e norte-americanos contra a Alemanha e, principalmente, na Operação *Meetinghouse* contra o Japão. Aviões bombardeiros, como o B-17 e o B-29, causaram prejuízos à infraestrutura e à economia da Alemanha e do Japão, impedindo alemães e japoneses de prosseguirem na guerra por mais tempo.

Outro acerto dos teóricos foi prever que a Força Aérea deveria ser independente do Exército e da Marinha. Antes da 2ª GM, a Grã-Bretanha, a Itália e a Alemanha já possuíam a Força Aérea independente das outras Forças. Nos Estados Unidos da América, a Força Aérea só veio a se tornar independente em 1947, após a 2ª GM.

Em contrapartida, a intenção de que o uso das aeronaves em combates tornaria a guerra mais precisa, menos destrutiva e menos mortal, não se mostrou precisa. Pelo contrário, os bombardeios executados pelos aviões, de precisão e de área, contra a Inglaterra, a Alemanha e o Japão expuseram as populações a enormes sofrimentos com incalculáveis perdas de vidas. Da mesma maneira, grandes quantidades das tripulações das aeronaves morreram nos combates aéreos. Neste ponto, cabe ressaltar que a guerra só terminou na Europa quando a Alemanha foi ocupada pelos Exércitos aliados. No entanto, os aviões, com o poder destrutivo dos seus ataques, ajudaram a encurtar a 2ª GM, com a rendição do Japão em agosto de 1945.

Em vista do exposto, pode-se concluir que o Poder Aéreo se transformou num poderoso e imprescindível poder estratégico, demonstrando a sua extrema importância para o término da Segunda Guerra Mundial.

Referências:

BAKER, David. **A guerra aérea 1939-1945: o papel da aviação na segunda guerra mundial**. São Paulo: Pé da Letra, 2022.

DE SEVERSKY, Alexander Prokofieff. **Victory Through Air Power**. New York: Simon and Schuster, 1942.

DOUHET, Giulio. **O domínio do ar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

DURSCHMIED, Erik. **Fora de Controle: como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

KENNEDY, Paul. **Engenheiros da Vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.

GLADWELL, Malcolm. **A Máfia dos Bombardeiros**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

PENSAR DEFESA PARA ALÉM DA POLÍTICA: O PAPEL DA ECONOMIA DE DEFESA NA CONSOLIDAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA *

Amanda Neves Leal Marini¹

1. Introdução

Earle (2001), ao analisar a respeito do pensamento de List, Smith e Hamilton, aponta que, o poder militar é construído sobre as fundações econômicas de um país. Desse modo, é possível correlacionar esta afirmativa com a reflexão em torno do fomento à Defesa Nacional, abarcando desde a compra até o desenvolvimento de tecnologias, por meio de uma indústria de ponta, passando pela aceleração de programas militares.

Diante dessa constatação. Este artigo tem como objetivo analisar a importância do processo de aquisição de produtos de defesa (PRODE) para o desenvolvimento e consolidação da Base Industrial de Defesa (BID). Para tanto, será destacada a importância da indústria de defesa junto ao Estado e as consequentes inovações tecnológicas geradas pelo setor de defesa e que possuem capacidade de transbordar para os demais setores da sociedade. Na fase final, este artigo apresenta a realidade brasileira e aponta algumas considerações sobre o assunto com base no que foi descrito.

2. A indústria de defesa e o Estado

De acordo com os documentos de defesa do Brasil, a BID é definida como sendo os conglomerados de instituições de natureza estatal e privada, civil e militar, que atuam em pesquisas, desenvolvimento, industrialização, produtos, inovações, avanços, progressos, entre outras ações, aos produtos de defesa (PRODE) no país. A diretriz nº 22, da Estratégia Nacional de Defesa, estabelece que a Base Industrial de defesa deve conquistar a autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa para desenvolver tecnologias de defesa de ponta, como foco voltado para o progresso de capacitações operacionais (BRASIL, 2020; BRASIL, 2012a).

Sobre economia de defesa, Sandler e Hartley (1999) definem como sendo o estudo de temas voltados para a Defesa Nacional utilizando as ferramentas da ciência econômica, ou seja, a economia de defesa visa auxiliar a condução de políticas públicas para o setor

* Artigo originalmente publicado em 15 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Mestranda em Ciências Militares na ECEME.

de defesa, haja vista que o processo de aquisição e a política industrial de defesa requer uma série de especificidades. Neste cenário, o Estado, exerce a função de regulador, financiador e comprador, visto ser um setor monopólio na política industrial de defesa.

O processo de aquisição pressupõe construir e sustentar os sistemas e plataformas de armas, gerando novas capacidades militares, dinamismo e resiliência para a BID, reduzindo os custos econômicos e operacionais. Neste cenário, Hartley (2011) argumenta que as mudanças nas novas tecnologias exigem que as Forças Armadas e as indústrias de defesa se ajustem às novidades e aos novos desafios impostos pela modernidade.

Outrossim, a aquisição pressupõe construir e sustentar sistemas e plataformas de armamentos e equipamentos bélicos que objetivem garantir a defesa e a resistência da BID, o desenvolvimento de inovações no setor e novas capacidades no âmbito militar, reduzindo, dessa maneira, custos que venham a ser elevados economicamente e operacionalmente. Na correlação entre a política econômica e industrial, é crucial que o planejamento estratégico esteja integrado, visto que o ambiente internacional é, cada vez mais, caracterizado por ameaças e incertezas. Por isso, torna-se fundamental refletir e planejar políticas públicas para a indústria de defesa na atual dinâmica competitiva do sistema internacional. Markowski et al (2010) acrescenta que a política da indústria de defesa deve ser compreendida como um subconjunto da política de compras de defesa do país, pois além de complementar as aquisições e compras, oferta mais investimentos para a indústria local.

Dessa forma, entende-se que a indústria de defesa é dependente das políticas de Estado. Dessa maneira, a partir do que fora apresentado e analisado, a finança é o ponto nervoso do poder e da guerra. Hartley (2017) ainda pontua que os grandes desenvolvimentos na defesa, como novas tecnologias e a Revolução nos Assuntos Militares (RAM) estão intimamente correlacionados com o fator econômico e com o planejamento estratégico. Em suma, a política industrial robusta e a estratégia de gestão tecnológica, além de gerar maior eficiência militar, ganha forma quando desenvolvida numa política industrial de defesa mais eficiente (HARTLEY, 2017).

3. A indústria de defesa e a inovação tecnológica

Com o fim da Guerra Fria e a estruturação da Nova Ordem Mundial, a conjuntura da indústria de defesa e os dispêndios no setor de defesa sofreram fortes alterações, como foi apontado no *The Military Balance* das últimas duas décadas. Desse modo, é possível correlacionar os gastos globais em defesa, com ênfase no momento pós-2001, com o

Pensar Defesa para além da política: o papel da Economia de Defesa na consolidação da Base Industrial de Defesa

advento da Guerra ao Terror, com o desenvolvimento de novos sistemas de armas e com o fortalecimento dos sistemas produtivos nacionalizados. Ou seja, o desenvolvimento de novos sistemas de armas e o fortalecimento dos sistemas produtivos nacionalizados, além de promover um gasto expressivo nos dispêndios militares, no cenário pós-2001, com base no SIPRI (2022) e no *The Military Balance* (2021), transcorre a questão de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).

Segundo Paret (2001), a ciência e a guerra sempre estiveram intimamente ligadas. Pensamento este que se correlaciona com a argumentação desenvolvida por Ruttan (2006), especialmente, no escopo temporal pós 11/9, uma vez que o autor desenvolve o argumento que o cenário tecnológico seria muito distinto na ausência dos avanços e contribuições tecnológicas militares na área de defesa, visto que não haveria a aceleração do período de maturação e desenvolvimento científico. Gansler (2011), Saunders et al (1995) e Leske (2018) corroboram essa assertiva ao apontarem que a inovação tecnológica no meio militar tem sido parcela do processo de evolução dos confrontos armados, tendo como foco o interestatal.

Os gastos para a produção de artefatos bélicos e produtos de defesa, como um todo, são elevados. Logo, Gansler (2011) entende que os investimentos devem ter como foco o aperfeiçoamento tecnológico existente, o que seria mais viável na óptica econômica, pois diminuiria o tempo da maturação tecnológica e proporcionaria melhor desenvolvimento dos sistemas de armas e dos sistemas produtivos nacionalizados. Sobre a inovação no setor de defesa, Leske (2018) pontua que a inovação é o motor da economia, resultado desse processo complexo e dinâmico, enraizado nas interações entre as instituições, caracterizado como um processo evolucionário e sistêmico.

Assim, compreende-se que o desenvolvimento de artefatos tecnológicos e dos sistemas produtivos é de vital importância na área militar. Saunders et al (1995) pontuam que o âmago na investigação e na pesquisa tecnológica tem como finalidade evitar assombros que venham a comprometer a soberania e integridade territorial, assim como a segurança regional e internacional, o que ocasiona o dinamismo na área científica e na área tecnológica. Desse modo, com base no que foi discorrido até então, e relacionando com base na Política Nacional de Defesa, compreende-se que:

“A persistência de ameaças à paz mundial requer a atualização permanente e o aparelhamento das nossas Forças Armadas, com ênfase no apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Visa-se, com isso, à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis” (BRASIL, 2012b, p.25) .

Com base no proposto até o momento, Proença Júnior (1999) aborda e sintetiza essa compreensão, afirmando que a aplicação de novas tecnologias altera, substancialmente, o caráter e a condução dos conflitos, tendo impacto no potencial de combate e na eficácia militar da força combatente. Não obstante, o Livro Branco da Defesa Nacional apresenta que uma indústria de defesa competitiva e consolidada gera empregos qualificados e incentiva o desenvolvimento tecnológico, com encadeamentos produtivos para outros setores da indústria (BRASIL, 2020).

4. A realidade brasileira

A respeito da realidade brasileira, a Política da Base Industrial de Defesa (PNBID) vislumbra assegurar ao país uma autonomia operacional e tecnológica necessária à atuação das Forças Armadas. O documento também aponta que a Base Industrial de Defesa é um importante motor de crescimento econômico, além de gerador de empregos e renda, com elevado efeito sobre outros setores do ramo industrial (BRASIL, 2022). Dessa forma, nota-se o papel do complexo militar-industrial-político.

A respeito a política econômica, ao focar na questão de defesa, o dilema de balas vs manteiga (*guns vs butter*) sempre é discutido, assim como a comparação dos gastos deste setor com os demais. Como a política industrial, a política e a estratégia de defesa de um Estado estão relacionadas com a política econômica, Hartley e Sandler (2007) entendem que as mudanças para estabelecer uma política industrial mais eficiente envolverão custos de ajuste e levarão tempo.

Logo, a indústria é a chave para o progresso e para o desenvolvimento contínuo, sendo vital ter setores estratégicos na indústria contemporânea, e o Estado desempenha o papel de ser o agente interventor e planejador. Desse modo, o desenvolvimento econômico, assim como a defesa, não é uma movimentação autônoma, mas sim, dependente das definições de prioridades e do planejamento estratégico estatal, passando pela pauta econômica e política.

Com base no que foi apresentado, vislumbra-se a centralidade da indústria para pensar defesa e planejamento, assim como elaborar políticas públicas nesta área e formar uma estratégia nacional. Para o desenvolvimento do setor de Defesa Nacional como um todo, é necessário o investimento em P&D, como já analisado. Para a realização de tal feito, é imprescindível analisar a política econômica e a política industrial, estas se

Pensar Defesa para além da política: o papel da Economia de Defesa na consolidação da Base Industrial de Defesa

relacionando com os objetivos pregados nos principais documentos de defesa, para a consolidação, crescimento e expansão da BID.

Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.169, 10 de agosto de 2022**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.169-de-10-de-agosto-de-2022-421902614>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

EARLE, Edward. **Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: fundamentos econômicos do poder militar**. In: PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*, Cap. 7, p. 295-350, 2001. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

GANSLER, J.S. **Democracy's Arsenal: Creating a Twenty-First Century Defense Industry**. Massachusetts: MIT Press, 2011.

HARTLEY, K.; SANDLER, T. **Handbook of Defence Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2007.

HARTLEY, K. **The Economics of Defense Policy: a New Perspective**. London: Routledge, 2011.

HARTLEY, K. **The Economics of Arms**. Newcastle: Agenda Publishing, 2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance - 2021**. London: Routledge, 2021.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance - 2022**. London: Routledge, 2022.

LESKE, A. **Base industrial de Defesa**. In: SAINT-PIERRE, Hector; VITELLI, Marina Gisela. *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: UNESP, 2018.

MARKOWSKI, S. et al. **Defence Procurement and Industry Policy: a small country perspective**. London: Routledge, 2010.

PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PROENÇA JÚNIOR, Domício et al. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

RUTTAN, Vernon. **Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SANDLER, T.; HARTLEY, K. **The Political Economy of NATO**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SAUNDERS, Kenneth; AUGENSTEIN, Bruno; BRACKEN, Paul; KRUMEL, Glenn; BIRKLER, John; CHIESA, James; CRAIN, Cullen M.; HEPPE, R. Richard; HOGLUND, Richard F; NICHIPORUK, Brian. **Priority-Setting and Strategic Sourcing in the Naval Research, Development, and Technology Infrastructure**. Santa Monica: RAND Corporation, 1995.

A IMPORTÂNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA*

Pedro Santoro Costa da Silva¹

1. Introdução

A Amazônia se reveste de alto valor estratégico, fato que é facilmente percebido pelo interesse de autoridades e pelos meios de comunicação em todo o mundo. Segundo Becker (2010), o Brasil detém a maior parcela da floresta amazônica, que é um dos três grandes ecossistemas do planeta ainda não explorados, assim como a Antártica e o fundo dos oceanos.

O Exército Brasileiro, instituição de Estado destinada à defesa da pátria, à garantia da soberania nacional e à cooperação com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, considera a Amazônia uma área estratégica prioritária. Em vista dessa realidade, realiza atividades e operações militares na região voltadas para promover a integração nacional, bem como reduzir as vulnerabilidades existentes na Amazônia brasileira.

O desenvolvimento da Amazônia foi tema abordado por diversos geopolíticos brasileiros, os quais propuseram inúmeras formas de integrar a região ao restante do país, além de ideias inovadoras para gerar desenvolvimento e manter a soberania nacional. Diante disso. Este artigo tem por finalidade analisar a importância do Exército Brasileiro para a geopolítica da Amazônia, a luz dos pressupostos geopolíticos de Therezinha de Castro e do General Meira Mattos.

2. A geopolítica da Amazônia

A cobiça internacional pela Amazônia foi apontada por Therezinha de Castro logo após o término da guerra fria. Na visão dela, o término do confronto bipolar gerou condições para que a sociedade internacional reivindicasse a internacionalização da Amazônia, representando dessa forma a *geopolítica do confronto*, transferida para o eixo Norte-Sul (CASTRO, 2013).

A autora defende a ocupação efetiva, ordenada e inteligente dessa enorme área geopolítica carente do poder estatal, como forma de neutralizar as investidas estrangeiras contrárias ao desenvolvimento da Amazônia. Na mesma direção, a Política Nacional de

* Artigo originalmente publicado em 20 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

Defes destaca a Amazônia brasileira como uma das prioridades do ponto de vista da Defesa, em virtude de seus recursos minerais, potencial hidro energético e a exuberante biodiversidade (BRASIL, 2016). Neste sentido, o Exército Brasileiro atribui grande importância à região, privilegiando a estratégia da presença, com o efetivo de cerca de trinta e três mil militares, distribuídos em quatro Comandos Militares de Área presentes na Amazônia Legal (JUNIOR; DA CRUZ, 2020).

Segundo Castro (2013), a política de integração e valorização da região se baseia na geoestratégia do quadrinômio: *colonização, integração, exploração e vigilância*. Para tanto, Castro (2013) propõe o direcionamento de fluxos migratórios para áreas despovoadas, incorporando e explorando a *área geopolítica neutra*, aumentando dessa forma a vigilância nas zonas despovoadas e fronteiras desguarnecidas. Sobre esse tema, a Política Nacional de Defesa estabelece que as fronteiras, por sua permeabilidade, requerem constante vigilância, atuação coordenada e cooperação entre os países amazônicos (BRASIL, 2016). Para atender esta necessidade de vigilância, o Exército Brasileiro possui atualmente vinte e três Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e um Destacamento Especial de Fronteira (MORAES, 2021), os quais são responsáveis por vigiar os mais de onze mil quilômetros de fronteira terrestre na região amazônica, garantindo a soberania e a integridade territorial.

Ademais, a Lei Complementar (LC) N° 97/99 (BRASIL, 1999), confere poder de polícia ao Exército Brasileiro para atuar na faixa de fronteira. Tal amparo legal permite às Forças Armadas atuar por meio de ações preventivas e repressivas contra crimes transnacionais e fronteiriços, realizando patrulhamentos, revistas de pessoas, de veículos, de embarcações e de aeronaves e prisões em flagrante delito. Como forma de ampliar a capacidade de vigilância da fronteira, o Exército Brasileiro tem feito ações no sentido de implementar o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) na região amazônica. Este sistema de sensoriamento, quando plenamente instalado, ampliará a capacidade de monitoramento, fornecendo informações precisas acerca de atividades ilícitas na fronteiras terrestres do país e ampliando a efetividade das operações na faixa de fronteira.

Para Meira Mattos (2002), a integração da Amazônia é o grande desafio para a projeção do Brasil no cenário mundial. A região representa três importantes papéis: a ampliação do poder nacional, por meio da exploração racional dos recursos naturais disponíveis; capacidade de integração do país ao altiplano boliviano, países andinos e ao oceano Pacífico e; condição de solucionar questões climáticas, ambientais, energéticas,

alimentares e de escassez hídrica (VILLAS BÔAS, 2013). No mesmo diapasão, a concepção política de defesa é pautada pela promoção da integração da região amazônica brasileira (BRASIL, 2016).

Alinhado com a Política Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro tem feito ações no sentido de integrar a região amazônica com o restante do país. O exemplo mais notório repousa nos Batalhões de Engenharia de Construção (BEC), que tem sido empregados para auxiliar na construção, pavimentação e manutenção dos principais eixos de transporte da região Amazônica, a exemplo da rodovia BR - 319, que liga Porto Velho a Manaus.

Outro empreendimento feito pelo Exército Brasileiro e que está alinhado com os pressupostos geopolíticos de Meira Mattos é a reativação do comando Militar do Norte. Segundo Meira Mattos (2002), devem ser realizadas duas abordagens na região amazônica: uma direcionada para a Amazônia oriental, projetando-se para a foz do rio Amazonas e para o segmento nordeste do oceano Atlântico e; uma segunda voltada para a Amazônia ocidental, convergindo os interesses para a cidade de Manaus, pólo vivificador das regiões fronteiriças (MEDEIROS, 2016). Alinhado a este pensamento, o Exército Brasileiro atualmente possui dois Comandos Militares de Área: o Comando Militar da Amazônia, sediado em Manaus, responsável pela segurança e vigilância da fronteira ocidental; e o Comando Militar do Norte, com sede em Belém, responsável pelo espaço estratégico da foz do rio Amazonas.

Além disto, Meira Mattos aponta da necessidade de priorizar a vigilância nas regiões fronteiriças, além de manter uma reserva operacional terrestre. Conforme este pressuposto, o país deve dispor de uma força de dissuasão capaz de desencorajar qualquer agressor. Neste contexto, a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2016) considera a Dissuasão como a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais. Para isso, o Brasil deve dispor de meios que possibilitem a vigilância, controle e defesa do território. Atento a esta necessidade, o Exército Brasileiro constitui forças de emprego estratégico. Estas Grandes Unidades são capazes de executar grandes deslocamentos estratégicos, se organizar de forma a permitir a sustentação logística, gerando desequilíbrio estratégico, por meio da dissuasão e da ofensiva.

No que tange a cooperação, Meira Mattos cunha o conceito de Pan-Amazônia, criando uma macro unidade em torno dos espaços geográficos dos Estados nacionais que compõem a bacia amazônica (MEDEIROS, 2016). Esta premissa se coaduna com a concepção da Política Nacional de Defesa de privilegiar a cooperação no âmbito

internacional e integração com países sul-americanos, na busca de soluções integradas para questões de interesses comuns. Neste contexto, o Exército Brasileiro contribui com a construção do ambiente de confiança mútua, participando de Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar, eventos entre Exércitos de países amigos (sul-americanos), onde se realizam troca de experiências que ajudam no controle e na segurança da faixa fronteirça.

3. Conclusão

A Amazônia representa o poder latente para a geopolítica brasileira, principalmente pela grande reserva de minérios e de biodiversidade a ser explorada. A despeito da pressão internacional, o Brasil busca estruturar ações que promovam o desenvolvimento regional.

A geopolítica Therezinha de Castro defende a ocupação efetiva, ordenada e inteligente, fundamentada na *geoestratégia do quadrinômio*. Nesse sentido, o Exército Brasileiro tem desdobrado um expressivo contingente de milhares na região amazônica, articulando suas Organizações Militares e destacando Pelotões Especiais de Fronteira, destinados a realizar a vigilância da fronteira e capazes de atuar no combate aos ilícitos ambientais e transfronteiriços, sob respaldo jurídico da LC 97/99.

O geopolítico Meira Mattos, por sua vez, ressalta a importância da região amazônica como forma de ampliar o poder nacional, da mesma forma que enfatiza a necessidade de prover forças de dissuasão para desencorajar agressões e fomentar a cooperação entre os países enquadrados na Pan-Amazônia. Nesta direção, o Exército Brasileiro mantém expressivo contingente na Amazônia, constitui forças de emprego estratégico, com mobilidade para atuar em todo território e promove intercâmbios de cooperação com países vizinhos.

Por fim, constata-se que o Exército Brasileiro tem se mostrado num relevante vetor da expressão militar do poder nacional, em prol do desenvolvimento da Amazônia. A sua atuação e forma de agir encontra alinhamento nos pressupostos dos geopolíticos analisados, bem como em conteúdos na Política Nacional de Defesa, cujas diretrizes balizam a atuação da Força Terrestre. Portanto, o lema *Integrar para não Entregar* permanece tão vivo, quanto os pressupostos de Meira Mattos e Therezinha de Castro.

Referências:

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas, Vol. 6, nº 12, p. 135-159, 2010.

A importância do Exército Brasileiro para a Geopolítica da Amazônia

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Brasília: Câmara dos deputados, 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

CASTRO, Therezinha de. **Amazônia-Geopolítica do confronto e Geoestratégia da integração.** A Defesa Nacional, Vol. 101, nº 822, 2013.

JÚNIOR, Peixoto; DA CRUZ, Henrique Lúcio. **A Geopolítica da Amazônia: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso na ECEME, 2020. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. **Governo da natureza (parte II): a construção de uma Amazônia geopolítica.** Universitas Jus, Vol. 27, nº 1, 2016.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade - Geopolítica Brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de. **A Importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira.** Revista Agulhas Negras, Vol. 5, nº 6, p. 101-112, 2021.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. **Meira Mattos, a Amazônia e o livro.** Cadernos de Estudos Estratégicos, nº 12, p. 43-75, 2013.

O BRASIL E A ENERGIA NUCLEAR*

Aline Cruz Soares¹
André Luiz Freire da Cruz Silva²
Cláudio Eustáquio Duarte Segundo³
João Roberto Russo⁴

1. Introdução

O emprego da energia nuclear no Brasil dá-se em diferentes áreas do conhecimento. Para tanto, sucessivos governos ao longo da história brasileira entenderam que a energia nuclear era uma necessidade estratégica para a manutenção da soberania nacional, mesmo que para uso exclusivamente pacífico. Nos assuntos atinentes à Defesa, o setor da energia nuclear é de responsabilidade da Marinha do Brasil.

O Brasil, país com o maior PIB do subcontinente sul-americano, inseriu-se no campo da tecnologia nuclear desde a década de 1930 (BRASIL, 2022a). Naquele período pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo presenciava a corrida armamentista, notadamente a nuclear, que se iniciara com a detonação das bombas norte-americanas sobre as cidades japonesas de *Hiroshima* e *Nagasaki*, e prosseguia aceleradamente na Guerra Fria. Um dos precursores do pensamento da necessidade de o país não se distanciar da vanguarda de poder atribuída a essa área do conhecimento foi o Almirante Álvaro Alberto (DOMINGOS, 2006).

Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, foram criadas instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas e diversos dispositivos que visavam regular o emprego de armas de destruição em massa. Dentre esses, surgiram os relacionados a salvaguarda, que consiste no controle de materiais de interesse, e à detenção de artefatos nucleares apenas pelos países que já haviam dominado sua obtenção, como foi o Plano *Baruch* contestado pelo Almirante Álvaro Alberto (DOMINGOS, 2006) e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Até hoje, a posse de armamentos e bombas nucleares representa poderosa ferramenta para exercício da vontade de uma nação, a despeito de questões éticas ou morais.

* Artigo originalmente publicado em 21 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Major do Exército Brasileiro.

³ Coronel do Exército Brasileiro.

⁴ Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil.

Ao mesmo tempo, a demanda por energia no mundo encontra-se em franco crescimento, uma vez que seu consumo é marca indelével do desenvolvimento de uma localidade. A tecnologia está diretamente associada à oferta de energia, de modo que esse binômio se constitui verdadeiro círculo virtuoso: onde há maior desenvolvimento tecnológico, gera-se mais energia e vice-versa. Tal círculo pode ser verificado nas maiores economias do mundo (EUA, China, Japão, Alemanha, Índia e Reino Unido). Não pelo acaso, as maiores economias do mundo também são as maiores consumidores de eletricidade (China, EUA, Índia, Japão, Rússia e Alemanha).

Ainda que motivadas inicialmente para fins bélicos, as pesquisas no campo da tecnologia nuclear mostraram inúmeros benefícios que podem advir dos materiais radioativos. Alguns exemplos são: o seu emprego medicinal em exames e tratamentos, em especial a radioterapia para tratamento de câncer; na agricultura e na conservação de alimentos, o que é de interesse das Forças Armadas, dada a aplicação para a alimentação de tropas desdobradas; e no uso como combustível, tanto para a propulsão de veículos como os submarinos, conferindo-lhes um salto em autonomia e velocidade, quanto para usinas de alta potência, dada sua alta capacidade de conversão, sendo, por isso, também de interesse das forças militares, além de ser uma fonte que colabora para a descarbonização do setor energético.

Diante da importância desse tema para o país e para o setor de Defesa Nacional, este artigo revisitará alguns aspectos dessa trajetória, como o histórico, a geração de energia elétrica por meio de fonte nuclear no país, suas condições no que se refere ao ciclo do combustível nuclear e a construção do submarino com propulsão nuclear brasileiro.

2. Histórico e geração de energia nuclear no Brasil

A descoberta do átomo deu-se pela compreensão de sucessivos modelos que tentavam explicar o comportamento de diferentes substâncias. Nessa trilha, reúnem-se importantes nomes, como os *de Leucipo, Demócrito, Dalton, Thompson, Bohr e Rutherford*. A compreensão da radioatividade viria com o casal *Marie e Pierre Curie* e a fissão e fusão nucleares seriam investigadas por cientistas como *Roentgen, Otto Hahn, Fritz Strassman, Enrico Fermi*, o brasileiro *Cezar Lattes*, posteriormente criador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), e *Albert Einstein* (BRASIL, 2022b).

A pesquisa e o desenvolvimento (P&D) em matéria de energia nuclear começou a ser acessada pelo Brasil na década de 1930, na Universidade de São Paulo (USP). Em

1934, na USP, houve a criação de um grupo de estudos focado em radiação cósmica, radioatividade e física teórica. Seis anos depois, estabeleceu-se uma cooperação entre os EUA e o Brasil para a prospecção de materiais radioativos e, prosseguindo na década de 1940, o Almirante Álvaro Alberto representou o Brasil na recém-criada Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas.

Na década de 1950, surgiram as primeiras normativas brasileiras tratando da tecnologia nuclear, mas seria somente em 1970 que o Brasil daria o passo decisivo para a geração de energia nuclear em escala industrial. Nesse ano, foi contratada a construção de uma usina, Angra 1, em Angra dos Reis/RJ, pela empresa norte-americana *Westinghouse Electric Corporation* (BRASIL, 2007). As obras iniciaram-se em 1972 e sua operação ocorreu oficialmente em 1985, contudo a geração de eletricidade de forma estável só ocorreu a partir da década de 1990.

A partir de um acordo com a Alemanha, firmado em 1975, seriam construídas oito usinas, bem como instalações subsidiárias, em especial uma de enriquecimento de urânio e outra de construção de reatores (BRASIL, 2007; MEIRA MATTOS, 2011). Pressões internacionais inviabilizaram essas iniciativas, restando apenas Angra 2, cuja construção teve início em 1976 e a operação no ano 2000, completando, assim, o conjunto de termelétricas nucleares brasileiras em atividade atualmente.

Houve a tentativa de implementação de uma terceira unidade, Angra 3. Embora as primeiras etapas do projeto datem de 1984, um ciclo de interrupções e retomadas impediu sua efetivação. A boa notícia é que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou um contrato com a *Tractebel Engineering Ltd*, a *Tractebel Engineering S.A.* e a *Grouped Entrepreneurs International S.A.* em 2021 por meio do qual se deve chegar a uma estimativa de custo e de cronograma concretos até o final deste ano (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2021). Mantendo-se o cenário positivo, Angra 3 poderia ser inserida no Sistema Interligado Nacional dentro de um prazo de dez anos da retomada do projeto (BRASIL, 2022c).

A eletricidade advinda da fonte nuclear corresponde a pequena, porém importante, parcela na matriz brasileira. Angra 1, com capacidade de 609 megawattelétrico, e Angra 2, com 1275 megawatt-elétrico de potência, geram 2,1% da energia elétrica consumida no país (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2021). A alta conversibilidade do combustível nuclear e a confiabilidade dessa fonte, que não depende de condições climáticas, encorajam o investimento no setor, que vislumbra ainda a possibilidade de uma quarta planta e a extensão da vida útil de Angra 1 (BRASIL, 2022c).

3. Ciclo do combustível nuclear e o submarino com propulsão nuclear brasileiro

Quando o Brasil dominou o ciclo do combustível nuclear, o país entrou para o seleto grupo dos países que reúnem a detenção desse conhecimento e a posse de jazidas de urânio em seu território. Segundo dados da *World Nuclear Association*, o Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* de toneladas de urânio das jazidas prospectadas, cuja exploração custa até US\$ 130 por quilograma do mineral, o que representa 5% da quantidade mundial (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2022), além de ser um dos 13 países dotados de instalações para enriquecimento de urânio, ao lado de França, Alemanha, Holanda, Reino Unido, EUA, China, Rússia, Japão, Argentina, Índia, Paquistão e Irã (BRASIL, 2022d).

O chamado ciclo do combustível nuclear compreende, de forma sintética, sete grandes etapas, que vão da extração do minério à utilização do urânio como combustível para a geração de energia. Tais etapas consistem: na mineração e no beneficiamento; na conversão do urânio para o estado gasoso, como hexafluoreto de urânio (UF₆); no enriquecimento do urânio; na reconversão em pó de dióxido de urânio (UO₂); na fabricação das pastilhas de urânio; na montagem dos elementos combustíveis; e na geração da energia (BRASIL, 2022e).

Ainda que detenha o domínio do conhecimento de todo o ciclo, nem todas as etapas da fabricação do combustível em escala industrial ocorre no Brasil. Para a alimentação das usinas nucleares de Angra 1 e 2, a maior parte do mineral é proveniente de Caetité-BA e, da conversão à montagem dos elementos combustíveis, apenas a etapa de conversão não ocorre no Brasil (BRASIL, 2022e). Do enriquecimento à fabricação do combustível, as etapas ocorrem nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), enquanto a geração de energia se dá no complexo de Angra pela Eletrobras/Eletronuclear.

Em escala de pesquisa, por sua vez, tem-se a ocorrência do ciclo completo. No contexto do Programa Nuclear da Marinha (PNM), instituído com o objetivo de obter a capacidade de fabricar um submarino brasileiro de propulsão nuclear, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) detém todo o ciclo do combustível após a extração e até a montagem dos elementos (BRASIL, 2022f). Já no Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA), em Iperó/SP, o Laboratório de Geração Nucleoelétrica (LABGENE) simula o sistema de propulsão que será instalado no submarino, contemplando a última etapa do ciclo.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) consiste na opção estratégica para defesa da Amazônia Azul, espaço marítimo brasileiro fonte de petróleo,

gás natural e pescado, além de ampla gama de espécies e riquezas marinhas conhecidas ou não. Tal programa engloba a produção autóctone de submarinos de propulsão convencional e nuclear, estes últimos constituindo a interface com o PNM. Dessa forma, vê-se que o alinhamento do setor nuclear com o de Defesa já está rendendo frutos que, com a oportuna gestão do conhecimento, poderão ser aproveitados na escala industrial, extrapolando os campos militar e científico-tecnológico e contribuindo para o crescimento econômico do país.

4. Considerações finais

Há de se considerar que a energia nuclear trouxe diversos benefícios para o Brasil. As usinas de Angra 1 e 2 geram 2,1% da eletricidade consumida no país, além de oferecerem empregos diretos e toda a estrutura econômica, científico-tecnológica e psicossocial associada ao ciclo do combustível nuclear, desde as jazidas de urânio às Indústrias Nucleares do Brasil, bem como o ganho que advirá, no campo militar, da conclusão do submarino com propulsão nuclear brasileiro para a promoção da Defesa da extensa faixa litorânea brasileira, o mar territorial e a zona econômica exclusiva a ela adjacentes.

A prospecção na tecnologia nuclear incrementa a soberania brasileira. Seus diferentes produtos e vieses têm potencial para contribuir com a medicina, a segurança energética e a segurança alimentar brasileiras, reduzindo a dependência externa nesses importantes setores. Especialmente no setor de Defesa, o projeto do submarino com propulsão nuclear brasileiro, gerenciado ativamente pela Marinha do Brasil, gera conhecimentos de alto nível com ampla gama de aplicações, constituindo, dessa forma, temática que merece ser tratada como um interesse conjunto das Forças Armadas, a exemplo do setor cibernético, que é capitaneado pelo Exército Brasileiro.

Referências:

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). **Apostila educativa - A História da Energia Nuclear**. Brasil, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/p/tbr/materialdivulgacao-videos-imagens-publicacoes/publicacoes-1/historiadaenergianuclear.pdf>. Acessado em: 26 de abril de 2022.

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). **Cronologia da Energia Nuclear no Brasil**. Brasil, 2022b. Disponível em <http://memoria.cnen.gov.br/memoria/Cronologia.asp?Unidade=Brasil>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2031**. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 2022c.

BRASIL. Indústrias Nucleares do Brasil. **Além do Brasil, quantos países dominam a tecnologia de enriquecimento de urânio?** Brasil, 2022d. Disponível em: <https://www.inb.gov.br/Contato/Perguntas-Frequentes/Pergunta/Conteudo/quantospa%C3%ADses-do-minam-a-tecnologia-deenriquecimento-deuranio?Origem=1088>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

BRASIL. Indústrias Nucleares do Brasil. **Ciclo do Combustível Nuclear**. Brasil, 2022e. Disponível em: <http://www.inb.gov.br/Nossas-Atividades/Ciclo-do-combustivel-nuclear>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **LABGENE: Conhecendo a planta nuclear do Submarino de propulsão Nuclear brasileiro**. Brasil, 2022f. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/dgdntm/sites/www.marinha.mil.br.dgdntm/files/arquivos/LABGENE_%20Conhecendo%20a%20planta%20nuclear%20do%20Submarino%20de%20propulsão%20Nuclear%20brasileiro.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 2007.

DOMINGOS, Manuel. **O militar e a ciência no Brasil: Os generais no CNPq**. 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt08-22/3279-mdomingos-o-militar/file>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica, Vol 1**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **World Nuclear Performance Report 2021 - Report nº 2021/003**. London: World Nuclear Association, 2021.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **World Uranium Mining Production**. World Nuclear Association, 2022. Disponível em: <https://world-nuclear.org/information-library/nuclear-fuel-cycle/mining-of-uranium/world-uranium-mining-production.aspx>. Acesso em: 8 de setembro de 2022.

MISSÕES DE PAZ



O RETORNO DO BRASIL AO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: PERSPECTIVAS SOBRE AS OPERAÇÕES DE PAZ E A AGENDA “MULHERES, PAZ E SEGURANÇA”*

Mariana Zamboni Carluccio¹

1. Introdução

Uma das principais características apresentadas pela política externa brasileira, desde o fim do século XIX, é o engajamento nas instituições e nos foros multilaterais internacionais. A participação do país como membro fundador da Liga das Nações em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, a postura ativa na Conferência de *Bretton Woods* (1944), evento que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o engajamento do país como membro fundador da Organização das Nações Unidas, em 1945, são exemplos dessa assertiva.

No que diz respeito à atuação brasileira nas Nações Unidas, também merece destaque a expressiva participação do país no Conselho de Segurança da ONU, instância no qual foi eleito como membro não permanente por onze mandatos de dois anos, sendo o último ainda em curso (biênio 2022-2023). Por ser o único país latino-americano a participar com tropas na Segunda Guerra Mundial e por estar situado numa região caracterizada pela ausência direta de conflitos na história contemporânea, o Brasil é considerado um ator internacional com reconhecida capacidade de mediação e interlocução, o que o credenciou para tantos mandatos no Conselho de Segurança da ONU (BRASIL, 2021a).

Apesar de haver uma relativa paz em seu entorno regional, o Brasil não deixou de engajar-se em missões coordenadas por organismos internacionais. Ao longo de mais de 70 anos, o Brasil tem sido um ator presente nas operações de paz, na medida em que enviou mais de 57 mil *peacekeepers*, dentre os quais estão incluídos militares, policiais e civis. Entre os anos de 1948 e 2017, o país esteve presente em 71 operações de paz implementadas pela ONU e 46 missões de paz sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA) (ANDRADE; HAMMAN; SOARES, 2019), números que comprovam o seu compromisso com o mecanismo de segurança coletiva (VAZ, 2021).

* Artigo originalmente publicado em 15 de julho de 2022 no site do OMPV.

¹ Doutoranda em Ciências Militares.

Nos dias atuais, mesmo possuindo uma pequena representação quantitativa em termos de militares e policiais nas missões de paz, em virtude do encerramento das atividades da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) e do encerramento de sua participação na liderança da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano), últimas missões em que o país efetivamente enviou tropas, o Brasil segue com uma sólida reputação dentro da ONU. Isso se deve ao sólido desempenho demonstrado pelo Exército Brasileiro e pela Polícia brasileira nas missões de paz atuais e passadas (VAZ, 2021). Em vista dessa realidade e considerando a importância do tema em questão, este artigo procura destacar os esforços realizados pelo país na implementação da perspectiva de gênero nas missões de paz e a participação atual do país nas missões de paz da ONU.

2. Inserção de perspectivas de gênero: uma visão sobre a ONU e o Brasil

A Resolução nº 1325 (2000), do Conselho de Segurança da ONU, introduziu as perspectivas de gênero no tratamento dos conflitos contemporâneos, inaugurando a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS), sendo a primeira resolução do CSNU a reconhecer o impacto desproporcional que a guerra e os conflitos têm sobre as mulheres, destacando o fato de que elas foram historicamente excluídas dos processos de paz e dos esforços de estabilização, insistindo em sua inclusão significativa na manutenção da paz e segurança internacional. Como a efetiva operacionalização desta resolução dependia de um conjunto de iniciativas paralelas à ONU, sugeriu-se a elaboração de planos nacionais de ação para cada Estado-membro, como forma de aplicação dessa agenda em âmbito doméstico. E assim, cada país, de acordo com as suas prioridades e seguindo uma dinâmica própria, procurou implementar o plano de ação em seus limites.

Na região sul-americana, o Brasil se tornou o quarto país a elaborar o seu Plano Nacional de Ação². Publicado em 2017, o Plano Nacional de Ação do Brasil seguiu a orientação das Nações Unidas e implementou a agenda MPS da ONU em território nacional. Em suma, o Plano Nacional de Ação faz parte de uma gama de políticas de gênero e se compromete com as “medidas que têm o objetivo de, no curto, no médio e no longo prazo, incorporar a perspectiva de gênero e promover a participação qualificada de mulheres em sua contribuição para a paz e segurança internacionais (BRASIL, 2017, p. 37)”.

² Mecanismos adotados para que os Estados-membros da ONU possam cumprir a sua obrigação de implementar as resoluções relacionadas com a agenda MPS em seu âmbito doméstico.

O retorno do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU: perspectivas sobre as operações de paz e a agenda “Mulheres, Paz e Segurança”

A par dessa iniciativa, o Brasil, por meio de suas Forças Armadas, também contribui com a demanda da ONU de inserção das mulheres nas missões de paz. Ao realizar a convocação, a seleção e o treinamento de mulheres militares para realizarem atividades em operações de paz, o país fortalece a perspectiva de gênero nas missões de paz. Tais ações podem ser verificadas nas seguintes situações: na inserção de tradutoras na coordenação de ações da Unidade de Gênero da MINUSTAH³; na consagração da primeira mulher brasileira a exercer a função de observadora militar em missão da ONU, no Saara Ocidental (MINURSO), a Tenente-Coronel Andréa Firmo, do Exército Brasileiro, que se tornou também a primeira a assumir o cargo de *Team Site Commander* da missão; além do destaque dado pela ONU para duas capitãs da Marinha do Brasil, a Capitã de Corveta Márcia Braga e a Comandante Carla Araújo, por receberem o prêmio de Defensora Militar da Igualdade de Gênero da ONU na MINUSCA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana) (HAMMAN; GIANNINI; PEREIRA, 2019).

3. Participação Atual do Brasil nas Missões de Paz

Após mais de uma década longe da cadeira de membro não permanente do CSNU, em 2021, o Brasil foi eleito para o seu 11º mandato, a ser realizado no biênio de 2022-2023. Como prioridades deste décimo primeiro mandato do Brasil no CSNU, dentre as sete estabelecidas⁴, cabe destaque para duas, quais sejam: a manutenção eficiente da paz e a agenda MPS. Tendo em vista que no momento atual os debates na ONU se voltam, em grande parte, para a responsabilidade dos países mais desenvolvidos na paz mundial, entende-se que “a conjuntura se mostraria interessante para o Brasil que, como uma potência intermediária, aproveita essa situação para se mostrar mais atuante no campo da segurança internacional” (AGUILAR, 2015, p.130).

Mesmo com o encerramento dos componentes militares na MINUSTAH e na UNIFIL⁵, a participação do Brasil na MONUSCO (Missão para a Estabilização da República Democrática do Congo), missão em que o país exerce o comando do componente militar e que possui uma equipe móvel de treinamento especializada em

³ Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, traduzido do francês.

⁴ “Prevenir e Pacificar; Manutenção Eficiente da Paz; Resposta Humanitária e Promoção dos Direitos Humanos; Avanço da Agenda de Mulheres, Paz e Segurança; Coordenação com a Comissão de Consolidação da Paz; Articulação com Organizações Regionais; um CSNU mais representativo e eficaz” (BRASIL, 2022).

⁵ Força Interina das Nações Unidas no Líbano, traduzido do inglês.

guerra na selva, indica o comprometimento do Brasil em uma participação mais ativa nas operações de paz da ONU.

Outra participação relevante do país é no Exercício *Viking*⁶, que foi criado em 1995 com a finalidade de se tornar uma plataforma para preparar civis, militares e policiais para futuros desdobramentos em missões de paz. A participação brasileira neste exercício teve início em 2014 e, desde então, o país tem registrado um bom histórico neste evento, enviando cerca de seis observadores militares⁷. Neste período, cumpre destacar o ano de 2018, momento em que o Brasil sediou o Exercício *Viking*. Naquele ano, o Brasil, por meio do Comando de Operações Terrestres (COTER) do Exército Brasileiro, coordenou a atividade. Em março de 2022, o Brasil também participou do Exercício *Viking*. Desta vez, o país foi representado por integrantes do COTER, por policiais militares e por membros da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ).

Diante dessas considerações, cumpre mencionar mais uma vez o engajamento do Brasil na agenda MPS. Em seu mais recente discurso sobre a agenda MPS no CSNU em 2022, o Brasil reforçou seu compromisso sobre a implementação da agenda, de forma a incluir as mulheres cada vez mais nos processos de participação, garantindo que as vozes delas sejam ouvidas no contexto de missões políticas especiais e capacitando-as para atuarem como impulsionadoras positivas da mudança (BRASIL, 2022).

4. Considerações Finais

Por fim, verifica-se que o país busca ampliar a agenda MPS no território nacional. Como exemplo, tem a iniciativa da Marinha do Brasil, que por meio do Centro de Operações de Paz de Caráter Naval, realiza um estágio preparatório para mulheres em operações de paz, que tem por objetivo disseminar conhecimentos sobre as missões de paz junto ao segmento feminino, além de incentivar a maior participação feminina nas operações de paz. Além da Marinha do Brasil, há a iniciativa do Exército Brasileiro, que no ano de 2021 formou sua primeira turma de mulheres combatentes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o que indica que, apesar de ainda haver uma disparidade de gênero no corpo das Forças Armadas Brasileiras, as mudanças estruturais já estão acontecendo no país.

⁶ Coordenado pelo Ministério da Defesa da Suécia em parceria com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (BRASIL, 2021b).

⁷ Disponível em: www.tecnodefesa.com.br/viking-exercise-2018-brazil-site-analise/. Acesso em: 16 de março de 2022.

O retorno do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU: perspectivas sobre as operações de paz e a agenda “Mulheres, Paz e Segurança”

Essas ações, tanto as realizadas pela Marinha do Brasil, como as realizadas pelo Exército Brasileiro, contribuem para que o Brasil continue se projetando nas operações de paz, não somente como um país contribuinte em tropas para missões futuras, mas também como sendo um dos países incentivadores na propagação da agenda MPS, ao aumentar a participação das mulheres nos próprios corpos de suas Forças Armadas.

Referências:

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro.** Journal for Brazilian Studies, Vol. 3, nº 2, p. 113-141, 2015.

ANDRADE, Israel de Oliveira.; HAMANN, Eduarda Passarelli.; SOARES, Matheus Augusto. **Brazil’s participation in United Nations peacekeeping operations: evolution, challenges, and opportunities.** IPEA Discussion Paper 254, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/dp_254.pdf. Acesso em: 10 de Março de 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.** Brasília: FUNAG, 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **As 7 prioridades do Brasil no Conselho de Segurança - 2022-2023.** Brasil, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/Brasil-CSNU/7-prioridades-do-brasil/as-7-prioridades-do-brasil-no-conselhode-seguranca-2013-2022-2023>. Acesso em: 10 de Março de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Sobre o Exercício Viking 2022.** Brasil, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/copy_of_exercicios-militares/exercicio-viking-22/sobre-o-exercicio-viking-22. Acesso em: 10 de Março de 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração do Brasil no Conselho de Segurança durante debate sobre a agenda Mulheres, Paz e Segurança.** Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/Brasil-CSNU/discursos-artigos-e-entrevistas/discursos/declaracao-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-durante-debate-sobre-a-agenda-mulheres-paz-e-seguranca-8-de-marco-de-2022-texto-em-ingles>. Acesso em: 10 de Março de 2022. Acesso em: 10 de Março de 2022.

HAMMAN, Eduarda; GIANNINI, Renata.; PEREIRA, P.érola. **Mulheres brasileiras em missões de paz: a coragem em dados e relatos.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2019.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho. **A iniciativa Action for Peacekeeping e seu pilar do desempenho & responsabilização em operações de paz das Nações Unidas: uma perspectiva brasileira.** Coleção Meira Mattos, Vol. 16, nº 55, p. 69-86, 2021.

LOGÍSTICA DE DEFESA E CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA DA MARINHA DO BRASIL*

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira¹

1. Introdução

No início de 2022, um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, nível Elemento Anfíbio (ElmAnf - nucleado em uma Companhia de Infantaria de Fuzileiros Navais), conseguiu atingir o nível três no sistema de capacidades para Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (UNPCRS, na sigla em inglês). Esta evolução foi fruto de um ano de preparação doutrinária, de recursos humanos e de aquisição de materiais específicos, cujo resultado foi refletido na avaliação positiva por parte da ONU.

Tendo em vista essas considerações, o presente artigo tem como objetivo apontar a importância do processo logístico integrado no gerenciamento das capacidades expedicionárias, haja vista a vocação nascitura da tropa anfíbia por excelência do Brasil, o Corpo de Fuzileiros Navais. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se abordando o feito pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, seguido de detalhes adicionais sobre a evolução doutrinária, sobre o processo de seleção de recursos humanos, sobre a aquisição de materiais e alguns apontamentos sobre o poder naval. Na parte final, propõe-se o estabelecimento de um sistema integrado de gerenciamento da cadeia de suprimentos, que permitirá além de menores custos totais, maior efetividade quando em operações expedicionárias sob a égide de organizações multilaterais.

2. A Evolução Doutrinária

A doutrina para operações de paz do Corpo de Fuzileiros Navais foi um constructo com o qual contribuíram diversas turmas de oficiais que participaram da Missão para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), operação de paz em que concorreram tropas anfíbias durante todo o período de vigência (14 anos). Também contribuiriam para sua evolução as experiências no Líbano (UNIFIL) e nas diversas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) em que os fuzileiros navais estiveram envolvidos desde o fim de 2010.

* Artigo originalmente publicado em 30 de agosto de 2022 no site do OMPV.

¹ Capitão de Corveta do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e doutorando em Ciências Militares na ECEME.

Os primeiros manuais revisados surgiram em 2008 e, em 2020, um grande esforço de revisão seria realizado, capitaneado pelos Almirantes Alexandre e Zuccaro, para positivar e efetivar as evoluções doutrinárias oriundas destas vivências. Em 2021, portanto, os fuzileiros navais passaram por um ano de adestramento com as novas doutrinas, incorporando as operações de paz como capacidade orgânica, conforme estipulado na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020).

3. O Processo de Seleção dos Recursos Humanos

Na esfera dos recursos humanos, o Corpo de Fuzileiros Navais passou a adotar uma postura mais rigorosa para com os índices de testes de avaliação física (TAF) e com a saúde de seus militares. As provas passaram a adotar padrões diferentes daqueles cobrados pelos militares de outros corpos, fruto da revisão da norma que define os índices dos TAF, e os índices de massa corpórea passaram a ser medidos semestralmente, exigindo-se, tanto dos militares que obtêm notas abaixo de certos critérios, ou que estão acima do peso, que realizem programas de reeducação alimentar e/ou de exercícios específicos para que atinjam os índices estipulados. Está em estudo a implantação de um teste funcional, que avaliará a capacidade do fuzileiro naval de realizar as atividades específicas básicas de sua profissão, portando os equipamentos exigidos quando em combate (mochila, colete, capacete e armamento).

Com isso, objetiva-se dar aos recursos humanos do Corpo de Fuzileiros Navais maior pronto emprego. Além disso, a criação da Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOpPazCNav), subordinada ao Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, permitiu que as frações em treinamento para missões de paz sejam instruídas nos materiais exigidos pela ONU, além de treinar o idioma e as características do país em que serão desdobrados.

4. A Aquisição de Materiais

Quanto a aquisição de materiais específicos, houve larga aquisição de barracas, beliches, banheiros de campanha, equipamentos para tratamento de esgoto e purificação de água. A intenção da base temporária de operações (TOB, na sigla em inglês) é aumentar a capilaridade do *Force Commander*, a partir do desdobramento de uma força de reação rápida. Ela possui uma autonomia de seis meses para atuar na operação de forma isolada, garantindo ao componente de comando da missão a realização de uma ação de presença efetiva em determinado ponto de interesse. Esta nova capacidade de pronto

emprego e expedicionária permitirá que tropas anfíbias sejam rapidamente acionadas em qualquer lugar em que os interesses brasileiros e da ONU estejam em xeque, sobretudo quando se trata de assuntos caros à humanidade, como viver livre de indignidades, de necessidades vitais ou do medo, de acordo com o relatório especial do ano corrente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2022).

Quanto aos materiais com que a força de reação rápida foi constituída, cabe que se reflita um pouco. Não sendo construídas no Brasil, as capacidades materiais adquiridas com a formação da força de reação rápida permanecem como um ativo que se pode tornar passivo. Sem a construção de uma “indústria” capaz de produzir os ativos necessários à manutenção desta capacidade adquirida, e sem a comunhão de uma certeza de equilíbrio e perenidade orçamentária, corre-se o risco de vez ou outra, ficar a força de reação rápida sem os suprimentos de reposição necessários à manutenção de sua força de combate.

O processo decisório da lei orçamentária anual, bem como dos demais procedimentos de formação do orçamento da defesa precisam estar diretamente relacionados à formação dos recursos humanos, da aquisição dos materiais e do desenho da cadeia de suprimentos, e da organização que a Força de Fuzileiros da Esquadra pretende dar doravante a suas Organizações Militares Subordinadas (OWENS, 2015), de maneira a melhorar as condições de desdobramento da força de reação rápida.

5. O Poder Naval

As características intrínsecas do poder naval de mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência (BRASIL, 2020) dependem de uma cadeia de suprimentos bem delineada, sobretudo considerando-se que a força de reação rápida se constitui em uma força de pronto emprego, que será desdobrada rapidamente em um ambiente extremamente hostil, e o risco do desconhecimento da área de responsabilidade exigirá níveis de suprimentos adequados a mitigar as incertezas do campo de batalha (PAGONIS; KRAUSE, 1994).

Este “reino das incertezas”, geradas pelo inimigo, ambiente e comportamento das tropas em litígio (KRESS, 2002), exigirá alto grau de flexibilidade da cadeia de suprimentos da força de reação rápida. Esta flexibilidade será um reflexo do bom planejamento logístico que deve considerar mudanças nas circunstâncias, mitigação de problemas inesperados e exploração de oportunidades não vistas previamente (SPELLER; TUCK, 2001). A flexibilidade anfíbia, ainda, é o maior ativo estratégico que um país ligado ao mar pode ter (HART, 1960), e a força de reação rápida, sendo oriunda

da Força de Fuzileiros da Esquadra, certamente precisará corporificar esta vantagem competitiva. Flexibilidade e segurança, dois princípios da logística militar (BRASIL, 2002) precisam ser os guias do planejamento.

6. Considerações Finais

Como relatado anteriormente, o conhecimento do processo orçamentário é essencial ao bom desempenho da logística militar, sobretudo quando se está gestando uma operação expedicionária. Não obstante, é importante que se leve em consideração o desenho dos processos internos de aquisição, se há um acompanhamento *just in time* do nível de suprimentos no teatro de operações por parte dos decisores (um gerenciamento participativo), se os processos são regularmente revistos e melhorados, e se há uma abordagem holística, com a participação de todos os *stakeholders* nos processos de aquisição (RĂDULESCU, 2013).

Propõe-se, dessa forma, que seja criado um sistema específico para o gerenciamento logístico e o tratamento dos dados de suprimentos da força de reação rápida, que deverá possuir uma interface, tanto do sistema ONU, quanto de prestadores locais (do país *host*) e nacionais, de maneira a garantir que as funções logísticas estejam funcionando otimamente, e que as incertezas sejam diminuídas (BOWERSOX; CLOSS, 2010). A começar no oficial de logística deste Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais até o encarregado de suprimentos de Operações de Paz no Comando do Material de Fuzileiros Navais, o sistema deve observar um orçamento perene (ou seja, diretamente ligado ao poder político, posto também ser de interesse de outros ministérios como das relações exteriores e ciência e tecnologia), contratos sempre disponíveis, e militares proficientes pelo menos no inglês, espanhol e francês (duas línguas oficiais da ONU).

A falta de previsibilidade de demanda de determinados itens, aliada a uma relativa necessidade de eficiência, permitem que o desenho do sistema logístico da força de reação rápida seja feito a partir de uma estratégia cujo fornecimento será sob estoque, demandando que certas características sejam contempladas, como quantidades econômicas de compra e remessas em grandes volumes. Mesmo assim, a flexibilidade nos processos, transporte de alta qualidade e pedidos individualizados, característica dos fornecimentos sob pedido, deverão ser observados para certos itens de maior valor agregado (BALLOU, 2006). Este desenho, portanto, exigirá que os militares operadores deste sistema compreendam as necessidades da “ponta da linha”, possuindo além de formação técnica, experiência de campo.

Referências:

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. Tradução de Raul Rubenich. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, Donald; CLOSS, David. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Logística Militar**. Brasília: Ministério da Defesa, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

HART, Liddell. **The Value of Amphibious Flexibility and Forces**. Royal United Services Institution Journal, Vol. 105, nº 620, p. 483-492, 1960.

KRESS, M. **Operational Logistics: The Art and Science of Sustaining Military Operations**. New York: Springer Science, 2002.

OWENS, M. T. **Force Planning: The Crossroads of Strategy and the Political Process**. Orbis, Vol. 59, nº 3, p. 411-437, 2015.

PAGONIS, W. G.; KRAUSE, M. D. **Operational Logistics and the Gulf War**. Arlington: The Institute of Land Warfare, 1994.

RĂDULESCU, Fânel. **The implementation of total quality management in the military. A step forward for defense resources management**. Journal of Defense Resource Management, Vol.4, nº 2, p. 135-142, 2013.

SPELLER, Ian; TUCK, Christopher. **Amphibious Warfare: The Theory and Practice of Amphibious Operations in the 20th Century**. London: Amber Books, 2001.

UNDP. **New threats to human security in the Anthropocene: Demanding greater solidarity - Special Report 2022**. New York: UNDP, 2022.

O CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL: REFERÊNCIA INTERNACIONAL NA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

Carlos Alberto Moutinho Vaz¹

1. Introdução

O ano de 2022 é muito significativo para os que se dedicam à temática das missões de paz da ONU, pois marca o retorno do Brasil ao Conselho de Segurança em seu 11º mandato como membro não permanente do órgão das Nações Unidas, que detém a principal responsabilidade sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais. Ressalta-se que, desde a sua candidatura, o Brasil elegeu a manutenção eficiente da paz como um de seus compromissos e uma de suas prioridades durante o mandato no Conselho (BRASIL, 2021).

Assim, fruto da sólida reputação construída ao longo das sete décadas em que tem participado de operações de paz, o Brasil permanece ocupando posições de destaque nas missões atuais. Desde 2013, quatro generais brasileiros já exerceram o comando do componente militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), incluindo o atual *Force Commander*, além da presença de um General brasileiro como *Force Chief of Staff* da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) e da equipe móvel de treinamento de guerra na selva brasileira desdobrada na MONUSCO, em uma iniciativa pioneira, que tem conferido grande projeção internacional ao Brasil (MARCONDES, 2022).

É neste contexto que o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) tem cumprido sua missão de capacitar recursos humanos para missões de paz e de desminagem humanitária, preparando homens e mulheres para atuar nos ambientes cada vez mais complexos e desafiadores das missões atuais. Diante dessas considerações, este artigo procura destacar o trabalho realizado pelo CCOPAB ao longo de sua curta trajetória.

* Artigo originalmente publicado em 9 de setembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e Comandante do CCOPAB.

2. O CCOPAB: breve histórico e evolução

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil foi criado em 15 de junho de 2010, por transformação do então Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), Unidade do Exército Brasileiro que funcionava desde 2005 e que havia sido criada com a incumbência de conduzir o preparo do 3º Contingente da então Brigada Haiti, no contexto da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

A Portaria Ministerial de criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil designou-o para ser referência na capacitação de militares, policiais e civis, brasileiros e de nações amigas que atuam em missões de paz e de desminagem humanitária. Para tanto, deve-se contar com a participação de integrantes das três Forças Armadas, das Forças Auxiliares, de civis e de militares de nações amigas em seus quadros. Na ocasião, a visão de futuro delineada apontava o Centro como uma referência internacional na promoção da excelência no preparo de recursos humanos (BRASIL, 2010).

Desde a sua criação, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil vem se consolidando como um centro de referência internacional em sua área de atuação, cuja competência foi reconhecida pela ONU, que já outorgou ao Centro cinco certificações de reconhecimento de estágios. Cada certificação foi expedida após uma minuciosa análise curricular, seguida de uma visita efetuada pela equipe do Serviço de Treinamento Integrado do Departamento de Operações de Paz (ITS/DPO) junto ao Centro (VAZ, 2021).

Em 2022, com o objetivo de renovar a infraestrutura e para viabilizar a execução de suas atividades em condições compatíveis com a visão de futuro do CCOPAB, foi iniciado o “Projeto Sergio Vieira de Mello”, sob a gestão do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), que prevê a construção e a reforma de instalações, que visam atender aos modernos conceitos de educação assistida por tecnologias digitais e de sustentabilidade.

3. Capacitação de indivíduos e de contingentes para missões de paz e de desminagem humanitária

A participação de Unidades Militares em missões de paz da ONU se baseia, atualmente, no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (PCRS, em inglês), que é o sistema adotado pela ONU e que tem como finalidade

garantir a prontidão e o desdobramento eficaz de capacidades militares, de policiais e da defesa civil para emprego em operações de paz.

Em linhas gerais, o PCRS classifica as capacidades ofertadas pelos países em quatro níveis, sendo o nível 2 aquele em que uma Unidade Militar é considerada pronta para o desdobramento. O Exército Brasileiro, por sua vez, já possui cinco Unidades Militares capacitadas no nível 2, atingido após a realização de uma rigorosa visita de avaliação e assessoramento da ONU (AAV, em inglês) a cada uma delas. Para alcançar esse nível, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil teve participação decisiva na medida em que participou ativamente da preparação dessas Unidades Militares no período que antecedeu as AAV. Contudo, o trabalho não se limita a obtenção das metas exigidas pela ONU, pois após alcançar essas, o Brasil tem a incumbência de manter os níveis de prontidão das tropas já inseridas no sistema, a fim de assegurar a prestação e a efetividade do desdobramento em missões de paz, quando solicitado pela ONU e aceito pelo Brasil (BRASIL, 2020).

Quanto ao preparo das tropas brasileiras já registradas no PCRS e das que serão ofertadas futuramente, este Centro desenvolveu uma “arquitetura de treinamento”, fruto de sua experiência no *case* de sucesso dos contingentes brasileiros na MINUSTAH. Tal arquitetura consiste numa sequência de etapas que culmina com a realização de exercícios no terreno, que se constituem em simulações dos ambientes de missões de paz, cujo objetivo é a certificação de que as Unidades Militares alcançaram as capacidades e a prontidão requeridas pela ONU.

Assim, no ano de 2022, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil continua conduzindo programas de capacitação para Unidades Militares brasileiras registradas no PCRS. No caso do Exército Brasileiro, atualmente o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil está realizando ciclos de preparação para um Batalhão de Infantaria Leve e para uma Companhia de Reação Rápida Especializada em operações na selva, oriundas respectivamente, da 12ª Brigada de Infantaria Leve e da 23ª Brigada de Infantaria de Selva. No tocante à Força Aérea Brasileira, este Centro realizou as Instruções de Preparação de Unidades Aéreas (IPUNAER) para os efetivos de três Unidades Militares, sediadas em diferentes regiões do Brasil, da mesma forma que conduziu as Instruções de Preparação para Missões de Paz (IPMP) para um Pelotão de Infantaria, composto por militares de três Unidades Militares situadas na região amazônica.

Passando a tratar da capacitação de militares e de policiais para as missões individuais, cumpre mencionar que CCOPAB conduz regularmente uma diversidade de

estágios, que têm se consolidado ao longo dos anos pela excelência no conteúdo e na execução, o que pode ser corroborado pela grande procura de militares, policiais, civis, brasileiros e estrangeiros, por matrículas. Dentre as capacitações ministradas, destaca-se o Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP), que prepara militares e policiais militares para o exercício das funções de observador militar, oficial de estado-maior e policial das Nações Unidas, e que vem sendo aperfeiçoado constantemente, chegando ao formato atual, com a duração de dez semanas. Neste estágio, a primeira fase é conduzida por meio de ensino à distância (EAD), funcionando num moderno ambiente virtual de aprendizagem.

Recentemente, a fim de atender às demandas dos ambientes cada vez mais desafiadores das missões de paz atuais e às exigências das Nações Unidas, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil tem expandido sua oferta de estágios. Desse universo, merecem destaque o Estágio Setorial de Preparação Específica de Militares do Segmento Feminino para Operações de Paz (EPESFOP) e o Estágio de Proteção de Civis (EPoC), pois despertam grande interesse da ONU. Para que se tenha uma ideia, o EPoC que funcionará em 2022 será acompanhado por um representante do ITS/DPO, para fins de certificação internacional do Estágio.

Além dos estágios voltados às missões de paz, cabe ressaltar o trabalho feito pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil na capacitação de militares brasileiros e estrangeiros para as ações de desminagem humanitária, que também fazem parte da atividade-fim do Centro. Para essas ações, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil conduz, anualmente, o Estágio de Ação Contra Minas (EACM), contando com o apoio do Centro de Instrução de Engenharia, localizado na cidade de Araguari-MG. Além de militares brasileiros, o EACM tem despertado o interesse de nações amigas, as quais já enviaram sete militares como discentes em 2022 (DEFESANET, 2022).

Finalizando a questão do preparo para missões individuais, também merece destaque o trabalho feito pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil na capacitação de militares brasileiros que concorrem a cargos de relevância em missões de paz, como o de *Force Commander*, além de cargos na sede da ONU. Para essas missões e cargos, desenvolveu-se programas de capacitação específicos, com ênfase nas simulações de entrevistas do tipo *competency-based interview*, consideradas decisiva nos processos seletivos conduzidos pela ONU.

4. Ampliando os horizontes - parcerias e outras atividades

A expertise consolidada do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil na capacitação de recursos humanos e o alto grau de especialização de seu corpo docente têm viabilizado a expansão do escopo de atuação para muito além de suas atividades-fim. Assim, tem-se conduzido atividades de ensino e de desenvolvimento doutrinário que extrapolam as fronteiras das áreas temáticas atinentes ao Centro e que têm ampliado sua presença internacional.

Uma área em que o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil tem atuado com reconhecida competência e que tem assegurado uma integração significativa com instituições nacionais e internacionais é a capacitação de civis para atuação em ambientes instáveis. Dessa forma, tem-se conduzido o Estágio de Preparação para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito (EPJAIAC) e o Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis (EPCAAI), ambos com grande procura e congregando discentes de variadas instituições. Em 2022, 47 homens e mulheres já foram capacitados nestes estágios (OMMATI, 2022). Outra tarefa de grande relevância que tem sido executada é a preparação dos militares que compõem a Força-Tarefa Logística Humanitária que atuam na Operação Acolhida. Em 2022 já foram capacitados cerca de 870 militares, integrantes do 13º e do 14º contingentes da Operação Acolhida.

Um aspecto importante para a consolidação da expertise do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil na capacitação de pessoal é a ampla integração com as instituições correlatas no exterior e com o meio acadêmico, postura que proporciona vasto intercâmbio de experiências e conhecimentos. Como exemplo de integração com instituições correlatas, há a presença deste Centro como membro pleno da Associação Latino-Americana dos Centros de Treinamento de Operações de Paz (ALCOPAZ) e como membro da Associação Internacional de Centros de Treinamento de Operações de Paz (IAPTC, em inglês).

Quanto ao meio acadêmico, cumpre mencionar que o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil é um dos fundadores e membro pleno da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ), que, desde 2016, integra instituições públicas e privadas, civis e militares, que trabalham com pesquisa e ensino sobre operações de paz. Destaca-se, ainda, a parceria entre este Centro e o *Peace Operations Training Institute* (POTI), que tem possibilitado a execução de cursos *online* gratuitos por militares, policiais e civis brasileiros e que, no ano de 2021, viabilizou a capacitação de 536 discentes.

Outro aspecto fundamental para a excelência das atividades de ensino conduzidas pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil é a elevada inserção internacional. Não pelo acaso, este Centro tem sido convidado a enviar instrutores como docentes visitantes em instituições homólogas no exterior e tem sido convidado para participar de exercícios multinacionais e de grupos de trabalho voltados à produção de manuais doutrinários sobre operações de paz. Como exemplo, em 2022, instrutores deste Centro já estiveram nos seguintes países: Canadá, França, Quênia, República Dominicana, Suécia e Suíça. De forma análoga, tem sido procurado por países interessados em enviar discentes a estágios conduzidos por este Centro. No corrente ano, militares dos seguintes países frequentaram os cursos e estágios ofertados pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: Bolívia, Colômbia, Guatemala, Indonésia, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Paraguai e Portugal.

Ainda sobre a projeção internacional, cabe mencionar a participação no exercício *Viking 22*, o maior exercício multifuncional de operações de paz do mundo. Em 2022, o exercício *Viking 22* transcorreu de forma simultânea em cinco países e contou com a participação de 2.500 pessoas na Audiência de Treinamento (AT) e na Direção do Exercício (DIREX).

Em 2022, este Centro participou de todas as etapas do exercício *Viking 22*. Durante a fase de planejamento, contribuiu para a concepção da matriz principal de eventos, considerada a “espinha dorsal” do exercício *Viking 22*. Na fase de preparação, elaborou um programa de capacitação *online*, destinado à preparação dos futuros participantes do exercício *Viking 22* no Brasil. Na fase de execução, coube ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil chefiar, mobiliar e conduzir os trabalhos da célula de Observadores, Treinadores e Mentores (OTM), que teve um papel primordial no âmbito da DIREX.

5. Considerações finais

Como estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro e alinhado às diretrizes da ONU, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil tem procurado se manter na vanguarda da educação, buscando maximizar o emprego de tecnologias digitais e colher os frutos das parcerias estabelecidas com instituições de excelência, que se dedicam à pesquisa e ao ensino de assuntos relacionados às operações de paz e desminagem humanitária. Dessa forma, há investimentos na capacitação contínua de seu corpo

docente, cuja competência técnica tem sido um diferencial para a qualidade nas atividades.

Quanto à infraestrutura física, a concretização do “Projeto Sergio Vieira de Mello” deverá dotar o Centro de instalações modernas e funcionais, que irão contribuir para o aprimoramento de seus processos de ensino e de apoio ao ensino, de modo a consolidar a reputação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil como referência internacional em sua área de atuação. Esta infraestrutura ampliada viabilizará, inclusive, o aumento do número de atividades, da mesma forma que incrementará a capacidade de matrículas em cada capacitação realizada.

Pelo exposto, conclui-se que o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil tem contribuído sobremaneira para as bem-sucedidas participações do Brasil em operações internacionais, além de se constituir em uma valiosa ferramenta de integração internacional e de diplomacia militar para o Brasil. Assim, seguramente, o “Centro Sergio Vieira de Mello” estará à altura do desafio de capacitar recursos humanos para missões futuras, permitindo inferir que, uma vez convidados pela ONU e mediante a decisão do Brasil em participar de uma nova missão, os *peacekeepers* brasileiros capacitados apresentar-se-ão à altura das expectativas das Nações Unidas e da comunidade internacional.

Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Nº 952/MD, de 15 de junho de 2010**. Brasília: Ministério da Defesa, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Instrução normativa nº 7/EMCFA-MD, de 15 de outubro de 2020 - Estabelece a coordenação para a disponibilização de capacidades em Forças de Paz no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas 2022-2023**. Brasília: FUNAG, 2021.

DEFESANET. **Ministério da Defesa promove capacitações internacionais para Estados-membros da ONU**. Defesanet, 2022. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/onu/noticia/45203/Ministerio-da-Defesa-promove-capacitacoes-internacionais-para-a-Estados-membros-da-ONU/>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

OMMATI, Marcos. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, mais relevante do que nunca**. Diálogo Américas, 2022. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/centro-conjunto-de-operacoes-de-paz-dobrasil-mais-relevante-do-que-nunca/#.Ywvnh3bMI2w>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

MARCONDES, Danilo. **Brazil in UN Peacekeeping: Challenges and Potential for Cooperation with India.** In: ALBUQUERQUE, Marianna; BOMMAKANTI Kartik; MARCONDES, Danilo; MUKHOPADHYAY, Abhijit; PEREIRA, Lia Valls; TIRKEY, Aarshi. *India and Brazil in the global multilateral order*, p. 36-42, 2022. Nova Delhi: Observer Research Foundation, 2022.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho Vaz. **A iniciativa Action for Peacekeeping e seu pilar do desempenho & responsabilização em operações de paz das Nações Unidas: uma perspectiva brasileira.** Coleção Meira Mattos, Vol. 16, nº 55, p. 69-86, 2021.

A FUNÇÃO CIMIC DESEMPENHADA POR OBSERVADORES MILITARES NA UNMISS*

Raphael Cavalieri Nardi de Souza¹

1. Introdução

Segundo o Exército Brasileiro, a cooperação civil-militar (CIMIC) compreende a ligação entre o comando de uma força militar e as organizações civis em presença na área de operações. Suas atividades buscam estabelecer, manter e influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população, numa área operacional neutra, amigável ou hostil (BRASIL, 2018).

Nas missões de paz desencadeadas pelas Nações Unidas, nota-se que a cooperação civil-militar está presente. Como exemplo, há o caso do Sudão do Sul, país onde há a presença de militares brasileiros exercendo a cooperação civil-militar no âmbito da *United Nations Mission in South Sudan* (UNMISS). Em vista dessa realidade e considerando a importância do assunto, o presente artigo intenciona apresentar a cooperação civil-militar realizada no âmbito da UNMISS.

2. Preâmbulo Histórico

O Sudão do Sul, localizado na porção nordeste da África, é o país mais jovem de seu continente. Seu processo de emancipação em relação ao Sudão contou com uma duradoura guerra civil que durou pouco mais de vinte anos (de 1983 até 2005), ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) intermediou a assinatura do acordo de paz firmado no país, denominado de *Comprehensive Peace Agreement* (CPA) (SANTOS, 2018). Fruto do *Comprehensive Peace Agreement*, o Sudão do Sul recebeu o *status* de entidade semiautônoma e *John Garang*, então líder rebelde, foi empossado como vice-presidente do Sudão (SANTOS, 2018). Diante desse acordo, a ONU ativou a *United Nations Mission in Sudan* (UNMIS), missão de paz que contou com a participação brasileira.

Em agosto de 2005, um acidente de helicóptero vitimou letalmente *John Garang*, episódio que proporcionou a ascensão de *Salva Kiir Mayardit* ao cargo de vice-presidente

* Artigo originalmente publicado em 7 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

do Sudão. No exercício do cargo, *Salva Kiir Mayardit* também se incumbiu de liderar o processo de formação do governo autônomo no Sudão do Sul (SANTOS, 2018). Seis anos depois, mais precisamente em 09 de julho de 2011, o Sudão do Sul teve a sua independência reconhecida pelo sistema internacional. O território do mais novo país passou a ser composto por 658 mil quilômetros quadrados, organizados politicamente em dez estados e com a capital estabelecida na cidade de *Juba*.

3. Estabelecimento da *United Nations Mission in South Sudan*

Com o objetivo de contribuir para o processo de solidificação do Sudão do Sul, a ONU ativou outra missão de paz no mais novo país do sistema internacional: a UNMISS, missão de paz instaurada pela Resolução nº 1996 do Conselho de Segurança da ONU, assinada em julho de 2011 (UNITED NATIONS, 2011). Cabe destacar que, por ocasião da implementação da UNMISS, os militares brasileiros que estavam desdobrados na UNMIS em território do recém-criado Sudão do Sul, passaram a compor a UNMISS. Assim, desde a sua criação, a UNMISS contou com a presença de militares brasileiros (ALMEIDA, 2019).

O mandato da UNMISS, prorrogado até 2023 por meio da Resolução nº 2625 do Conselho de Segurança da ONU, está sob o escopo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O atual mandato inclui tarefas como a proteção de civis, a criação de condições para a realização de assistência humanitária, o suporte para a implementação do *Revitalised Agreement and the Peace Process*, além de monitorar, investigar e reportar violações relacionadas aos direitos humanos. Muitas dessas tarefas são desempenhadas pelos militares presentes na UNMISS por meio da cooperação civil-militar.

4. A cooperação civil-militar na UNMISS

Segundo as Nações Unidas, a função CIMIC (como é conhecida no Brasil) é chamada de *UN-CMCoord* e pode ser definida como sendo o diálogo e a interação essenciais entre atores civis e autoridades militares em situações de emergência humanitária, que são necessários para proteger e promover os princípios humanitários, evitar concorrência, minimizar a inconsistência e, quando apropriado, buscar objetivos comuns (OCHA, 2018).

Para contribuir no desempenho das funções atribuídas pelo mandato, a UNMISS possui a seguinte organização: uma célula CIMIC no *Force Headquarter*, localizada na cidade de *Juba*; uma célula CIMIC em cada um dos cinco *Sector Headquarters*

A função CIMIC desempenhada por Observadores militares na UNMISS

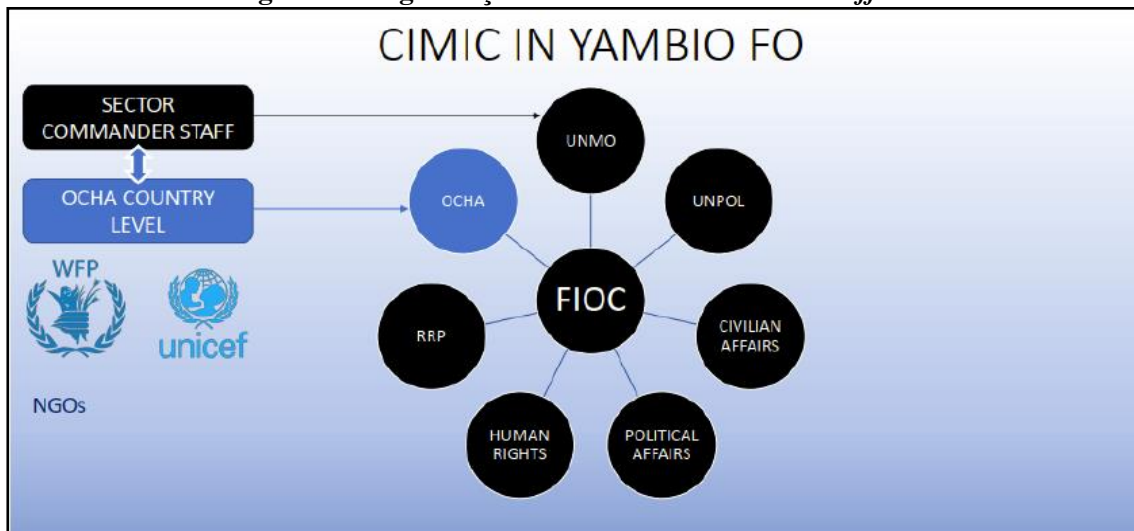
distribuídos pelo país; um militar responsável pela cooperação civil-militar em cada Estado-Maior das tropas presentes na missão; e um observador militar com a função de coordenar as relações civis-militares em cada *Team Site* dos *Field Offices*.

Os *Field Offices*, por sua vez, possuem os *Field Integrated Operations Center* (FIOC). Esse é composto por elementos de cada um dos *offices* que integram o *Field Office*. Sua atribuição é coordenar, no nível *Field Office*, a integração entre os entes civis e os militares pertencentes a ONU.

Para cumprir sua missão, o FIOC conduz reuniões periódicas com o fito de organizar as ações integradas na área de responsabilidade do *Field Office* e permitir o compartilhamento de informações relevantes entre civis e militares. Por ocasião das referidas reuniões, todas as agências apresentam suas demandas operacionais e suas necessidades de inteligência, permitindo que haja um planejamento integrado das operações a serem realizadas. Dessa forma, as operações realizadas na UNMISS, normalmente, contam com a participação integrada de civis e militares, dentro do escopo de uma função CIMIC.

Além da referida coordenação, o FIOC coordena as ações com entidades externas, como outros órgãos da ONU e Organizações Não Governamentais (ONG). Para que isto ocorra, as referidas entidades apresentam suas demandas para o *Force Headquarter* da UNMISS, localizado em *Juba*, que por sua vez determina que os *Field Office* realizem as coordenações necessárias para que as demandas sejam atendidas, caso aprovadas. Assim, os observadores militares participam de operações nas quais devem coordenar as ações com diversas entidades civis. Abaixo, segue um exemplo de organização de FIOC:

Figura 1 - Organização do FIOC - Yambio Field Office



Fonte: O AUTOR, 2022.

No caso em tela, a estrutura organizacional é a praticada pelo *Yambio Field Office*. Um exemplo desse tipo de operação foi a *Long Range Patrol*, que ocorreu em junho de 2020 na cidade de *Tambura*, localizada no estado de *Western Equatoria*, na área de responsabilidade do *Yambio Field Office*.

A missão teve origem após o recebimento da informação de que o número de deslocados em *Tambura* havia aumentado e que as condições de segurança alimentar na região haviam se deteriorado. Diante desta situação, inicialmente o *Sector Commander Staff* e o *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) Country Level*, ambos sediados em *Juba*, coordenaram a realização de uma operação a fim de enfrentar tal desafio.

Após a coordenação inicial, o FIOC ficou encarregado de integrar as ações das entidades envolvidas na operação. Além dos *Offices* de *Yambio*, participaram da missão o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o *World Food Programme (WFP)*.

Ao final das reuniões de planejamento, o conceito da operação definiu como missão principal a doação de alimentos, tarefa que ficou a cargo das organizações civis. A segurança do evento ficou a cargo do Batalhão da Etiópia. Os observadores militares, juntamente com os integrantes da UNPOL dos escritórios *Civil Affairs*, *Political Affairs* e *Human Rights*, receberam a missão de realizar *Key Leaders Engagements* com as lideranças locais, com a finalidade de avaliar a situação local e permitir que a operação ocorresse nas melhores condições. A operação durou cerca de 12 dias e ocorreu como fora planejada. É importante destacar que todas as ações em que os observadores militares participaram, desde as reuniões com as lideranças locais até a distribuição de alimentos, teve a presença e a integração entre civis e de militares.

Outra atividade ligada a função CIMIC desempenhada pelos observadores militares, foi o desenvolvimento dos *Quick Impact Projects (QIP)*. Esses projetos custam até cinquenta mil dólares e causam grande impacto na vida da população local. Os observadores militares, ao identificarem certa demanda compatível com o valor disponível, poderiam requisitar a realização de um QIP, que seria executado por uma entidade civil contratada pela UNMISS. Como exemplo de um QIP, houve a escavação de poços artesanais no estado de *Western Equatoria*, feitos com a finalidade de garantir o suprimento de água potável a comunidades que antes estavam desabastecidas.

5. Considerações Finais

Diante do exposto, pode-se concluir que a missão desempenhada pelos observadores militares da UNMISS conta fortemente com a função CIMIC. A estrutura de planejamento da missão, no que tange a função CIMIC, permite que a integração das diversas organizações presentes ocorra de maneira adequada. Dessa forma, raramente nota-se uma operação sem a participação de elementos civis e militares. Assim, o observador militar opera inserido em um ambiente multicultural, seja pela existência de pessoas de diferentes nacionalidades, seja pela vasta gama de instituições presentes. Essa característica do ambiente da UNMISS é favorável ao militar brasileiro, pois a formação multiétnica do povo brasileiro favorece o exercício da liderança em missões de paz (CLAUHS, 2013).

Por fim, o uso da força militar isoladamente não é capaz de atingir o efeito final desejado da UNMISS, previsto na Resolução 2625 do Conselho de Segurança da ONU. Somente a integração de civis e militares, realizada sob o escopo do CIMIC, tem se mostrado capaz de superar os desafios existentes no Sudão do Sul.

Referências:

ALMEIDA, Rafael. **Protection of civilians under United Nations Peacekeeping Operations: a case study of South Sudan 2013-14 crisis**. Dissertação de Mestrado na National Defense University, 2019. Washington: National Defense University, 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB20-MF-03.109 - Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. Brasília: Exército Brasileiro, 2018.

CLAUHS, Ândrei. **Os Impactos da Formação Multiétnica na Liderança Militar Brasileira em Missões de Paz**. Coleção Meira Mattos, Vol. 7, nº 29, p. 99-111, 2013.

OCHA. **UN-CMCoord Field Handbook**. Genebra: United Nations, 2018.

SANTOS, Daniel Mendes Aguiar. **Conflitos e Proteção de Civis na África: O caso da Estratégia das Nações Unidas para o Uso da Força e para a Segurança Humana no Sudão do Sul**. Tese de Doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

UNITED NATIONS. **United Nations Security Council Resolution 1996 establishing the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)**. United Nations, 2011. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/4f1d3b322.html>. 2011. Acesso em: 15 de julho de 2022.

A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL NO SISTEMA DE PRONTIDÃO DE CAPACIDADES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS (UNPCRS)*

Rodrigo Motinha Lanzelloti¹
Odilon Ferreira Alves Junior²
Luis Augusto Lopes Junior³

1. Introdução

Este artigo analisa a crescente participação das Forças Armadas Brasileiras no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas⁴. Esse tipo de participação é algo inédito, se comparado a recente mobilização de contingentes brasileiros empregados no Haiti (MINUSTAH⁵). As tropas inseridas no mencionado sistema, a depender do nível de certificação, permanecem em “estado de prontidão⁶”, podendo se desdobrar a qualquer momento em proveito da Organização das Nações Unidas - ONU (PACHECO; MIGON, 2013).

A ONU é uma Organização Internacional Intergovernamental (OII), fundada em 24 de outubro de 1945 e tem como objetivo intermediar as relações internacionais; harmonizar a ação dos Estados Membros diante de objetivos comuns; promover a segurança internacional e manter a paz mundial. Atualmente, essa organização é composta por 193 (cento e noventa e três) Estados Membros, sendo estes guiados pelos propósitos e pelos princípios contidos em sua Carta fundadora (ONU, 2022).

O Brasil, como Estado-Membro fundador da ONU e signatário da carta das Nações Unidas, firmada em 26 de junho de 1945, em São Francisco, assumiu o referido compromisso, como registra o artigo 103º da carta de São Francisco:

* Artigo originalmente publicado em 13 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

⁴ *United Nation Peacekeeping Capabilities Readiness System* - UNPCRS.

⁵ Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH, sigla em francês para *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*.

⁶ Princípio da Prontidão - Princípio de Guerra que se define como a capacidade de pronto atendimento das Forças Armadas para fazer face às situações que podem ocorrer em ambiente de combate. A prontidão fundamenta-se na organização, no adestramento, na doutrina, nos meios e no profissionalismo das forças, consubstanciando-se nas seguintes funções militares: comando, inteligência, planejamento, operações, logística e mobilização (BRASIL, 2015).

A participação das Forças Armadas do Brasil no UNPCRS

“No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta” (ONU, 1945, p. 59).

Desde então, o país tem envidado esforços no sentido de colaborar com o esforço da ONU em assegurar a paz mundial. Tal assertiva é justificada pelo fato de que o país já participou de mais de 50 missões de paz em 5 continentes e já enviou mais de 60 mil pessoas para missões de paz, entre militares, policiais e civis (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2021):

No ano de 2015, a ONU implementou UNPCRS em substituição ao *United Nations Standby Arrangement System* (UNSAS), com o objetivo de otimizar o gerenciamento de capacidades ofertadas pelos países membros e assegurar uma prontidão tempestiva em proveito das operações de paz. Assim, a criação do UNPCRS descortinou mais uma oportunidade para a expressão militar brasileira dar continuidade, ou até mesmo, incrementar seu rico histórico de contribuições com as Nações Unidas (RODRIGUES; MIGON, 2017).

2. A participação das Forças Armadas Brasileiras no UNPCRS

A participação brasileira junto à ONU teve início em 1947, ocasião em que o país enviou diplomatas e militares para exercerem a função de observadores na Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB). Tal missão tinha como objetivo monitorar a fronteira da península grega em face das tentativas de intervenção da Albânia, Bulgária e Iugoslávia durante a guerra civil da Grécia (PEREIRA, 2019).

Desde então, o Brasil passou a contribuir com o envio de militares em missões individuais e/ou coletivas para integrar as operações de paz sob a égide da ONU. Em algumas missões, o país assumiu o comando e controle das operações, como na MINUSTAH e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Em ambas as missões, teve uma expressiva participação de militares brasileiros. A primeira evidenciou o protagonismo brasileiro para a consecução da estabilidade política e transição democrática do Haiti e a segunda se destacou por ser a única força naval do mundo atuando em proveito da ONU (BRASIL, 2022).

Em consonância com o histórico brasileiro em operações de paz, existe um extenso arcabouço político-estratégico que estimula a participação brasileira em organismos internacionais, particularmente na expressão militar como instrumento da Política

Externa Brasileira (PEB), a qual é materializada pelo envio de contingentes de tropas em missões de paz, a fim de projetar o país no concerto das nações.

Colimada com a perspectiva apresentada e alinhada com a Lei Complementar de 97, de 9 julho de 1999, a Política Nacional de Defesa (PND) destaca como sendo um dos objetivos nacionais de defesa (OND):

“VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais, visando auferir maior influência nas decisões em questões globais” (BRASIL, 2016a, p. 25, grifo nosso).

No mesmo delineamento, a Estratégia Nacional de Defesa (END) prevê sobre a participação do Exército Brasileiro em atitudes dessa natureza:

“O Exército deverá, também, ter a capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força Expedicionária, quer para operações de paz, ajuda humanitária ou demais operações, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior” (BRASIL, 2016b, p. 47).

Com relação ao UNPCRS, constata-se que ele está estruturado em quatro níveis, assim discriminados: três diferentes níveis convencionais e um nível de desdobramento rápido. Tais métricas regulam o nível de comprometimento e prontidão dos *Troop Contributing Countries/Police Contributing Countries* (TCC/PCC) no emprego de suas tropas em favor das operações de paz, em curso ou futuras.

No nível convencional nº 1 do UNPCRS, o Estado-Membro cadastra as suas capacidades a serem empregadas em missões de paz e faz isso por meio de um formulário de compromisso constante no *web site* da ONU, ou por meio de uma nota verbal, devendo anexar os seguintes documentos: Tabela de Organização, Lista de Equipamentos Principais e Lista de Serviços de Autossustento.

A ascensão para o nível convencional nº 2 do UNPCRS, é regulada por meio de convite do Secretariado das Nações Unidas ou por iniciativa do próprio TCC/PCC. Após manifestação e concordância de ambas as partes, os elementos do Departamento de Operação de Paz da ONU⁷ e os elementos do Departamento de Apoio Operacional⁸ coordenarão, junto ao país proponente, a realização de uma Visita de Avaliação e

⁷ *Department of Peace Operations - DPO.*

⁸ *Department of Operational Support - DOS.*

A participação das Forças Armadas do Brasil no UNPCRS

Assessoramento⁹, com intuito de vistoriar as capacidades ofertadas quanto aos quesitos de efetivo, disponibilidade de equipamento de grande porte e de autossustento e o padrão de treinamento da tropa a ser desdobrada.

A migração para o nível convencional nº 3 do UNPCRS está condicionada ao nível de preparação do TCC/PCC demonstrado durante a AAV transcorrida na certificação do nível nº 2 do UNPCRS. A inserção de tropas ao nível convencional nº 3 do UNPCRS ocorre mediante convite do Secretariado ou manifestação do TCC/PCC, que terá o seu pleito avaliado pelo Quartel-General da ONU. Caso a certificação da tropa seja aprovada, o Estado-Membro deverá remeter uma Nota Verbal à ONU, apresentando os seus equipamentos de grande porte e de autossustento, plano de embarque, o porto de embarque e o tempo médio para o desdobramento da tropa após o acionamento. Cabe ressaltar que, após a ascensão ao nível nº 3 do UNPCRS, o país proponente deverá confirmar, anualmente, sua permanência no mencionado nível.

A certificação no nível de Desdobramento Rápido¹⁰ requer que o TCC/PCC esteja habilitado no nível nº 2 ou nº 3 do UNPCRS. O processo de adesão ocorre por intermédio de convite do Secretariado da ONU ou por manifesto de interesse do Estado-Membro, devendo o país proponente comprometer-se em desdobrar suas capacidades num prazo máximo de 60 (sessenta) dias em alguma missão de paz corrente ou vindoura, além da necessidade em remeter a Lista de Equipamentos Principais e o Plano de Embarque de Carga requeridos para esse nível de certificação.

Após a remessa da documentação citada, será agendada uma Visita de Verificação de RDL¹¹, capitaneada por representantes do DPO e DOS, a fim de certificar as capacidades ofertadas no que tange ao plano de mobilização, ao nível de adestramento da tropa e aos meios disponibilizados. Cabe salientar que este nível de certificação demanda prévia autorização do órgão parlamentar do país para viabilizar um desdobramento tempestivo da tropa quando acionada pelo Secretariado da ONU.

Diante dessa nova modelagem requisitada pela ONU no desdobramento de tropas em operações de paz, desde 2017 o Brasil tem realizado esforços no sentido de inserir tropas brasileiras no UNPCRS. Esses esforços resultaram na certificação no nível convencional nº 3 do UNPCRS, de duas Companhias de Ação Rápida Marinha do Brasil. No nível nº 2 do UNPCRS, o país obteve a certificação dos seguintes módulos de

⁹ *Assessment and Advisory Visit - AAV.*

¹⁰ *Rapid Deployment Level - RDL.*

¹¹ *RDL Verification Visit.*

combate: três Unidades de aviação, um Batalhão de Infantaria, um Batalhão de Infantaria Mecanizado, duas Companhias de Reação Rápida, uma Companhia de Engenharia e um Hospital de Campanha nível 2 do UNPCRS. No nível nº 1 do UNPCRS, o país obteve a certificação dos seguintes módulos de combate: um Grupamento Operativo de Fuzileiro Naval e uma Companhia de Polícia do Exército, conforme demonstrado a seguir:

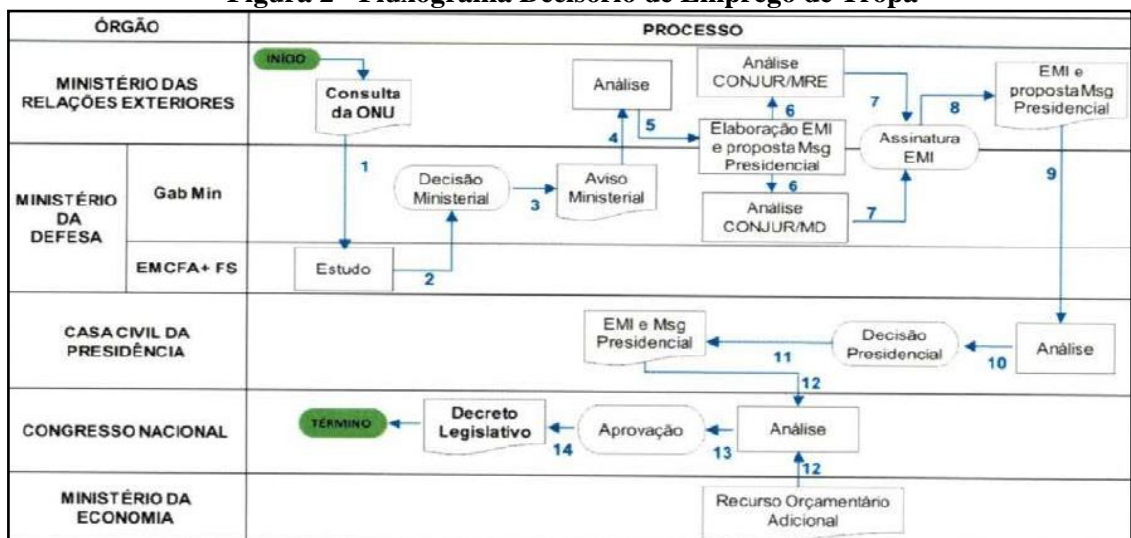
Figura 1 - Capacidades cadastradas no UNPCRS



Fonte: BRASIL, 2019.

Mesmo com o incremento de tropas certificadas junto à ONU, o processo decisório de emprego de tropas em proveito das operações de paz não está restrito somente ao Ministério da Defesa e às Nações Unidas. A decisão de enviar tropas nacionais para atuar em solo estrangeiro tramita em diversos órgãos do poder executivo, haja vista que o Congresso Nacional é o responsável pela anuência ou não, do desdobramento de tropas, como se pode observar no fluxograma abaixo:

Figura 2 - Fluxograma Decisório de Emprego de Tropa



Fonte: BRASIL, 2019.

A participação das Forças Armadas do Brasil no UNPCRS

Em consequência do vetor político, o Brasil, nos últimos anos, tem contribuído com pessoal em proveito da ONU somente em missões individuais, perfazendo, em 2022, um total de 76 (setenta seis) militares desdobrados em missões de paz onusianas. Esse quantitativo corresponde a cerca de 3% do auge da participação brasileira junto a ONU, quando o Brasil desdobrou dois Batalhões de Infantaria e uma Companhia de Engenharia, no contexto da MINUSTAH.

Assim, os números atuais vão de encontro ao esforço despendido pelo Ministério da Defesa em aumentar a participação brasileira em organismos internacionais. Soma-se a esse fato que, em julho de 2020, o Brasil foi eleito para o seu 11º mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para os anos de 2022-2023. Situação que, juntamente com a estatura geopolítica do Brasil, insta o país a contribuir com efetivos mais robustos em missões de paz onusianas.

Dessa forma, considerando que as missões de paz da ONU são deflagradas, majoritariamente, em locais de conflito, a participação brasileira em missões de paz também significa manter parte de seus efetivos em ambiente de conflitos, permitindo o aprimoramento da doutrina militar terrestre e o adestramento de seu pessoal. Além disso, também auxilia na projeção do poder militar brasileiro em outro teatro de operações (TEIXEIRA, 2017).

3. Conclusão

Com a criação do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas, descortinou-se mais uma oportunidade para as Forças Armadas Brasileiras contribuírem junto à ONU. Nessa perspectiva, considerando a quantidade de módulos de combate e de Organizações Militares certificadas nos mais diversos níveis do UNPCRS, é possível afirmar que há um incremento na projeção da expressão militar brasileira no cenário internacional.

Em outras palavras, o sucesso do Brasil junto ao Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas reforça a posição de liderança regional e de ascensão no cenário internacional. Dessa forma, pode-se dizer que a expressão militar tem contribuído para o fortalecimento da Política Externa do Brasil, aumentando a capacidade do país em alcançar o *status* almejado de *Global Player*, ou até mesmo, pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (VITELLI, 2015).

Infere-se, também, que é lícito afirmar que o consenso político é um fator necessário a ser trabalhado para o envio de tropas a atuarem sob a égide da ONU. Em 2018, quando foi oferecido ao país a missão de paz das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA)¹², o fator político foi determinante para o Brasil declinar de tal proposta, restando apenas o envio de observadores.

Em face do exposto, se as Forças Armadas Brasileiras desejam voltar a atuar de forma expedicionária no exterior, é imperativo que sejam realizados estudos que comprovem os benefícios de manter contingentes militares em solo estrangeiro, de modo a demonstrar ao Congresso Nacional, os aspectos positivos dessa iniciativa junto à Organização das Nações Unidas.

Referências:

ANDRADE, Israel O.; HAMANN, Eduarda P.; SOARES, Matheus A. **Brazil's participation in United Nations peacekeeping operations: evolution, challenges, and opportunities**. IPEA Discussion Paper 254, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10457/1/dp_254.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas EB20-MF10.101 – MD35-G-01**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Instrução Normativa Nº 3/EMCFA-MD, Aprova as instruções para a execução das fases de implantação, preparo, emprego e repatriação de Tropas em Operações de Paz**. Brasília: Ministério da Defesa, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Histórico da participação brasileira em missões da ONU**. Brasil, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt11br/assuntos/relacoesinternacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-daparticipacao-brasileira-em-missoes-da-onu. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **A Carta das Nações Unidas**. ONU, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **A Organização**. ONU, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us>. Acesso em: 9 de maio de 2022.

¹² *Mission des Nations Unies pour la stabilisation de la République Centrafricaine*.

PACHECO, F. C.; MIGON, E. X. F. G. **O Brasil na MINUSTAH influenciando o Brasil no cone sul: evidências preliminares da contribuição da diplomacia militar à inserção soberana.** Coleção Meira Mattos, Vol. 7, nº 29, p. 131-137, 2013.

PEREIRA, V. A. **A participação brasileira na missão multidimensional integrada das nações unidas para a estabilização da República Centro-Africana: um estudo sobre sua viabilidade geopolítica.** Coleção Meira Mattos, Vol. 13, nº 46, p. 67-82, 2019.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz.** Carta Internacional, Vol, 12, nº 3, p. 77-103, 2017.

TEIXEIRA, Ulysses Tavares. **A importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil.** XIV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, 2017. Brasília: Centro Universitário do Distrito Federal, 2017.

VITELLI, Marina. **La identidad estratégica de Brasil: política de defensa para um jogador global.** Colombia Internacional, nº 85, p. 141-169, 2015.

MISSÕES DE PAZ: UMA CONCEPÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PAZ COMO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO*

Janilson Pessoa Cabral¹

1. Introdução

Desde a primeira missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1947 (comitê Especial das Nações Unidas para os Balcãs - UNSCOB), o Brasil tem se prontificado a participar, por intermédio de militares, policiais e civis, nas missões de paz onusianas (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019). Como fenômeno da política internacional, as operações de paz da ONU evoluíram de uma perspectiva mais tradicional, marcada por acordos de paz e estratégias de cessar-fogo entre as partes envolvidas, para uma perspectiva complexa e multidimensional, caracterizadas por questões políticas, sociais, econômicas, culturais, judiciais e de sociedade civil, além de muitas vezes, incluir o uso da força para além da autodefesa das tropas.

Portanto, o início do século XXI vem presenciando um engajamento mais incisivo do país nas missões de paz (MINUSTAH e na UNIFIL). As tropas enviadas, a quantidade de missões de paz, a participação de *force commanders* brasileiros, são apenas alguns, dos inúmeros exemplos do desempenho proativo da diplomacia brasileira em missões de paz (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019). Tomando como base estas considerações, surge a seguinte indagação: *Como o direito internacional humanitário manejado nas relações internacionais pode servir como instrumento de política de Estado?*

Assim, este artigo apresenta a seguinte estrutura: preliminarmente realiza-se uma breve introdução, seguida de uma indagação que norteia a temática. Em continuidade fala-se sobre a política de Estado instrumentalizada pelo Direito Humanitário e em seguida faz-se uma alusão teórica. Na parte final, são realizadas algumas considerações sobre o papel do Direito internacional humanitário como poder estratégico.

2. Da Política de Estado instrumentalizada pelo Direito Humanitário

O Direito Internacional Humanitário não deve ser confundido com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, porque este se aplica a todos os indivíduos em

* Artigo originalmente publicado em 19 de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Advogado e aluno especial do Programa de Pós Graduação em Ciências Aeroespaciais.

qualquer tempo, seja em momentos de guerra, seja em momentos de paz. Enquanto o outro se aplica especificamente na existência de conflito armado. Assim, são dois conjuntos normativos, que se complementam, já que os dois têm como escopo resguardar o indivíduo, sendo regidos pelos princípios da proporcionalidade, da proibição de empregar armas, projéteis, material e métodos de guerra que causem males supérfluos ou sofrimentos desnecessários, a proibição de ataques diretos a civis, a proibição dos ataques indiscriminados e a obrigação de tomar medidas de precaução a fim de minimizar o número de mortos e feridos entre os civis, assim como os danos causados aos seus bens (BASTOS, 1995).

Portanto, o Direito Internacional Humanitário impede o uso de armas que causem sofrimento maior que o requerido para deixar um combatente fora da batalha; logo, está proibido o emprego de armas que causem danos muito extensos, igual ao que ocorreu na Guerra do Vietnã, quando eram usadas bombas com fósforo branco (incendiária), ou mesmo em guerras mais antigas onde foram utilizados gases venenosos etc (SCAHILL, 2014):

“Ademais, a política internacional sempre foi reconhecida pelo que realmente é - uma política de poder - exceto em nossa época, por alguns juristas embriagados com ideias e certos idealistas que confundem os sonhos com a realidade. Os juristas deploram a necessidade de ignorar ou legalizar a guerra; os moralistas impressionam-se com o fato de uma conduta que, mesmo em tempos de paz, toma como referência a eventualidade da guerra, isto é, a coação e a violência. (...) A inteligência estratégica e o esforço de persuasão só são reduzidos à impotência nos momentos extremos do combate. Normalmente, na paz ou na guerra, quer se pratique a estratégia ou a diplomacia, intervém a inteligência: cada estrategista que toma uma decisão espera uma réplica do adversário, e essa espera comanda sua decisão. A questão é saber em que sentido a teoria matemática dos jogos permite esclarecer as decisões que os estadistas e os chefes militares tomam tradicionalmente por intuição, avaliando de modo grosseiro os riscos e as possibilidades de êxito” (ARON, 2002, p. 478-848).

E com base nos preceitos do artigo 4º da Constituição Federal da República Federativa Brasileira, a participação brasileira em missões de paz só ocorre após o atendimento de algumas imposições, cuja principal é a aceitação, por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território. Essa conduta da política externa brasileira vem sendo adotada há longo tempo.

Desse modo, a primeira participação do Exército Brasileiro ocorrida em 1947 quando observadores militares foram enviados para os Bálcãs. Durante as décadas de

1950 e 1960, o Brasil viria a participar em missões de paz com efetivos maiores, integrando forças internacionais de paz, sob a égide dos norte-americanos no Caribe. A mais longa missão de paz ocorreu no Oriente Médio (UNEF) e durou de 1957 a 1967, com a participação de 600 homens, em média, que se revezou em 20 contingentes. Cabendo ainda destacar que:

“A incerteza dos cenários e o aumento da importância do papel da ONU na busca da preservação da paz e da segurança internacionais, aliados a uma maior inserção do Brasil como protagonista na promoção da paz e da fraternidade entre os povos fazemsugerir a necessidade de se aprofundarem os estudos concernentes às Op. Paz. Neste mister, o OMPV busca fornecer subsídios ao futuro envolvimento de novos contingentes de tropa e militares empregados em missões individuais, bem como análises endereçadas aos apreciadores das temáticas das Ciências Militares e dos Estudos de Defesa e Segurança” (OMPV, 2022, p. 1).

Ademais, o emprego de forças militares em operações de paz continuará a ser uma constante nos próximos anos, sendo o Brasil convocado a dar sua parcela de contribuição. Em palestra proferida no dia 30 de julho de 2020 para os alunos do III Ciclo de Estudos Estratégicos de Defesa da Escola Superior de Guerra, o Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Marcos Degaut, destacou que é fundamental fortalecer o debate sobre Defesa, Segurança e Base Industrial de Defesa, como elementos que considera essenciais para a elaboração de uma grande estratégia nacional e fatores indissociáveis para a confecção de uma política externa em qualquer país que almeje ser *global player* (PROENÇA; DUARTE, 2007).

É nesse contexto que entra a relevância do tema ofertado, haja vista sua capacidade em promover o debate sobre o Direito Humanitário Internacional e também estreitar os laços da sociedade brasileira com os integrantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Além disso, é importante destacar o estilo brasileiro de *peacekeeping*, que já se consolidou como uma marca positiva da contribuição do Brasil para as operações de paz, como sendo um país que promove a manutenção da paz da ONU e utiliza produtos de defesa nacional em suas Forças Armadas.

3. Uma alusão teórica

O pai do *jus naturalismo* contemporâneo *John Locke* (1632 - 1704), em pleno século XVII, asseverava que o homem enquanto ser, era detentor de direitos. Que por sua natureza, ninguém lhe podia subtrair, nem mesmo o Estado, mas que deveriam ser por ele respeitados. No decorrer do século XVIII, o pensamento de *Locke* serviu de fundamento

para a revolução norte-americana (1776) e a revolução francesa (1789), encorajando o ideal de liberdade, igualdade, fraternidade e o direito natural junto às camadas menos privilegiadas daquela sociedade

Segundo *Norberto Bobbio*, as revoluções tiveram como legado a declaração de direitos, pois partiram de um ponto comum, ou seja, o homem tem direitos naturais, enquanto naturais, são anteriores à instituição do poder civil, portanto, tais direitos devem ser reconhecidos, respeitados e protegidos por este poder (SARFATI, 2005).

Não pelo acaso, em 1945 o mundo foi brindado com a edição da carta das Nações Unidas, que versou sobre a segurança internacional, tendo como escopo a família para a sua proteção e a proteção dos direitos humanos. Assim, quando foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os direitos humanos se tornaram em símbolo norteador da ONU, passando a ser reconhecido também como fundamento da paz.

Nesse sentido, propõe-se um plano de ação, com vistas a tornar o Brasil um importante ator nos assuntos de segurança internacional, pela reverberação positiva do ponto de vista doméstico, da *expertise* alcançada no que diz respeito à aquiescência dos padrões internacionais de manutenção da paz e da segurança nacional. Ancorados na divulgação de nossa indústria de defesa, lastreada pela tecnologia e inovação.

4. Considerações Finais

Num mundo globalizado, a constituição brasileira de 1988 trouxe inovações no tocante à visão do Direito Humanitário como ferramenta de amplitude do poder de Estado, perante os demais países existentes além-mar. Essas normas estão de acordo com os seus princípios inovadores para a condução da sociedade brasileira em relação às demais nações do mundo. Assim, importa destacar o art. 1º da constituição federal de 1988:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento; a soberania, a cidadania a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (vide Lei nº 13.874, de 2019) e o pluralismo político” (BRASIL, 1988, p. 11).

E o art. 4º da constituição federal de 1988

“A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os

povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político” (BRASIL, 1988, p. 11).

Como visto, o Brasil está ancorado em princípios que preservam a sua soberania e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, propiciando a utilização do Direito Internacional Humanitário como ferramenta geopolítica no âmbito de suas relações internacionais, além de servir como *marketing* para a sua indústria de defesa.

Sob a concepção democrática do Estado de Direito, lastreado no princípio da dignidade da pessoa humana, as operações de paz abrilhantam ainda mais a imagem do Brasil no cenário mundial, como potência emergente capaz de empregar as suas Forças Armadas em ações humanitárias, em face de desenvoltura de sua capacidade. Em vista disso, deve-se estar atento para pensar as missões de paz como política de Estado, haja vista que ela também pode ser indutora da indústria nacional de defesa, refletindo-se em desenvolvimento econômico nacional (ALMEIDA, 2010).

Finalmente, este artigo propõe que devem ser levantadas as tendências futuras das operações de paz e as propostas oportunas dessas missões, para que a sociedade brasileira possa desenvolver uma mentalidade participativa mais adequada às necessidades geoestratégicas do Brasil, a partir dos ensinamentos do Direito Internacional Humanitário acoplados ao desenvolvimento de sua indústria de defesa, visando a manutenção da paz mundial, por meio do *Brazilian Way of Peacekeeping*.

Referências:

ALMEIDA, Carlos W. L. **Política de Defesa no Brasil: considerações do ponto de vistas políticas públicas**. Opinião Pública, Vol. 16, nº 1, p. 220-250, 2010.

ANDRADE; Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das nações unidas: evolução, desafios e oportunidades**. IPEA Texto para discussão 2442. Brasília: IPEA, 2019.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: UNB, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA. **Missão de Paz**. Observatório Militar da Praia Vermelha, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

PROENÇA, Domício, DUARTE, Érico Esteves. **Os Estudos Estratégicos como base reflexiva da defesa nacional.** Revista Brasileira de Política, Vol. 50, nº 1, p. 29-46, 2007.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SCAHILL, Jeremy. **Guerras Sujas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL



DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS: A (IN)APLICABILIDADE NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM*

Leandro Tafúri Mattoso¹
Leandro Leite de Almeida²
Moabe da Costa Luna³

1. Introdução

O mundo contemporâneo, além de complexo, é monitorado por diversas organizações supranacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma dessas organizações que buscam estabelecer normas internacionais a serem seguidas pelos Estados. Não pelo acaso, a ONU se tornou a principal instituição supranacional no globo e que produz documentos voltados para regular a guerra entre Estados, particularmente no que se refere ao direito de guerra *Jus Ad Bellum*, que configura as condicionantes para que um Estado declare guerra de modo justo a outro Estado. Quando o conflito é deflagrado, é aplicado o *Jus in Bello*, que nada mais é uma forma de limitar os danos materiais e humanos existentes em uma guerra. Este conjunto de normas que regem um conflito armado é chamado de Direito Internacional dos Conflitos Armados, ou simplesmente DICA.

Tendo em vista que o ambiente urbano e a não-linearidade são características da guerra contemporânea, a identificação do inimigo e de um objetivo militar se torna uma atividade cada vez mais complexa. Em vista dessa realidade, o DICA tem assumido um papel cada vez mais importante nos conflitos modernos, haja vista que a principal razão de ser do DICA é evitar os efeitos colaterais advindos de uma guerra.

Trazendo essa realidade para o Brasil, nota-se que as últimas operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) realizadas pelo Exército Brasileiro (EB) ocorreram em áreas densamente urbanizadas. As operações Arcanjo, São Francisco e Furacão, são exemplos dessa realidade, uma vez que as três operações foram realizadas em áreas de grande adensamento populacional na cidade do Rio de Janeiro, locais onde há a presença de agentes de perturbação da ordem pública (APOP) equipados com armamentos pesados

* Artigo originalmente publicado em 1º de dezembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

e que utilizam técnicas e táticas típicas de combates em ambiente urbano. Ou seja, as Op GLO se assimilam ao combate moderno.

No transcurso dessas operações, foram observadas inúmeras restrições de esfera jurídica às tropas em Op GLO que dificultaram e algumas vezes até mesmo inviabilizaram a atuação das tropas. Em decorrência disso, a violência urbana e o emprego militar das Forças Armadas no Rio de Janeiro frequentemente tem suscitado o debate quanto à admissibilidade de tratarem-se, ainda que pontualmente, de conflito armado não-internacional (CANI) e a consequente aplicabilidade do DICA, com implicações para a soberania nacional.

Diante dessas considerações, o presente trabalho intenciona investigar a admissibilidade e aplicabilidade do DICA na atuação das Forças Armadas Brasileiras em território nacional, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, jogando luz sobre as consequências à soberania nacional.

2. Direito Internacional dos Conflitos Armados

Os séculos de conflitos armados em muito superam os séculos de paz, o que configura o fenômeno da guerra como realidade permanente na história das civilizações (PALMA, 2012). Segundo a concepção clausewitziana, a guerra nada mais é de que um ato de força a partir do choque de vontades entre forças vivas, levando os contendores a extremos recíprocos (CLAUSEWITZ, 2010). Repete-se, pois, a definição apresentada por Clausewitz:

“a guerra é um ato de violência e não há nenhum limite para a manifestação dessa violência. Cada um dos adversários executa a lei do outro, de onde resulta uma ação recíproca, que, enquanto conceito, deve ir aos extremos” (CLAUSEWITZ, 2010, p.10, grifo nosso).

Na busca de humanizar os efeitos devastadores dos conflitos armados, limitar os meios e os métodos empregados e proteger combatentes e não combatentes, surgiram iniciativas para disciplinar juridicamente o fenômeno da guerra. Dessa iniciativa, derivou a concepção do “*Jus in bello*”, ou Direito da Guerra. Cabe destacar que o termo não se confunde com o “*Jus ad bellum*”, ou seja, “direito de ir à guerra” ou “de fazer guerra” (PALMA, 2012). O recurso da guerra, em teoria, foi abandonado pelos países, intenção consubstanciada na Carta das Nações Unidas. A prática, no entanto, não acompanhou essa visão idealista, haja vista os inúmeros conflitos desencadeados até os dias de hoje em diversas partes do globo.

Portanto, da necessidade ainda atual e premente de disciplinar a guerra, surgiu o “Direito da Guerra, ou Leis da Guerra”, também chamado de “Direito Internacional dos Conflitos Armados” (DICA) ou “Direito Internacional Humanitário” (DIH), que constitui em ramo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, dentro do Direito Internacional Público. Desde a obra de *Henry Dunant*, “*Recuerdo de Solferino*” (1867), uma das gêneses do DICA na Idade Contemporânea, uma miríade de tratados e diplomas legais internacionais compuseram o bojo do DICA, cujo coração normativo contemporâneo está constituído pelas quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais de 1977 (PALMA, 2019).

O DICA, desenhado para os conflitos armados, está composto de duas vertentes: uma disciplina a condução das hostilidades, sendo especialmente endereçada aos combatentes; a outra regulamenta o tratamento das pessoas em poder do inimigo, podendo alcançar tanto militares, quanto civis (PALMA, 2019). Os princípios fundamentais que regem o DICA são: distinção, limitação, proporcionalidade, necessidade militar e humanidade (BRASIL, 2011).

Conforme as normas internacionais inseridas no DICA, os conflitos armados podem ser classificados em: conflitos armados internacionais (CAI), caracterizado pelo enfrentamento armado entre dois ou mais Estados-Nação, abarcando inclusive aqueles de libertação nacional; e os conflitos armados não-internacionais (CANI), ocorridos dentro do território de um país. Enquanto os CAI possuem definição e normas bem definidas e amplamente aceitas, os CANI não gozam da mesma receptividade e clareza (PALMA, 2019).

Quanto aos CANI, o DICA consagra o art. 3º, comum às quatro Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional II de 1977. Entende-se, também, como princípio basilar, a reciprocidade para a admissão do CANI. Nesse sentido, é imprescindível que os grupos armados (agentes não estatais) tenham a capacidade de respeitar o DIH, pois esse é o critério fundamental que, sob o prisma da **reciprocidade** na proteção normativa, justifica os outros elementos da definição (PALMA, 2019).

Segundo Palma (2019), nota-se uma resistência dos Estados nacionais em recepcionar o DICA no que concerne aos CANI, bem como uma dificuldade em reconhecer a ocorrência desse tipo de conflito em seus respectivos territórios. Isso decorre do receio de flexibilização da soberania decorrente da potencial intervenção estrangeira sob o manto humanitário, além da possibilidade em legitimar a parte adversa. Além dos

citados aspectos referentes à segurança e soberania nacionais, uma das principais consequências de uma eventual aplicação desse arcabouço privativo de conflitos armados é que se estaria falando de imunidade à persecução penal nos casos de morte de indivíduos legalmente engajados nas hostilidades (CINELLI, 2017). Ou seja, poderia criar-se precedente para não imputar crime comum àqueles que perpetrassem violência dentro do território nacional contra agentes estatais, em particular pertencentes aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas.

3. Operações de Garantia da Lei e da Ordem

O alicerce jurídico para o emprego das Forças Armadas Brasileiras em ações de Garantia da Lei e da Ordem estão reguladas pela Constituição Federal no artigo nº 142.

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à **garantia** dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da **lei e da ordem**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

As operações de Garantia da Lei e da Ordem funcionam como um dispositivo do Estado para manutenção da ordem institucional nos casos em que haja o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública ou em graves situações de perturbação da ordem. O artigo nº 144 da Constituição Federal define as responsabilidades de segurança pública da seguinte forma:

“Art. 144 A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares” (BRASIL, 1988).

Conforme apresentado, a decretação da GLO compete ao presidente da república. Pode haver ou não, a solicitação dos governadores para a sua implementação, ou ainda, pode ser implementado pela iniciativa dos demais poderes constitucionais (Legislativo e Judiciário). Ao estabelecer GLO, cabe ao presidente tratar o caso como uma situação de não normalidade, delimitando o local e tempo de duração das ações, sendo assim uma atividade episódica.

A Lei Complementar nº 97, de 1999 e o Decreto 3897, de 2001 estabelecem as condições de emprego e concedem provisoriamente aos militares o amparo de atuação com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade nas operações de GLO. Conforme o Ministério da Defesa, para que seja caracterizado a adoção das Op GLO, é necessário que o enquadramento esteja tipificado e definido conforme o quadro abaixo:

Figura 1 - Finalidade das Op GLO

2.1 Operações GLO	
Tipo	Definições
Violência Urbana	De acordo com o Art. 15, da Lei Complementar nº 97/99
Greve da Polícia militar	
Outras*	
Segurança de Eventos	De acordo com o Art. 5º do Decreto nº 3.897/2001
Garantia da Votação e apuração	De acordo com o Código Eleitoral Brasileiro
* Outras: Op referentes a questões indígenas, segurança de instalações de interesse nacional e etc.	

Fonte: Ministério da Defesa, 2021.

Ao consultar os arquivos existentes no Ministério da Defesa, verifica-se que o Exército Brasileiro atuou em 107 (cento e sete) Op GLO entre o ano de 1992 e o ano de 2022.

Figura 2 - Total de Operações de GLO (1992 - 2021)

	Tipo/Lista	MD	MB	EB
	GLO	Violência Urbana	24	5
Greve da PM		18	4	23
Eventos		32	11	27
GVA		19	7	12
Outros		3	0	24
Total		96	27	107

Fonte: Ministério da Defesa, 2021.

Embora o emprego das Forças Armadas em GLO no Brasil seja constitucional e recorrente, trata-se de atividade secundária, haja vista que a missão precípua das referidas instituições militares é a defesa da soberania brasileira.

4. Relação entre as Op de Garantia da Lei e da Ordem e o Conflito Armado Urbano

A queda do muro de Berlim fragmentou os países do Pacto de Varsóvia e fortaleceu a hegemonia da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desde então, a ocorrência de guerra entre Estados tem diminuído, enquanto a deflagração de conflitos

internos têm aumentado. Decorrente dessa realidade, o Brasil tem registrado um aumento da participação de suas Forças Armadas em Op GLO para conter o recrudescimento da violência do crime organizado em centros urbanos e em áreas de fronteira. A participação das Forças Armadas Brasileiras em território nacional se deve ao fato de que as organizações criminosas terem passado a atuar com armamentos, táticas e técnicas típico de uma guerra.

As operações Arcaño, São Francisco e Furacão ocorridas entre 2010 e 2018, no município e Estado do Rio de Janeiro, foram exemplos de emprego das Forças Armadas Brasileiras contra grupos armados e organizados com táticas de guerrilhas. Para combater estes grupos, as Forças Armadas Brasileiras necessitaram empregar blindados, helicópteros, armamentos e meios utilizados em guerra. Segundo Palma (2019), o emprego de militares nas operações supracitadas é similar ao de conflitos armados urbanos. A diferença, no entanto, reside nos aspectos legais, visto que nas Op GLO o uso da força militar é limitado e, por sua vez, favorece as organizações criminosas (SOUSA, 2021).

5. Considerações Finais

A contemporaneidade é marcada por extensa gama de conflitos armados, internacionais e não internacionais, que desafiam e ameaçam os Estados nacionais. O DICA, no intuito de “humanizar” e disciplinar tais conflitos, traz implicações à soberania das nações, em particular no que tange aos CANI e aos decorrentes riscos de ingerência estrangeira. Nesse contexto, o Brasil não está imune às consequências dessa conjuntura.

O Brasil, maior nação sul-americana em território e população, enfrenta desafios na segurança pública, cuja dimensão podem se equiparar aos conflitos armados. Nas palavras de PALMA (2019, p. 154): “O número de vítimas fatais da criminalidade no Rio de Janeiro é alarmante e pode até superar o número de vítimas em regiões de guerra.”

Não obstante, sem desmerecer sua gravidade, a situação da criminalidade nacional e seu enfrentamento por tropas estatais, incluindo as Forças Armadas Brasileiras, não impõe reconhecimento de CANI ou aplicação do DICA domesticamente. No que tange aos aspectos técnicos, a intensidade dos conflitos e emprego de armamentos de uso restrito não são suficientes o bastante para serem classificadas como CANI. Ademais, as organizações criminosas (ORCRIM) que atuam em território nacional não constituem uma estrutura monolítica. Pelo contrário, são fragmentadas em diversas facções e, ainda no seio de cada uma delas, a estrutura por vezes é celular e randômica.

A multiplicidade de atores e ausência de comando reconhecido e unificado por parte das ORCRIM impossibilita adequá-las como contendores num conflito armado abrigado pelo DICA. Segundo PALMA (2019), haja vista a impossibilidade fática de se colocar o Estado Brasileiro de um lado e a “criminalidade” de outro, dada a fragmentação e a frágil hierarquização das ORCRIM, a situação da segurança pública nacional, ainda que crítica e violenta, não configura CANI. Não obstante, diante do imperativo da reciprocidade, o DICA também não encontraria guarida no cenário em tela, haja vista que as ORCRIM, reconhecidamente, não seguem os ditames legais humanitários.

Por fim, ainda que o DICA possa servir de referencial filosófico e de fonte de princípios às ações militares, particularmente para as Forças Armadas Brasileiras, incluindo seu emprego doméstico em GLO, admitir ocorrência de CANI no Brasil enseja riscos à soberania nacional, além de não contribuir para reverter o grave cenário da segurança pública nacional.

Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD34-M-03 - Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2011.

CINELLI, Carlos Frederico. **Que guerra é essa? Ou melhor... Que civil é esse?** EBLog, 2017. Disponível em: blog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/que-guerra-e-essa-ou-melhor-que-civil-e-esse.html. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução: Maria Teresa Ramos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

DUNANT, Henry. **Recuerdo de Soferino**. Genebra: CICV, 1867.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Histórico das Operações de GLO 1992-2021**. Brasília: Ministério da Defesa, 2021. Disponível em : <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garanta-dalei-e-da-ordem>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

PALMA, Najla Nassif. **Curso de Direito Militar: Direito Internacional Humanitário e Direito Penal Internacional**. Rio de Janeiro: Universidade Católica de Petrópolis, 2012.

PALMA, Najla Nassif. **Rio de Janeiro: violência urbana exacerbada, não uma guerra**. Revista do Ministério Público Militar, Ano XLIV, nº 31, p. 137-162, 2019.

SOUSA, Flávia Ximenes Aguiar de. **O Emprego das Forças Armadas em Situações de Conflitos Internos Graves: Uma Análise das Regras de Engajamento e a Compatibilidade com os Direitos Fundamentais.** Dissertação de Mestrado na Escola de Direito e Administração Pública do IDP, 2021. Brasília: IDP, 2021.

TERRORISMO



TERRORISMO, UNA AMENAZA A LAS DEMOCRACIAS*

Marco Granja Sánchez¹

1. Introducción

El término “Terrorismo” está desgastado por el uso constante, corriente y banal que la prensa, políticos y el común de la sociedad dan al presenciar actos de violencia extrema. “La indefinición del terrorismo, conlleva una macro utilización de un término como es terrorismo, que se amolda a cualquier circunstancia de facto” (VÁSQUEZ, 2010, p. 78).

¿Tiroteos en escuelas (Estados Unidos), arrollamiento de personas (Europa), apuñalamientos y muerte de civiles (Israel), hombres bomba que se inmolan (Irak) y recientemente el bombardeo a un centro comercial en Kremenchuk (Ucrania), pueden ser llamados actos de terrorismo?

Con estos ejemplos, podemos darnos cuenta cuan cambiante es el término “terrorismo” en cada país. Su interpretación depende en gran medida del gobierno y cómo utiliza el aparato estatal a favor o en contra del perpetrador. Esto muchas veces crea un problema dentro de la estructura judicial, ya que existe una ambigüedad de conceptos en cada legislación que no la sabe distinguir creando impunidad. El dejar en la impunidad estos hechos, debilitan cualquier democracia por más consolidada que sea y creará precedentes que impedirán futuras condenas.

De acuerdo con Weinberg, Pedahzur y Hirsch-Hoefler (2004), son cuatro los factores que dificultan su definición: el primero, la academia tiene dificultades en encontrar una definición útil. El segundo, es que ya existen declaraciones en las leyes y regulaciones sobre el cual el sistema ya trabaja. Tercero, es un término que está en debate público, por eso, lo medios de comunicación escogen el nivel y la interpretación. Por último, la discusión de quienes consideran actos válidos a la violencia y el terrorismo, mientras a quien los controla, como estados represores.

2. Desarrollo

El atentado contra las Torres Gemelas el 11 de septiembre de 2001, fue el detonante que despertó al mundo y puso en alerta a los países (en especial los de occidente) sobre

* Artigo originalmente publicado em 14 de setembro de 2022 no site do OMPV.

¹ Major de Artilharia do Exército Equatoriano, doutorando em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

los peligros del terrorismo. Desde este hecho, países como Estados Unidos declararon la guerra al “Terror” personificados en *Osama Bin Laden* y en la organización *Al-Qaeda*, que hasta ese entonces solo fue considerada una amenaza que la subestimaron. La primera potencia mundial fue atacada por 4 aviones secuestrados por terroristas suicidas que cobraron la vida de 2977 personas en las ciudades de *Washington, New York* y *Pensilvania* (CNN, 2021).

Veinte y un años después vemos que el declarar la guerra al terrorismo tuvo un alto precio para la primera potencia mundial. La ofensiva para destruir a *Al-Qaeda* y *Bin Laden*, ha costado a Estados Unidos un aproximado de \$ 8 trillones de dólares y 900.000 muertos mientras que *Al-Qaeda* sigue vivo (KIMBAL, 2021), tal vez debilitado con la muerte de *Osama Bin Laden*, pero la amenaza continúa con distintos nombres. *Ayman al-Zawahiri*, que tenía el control de la red global de *Al-Qaeda*, según él “La próxima generación de líderes, comandantes militares y operativos de *Al-Qaeda* están saliendo al campo mientras los elementos clave de la vieja guardia permanecen para guiarlos” (O’DONNELL, 2022).

Con la “Guerra al Terror” aparecieron otros grupos extremistas como el Estado Islámico y *Jabhat al-Nusra*, mientras que otros como, *Hamas* y *Boko Haram* tomaron fuerza. El mundo fue testigo que no bastó toda la maquinaria bélica para combatir un mal tan antiguo y cambiante, que varía de forma constantemente y se esconde en la insatisfacción de la población para conseguir **objetivos políticos** a través de una sistemática **violencia extrema** para mantener con **miedo** a la población² (WEINBERG; PEDAHZUR; HIRSCH-HOEFLER, 2004).

Por otro lado, países como Alemania y Reino Unido han establecido políticas para protegerse de ataques terroristas, desde la prevención hasta la implementación de leyes que permitan responder eficazmente una amenaza (SENSÓ-RUBENS, 2019). No cabe duda de que la presencia del terrorismo es inversamente proporcional a la fortaleza de la democracia (independencia de poderes); es decir, donde existen democracias débiles, es mucho más probable que exista la injerencia del terrorismo (SALAZAR, 2011).

Desde este último punto es donde centraré mi posición al considerar al Terrorismo como un delito que debe ser prevenido, perseguido, llevado a juicio y juzgado. El problema es cómo cada país define: ¿Qué es Terrorismo? De acuerdo con Vásquez (2010) ni en la ONU, ni en los organismos no gubernamentales, ni siquiera Estados Unidos existe

² Tres principales elementos no académicos señalados tras analizar 73 definiciones de terrorismo. Los tres principales elementos académicos son: Violencia, Político y Amenaza.

una unanimidad sobre este concepto. Por un lado el FBI (*Federal Bureau of Investigation*), DOD (*Department of Defense*) y DOS (*Department of State*) han encontrado constantes conceptos en el fenómeno terrorismo, como la premeditación de actos en contra civiles (generalmente), para causar terror, con un fin político, perpetrado por grupos clandestinos (EKU, 2019)

El reto de los países democráticos es fortalecer al sistema de inteligencia para la prevención y detección oportuna de actos internos que atenten contra la vida de las personas. Se requiere la colaboración internacional para el cruce de información, toma decisiones y acciones en suelo internacional. Así como elaborar el marco jurídico que criminalice a los terroristas y que puedan ser juzgados aquellos que atenten contra la vida a través de la campaña de violencia incesante capaz de causar terror en la población para lograr un fin político.

De acuerdo con Sensó-Rubens (2019) “Los países con democracias consolidadas tienen muchas más posibilidades de responder eficazmente una amenaza terrorista”. Mientras más consolidado esté el estado de derecho de un país, en un régimen que garantice los derechos y libertades, menos presencia de grupos terroristas habrá. Por eso se debe buscar un equilibrio en las sociedades que son formadas y educadas bajo principios y valores democráticos y que respeten opiniones, etnias, credos y dogmas distintos al propio.

Los Gobiernos que tienen mayor experiencia en el combate del terrorismo recomiendan formular leyes sin bandera política donde el Estado no está presente (MESCHOULAM, 2016). Para la promulgación de éstas deben respetar los principios de legalidad, proporcionalidad, imparcialidad que respeten los derechos de los ciudadanos sin criminalizar la protesta u otras manifestaciones pacíficas. Estas leyes deben estar orientadas primeramente en la prevención, comenzando desde el control migratorio. Estos controles no deben distinguir etnia, sexo, ni religión y estarán orientados a la verificación de datos y al cruce de información con otros países de la región y fuera de la región.

Países como Singapur penan con la muerte al terrorismo. El país más joven del Asia, posee una gran variedad de etnias y religiones, pero ha logrado mantener la unidad pese a las diferencias con una fuerte legislación contra grupos extremistas (SEBÁSTIAN, 2003). Pese a no contar con recursos no renovables, hoy, Singapur es uno de los países con mayor crecimiento económico del mundo y es considerado una potencia financiera del Asia. Sus grandes esfuerzos por erradicar el terrorismo de su territorio han llevado a

firmar acuerdos con Estados Unidos y China donde compartir información ha llevado a capturar grupos terroristas antes de que puedan actuar en su territorio.

3. Conclusión

En conclusión, los servicios de inteligencia de cada país deben ser utilizados para la detección de posibles amenazas, que sean aisladas de forma oportuna y que reduzcan al máximo cualquier daño a la infraestructura del Estado y a la Sociedad Civil. Contar con un sistema de prevención independiente del gobierno de turno, fomenta una cultura organizacional de prevención que garantice derechos y libertades. El terrorismo debe ser considerado un crimen y penado con fuertes sanciones de acuerdo con la cantidad de vidas humanas y daño a la infraestructura pública y privada.

Los Estados deben fortalecer su presencia en todo su territorio, haciendo partícipes de las decisiones a los pueblos más olvidados, de esta manera se logra reducir la presencia de focos de radicalización que se pueden convertirse en grupos insurgentes que a través del “terror”, buscará tener voz y participación política. Así mismo es vital la coordinación Inter agencial y con las similares de otros países.

Referencias:

CNN. **20 años después de los ataques terroristas del 11 de septiembre: algunos datos que debes saber.** CNN, 2021. Disponible em: <https://cnnespanol.cnn.com/2021/09/10/20-anos-de-los-atentados-terroristas-del-11-de-septiembre-en-estados-unidos/>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2022.

EASTERN KENTUCKY UNIVERSITY. **Definition, History, and Types of Terrorism | Online Degree Programs.** ECU, 2022. Disponible em: <https://ekuonline.eku.edu/home-land-security/definition-history-and-types-terrorism>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2022.

KIMBALL, Jill. **Costs of the 20-year war on terror: \$8 trillion and 900,000 deaths.** Brown University, 2021. Disponible em: <https://www.brown.edu/news/2021-09-01/costsofwar>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

MESCHOULAM, Mauricio. **Terrorismo y democracia.** YouTube, 2016. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z4eEDeMvPQc>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

O'DONNELL, Lynne. **Al Qaeda Isn't Dead Yet.** Foreign Policy, 2022. Disponible em: <https://foreignpolicy.com/2022/05/27/al-qaeda-terrorism-global-afghanistan/>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

SALAZAR, Pedro. **La Democracia Constitucional, actualidad.** YouTube, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kF-dUGAk1y4>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

SEBASTIÁN, Leonard C. **The Asean response to Terrorism.** UNISCI Discussion Papers, nº 2, p. 1-8, 2003.

SENSÓ-RUBENS. **Fortalezas y Debilidades de la Democracia frente al Terrorismo.** UNIR, 2019. Disponível em: https://micampus.unir.net/courses/7959/external_tools/42983. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

VÁSQUEZ, Henry Torres. **El Concepto de Terrorismo, su Inexistencia o Inoperancia: La Apertura a la Violación de Derechos Humanos.** Diálogo de Saberes, nº 32, p.77-90, 2010.

WEINBERG, Leonard; PEDAHZUR, Ami; HIRSCH-HOEFLE, Sivan. **The Challenges of Conceptualizing Terrorism.** Terrorism and Political Violence, Vol. 16, nº 4, p. 777-794, 2004.

Declaração de Direitos Autorais

Está permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Além disso, também é possível adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso importante

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros que esta obra é um produto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.





ISBN: 978-85-64844-14-8

